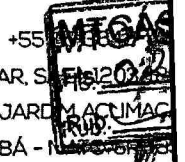




A energia verde

Proc. Nº 353 931/2017
P. 5.000 / fme
v. 4: julho 2017



ANEXO II

SOLICITAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL/SERVIÇO N.º 155/2017

NÚCLEO SISTÊMICO SÓCIOECONÔMICO

SETOR REQUISITANTE:	Gerente Adm. e Financeiro – MTGás.
PROTOCOLO SOB Nº:	353931/2017
RESPONSÁVEL:	Luciene Mingarelli de Lima.
OBJETO:	Referente à Telefonia Fixa e Local
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:	17502.2007.9900.33903900.243.
VALOR:	R\$ 419,87

JUSTIFICATIVA CIRCUNSTANCIADA DA DESPESA: Solicitamos a inclusão de PED/EMP global do credor O S/A, referente à telefonia fixa comutada de longa distância nacional e internacional; originados de terminais fixos para atender este Órgão/ MTGás, referente período de 18/05 a 17/06 2017, no valor de **R\$ 419,87** (quatrocentos e dezanove reais e oitenta e sete centavos) para atender a Companhia.

Credor:	2002.17431-1
Dotação:	3390.3900
UO:	17502
PAOE:	2007 (Regional 9900)
Categoria Econômica:	3- Despesa Corrente
Grupo de Natureza de Despesa:	3- Outras despesas correntes
Modalidade de Aplicação:	90- Aplicações Diretas.
Modalidade de Licitação:	Pregão nº 006/2013
Fonte:	243
Valor:	R\$ 419,87

Cuiabá, 05 de Julho 2017

Assinatura do requisitante:

Luciene Mingarelli de Lima
Assistente da Diretoria
MT Gás

Recebido em:

___/___/2017

DIRETORIA EXECUTIVA: (X) De acordo

() Desfavorável

Rafael Silva Reis
DIRETOR ADM. FINANCEIRO

Despacho do Ordenador de Despesas: (x) De acordo

() Desfavorável

Motivo:

Juliano Muniz Calçada
JULIANO MUNIZ CALÇADA
DIRETOR PRESIDENTE



SOLICITAÇÃO DE PEDIDO DE EMPENHO Nº 147/2017

Cuiabá/MT, 05/07/2017

PROTOCOLO: 353931/2017

DE: Gerência Adm. e Financeira - Companhia Matogrossense de Gás

(x) PED/EMP () PED RESERVA () ALTERAÇÃO DE PED

ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA: Solicitamos inclusão de PED/EMP ref. Serviço de telefonia fixa e local.
período de julho /2017.

CÓD. CREDOR: 2002.17431-1

NOME: OI S/A

CNPJ: 76.535.764/0001-43

VALOR: R\$ 419,87

TIPO:

() ORDINÁRIO

(X) ESTIMATIVO

() GLOBAL

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

UO	P/A/OE	REGIÃO	NAT. DESPESA	ELEMENTO	FONTE
17502	2007	9900	3190	39	243

MODALIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE, ART. 25, INCISO I

CRD - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO / PAGAMENTOS PREVISTOS

JANEIRO		JULHO	R\$ 419,87
FEVEREIRO		AGOSTO	
MARÇO		SETEMBRO	
ABRIL		OUTUBRO	
MAIO		NOVEMBRO	
JUNHO		DEZEMBRO	
		TOTAL	R\$ 419,87

Atenciosamente,

Luciene Mingarelli de Lima
Coord. Financeira nomeada

Solicitante

Juliano Muniz Cigada
Diretor Presidente - MTGás

De acordo: Ordenador de Despesas



PED	PEDIDO DE EMPENHO	17502.0001.17.000212-6
Data de Solicitação: 17/07/2017		RESERVA DE EMPENHO
Unidade Orçamentária: 17502 - COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS		
Unidade Gestora: 0001 - Geral		
Projeto/Atividade: 2007 - Manutenção de serviços administrativos gerais		
Nº Processo de Pagamento: 353931/2017	Nº NOBLIST: *** **	
Especificação: Pagamento ref. serviço de telefonia.		

DEMONSTRATIVO DO SALDO ORÇAMENTÁRIO

Dotação Orçamentária: 17502.0001.25.122.036.2007.9900.339000000.243.1.1		Elemento de Despesa: 39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	
Tipo de Despesa: 7 - Compras e Serviços		Convênio: Não	
Saldo Orc. Anterior (R\$) *** 19.668,47	Valor Total da Reserva (R\$) *** 419,87	Saldo Orc. Atual (R\$) *** 19.248,5	
Tipo de Empenho: Ordinário			
Valor por Extensão: QUATROCENTOS E DEZENOVE REAIS E OITENTA E SETE CENTAVOS *****			
Reserva Inicial (R\$):		*** 419,87	
Valor Total - Reforço (R\$):		*** (
Valor Total - Redução (R\$):		*** (

DADOS DO CREDOR

Código: 2002.17431-1	Nome: OI S.A.
Endereço: r do Lavrado, 71	
CPF/ CNPJ/ IG: 76.535.764/0001-43	Insc. Estadual: *** **
RG: *** **	

DADOS DA DIÁRIA

Nº OS: *** **	Data de Início da Viagem: *** **
	Data de Retorno da Viagem: *** **

DADOS DO ADIANTAMENTO

Nº CAD: *** **	Data de Solicitação: *** **
-----------------------	------------------------------------

Observações:

Situação do PED: Reserva de Empenho para processo Licitatório



EMP	NOTA DE EMPENHO	17502.0001.17.000164-8
Nº PED: 17502.0001.17.000212-6	Data de Emissão: 18/07/2017	
Nº DOTLIST: *** **	Nº NOBLIST: *** **	
Unidade Orçamentária: 17502 - COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS	Unidade Gestora: 0001 - Geral	
Projeto/Atividade: 2007 - Manutenção de serviços administrativos gerais	Recurso: Normal	Tipo de Empenho: Ordinário
Modalidade de Licitação: Dispensa	Nº Referência Licitação: *** **	Motivo Dispensa Licitação: *** **
Nº Convênio *** **	Transferido - Resto a Pagar Não	Nº Processo de Pagamento: 353931/2017

DADOS DO CREDOR

Código: 2002.17431-1	Nome: OI S.A.	
Endereço: r do Lavradio, 71	CEP: 20.230-070	
Bairro: Asa Sul	Município: Rio de Janeiro	UF: RJ
CPF/ CNPJ/ IG: 76.535.764/0001-43	Insc. Estadual: *** **	RG: *** **

DADOS DA DIÁRIA

Nº OS: *** **	Data de Início da Viagem: *** **
	Data de Retorno da Viagem: *** **

DADOS DO ADIANTAMENTO

Nº CAD: *** **	Data de Solicitação: *** **
----------------	-----------------------------

DEMONSTRATIVO DA RESERVA DE EMPENHO

Dotação Orçamentária: 17502.0001.25.122.036.2007.9900.339000000.243.1.1	Elemento de Despesa: 39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
Valor Total do Empenho (R\$): *** 419,87	Valor por Extenso: QUATROCENTOS E DEZENOVE REAIS E OITENTA E SETE CENTAVOS *** **

Histórico:

Empenho do PED Nº 17502.0001.17.000212-6
Pagamento ref. serviço de telefonia.

Data de Autorização da Despesa: 18/07/2017	Ordenador de Despesa: Juliano Muniz Calçada
---	--

Responsável pela Execução Orçamentária

Juliano Muniz Calçada
Ordenador de Despesa

Observações:

Situação do EMP: Empenho (EMP) normal
Número do documento de estorno:

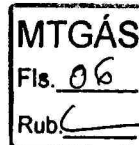


FIXO

Oi S.A.
Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro
CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
CNPJ Matriz: 76.535.764/0001-43
CNPJ: 76.535.764/0329-32 I.E: 13.094.807-1

Fatura de Serviços de Telecomunicações

Página
000001
000009



7358000007



CDD CPA II MT SS A/CTCE CUIABA MT CID
COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGAS
AV HIST RUBENS DE MENDONCA 02254 CJ 704

78050-000 CUIABA - MT



721351282053082000000059830260617

Fatura: 1707.000197911
Contrato Agrupador: 501.220.604-1 - 1ª Via

Demonstrativo da fatura	Valor (R\$)
SERVICOS MENSAIS	203,85
SERVICOS LOCAIS HORARIO NORMAL	0,00
CHAMADAS LOCAIS PARA FIXO	62,92
MEDIA DE CHAMADAS LOCAIS PARA FIXO	0,00
CHAMADAS LOCAIS PARA MOVEI	126,17
CHAMADAS PARA MOVEI	8,07
SERVICOS OI	401,01
ITENS FINANCEIROS	11,15
DOCUMENTO FINANCEIRO	11,15
Valor a pagar	412,16

ATESTADO

Atestamos que o(s) serviço(s)
foi(ram) executado(s).

Cuiabá-MT, 05/07, 2017

Oi,

Só a Oi tem móvel, banda larga, fixo, DDD e muito mais. E sua empresa só tem a ganhar: os benefícios continuam os mesmos e, em breve, você terá muitas novidades. Aguarde.
Mais informações? Acesse www.oi.com.br ou fale com seu Consultor

Data de vencimento: 20/07/2017
Valor de sua conta: 412,16

Número de seu telefone: 65 3642 4423

Mês de referência: julho 2017

Período: 18/05/2017 a 17/06/2017

Data de emissão: 22/06/2017

Marcia Victor de Matos
Assessora Especial
MT Gas



FIXO

Oi S.A.
Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro
CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
CNPJ Matriz: 76.535.764/0001-43
CNPJ: 76.535.764/0329-32 I.E: 13.094.807-1

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGAS

Número do Telefone: 65 3642 4423

Número da Fatura: 1707.000197911

Sequencial: 501220604 201707 32114

84640000004 4 12160017501 6 22060420170 1 73211400000 1



Data de Vencimento 20/07/2017
Valor a pagar: 412,16

Nº Identificador para Débito Automático: 501.220.604-1



FIXO

OI S.A
Período: 18/05/2017 a 17/06/2017Página
000003
000009

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

NÚMERO DA NF:000.195.001 SÉRIE: U SUB-SÉRIE:02

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGAS
AV HIST RUBENS DE MENDONCA 02254 CJ704 AN7
AMERICAN BUSINESS CEN
JARDIM ACLIMACAO
78050-268 CUIABA - MTNúmero do Cliente: 361382587000001 Período de: 18/05/2017 a 17/06/2017
Contrato Agrupador: 501.220.604-1 Telefone Agrupador: 65 3642 4423
Contrato Agrupado: 501.220.604-1 Telefone Agrupado: 65 3642 4423
CPF/CNPJ: 06.023.921/0001-56 Insc. Estadual: 132587750
Data de emissão: 22/06/2017

OI S.A

CNPJ: 76.535.764/0329-32 I.E: 13.094.807-1
Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro - SUL CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
Via: Única CFOP:05303
Natureza da Operação: Serviço de Telecomunicações

RESUMO DOS TRIBUTOS

	ICMS	ICMS	ISS
Base de Cálculo	0,00	121,24	0,00
Alíquota	0%	27%	0%
Valor	0,00	32,73	0,00

RESERVADO AO FISCO

F01A.A7A2.EFC3.1BCF.52B7.41D7.CF30.0C87

SERVICOS OI

SERVICOS MENSAIS

Sequência	Descrição dos serviços	Dia/Qtd	% Desconto	Alíquota	Valor
1	ASSINATURA BASICA NAO RESIDENCIAL	30		27% ICMS	67,95
Total SERVICOS MENSAIS					67,95

SERVICOS LOCAIS HORARIO NORMAL

Sequência	Descrição dos serviços	Data	Minutos Tarifados		
2	CHAM. LOCAIS OI	16/05/2017	MIN. 0000000167,4		
3	CHAM. LOCAIS OUTRAS OPERADORAS	16/05/2017	MIN. 0000000107,8		
Total SERVICOS LOCAIS HORARIO NORMAL					0,00

CHAMADAS LOCAIS PARA FIXO

Sequência	Descrição dos serviços	Data	Minutos Tarifados	Alíquota	Valor
4	TOTAL DE MINUTOS LOCAIS	17/05/2017	MIN. 0000000275,2	0%	0,00
5	FRANQUIA EM MINUTOS	17/05/2017	MIN. 0000000150,0	0%	0,00
6	MINUTOS EXCEDENTES A FRANQUIA	16/06/2017	MIN. 0000000125,2	27% ICMS	13,17
7	DESCONTO MINUTOS EXCEDENTES A FRANQUIA	16/06/2017		27% ICMS	-0,74
Total CHAMADAS LOCAIS PARA FIXO					12,43

MEDIA DE CHAMADAS LOCAIS PARA FIXO

Sequência	Descrição dos serviços	Data	Minutos Tarifados	Alíquota	Valor
8	CHAMADAS HORARIO NORMAL - QUANTIDADE/DURACAO MEDIA	16/06/2017	00000095/000002,8	0%	0,00
Total MEDIA DE CHAMADAS LOCAIS PARA FIXO					0,00

CHAMADAS LOCAIS PARA MOVEL

Sequência	Data	Hora	Duração	Localização	Tarifação	Telefone	Alíquota	Valor
9	22/05/2017	13:11:34	00:01:37	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65981185158	27% ICMS	1,55
10	22/05/2017	13:54:55	00:06:24	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65986058836	27% ICMS	5,87
11	22/05/2017	15:44:44	00:01:18	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65989717570	27% ICMS	1,19
12	25/05/2017	19:51:50	00:03:06	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65989727655	27% ICMS	2,84
13	26/05/2017	14:03:43	00:04:42	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65986832365	27% ICMS	4,31
14	30/05/2017	17:44:47	00:00:53	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65982722088	27% ICMS	0,82
15	30/05/2017	17:46:13	00:01:12	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65989151071	27% ICMS	1,10
16	05/06/2017	13:36:24	00:03:14	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65989594097	27% ICMS	3,02
17	07/06/2017	15:33:31	00:02:21	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65989729081	27% ICMS	2,20
18	08/06/2017	18:23:46	00:00:48	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65989730763	27% ICMS	0,73
19	09/06/2017	12:22:36	00:02:05	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65988070942	27% ICMS	1,92
20	09/06/2017	12:28:03	00:02:35	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65988070942	27% ICMS	2,38
21	09/06/2017	14:27:56	00:07:33	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65982574822	27% ICMS	6,97
22	12/06/2017	14:02:13	00:05:54	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65988332365	27% ICMS	5,41
23	14/06/2017	18:00:30	00:00:32	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65989720632	27% ICMS	0,55
Total CHAMADAS LOCAIS PARA MOVEL								40,86

Total Nota Fiscal OI

121,24

DOCUMENTO FINANCEIRO - N° 000.197.911

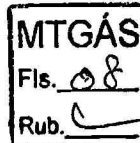
ITENS FINANCEIROS

Sequência	Descrição dos serviços	Data	Histórico	% Desconto	Valor
24	ATUALIZACAO DE VALORES	15/06/2017	20170520/20170523		0,04

Continua na próxima página



FIXO



NOTA FISCAL DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

NÚMERO DA NF:000.195.003 SÉRIE: U SUB-SÉRIE:02

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGAS
AV HISTORIADOR R DE MENDONCA 02254 CJ704
BOSQUE DA SAUDE EDIFICIO AMERICA BUSINESS
CENTER
78050-280 CUIABA - MT

Número do Cliente: 361382597000001 Período de: 18/05/2017 a 17/06/2017
Contrato Agrupador: 501.220.604-1 Telefone Agrupador: 65 3842 4423
Contrato Agrupado: 501.235.204-8 Telefone Agrupado: 65 3842 6115
CPF/CNPJ: 06.023.921/0001-56 Insc. Estadual: 132567750
Data de emissão: 22/06/2017

OI S.A
CNPJ: 76.535.764/0329-32 I.E: 13.094.807-1
Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro - SUL CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
Via: Única CFOP:05303
Natureza da Operação: Serviço de Telecomunicações

RESUMO DOS TRIBUTOS	ICMS	ICMS	ISS
Base de Cálculo	0,00	211,82	0,00
Alíquota	0%	27%	0%
Valor	0,00	57,19	0,00

RESERVADO AO FISCO
14DC.20CD.3344.7B0E.12ED.3A44.EEEB.5D7D

SERVICOS OI

SERVICOS MENSAIS

Sequência	Descrição dos serviços	Dia/Qtde	% Desconto	Alíquota	Valor
1	ASSINATURA BASICA NAO RESIDENCIAL	30		27% ICMS	67,95
Total SERVICOS MENSAIS					67,95

SERVICOS LOCAIS HORARIO NORMAL

Sequência	Descrição dos serviços	Data	Minutos Tarifados		
2	CHAM. LOCAIS OI	16/06/2017	MIN. 0000000457,4		
3	CHAM. LOCAIS OUTRAS OPERADORAS	16/06/2017	MIN. 0000000201,4		
Total SERVICOS LOCAIS HORARIO NORMAL					0,00

CHAMADAS LOCAIS PARA FIXO

Sequência	Descrição dos serviços	Data	Minutos Tarifados	Alíquota	Valor
4	TOTAL DE MINUTOS LOCAIS	17/05/2017	MIN. 0000000658,8	0%	0,00
5	FRANQUIA EM MINUTOS	17/05/2017	MIN. 0000000150,0	0%	0,00
6	MINUTOS EXCEDENTES A FRANQUIA	16/06/2017	MIN. 0000000508,8	27% ICMS	53,49
7	DESCONTO MINUTOS EXCEDENTES A FRANQUIA	16/06/2017		27% ICMS	-3,00
Total CHAMADAS LOCAIS PARA FIXO					50,49

MEDIA DE CHAMADAS LOCAIS PARA FIXO

Sequência	Descrição dos serviços	Data	Minutos Tarifados	Alíquota	Valor
8	CHAMADAS HORARIO NORMAL - QUANTIDADE/DURACAO MEDIA	16/06/2017	00000218/000002,9	0%	0,00
Total MEDIA DE CHAMADAS LOCAIS PARA FIXO					0,00

CHAMADAS LOCAIS PARA MOVEI

Sequência	Data	Hora	Duração	Localização	Tarifação	Telefone	Alíquota	Valor
9	12/05/2017	12:51:19	00:03:35	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65998320268	27% ICMS	3,30
10	17/05/2017	13:35:54	00:00:48	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65998030083	27% ICMS	0,73
11	19/05/2017	15:04:36	00:18:17	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65998084436	27% ICMS	16,79
12	19/05/2017	19:07:50	00:00:20	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65992722088	27% ICMS	0,45
13	23/05/2017	16:42:48	00:03:34	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65998832365	27% ICMS	3,30
14	25/05/2017	17:59:55	00:02:48	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65999730783	27% ICMS	2,58
15	30/05/2017	17:44:48	00:26:33	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65981118087	27% ICMS	24,40
16	01/06/2017	14:11:14	00:00:36	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65982889208	27% ICMS	0,55
17	01/06/2017	14:48:31	00:00:44	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65981016469	27% ICMS	0,73
18	01/06/2017	18:59:01	00:01:29	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65992732273	27% ICMS	1,37
19	05/06/2017	10:28:38	00:02:11	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65992857310	27% ICMS	2,01
20	05/06/2017	10:31:31	00:09:37	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65992857310	27% ICMS	8,90
21	05/06/2017	15:13:25	00:01:28	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65999720115	27% ICMS	1,37
22	06/06/2017	12:57:01	00:01:39	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65983193151	27% ICMS	1,55
23	08/06/2017	14:07:54	00:00:26	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65992114388	27% ICMS	0,45
24	08/06/2017	17:20:24	00:01:54	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65992722088	27% ICMS	1,74
25	09/06/2017	12:38:03	00:01:20	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65993010289	27% ICMS	1,28
26	09/06/2017	15:30:41	00:05:02	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65992574822	27% ICMS	4,67
27	12/06/2017	10:47:14	00:01:23	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65992043068	27% ICMS	1,28
28	12/06/2017	17:39:10	00:00:22	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65998490963	27% ICMS	0,45
29	14/06/2017	18:11:48	00:08:02	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65993060578	27% ICMS	7,43
Total CHAMADAS LOCAIS PARA MOVEI								85,31

Continua na próxima página



FIXO



NOTA FISCAL DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES		NÚMERO DA NF:000.195.002 SÉRIE: U SUB-SÉRIE:02	
COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGAS AV HISTORIADOR R DE MENDONCA 02254 CJ704 BOSQUE DA SAUDE EDIFICIO AMERICA BUSINESS CENTER 78050-280 CUIABA - MT		Número do Cliente: 361382597000001 Período de: 18/05/2017 a 17/06/2017 Contrato Agrupador: 501.220.604-1 Telefone Agrupador: 65 3642 4423 Contrato Agrupador: 501.235.202-1 Telefone Agrupador: 65 3642 6226 CPF/CNPJ: 06.023.921/0001-56 Insc. Estadual: 132567750 Data de emissão: 22/06/2017	
Oi S.A CNPJ: 76.535.764/0329-32 I.E: 13.094.807-1 Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro - SUL CEP 78020-902 - Cuiabá - MT Via: Única CFOP:05903 Natureza da Operação: Serviço de Telecomunicações	RESUMO DOS TRIBUTOS Base de Cálculo Alíquota Valor	ICMS 0,00 0% 0,00	ICMS 67,95 27% 18,34
ISS 0,00 0% 0,00			
RESERVADO AO FISCO 6B19.E935.E61C.D30D.0489.F2B9.2BB8.5DFD			

SERVICOS OI

SERVICOS MENSAIS

Sequência	Descrição dos serviços	Dia/Qtd	% Desconto	Alíquota	Valor
1	ASSINATURA BASICA NAO RESIDENCIAL	30		27% ICMS	67,95
Total SERVICOS MENSAIS					67,95

Total Nota Fiscal Oi **67,95**

DOCUMENTO FINANCEIRO - N° 000.197.912

ITENS FINANCEIROS

Sequência	Descrição dos serviços	Data	Histórico	% Desconto	Valor
2	ATUALIZACAO DE VALORES	15/06/2017	20170520/20170523		0,17
3	ATUALIZACAO DE VALORES	15/06/2017	20170520/20170523		0,02
4	MULTA DE CONTA	15/06/2017	20170520/20170523		0,56
5	MULTA DE CONTA	15/06/2017	20170520/20170523		3,52
6	SERVICO BUSCA AUTOMATICA	17/06/2017			0,00
Total ITENS FINANCEIROS					4,27

Total Documento Financeiro **4,27**

Valor a pagar **72,22**

Ter você como cliente é um privilégio. Obrigado por pagar sua conta em dia.



FIXO

Oi S.A.
Período: 18/05/2017 a 17/06/2017 Folha Resumo

Página
000009 de
000009

Oi S.A.
Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro
CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
CNPJ Matriz: 76.535.764/0001-43
CNPJ: 76.535.764/0329-32 I.E: 13.094.807-1

Número do Cliente: 361382597000001
Contrato Agrupador: 501.220.604-1
Contrato Agrupado: 501.220.604-1
CPF/CNPJ: 06.023.921/0001-56
I.E.: 132567750
Período de: 18/05/2017 a 17/06/2017
Telefone Agrupador: 65 3642 4423
Telefone Agrupado: 65 3642 6226
Fatura: 1707.000197911
Classe: NAO RESIDENCIAL



COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGAS
AV HIST RUBENS DE MENDONCA 02254 CJ704 AN7
AMERICAN BUSINESS CEN
JARDIM ACLIMACAO
78050-268 CUIABA - MT

Resumo dos Telefones da Fatura com Nota Fiscal 000.197.911 até 000.197.913

Telefone	N. Fiscal	Valor	Telefone	N. Fiscal	Valor	Telefone	N. Fiscal	Valor
65 3642 4423	000.197 911	5,46	65 3642 6115	000.197.913	1,42	65 3642 6226	000.197.912	4,27
Total R\$		11,15						



FIXO

OI S.A.
Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro
CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
CNPJ Matríz: 76.535.764/0001-43
CNPJ: 76.535.764/0329-32 I.E: 13.094.807-1

Fatura de Serviços de Telecomunicações

Página
000001 de
000007



COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGAS
AV HIST RUBENS DE MENDONCA 02254 CJ704 AN7 AMERICAN BUSINESS CEN
JARDIM ACLIMACAO
78050-268 CUIABA - MT

Fatura: 1707.000205515
Contrato Agrupador: 501.220.604-1 - 1ª Via

Demonstrativo da fatura	Valor (R\$)
INTERURBANOS	2,51
CHAMADAS PARA MOVEL	5,20
SERVICOS OI	7,71
Valor a pagar	7,71

ATESTADO
Atestamos que o(s) serviço(s)
foi(ram) executado(s).
Cuiabá-MT, 20/07/2017

Marcia Victor de Matos
Assessora Especial
MT Gás

Oi,

Só a Oi tem móvel, banda larga, fixo, DDD e muito mais. E sua empresa só tem a ganhar: os benefícios continuam os mesmos e, em breve, você terá muitas novidades. Aguarde.
Mais informações? Acesse www.oi.com.br ou fale com seu Consultor.

Data de vencimento: 20/07/2017
Valor de sua conta: 7,71

Número de seu telefone: 65 3642 4423

Mês de referência: julho 2017

Período: 18/05/2017 a 17/06/2017

Data de emissão: 22/06/2017



FIXO

OI S.A.
Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro
CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
CNPJ Matríz: 76.535.764/0001-43
CNPJ: 76.535.764/0329-32 I.E: 13.094.807-1

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGAS

Número do Telefone: 65 3642 4423

Número da Fatura: 1707.000205515

Sequencial: 501220604 201707 35113

84610000000 5 07710017501 5 22060420170 1 73511300000 5



Data de Vencimento 20/07/2017
Valor a pagar: 7,71

Nº Identificador para Débito Automático: 501.220.604-1



FIXO

Oi S.A
Período: 18/05/2017 a 17/06/2017Página
000003 de
000007

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

NÚMERO DA NF:000.202.477 SÉRIE: U SUB-SÉRIE:02

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGAS
AV HIST RUBENS DE MENDONCA 02254 CJ704 AN7
AMERICAN BUSINESS CEN
JARDIM ACLIMACAO
78050-268 CUIABA - MTNúmero do Cliente: 381382597000001 Período de: 18/05/2017 a 17/06/2017
Contrato Agrupador: 501.220.604-1 Telefone Agrupador: 65 3842 4423
Contrato Agrupador: 501.220.604-1 Telefone Agrupador: 65 3842 4423
CPF/CNPJ: 08.023.921/0001-58 Insc. Estadual: 132587750
Data de emissão: 22/06/2017

OI S.A

CNPJ: 76.535.784/0329-32 I.E: 13.084.807-1
Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro - SUL CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
Via: Única CFOP:05303
Natureza da Operação: Serviço de Telecomunicações

RESUMO DOS TRIBUTOS

	ICMS	ICMS	ISS
Base de Cálculo	0,00	0,62	0,00
Alíquota	0%	27%	0%
Valor	0,00	0,16	0,00

RESERVADO AO FISCO

08CC.D1F6.44B0.F6DB.FD0D.A060.E93B.4B96

SERVICOS OI

INTERURBANOS

Sequência	Data	Hora	Duração	Localização	Tarifação	Telefone	Alíquota	Valor
1	01/06/2017	14:03:38	00:00:07	DF-BRASILIA	DIF	6131025308	27% ICMS	0,12
Total INTERURBANOS								0,12

CHAMADAS PARA MOVEL

Sequência	Data	Hora	Duração	Localização	Tarifação	Telefone	Alíquota	Valor
2	09/06/2017	13:30:38	00:00:04	RJ-RIO DE JANEIRO	VC3	21980140687	27% ICMS	0,50
Total CHAMADAS PARA MOVEL								0,50

Total Nota Fiscal OI

0,62

Valor a pagar

0,62

Ter você como cliente é um privilégio. Obrigado por pagar sua conta em dia.



FIXO

Oi S.A.
Período: 18/05/2017 a 17/08/2017Página
000005 de
000007

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

NÚMERO DA NF:000.202.478 SÉRIE: U SUB-SÉRIE:02

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGAS
AV HISTORIADOR R DE MENDONÇA 02254 CJ704
BOSQUE DA SAUDE EDIFICIO AMERICA BUSINESS
CENTER
78050-280 CUIABA - MTNúmero do Cliente: 361382597000001 Período de: 18/05/2017 a 17/08/2017
Contrato Agrupador: 501.220.804-1 Telefone Agrupador: 65 3842 4423
Contrato Agrupador: 501.235.204-8 Telefone Agrupador: 65 3842 6115
CPF/CNPJ: 06.023.921/0001-56 Insc. Estadual: 132567750
Data de emissão: 22/08/2017

Oi S.A.

CNPJ: 78.535.784/0329-32 I.E: 13.094.807-1
Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro - SUL CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
Via: Única CFOP:05303
Natureza da Operação: Serviço de Telecomunicações

RESUMO DOS TRIBUTOS

	ICMS	ICMS	ISS
Base de Cálculo	0,00	7,09	0,00
Alíquota	0%	27%	0%
Valor	0,00	1,91	0,00

RESERVADO AO FISCO

7163.A037.C99E.7004.D828.679C.4932.EA33

SERVICOS OI

INTERURBANOS

Sequência	Data	Hora	Duração	Localização	Tarifação	Telefone	Alíquota	Valor
1	25/05/2017	14:18:34	00:02:25	PR-CURITIBA	DIF	4133209500	27% ICMS	0,61
2	01/08/2017	14:04:26	00:07:08	DF-BRASILIA	DIF	6131025304	27% ICMS	1,78
Total INTERURBANOS								2,39

CHAMADAS PARA MOVEI

Sequência	Data	Hora	Duração	Localização	Tarifação	Telefone	Alíquota	Valor
3	30/05/2017	16:04:05	00:00:11	RJ-RIO DE JANEIRO	VC3	21998014068	27% ICMS	0,50
4	08/06/2017	17:04:30	00:00:59	SP-SAO PAULO	VC3	11997772736	27% ICMS	1,00
5	08/06/2017	13:26:11	00:02:29	RJ-RIO DE JANEIRO	VC3	21980140687	27% ICMS	2,50
6	09/06/2017	13:31:01	00:00:37	RJ-RIO DE JANEIRO	VC3	21980140687	27% ICMS	0,70
Total CHAMADAS PARA MOVEI								4,70

Total Nota Fiscal OI

7,09

Valor a pagar

7,09

Ter você como cliente é um privilégio. Obrigado por pagar sua conta em dia.

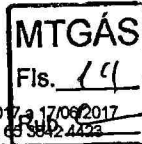


FIXO

Oi S.A.
Período: 18/05/2017 a 17/06/2017

Folha Resumo

Página
000007 de
000007



Número do Cliente: 381382597000001
Contrato Agrupador: 501.220.604-1
Contrato Agrupado: 501.220.604-1
CPF/CNPJ: 06.023.821/0001-58
I.E.: 132567750

Período de: 18/05/2017 a 17/06/2017
Telefone Agrupador: 65 3842 4423
Telefone Agrupado: 65 3842 6115
Fatura: 1707.000205515
Classe: NAO RESIDENCIAL

Oi S.A.
Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro
CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
CNPJ Matriz: 76.535.764/0001-43
CNPJ: 76.535.764/0329-32 I.E: 13.094.807-1

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGAS
AV HIST RUBENS DE MENDONCA 02254 CJ704 AN7
AMERICAN BUSINESS CEN
JARDIM ACLIMACAO
78050-268 CUIABA - MT

Resumo dos Telefones da Fatura com Nota Fiscal 000.205.515 até 000.205.516

Telefone	N. Fiscal	Valor	Telefone	N. Fiscal	Valor	Telefone	N. Fiscal	Valor
65 3842 4423	000.205.515	0,00	65 3842 6115	000.205.516	0,00			
Total R\$		0,00						

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório da 7ª Vara Empresarial
Av. Erasmo Braga, 115 Lna Central 706CEP: 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 3133 2185 e-mail:
cap07vemp@tjrj.jus.br

Processo: 0203711-65.2016.8.19.0001

Fls.

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Recuperação Judicial - Recuperação Judicial
Autor: OI S.A.
Autor: TELEMAR NORTE LESTE S.A.
Autor: OI MÓVEL S.A.
Autor: COPART 4 PARTICIPAÇÕES S.A.
Autor: COPART 5 PARTICIPAÇÕES S.A.
Autor: PORTUGAL TELECOM INTERNATIONAL FINANCE B.V.
Autor: OI BRASIL HOLDINGS COÖPERATIEF U.A.

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Fernando Cesar Ferreira Viana

Em 21/06/2016

Decisão

Destaco de plano que a presente decisão se limitará à análise do pedido de tutela de urgência formulado na exordial - notadamente o pedido de suspensão das ações e execuções em face das Recuperandas, e pedido de dispensa de apresentação de certidões negativas - ficando as demais questões afetas ao provimento inicial do pleito de recuperação judicial (art. 52 da Lei 11.101/05) postergadas para melhor exame tão logo os autos retornem conclusos, após a publicação deste decisor. Tal providência se justifica por conta do notório impacto social e repercussão econômica que a demora de apreciação da tutela de urgência poderá gerar no mercado global.

Informam as requerentes terem origem na junção das gigantes nacionais no setor de telecomunicações, quais sejam, a TNL e a Brasil Telecom S.A., em 2009, tendo essas sociedades antes nascidas a partir da privatização da TELEBRÁS em 1998.

Expõem que seu ramo de operação é o da prestação de serviço público, por meio de concessão, cuja essencialidade é insita à própria natureza pública do serviço, levando em conta ser: i) A maior prestadora de serviços de telefonia fixa do País, atendendo em todo território nacional; ii) ter como base 47,8 milhões clientes usuários de telefonia móvel até março de 2016; iii) 8,7 milhões de acessos à internet banda larga; iv) 1,2 milhões de assinaturas de TV e v) 2 milhões de hotspost wifi, em locais públicos, como aeroportos e shopping centers.

Afirmam, que por atuarem em um ramo estratégico para economia, eventual interrupção de qualquer dos seus serviços tem potencialidade para produzir efeitos catastróficos, não só para os inúmeros usuários, como para o próprio Grupo Empresarial, que veria inexoravelmente o aumento de seu passivo e a redução da sua capacidade de obter as receitas necessárias ao seu pagamento.

O gigantismo do Grupo gera em torno de 138 mil postos de trabalhos diretos e indiretos no Brasil,

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório da 7ª Vara Empresarial
Av. Erasmo Braga, 115 Lna Central 706CEP 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 3133 2185 e-mail:
cap07vemp@tjrj.jus.br

dos quais 37 mil somente no Estado do Rio de Janeiro, os quais poderão estar em risco, caso qualquer evento coloque em risco a capacidade de recuperação das empresas OI.

Prosseguem dizendo que diante do grave cenário que se abateu sobre as empresas do Grupo, não restou alternativa senão a propositura do pedido de recuperação judicial, que, porém, ao se desencadear, provocará reações dos seus diversos credores e parceiros, cujas consequências podem inviabilizar o pedido.

Isto porque, afirmam, diversos são os contratos estratégicos firmados pelas requerentes em que figura a cláusula rescisória em caso de pedido de recuperação judicial, fato que se efetivamente ocorrer irá diminuir drasticamente os ativos das empresas OI, necessitando assim que sua eficácia seja suspensão.

Igualmente aduz ser necessário, para fins da continuidade de suas atividades empresariais, seja concedida autorização para funcionar sem que haja necessidade da apresentação das certidões negativas.

Por último, informam que há evidente receio de que a repercussão do pedido desencadeará em âmbito nacional uma enxurrada de constrições judiciais para garantia de dívidas sujeitas à recuperação judicial, que embora possam ser futuramente revertidas por decisão do juízo da recuperação judicial, por certo trarão prejuízo às requerentes que poderão não dispor dos valores em tempo hábil para pagamento de despesas imediatas.

Fincadas tais prefaciais, analiso de plano a postulação liminar.

O ordenamento jurídico brasileiro pela Lei 11.101/2005 introduziu a Recuperação Judicial dos empresários e sociedades empresárias, definindo os escopos para concessão deste benefício legal, o qual visa viabilizar o enfrentamento de crise econômico-financeira pela sociedade empresária ou empresário, com vista à manutenção da fonte produtora do emprego, preservando interesses sociais e dos credores.

Tem a lei, portanto, como principal foco a preservação da empresa e a proteção do mercado, de modo que este possa se desenvolver de modo sadio, potencializando benefício à sociedade como um todo.

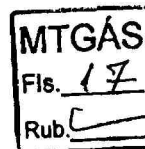
As normas que regem o procedimento de Recuperação Judicial devem ser analisadas de forma sistemática, valendo-se sempre que possível o julgador de uma interpretação sociológica, para tentar alcançar aos fins sociais e as exigências do bem comum, que nova lei quis introduzir.

A LRF destacou no seu art. 47 como princípios básicos a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

Partindo desta premissa, um dos objetivos mediatos da norma é o de fixar os meios necessários ao desenvolvimento da recuperação e do cumprimento do plano apresentado, dentre elas a sujeição à recuperação judicial de todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos (art. 49) e a suspensão da prescrição e de todas as ações, execuções em face do devedor (art. 6º).

In causa, trata-se do pedido de recuperação judicial o maior grupo nacional de exploração da telefonia fixa, tendo ainda ampla atuação no mercado da telefonia móvel e TV por assinatura.

Dispõem assim o art. 6º e seu § 4º da LFRE:



Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório da 7ª Vara Empresarial
Av. Erasmo Braga, 115 Lna Central 706CEP 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel.. 3133 2185 e-mail:
cap07vemp@tjrj.jus.br

"A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário."

...

§4º Na recuperação judicial, a suspensão de que trata o caput deste artigo em hipótese nenhuma excederá o prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias contado do deferimento do processamento da recuperação, restabelecendo-se, após o decurso do prazo, o direito dos credores de iniciar ou continuar suas ações e execuções, independentemente de pronunciamento judicial.

Partindo de uma interpretação apenas literal, somente o deferimento do processamento da recuperação judicial impõe aos credores o que alguns doutrinadores têm denominado de automatic stay, que deve ser observado por todos sem exceção.

Verifica-se, portanto, ser a suspensão uma determinação legal, ou seja, efeito do próprio deferimento do pedido de recuperação judicial, com vista a oportunizar ao devedor um período salvaguardado da influência dos credores, para que possa organizar e melhor expor suas soluções de mercado.

Outro efeito do deferimento do processamento, diz respeito à questão da possibilidade do juízo da recuperação isentar a sociedade empresária - em recuperação judicial- da apresentação das Certidões Negativas de Débitos Fiscais (CND), quando da contratação daquela com o Poder Público.

Inicialmente, deve ser esclarecido não haver mais dúvidas, quanto à possibilidade da contratação, pela empresa em recuperação judicial, com o Poder Público. Tal afirmação decorre da simples interpretação contida no art. 52, II da LRF, que aponta a possibilidade da contratação com o Poder Público, ou para recebimento de benefícios e incentivos fiscais por parte da recuperanda, desde que apresentadas às negativas fiscais exigidas.

Sendo assim, a certidão exigida no inciso II do art. 32 da Lei 8666/93, que aponta para necessidade da apresentação de certidão negativa de falência ou concordata, está em parte derogada, pois neste caso prevalecerá a também lei especial 11.101/05, promulgada posteriormente, que expressamente reconheceu a possibilidade da empresa em recuperação contratar com o setor público.

Assim, sendo deferida a recuperação, o ceme da presente questão se fixa na possibilidade do juízo da recuperação poder isentar a recuperanda da apresentação das certidões negativas, tornando-a apta por completo a participar de licitações, receber créditos ou incentivos fiscais do Estado.

Em discussão está a ponderação sobre dois importantes princípios constitucionais, quais sejam, o da "preservação da empresa" (assim considerado por estar implicitamente conscrito no art. 170 da C.F.), hoje considerada como ente de relevante função social; e, de outro lado, em contrapartida, o "princípio do interesse público geral", que determina a necessidade do Poder Público observar a legalidade estrita no procedimento de licitação, a fim de evitar prejuízo ao bem comum.

Vislumbrada essa situação, imperioso será a utilização do princípio da proporcionalidade para fins de se fazer uma necessária ponderação entre valores equivalentes. Trata-se de um princípio com status constitucional, que busca ponderar direitos fundamentais que se conflitam, através da devida adequação dos mesmos com o binômio meio-fim; subdividido pela doutrina em três outros princípios, quais sejam: o princípio da adequação, o princípio da necessidade e o princípio da proporcionalidade em sentido estrito.



Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário

Tribunal de Justiça

Comarca da Capital

Cartório da 7ª Vara Empresarial

Av. Erasmo Braga, 115 Lna Central 706CEP: 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 3133 2185 e-mail:

cap07vemp@tjrr.jus.br

11.101/2005).

Mencionado dispositivo trouxe inovadora conquista, conquanto tenha se afigurado visivelmente inócuo, posto que dificilmente existirá empresa em situação de recuperação judicial, que não esteja também em débito fiscal.

Observar-se-á o princípio da proporcionalidade, para então mitigar a aplicação do art. 52, II da LRF, a fim de que seja obstada a necessidade da apresentação da CND.

Aplica-se, o binômio meio-fim. Isso porque, observados os aspectos de cada subprincípio acima informado, vemos que a medida é:

- a) adequada e idônea ao passo que visa garantir acesso a todos aos meios para recuperação judicial da sociedade empresária em dificuldade, garantindo a esta o direito de manter os contratos já firmados com o Poder Público, ou ainda realizar novos, visto estar comprovado que regularmente utilizava esta forma de contratar;
- b) necessária porque de outra forma não poderá a recuperanda manter seus contratos de concessão em vigor com o ente público;
- c) mais benéfica, pois certamente atende ao interesse comum geral mais iminente - manutenção de fonte geradora de empregos e riquezas.

Não se pretende com isso, buscar a qualquer custo a recuperação das empresas. Pelo contrário, deve o julgador estar atento ao que lhe é apresentado e, com base nos documentos consignados, sopesar a viabilidade ou não da continuidade da sociedade empresária, que busca socorro à luz da nova lei.

Dita posição encontra-se corroborada, nos termos do eloquente aresto proferido pelo Ministro Luís Felipe Salomão, em sede de Recurso Especial, cuja ementa assim foi descrita:

RECURSO ESPECIAL Nº 1.173.735 - RN (2010/0003787-4) RELATOR: MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO RECORRENTE: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS ADVOGADOS : THIAGO CEZAR COSTA AVELINO E OUTRO(S) MARCELLE VIEIRA DE MELLO MOREIRA E OUTRO(S) RECORRIDO : ENGEQUIP - ENGENHARIA DE EQUIPAMENTOS LTDA ADVOGADO : KRAUS JOSÉ RIBEIRO OLIVEIRA EMENTA DIREITO EMPRESARIAL, TRIBUTÁRIO E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO E MONTAGEM DE INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS DE PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL COM A PETROBRAS. PAGAMENTO DO SERVIÇO PRESTADO. EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO DA EMPRESA PRESTADORA DOS SERVIÇOS. IMPOSSIBILIDADE. SOCIEDADE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ARTS. 52 E 57 DA LEI N. 11.101/2005 (LF) E ART. 191-A DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (CTN). INOPERÂNCIA DOS MENCIONADOS DISPOSITIVOS. INEXISTÊNCIA DE LEI ESPECÍFICA A DISCIPLINAR O PARCELAMENTO DA DÍVIDA FISCAL E PREVIDENCIÁRIA DE EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRECEDENTE DA CORTE ESPECIAL.

1. O art. 47 serve como um norte a guiar a operacionalidade da recuperação judicial, sempre com vistas ao desígnio do instituto, que é "viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica".

2. Segundo entendimento exarado pela Corte Especial, em uma exegese teleológica da nova Lei de Falências, visando conferir operacionalidade à recuperação judicial, é desnecessária comprovação de regularidade tributária, nos termos do art. 57 da Lei n. 11.101/2005 e do art. 191-A do CTN, diante da inexistência de lei específica a disciplinar o parcelamento da dívida fiscal

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório da 7ª Vara Empresarial
Av. Erasmo Braga, 115 Lna Central 706 CEP: 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 3133 2185 e-mail: cap07vemp@tjrj.jus.br

e previdenciária de empresas em recuperação judicial (REsp. 1187404/MT, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/06/2013, DJe 21/08/2013).

3. Dessarte, o STJ, para o momento de deferimento da recuperação, dispensou a comprovação de regularidade tributária em virtude da ausência de legislação específica a reger o parcelamento da dívida fiscal e previdenciária de empresas em recuperação judicial. Nessa linha de intelecção, por óbvio, parece ser inexigível, pelo menos por enquanto, qualquer demonstração de regularidade fiscal para as empresas em recuperação judicial, seja para continuar no exercício de sua atividade (já dispensada pela norma), seja para contratar ou continuar executando contrato com o Poder Público.

4. Na hipótese, é de se ressaltar que os serviços contratados já foram efetivamente prestados pela ora recorrida e, portanto, a hipótese não trata de dispensa de licitação para contratar com o Poder Público ou para dar continuidade ao contrato existente, mas sim de pedido de recebimento dos valores pelos serviços efetiva e reconhecidamente prestados, não havendo falar em negativa de vigência aos artigos 52 e 57 da Lei n. 11.101/2005.

5. Malgrado o descumprimento da cláusula de regularidade fiscal possa até ensejar, eventualmente e se for o caso, a rescisão do contrato, não poderá haver a retenção de pagamento dos valores devidos em razão de serviços já prestados. Isso porque nem o art. 87 da Lei n. 8.666/1993 nem o item 7.3. do Decreto n. 2.745/1998, preveem a retenção do pagamento pelo serviços prestados como sanção pelo alegado defeito comportamental. Precedentes.

6. Recurso especial a que se nega provimento.

O Ministério Público, em eloquente parecer, fez recordar igual posicionamento adotado por este magistrado em decisão proferida em outra recuperação judicial apreciada neste juízo, a qual fora chancelada pelo STJ em recente decisão proferida novamente pelo E. Ministro Luiz Felipe Salomão, nos autos do Resp. 1207117/MG.

Ademais, a esses argumentos soma-se ainda decisão proferida pelo próprio TCU no Acórdão 8271/2011, que já havia recomendado ao DNIT do Estado do Espírito Santo tal orientação:

"1.51. dar ciência à Superintendência Regional do DINIT no Estado do Espírito Santo que, em suas licitações, é possível a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela Instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta economicamente e financeiramente a participar de procedimento nos termos da Lei 8.66/93".

Fábio Ulhoa Coelho (Curso de Direito Comercial, Ed. Saraiva, 13ª ed.) lembra que "a crise da empresa pode manifestar-se de formas variadas. Ela é econômica quando as vendas de produtos ou serviços não se realizam na quantidade necessária à manutenção do negócio. É financeira quando falta à sociedade empresária dinheiro em caixa para pagar suas obrigações. Finalmente, a crise é patrimonial se o ativo é inferior ao passivo, se as dívidas superam os bens da sociedade empresária".

Neste contexto, afigura-se, segundo os dados obtidos, que a crise anunciada é meramente econômica, e que somente com a execução das soluções futuramente apresentadas no plano, somada ao contínuo exercício pleno de suas atividades comerciais, é que efetivamente será superada a crise combatida por meio do processo de recuperação.

Por tudo, considero a medida é perfeitamente possível de ser conferida em sede de recuperação judicial, a partir do momento em que não se trata de isenção ou moratória fiscal - matéria não afeta ao juízo da recuperação, mas sim, tutela de direito com fulcro nos princípios acima elencados, a possibilitar de maneira plena e absoluta a efetivação do procedimento de recuperação judicial prevista no ordenamento jurídico pátrio.



Rio de Janeiro, 21/06/2016.

Fernando Cesar Ferreira Viana - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Fernando Cesar Ferreira Viana

Em ____/____/____

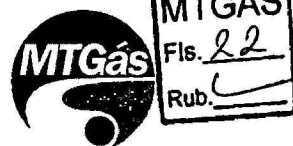
Código de Autenticação: **4UBV.13B1.M5F8.8NQE**
Este código pode ser verificado em: <http://www4.tjrj.ius.br/CertidaoCNU/validacao.do>



MTGÁS
Fis. <u>26</u>
Rub. <u> </u>



ESTADO DE MATO GROSSO
COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS



MISSÃO: Distribuição de Gás Natural Veicular.

ANEXO IV	
SOLICITAÇÃO DE PAGAMENTO DE SERVIÇO Nº. 126/2017	
NÚCLEO SISTÊMICO SÓCIOECONÔMICO	
SETOR	
REQUISITANTE:	Gerente Adm. e Financeiro - Mtgás.
RESPONSÁVEL:	Luciene Mingarelli de Lima.
PROTOCOLO SOB Nº:	353931/2017
OBJETO:	Descrição do processo original serviço a ser pago conforme Ordem de Fornecimento n.º-----2017, PED n.º. 17502.0001.17000212-6 EMPENHO n.º. 17502.0001.17.000164-8 NF n.º 1707.000197911 e 1707.000205515.

JUSTIFICATIVA CIRCUNSTANCIADA DO PAGAMENTO: Solicitamos o pagamento, do Credor OI S/A, referente à contratação de serviço telefônico fixo comutado de longa distancia nacional e serviços telefônicos comutado de longa distância nacional e internacional, do mês de Julho/2017, no valor total de **R\$ 419,87 (quatrocentos e dezenove reais e oitenta e sete centavos)**. Dados:

Credor:	2002.17431-1
Forma de Pagamento:	Fatura.
Valor:	R\$ 419,87

Cuiabá, 20 de Julho de 2017.

Assinatura do requisitante: Luciene Mingarelli de Lima Assistente da Diretoria MT Gás	
Recebido em: ____/____/2017	DIRETORIA EXECUTIVA: (x) de acordo () desfavorável Rafael Silva Reis Diretor Adm. Financeiro MTGás
Despacho do Ordenador de Despesas: Juliano Muniz Calçada Diretor Presidente MTGás	(x) De acordo () Desfavorável
Motivo:	
Observação:	



LIQ	LIQUIDAÇÃO	17502.0001.17.000184-7
Nº EMP: 17502.0001.17.000164-8		Data do Docº: 18/07/2017
Nº PED: 17502.0001.17.000212-6		Data de pagamento: 19/07/2017
Nº CAD:	Nº NOBLIST:	Nº DOTLIST:
Órgão: 17 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico		
Unidade Orçamentária: 17502 COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS		
Unidade Gestora: 17502.0001 Geral		
Data de Liberação: *** **	Liberador de Pagamento: *** **	
Liquidação Escritural: Não	Regularização: Não	Dotação Orçamentária: 17502.0001.25.122.036.2007.9900.339000000.243.1.1
Elemento de Despesa: 39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA		Elemento - Exercícios Anteriores: *** **
Nº NEX:*** **		
Forma pagamento: Nota de Ordem Bancária (NOB)	Código Bancário: 00777.00500	Banco + Agência + C/C (débito Órgão): 001.3834.000000001010100-4
Pagamento Disponibilidade RP: 001.3834.000000001010100-4		Valor Liquidação: *** 419,87 QUATROCENTOS E DEZENOVE REAIS E OITENTA E SETE CENTAVOS *** **
Histórico: Pagamento ref. serviço de telefonia fixa local e longa distancia nacional e internacional, processo nº 353931/2017.		
Código do credor: 2002.17431-1	Credor: OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL	
CPF/CNPJ: 76.535.764/0001-43	Município UF: Rio de Janeiro - RJ	Nº Processo de Pagamento 353931/2017
Forma de Recebimento: Pagamento de Faturas		
Banco + Agência + C/C: *** **		

DADOS DA DIÁRIA

Nº OS: *** **	Data de Início da Viagem: *** **
	Data de Retorno da Viagem: *** **

CONTRATOS E CONVÊNIOS

Nº Contrato: *** **	Término da vigência: *** **
Nº Convênio: *** **	

CONTROLE DO SALDO A LIQUIDAR

Valor total do empenho (R\$) *** 419,87	Saldo a liquidar (R\$) *** 419,87	Esta liquidação (R\$) *** 419,87	Saldo a liquidar atual (R\$) *** 0,00
--	--------------------------------------	-------------------------------------	--

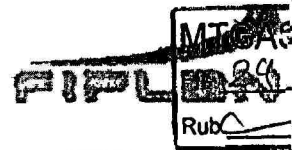
CONTROLE DE SALDO EM LIQUIDAÇÃO

Valor total do empenho (R\$) *** 419,87	Saldo em liquidação (R\$) *** 419,87	Esta liquidação (R\$) *** 419,87	Saldo em liquidação atual (R\$) *** 0,00
--	---	-------------------------------------	---



Estado de Mato Grosso

FIPLAN - Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO ESTADUAL - SATE/SEFAZ

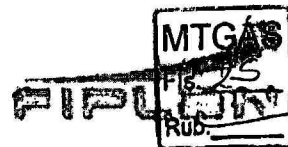


LIQ	LIQUIDAÇÃO	17502.0001.17.000184-7
-----	------------	------------------------

OBRIGAÇÕES FISCAIS - CONSIGNAÇÕES			
IRRF (R\$): *** 0,00	ISS município (R\$) *** 0,00	Município: *** ** *	
INSS (R\$): *** 0,00	MTPREV (R\$): *** 0,00	Outras consignações (R\$): *** 0,00	
Observações: Indicativo de Situação da LIQ:LIQ Normal			

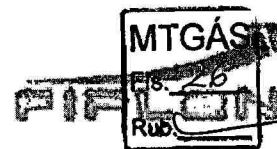
Valor Líquido: *** 419,87	QUATROCENTOS E DEZENOVE REAIS E OITENTA E SETE CENTAVOS *** ** * *** ** * ** *
------------------------------	---

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA POR SUBELEMENTO		
Natureza Despesa	Descrição	Valor
3.3.90.39.39.073	Serviços com Despesa de Telefone Convencional Fixo	*** 419,87
TOTAL DA LIQUIDAÇÃO:		*** 419,87

**Estado de Mato Grosso**FIPLAN - Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO ESTADUAL - SATE/SEFAZ

NOB	NOTA DE ORDEM BANCÁRIA	17502.0001.17.000278-6
Data de Emissão: 20/07/2017		
Nº NOBLIST:		Nº DOTLIST:
Unidade Orçamentária: 17502 - COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS		
Unidade Gestora: 0001 - Geral		
Código Bancário: 00777.00500	Banco + Agência + C/C: 001.3834.000000001010100-4	Regularização: Não
		Nº NEX : ***
SOLICITAMOS AO Banco do Brasil S/A CREDITAR AO(S) FAVORECIDO(S) ABAIXO RELACIONADO(S), LEVANDO A DÉBITO DA CONTA Nº 001.3834.000000001010100-4.		
Código do Credor: 2002.17431-1		
Credor: OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL		
CPF/CNPJ: 76.535.764/0001-43		Município UF: Rio de Janeiro RJ
Nº EMP: 17502.0001.17.000164-8		Fonte de Recurso: 243
Nº LIQ: 17502.0001.17.000184-7		
Nº Processo de Pagamento: 353931/2017		Tipo de OB: 38-FAT C/ BARRA
NOB/Fatura Fato 54: Não		
Banco + Agência + C/C:	Valor da Operação (R\$): *** 7,71	Valor por Extenso: SETE REAIS E SETENTA E UM CENTAVOS *** ** *** ** *** **
Os processos acima relacionados foram regularmente liquidados e encontra-se em condição de pagamento.		Autorizo o Pagamento 006403 - Luciano Muniz Calçada ORDENADOR DE DESPESA
Observações: Situação da NOB: Nota de Ordem Bancária (NOB) Normal Indicativo de Transmissão: Documento eletrônico do Banco do Brasil		

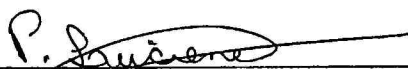

DETALHAMENTO DO PAGAMENTO DA FATURA - CONVÊNIO				
Tipo Fatura	Subtipo Fatura	Código de Barras	Código do Tributo Federal	Data de Vencimento
Com Código de Barras	Convênio	846100000005077100175015220604201701735113000005	*** **	20/07/2017
Valor Total (R\$): 7,71		Valor Total por extenso: sete reais e setenta e um centavos		
AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA		*** **		

**Estado de Mato Grosso**FIPLAN - Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO ESTADUAL - SATESEFZ

NOB	NOTA DE ORDEM BANCÁRIA	17502.0001.17.000276-1
Data de Emissão: 20/07/2017		
Nº NOBLIST:		Nº DOTLIST:
Unidade Orçamentária: 17502 - COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS		
Unidade Gestora: 0001 - Geral		
Código Bancário: 00777.00500	Banco + Agência + C/C: 001.3834.000000001010100-4	Regularização: Não
		Nº NEX : ***
SOLICITAMOS AO Banco do Brasil S/A CREDITAR AO(S) FAVORECIDO(S) ABAIXO RELACIONADO(S), LEVANDO A DÉBITO DA CONTA Nº 001.3834.000000001010100-4.		
Código do Credor: 2002.17431-1		
Credor: OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL		
CPF/CNPJ: 76.535.764/0001-43		Município UF: Rio de Janeiro RJ
Nº EMP: 17502.0001.17.000164-8		Fonte de Recurso: 243
Nº LIQ: 17502.0001.17.000184-7		
Nº Processo de Pagamento: 353931/2017		Tipo de OB: 38-FAT C/ BARRA
NOB/Fatura Fato 54: Não		
Banco + Agência + C/C:	Valor da Operação (R\$): *** 412,16	Valor por Extenso: QUATROCENTOS E DOZE REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS *** ** ***** *****
Os processos acima relacionados foram regularmente liquidados e encontra-se em condição de pagamento. LUCIENE MINGARELLI LIMA Chefe do Núcleo Setorial de Finanças (NSF)		Autorizo o Pagamento 006403 - Juliano Muniz Galçada ORDENADOR DE DESPESA
Observações: Situação da NOB: Nota de Ordem Bancária (NOB) Normal Indicativo de Transmissão: Documento eletrônico do Banco do Brasil		

DETALHAMENTO DO PAGAMENTO DA FATURA - CONVÊNIO				
Tipo Fatura	Subtipo Fatura	Código de Barras	Código do Tributo Federal	Data de Vencimento
Com Código de Barras	Convênio	846400000044121600175016220604201701732114000001	*** **	20/07/2017
Valor Total (R\$):		Valor Total por extenso:		
412,16		quatrocentos e doze reais e dezesseis centavos		
AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA		*** **		



NOB	NOTA DE ORDEM BANCÁRIA	17502.0001.17.000276-1
Data de Emissão: 20/07/2017		
Nº NOBLIST:		Nº DOTLIST:
Unidade Orçamentária: 17502 - COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS		
Unidade Gestora: 0001 - Geral		
Código Bancário: 00777.00500	Banco + Agência + C/C: 001.3834.000000001010100-4	Regularização: Não
		Nº NEX : ***
SOLICITAMOS AO Banco do Brasil S/A CREDITAR AO(S) FAVORECIDO(S) ABAIXO RELACIONADO(S), LEVANDO A DÉBITO DA CONTA Nº 001.3834.000000001010100-4.		
Código do Credor: 2002.17431-1		
Credor: OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL		
CPF/CNPJ: 76.535.764/0001-43		Município UF: Rio de Janeiro RJ
Nº EMP: 17502.0001.17.000164-8		Fonte de Recurso: 243
Nº LIQ: 17502.0001.17.000184-7		
Nº Processo de Pagamento: 353931/2017		Tipo de OB: 38-FAT C/ BARRA
NOB/Fatura Fato 54: Não		
Banco + Agência + C/C: :	Valor da Operação (R\$): *** 412,16	Valor por Extenso: QUATROCENTOS E DOZE REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS *** ** *** ** *** **
Os processos acima relacionados foram regularmente liquidados e encontra-se em condição de pagamento.  LUCIENE MINGARELLI LIMA Chefe do Núcleo Setorial de Finanças (NSF)		AUTORIZO O PAGAMENTO  006403 - Juliano Muniz Calçada ORDENADOR DE DESPESA
Observações: Situação da NOB: Nota de Ordem Bancária (NOB) Normal Indicativo de Transmissão: Documento eletrônico do Banco do Brasil		

DETALHAMENTO DO PAGAMENTO DA FATURA - CONVÊNIO

Tipo Fatura	Subtipo Fatura	Código de Barras	Código do Tributo Federal	Data de Vencimento
Com Código de Barras	Convênio	846400000044121600175016220604201701732114000001	*** **	20/07/2017
Valor Total (R\$): 412,16		Valor Total por extenso: quatrocentos e doze reais e dezesseis centavos		
AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA		FF6E51F7BBFDF857		



NOB	NOTA DE ORDEM BANCÁRIA	17502.0001.17.000278-6
Data de Emissão: 20/07/2017		
Nº NOBLIST:		Nº DOTLIST:
Unidade Orçamentária: 17502 - COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS		
Unidade Gestora: 0001 - Geral		
Código Bancário: 00777.00500	Banco + Agência + C/C: 001.3834.000000001010100-4	Regularização: Não
		Nº NEX : ***
SOLICITAMOS AO Banco do Brasil S/A CREDITAR AO(S) FAVORECIDO(S) ABAIXO RELACIONADO(S), LEVANDO A DÉBITO DA CONTA Nº 001.3834.000000001010100-4.		
Código do Credor: 2002.17431-1		
Credor: OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL		
CPF/CNPJ: 76.535.764/0001-43		Município UF: Rio de Janeiro RJ
Nº EMP: 17502.0001.17.000164-8		Fonte de Recurso: 243
Nº LIQ: 17502.0001.17.000184-7		
Nº Processo de Pagamento: 353931/2017		Tipo de OB: 38-FAT C/ BARRA
NOB/Fatura Fato 54: Não		
Banco + Agência + C/C:	Valor da Operação (R\$): *** 7,71	Valor por Extenso: SETE REAIS E SETENTA E UM CENTAVOS *** ** *** **
Os processos acima relacionados foram regularmente liquidados e encontra-se em condição de pagamento.		Autorizo o pagamento
 LUCIENE MINGARELLI LIMA Chefe do Núcleo Setorial de Finanças (NSF)		 006403 Juliano Muniz Calçada ORDENADOR DE DESPESA
Observações: Situação da NOB: Nota de Ordem Bancária (NOB) Normal Indicativo de Transmissão: Documento eletrônico do Banco do Brasil		

DETALHAMENTO DO PAGAMENTO DA FATURA - CONVÊNIO

Tipo Fatura	Subtipo Fatura	Código de Barras	Código do Tributo Federal	Data de Vencimento
Com Código de Barras	Convênio	846100000005077100175015220604201701735113000005	*** **	20/07/2017
Valor Total (R\$): 7,71		Valor Total por extenso: sete reais e setenta e um centavos		
AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA		451E5CB8EBBC2890		



A energia verde

Proc. UE 360623/2017
di Exco - intern
mots v.f. julho/2017



ANEXO II	
SOLICITAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL/SERVIÇO N.º161/2017	
NÚCLEO SISTÊMICO SÓCIOECONÔMICO	
SETOR REQUISITANTE:	Gerente Adm. e Financeiro – MTGás.
PROTOCOLO SOB N.º:	360683/2017
RESPONSÁVEL:	Luciene Mingarelli de Lima.
OBJETO:	Referente à Internet Dedicada
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:	17502.2007.9900.33903900.243.
VALOR:	R\$ 2.660,97
<p>JUSTIFICATIVA CIRCUNSTANCIADA DA DESPESA: Solicitamos a inclusão de PED/EMP global do credor OI S/A, referente à serviço de internet dedica banda larga para atender este Órgão/ MTGás, referente período de julho no valor de R\$ 2.660,97 (dois mil, seiscentos e sessenta reais e noventa e sete centavos) para atender a Companhia.</p>	
Credor:	2002.17431-1
Dotação:	3390.3900
UO:	17502
PAOE:	2007 (Regional 9900)
Categoria Econômica:	3- Despesa Corrente
Grupo de Natureza de Despesa:	3- Outras despesas correntes
Modalidade de Aplicação:	90- Aplicações Diretas.
Modalidade de Licitação:	Pregão nº 006/2013
Fonte:	243
Valor:	R\$ 2.660,97
Cuiabá, 07 de Julho, 2017.	
<p>Assinatura do requisitante:</p> <p><i>Luciene Mingarelli de Lima</i> Assistente de Diretoria MT Gás</p>	
Recebido em:	<p>DIRETORIA EXECUTIVA: (X) De acordo () Desfavorável</p> <p>RAFAEL SILVA REIS DIRETOR ADM. FINANCEIRO</p>
<p>Despacho do Ordenador de Despesas: (x) De acordo () Desfavorável</p> <p>Motivo:</p> <p>JULIANO MUNIZ CALÇADA DIRETOR PRESIDENTE</p>	



SOLICITAÇÃO DE PEDIDO DE EMPENHO Nº 155/2017

Cuiabá/MT, 07/07/2017

PROTOCOLO: 360683/2017

DE: Gerência Adm. e Financeira - Companhia Matogrossense de Gás

(x) PED/EMP () PED RESERVA () ALTERAÇÃO DE PED

ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA: Solicitamos inclusão de PED/EMP ref. Serviço de internet banda larga, período de julho/2017.

CÓD. CREDOR: 2002.17431-1

NOME: OI S/A

CNPJ: 76.535.764/0001-43

VALOR: R\$ 2.660,97

TIPO:

() ORDINÁRIO

(X) ESTIMATIVO

() GLOBAL

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

UO	P/A/OE	REGIÃO	NAT. DESPESA	ELEMENTO	FONTE
17502	2007	9900	3190	39	243

MODALIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE, ART. 25, INCISO I

CRD - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO / PAGAMENTOS PREVISTOS

JANEIRO		JULHO	R\$ 2.660,97
FEVEREIRO		AGOSTO	
MARÇO		SETEMBRO	
ABRIL		OUTUBRO	
MAIO		NOVEMBRO	
JUNHO		DEZEMBRO	
		TOTAL	R\$ 2.660,97

Atenciosamente,

Luciene Mingarelli

Coord. Financeira Nomeada
Solicitante

Juliano Muniz Calçada

Diretor Presidente - MTGás
De acordo: Ordenador de Despesas



PED	PEDIDO DE EMPENHO	17502.0001.17.000214-2
Data de Solicitação: 17/07/2017		RESERVA DE EMPENHO
Unidade Orçamentária: 17502 - COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS		
Unidade Gestora: 0001 - Geral		
Projeto/Atividade: 2007 - Manutenção de serviços administrativos gerais		
Nº Processo de Pagamento:	Nº NOBLIST:	
360683/2017	*** ** *	*** ** *
Especificação: Pagamento ref. serviço de internet dedicada.		

DEMONSTRATIVO DO SALDO ORÇAMENTÁRIO

Dotação Orçamentária: 17502.0001.25.122.036.2007.9900.339000000.243.1.1		Elemento de Despesa: 39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	
Tipo de Despesa: 7 - Compras e Serviços		Convênio: Não	
Saldo Orc. Anterior (R\$) *** 18.802,93	Valor Total da Reserva (R\$) *** 2.660,97	Saldo Orc. Atual (R\$) *** 16.141,96	
Tipo de Empenho: Ordinário			
Valor por Extensão: DOIS MIL E SEISCENTOS E SESENTA REAIS E NOVENTA E SETE CENTAVOS *****			
Reserva Inicial (R\$):		*** 2.660,97	
Valor Total - Reforço (R\$):		*** 0,00	
Valor Total - Redução (R\$):		*** 0,00	

DADOS DO CREDOR

Código: 2002.17431-1	Nome: OI S.A.		
Endereço: r do Lavradio, 71			
CPF/ CNPJ/ IG: 76.535.764/0001-43	Insc. Estadual: *** ** *	RG: *** ** *	

DADOS DA DIÁRIA

Nº OS: *** ** *	Data de Início da Viagem: *** ** *
	Data de Retorno da Viagem: *** ** *

DADOS DO ADIANTAMENTO

Nº CAD: *** ** *	Data de Solicitação: *** ** *
------------------	-------------------------------

Observações: Situação do PED: Reserva de Empenho para processo Licitatório



EMP	NOTA DE EMPENHO	17502.0001.17.000167-2
Nº PED: 17502.0001.17.000214-2		Data de Emissão: 18/07/2017
Nº DOTLIST: *** **		Nº NOBLIST: *** **
Unidade Orçamentária: 17502 - COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS		Unidade Gestora: 0001 - Geral
Projeto/Atividade: 2007 - Manutenção de serviços administrativos gerais	Recurso: Normal	Tipo de Empenho: Ordinário
Modalidade de Licitação: Dispensa	Nº Referência Licitação: *** **	Motivo Dispensa Licitação *** **
Nº Convênio *** **	Transferido - Resto a Pagar Não	Nº Processo de Pagamento: 360683/2017

DADOS DO CREDOR

Código: 2002.17431-1	Nome: OI S.A.	
Endereço: r do Lavradio, 71	CEP: 20.230-070	
Bairro: Asa Sul	Município: Rio de Janeiro	UF: RJ
CPF/ CNPJ/ IG: 76.535.764/0001-43	Insc. Estadual: *** **	RG: *** **

DADOS DA DIÁRIA

Nº OS: *** **	Data de Início da Viagem: *** **
	Data de Retorno da Viagem: *** **

DADOS DO ADIANTAMENTO

Nº CAD: *** **	Data de Solicitação: *** **
----------------	-----------------------------

DEMONSTRATIVO DA RESERVA DE EMPENHO

Dotação Orçamentária: 17502.0001.25.122.036.2007.9900.339000000.243.1.1		Elemento de Despesa: 39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
Valor Total do Empenho (R\$): *** 2.660,97	Valor por Extenso: DOIS MIL E SEISCENTOS E SESENTA REAIS E NOVENTA E SETE CENTAVOS *** ** *** **	
Histórico: Empenho do PED Nº 17502.0001.17.000214-2 Pagamento ref. serviço de internet dedicada.		
Data de Autorização da Despesa: 18/07/2017	Ordenador de Despesa: Juliano Muniz Calçada	
<div style="display: flex; justify-content: space-between; align-items: center;"><div>_____ Responsável pela Execução Orçamentária</div><div> _____ Juliano Muniz Calçada Ordenador de Despesa</div></div>		

Observações:
Situação do EMP: Empenho (EMP) normal
Número do documento de estorno:



FIXO

OI S.A.
Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro
CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
CNPJ Matriz: 76.535.764/0001-43
CNPJ: 76.535.764/0329-32 I.E: 13.094.807-1

Fatura de Serviços de Telecomunicações

Página
000001 de
000008



CTCE CUIABA MT PL1

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGAS
AV HIST RUBENS DE MENDONCA 02254 CJ704 AN7 AMERICAN BUSINESS CEN
JARDIM ACLIMACAO
78050-268 CUIABA - MT



721351282053002000006657230040717

Fatura: 1707.000085002
Contrato Agrupador: 505.305.014-3 - 1ª Via

Demonstrativo da fatura	Valor (R\$)
SERVICOS MENSAIS	2.604,16
SERVICOS OI	2.604,16
SERVICOS MENSAIS	0,00
SERVICOS OI	0,00
ITENS FINANCEIROS	56,81
DOCUMENTO FINANCEIRO	56,81
Valor a pagar	2.660,97

ATESTADO
Atestamos que o(s) serviço(s),
foi(ram) executado(s).
Cuiabá-MT, 07/07/2017

Marcia Victor de Moraes
Assessora Especial
MT Gás

OI,

Só a Oi tem móvel, banda larga, fixo, DDD e muito mais. E sua empresa só tem a ganhar: os benefícios continuam os mesmos e, em breve, você terá muitas novidades. Aguarde.
Mais informações? Acesse www.oi.com.br ou fale com seu Consultor.

Data de vencimento: 20/07/2017
Valor de sua conta: 2.660,97

Número de seu telefone: 65 049 9409

Mês de referência: julho 2017

Período: 26/05/2017 a 25/06/2017

Data de emissão: 01/07/2017



FIXO

OI S.A.
Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro
CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
CNPJ Matriz: 76.535.764/0001-43
CNPJ: 76.535.764/0329-32 I.E: 13.094.807-1

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGAS

Número do Telefone: 65 049 9409

Número da Fatura: 1707.000085002

Sequencial: 505305014 201707 32136

84660000026 5 60970017505 0 30501420170 4 73213600000 5



Data de Vencimento 20/07/2017
Valor a pagar: 2.660,97

Nº Identificador para Débito Automático: 505.305.014-3



FIXO



NOTA FISCAL DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES		NÚMERO DA NF:000.083.726 SÉRIE: U SUB-SÉRIE:02		
COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGAS AV HIST RUBENS DE MENDONCA 02254 CJ704 AN7 AMERICAN BUSINESS CEN JARDIM ACLIMACAO 78050-268 CUIABA - MT		Número do Cliente: 381382597000001 Período de: 26/05/2017 a 25/06/2017 Contrato Agrupador: 505.305.014-3 Telefone Agrupador: 65 049 9409 Contrato Agrupado: 505.305.014-3 Telefone Agrupado: 65 049 9409 CPF/CNPJ: 06.023.921/0001-58 Insc. Estadual: 132567750 Data de emissão: 01/07/2017		
Oi S.A. CNPJ: 76.535.784/0329-32 I.E: 13.094.807-1 Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro - SUL CEP 78020-902 - Cuiabá - MT Via: Única CFOP:05303 Natureza da Operação: Serviço de Telecomunicações	RESUMO DOS TRIBUTOS			
	Base de Cálculo	ICMS	ICMS	ISS
	Aliquota	2.604,16	0,00	0,00
	Valor	32%	0%	0%
		833,33	0,00	0,00
RESERVADO AO FISCO				
1CD5.1AFE.638A.38FB.D8DF.6D06.ED41.9217				

SERVICOS OI					
SERVICOS MENSAIS					
Sequência	Descrição dos serviços	Dia/Qtde	% Desconto	Alíquota	Valor
1	UTILIZACAO ACESSO IP CORPORATIVO 4 MBPS	30		32% ICMS	2.604,16
2	UTILIZACAO PORTA IP CORPORATIVO 4 MBPS	30		0%	0,00
3	UTILIZACAO PORTA IP CORPORATIVO 4 MBPS	30		0%	0,00
Total SERVICOS MENSAIS					2.604,16
Total Nota Fiscal OI					2.604,16
DOCUMENTO FINANCEIRO - Nº 000.085.002					
ITENS FINANCEIROS					
Sequência	Descrição dos serviços	Data	Histórico	% Desconto	Valor
4	ATUALIZACAO DE VALORES	21/06/2017	20170520/20170525		4,45
5	MULTA DE CONTA	21/06/2017	20170520/20170525		52,38
Total ITENS FINANCEIROS					56,81
Total Documento Financeiro					56,81
Valor a pagar					2.660,97

Ter você como cliente é um privilégio. Obrigado por pagar sua conta em dia.

FIXO

Oi S.A.
Período: 26/05/2017 a 25/06/2017 **Folha Resumo**



Página
000005 de
000006

Oi S.A.
Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro
CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
CNPJ Matriz: 76.535.764/0001-43
CNPJ: 76.535.764/0329-32 I.E: 13.094.807-1

Número do Cliente: 381382597000001
Contrato Agrupador: 505.305.014-3
Contrato Agrupado: 505.305.014-3
CPF/CNPJ: 06.023.921/0001-56
I.E.: 132567750
Período de: 26/05/2017 a 25/06/2017
Telefone Agrupador: 65 049 9409
Telefone Agrupado: 65 049 9409
Fatura: 1707.000085002
Classe: CIRCUITO

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGAS
AV HIST RUBENS DE MENDONCA 02254 CJ704 AN7
AMERICAN BUSINESS CEN
JARDIM ACLIMACAO
78050-268 CUIABA - MT

Resumo dos Telefones da Fatura com Nota Fiscal 000.085.002 até 000.085.002

Telefone	N. Fiscal	Valor	Telefone	N. Fiscal	Valor	Telefone	N. Fiscal	Valor
65 049 9409	000.085.002	56,81						
Total R\$		56,81						

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório da 7ª Vara Empresarial
Av. Erasmo Braga, 115 Lna Central 706CEP: 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 3133 2185 e-mail:
cap07vemp@tjrj.jus.br



Processo: 0203711-65.2016.8.19.0001

Fls.

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Recuperação Judicial - Recuperação Judicial
Autor: OI S.A.
Autor: TELEMAR NORTE LESTE S.A.
Autor: OI MÓVEL S.A.
Autor: COPART 4 PARTICIPAÇÕES S.A.
Autor: COPART 5 PARTICIPAÇÕES S.A.
Autor: PORTUGAL TELECOM INTERNATIONAL FINANCE B.V.
Autor: OI BRASIL HOLDINGS COÖPERATIEF U.A.

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Fernando Cesar Ferreira Viana

Em 21/06/2016

Decisão

Destaco de plano que a presente decisão se limitará à análise do pedido de tutela de urgência formulado na exordial - notadamente o pedido de suspensão das ações e execuções em face das Recuperandas, e pedido de dispensa de apresentação de certidões negativas - ficando as demais questões afetas ao provimento inicial do pleito de recuperação judicial (art. 52 da Lei 11.101/05) postergadas para melhor exame tão logo os autos retornem conclusos, após a publicação deste decisum. Tal providencia se justifica por conta do notório impacto social e repercussão econômica que a demora de apreciação da tutela de urgência poderá gerar no mercado global.

Informam as requerentes terem origem na junção das gigantes nacionais no setor de telecomunicações, quais sejam, a TNL e a Brasil Telecom S.A., em 2009, tendo essas sociedades antes nascidas a partir da privatização da TELEBRÁS em 1998.

Expõem que seu ramo de operação é o da prestação de serviço público, por meio de concessão, cuja essencialidade é ínsita à própria natureza pública do serviço, levando em conta ser: i) A maior prestadora de serviços de telefonia fixa do País, atendendo em todo território nacional; ii) ter como base 47,8 milhões clientes usuários de telefonia móvel até março de 2016; iii) 8,7 milhões de acessos à internet banda larga; iv) 1,2 milhões de assinaturas de TV e v) 2 milhões de hotspost wifi, em locais públicos, como aeroportos e shopping centers.

Afirmam, que por atuarem em um ramo estratégico para economia, eventual interrupção de qualquer dos seus serviços tem potencialidade para produzir efeitos catastróficos, não só para os inúmeros usuários, como para o próprio Grupo Empresarial, que veria inexoravelmente o aumento de seu passivo e a redução da sua capacidade de obter as receitas necessárias ao seu pagamento.

O gigantismo do Grupo gera em torno de 138 mil postos de trabalhos diretos e indiretos no Brasil,



Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório da 7ª Vara Empresarial
Av. Erasmo Braga, 115 Lna Central 706 CEP: 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 3133 2185 e-mail:
cap07vemp@tjrj.jus.br

dos quais 37 mil somente no Estado do Rio de Janeiro, os quais poderão estar em risco, caso qualquer evento coloque em risco a capacidade de recuperação das empresas OI.

Prosseguem dizendo que diante do grave cenário que se abateu sobre as empresas do Grupo, não restou alternativa senão a propositura do pedido de recuperação judicial, que, porém, ao se desencadear, provocará reações dos seus diversos credores e parceiros, cujas consequências podem inviabilizar o pedido.

Isto porque, afirmam, diversos são os contratos estratégicos firmados pelas requerentes em que figura a cláusula rescisória em caso de pedido de recuperação judicial, fato que se efetivamente ocorrer irá diminuir drasticamente os ativos das empresas OI, necessitando assim que sua eficácia seja suspensa.

Igualmente aduz ser necessário, para fins da continuidade de suas atividades empresariais, seja concedida autorização para funcionar sem que haja necessidade da apresentação das certidões negativas.

Por último, informam que há evidente receio de que a repercussão do pedido desencadeará em âmbito nacional uma enxurrada de constrições judiciais para garantia de dívidas sujeitas à recuperação judicial, que embora possam ser futuramente revertidas por decisão do juízo da recuperação judicial, por certo trarão prejuízo às requerentes que poderão não dispor dos valores em tempo hábil para pagamento de despesas imediatas.

Fincadas tais prefaciais, analiso de plano a postulação liminar.

O ordenamento jurídico brasileiro pela Lei 11.101/2005 introduziu a Recuperação Judicial dos empresários e sociedades empresárias, definindo os escopos para concessão deste benefício legal, o qual visa viabilizar o enfrentamento de crise econômico-financeira pela sociedade empresária ou empresário, com vista à manutenção da fonte produtora do emprego, preservando interesses sociais e dos credores.

Tem a lei, portanto, como principal foco a preservação da empresa e a proteção do mercado, de modo que este possa se desenvolver de modo sadio, potencializando benefício à sociedade como um todo.

As normas que regem o procedimento de Recuperação Judicial devem ser analisadas de forma sistemática, valendo-se sempre que possível o julgador de uma interpretação sociológica, para tentar alcançar aos fins sociais e as exigências do bem comum, que nova lei quis introduzir.

A LRF destacou no seu art. 47 como princípios básicos a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

Partindo desta premissa, um dos objetivos mediatos da norma é o de fixar os meios necessários ao desenvolvimento da recuperação e do cumprimento do plano apresentado, dentre elas a sujeição à recuperação judicial de todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos (art. 49) e a suspensão da prescrição e de todas as ações, execuções em face do devedor (art. 6º).

In causa, trata-se do pedido de recuperação judicial o maior grupo nacional de exploração da telefonia fixa, tendo ainda ampla atuação no mercado da telefonia móvel e TV por assinatura.

Dispõem assim o art. 6º e seu § 4º da LFRE:

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório da 7ª Vara Empresarial
Av. Erasmo Braga, 115 Lna Central 706CEP: 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 3133 2185 e-mail:
cap07vemp@tjrj.jus.br

"A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário."

...

§4º Na recuperação judicial, a suspensão de que trata o caput deste artigo em hipótese nenhuma excederá o prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias contado do deferimento do processamento da recuperação, restabelecendo-se, após o decurso do prazo, o direito dos credores de iniciar ou continuar suas ações e execuções, independentemente de pronunciamento judicial.

Partindo de uma interpretação apenas literal, somente o deferimento do processamento da recuperação judicial impõe aos credores o que alguns doutrinadores têm denominado de automatic stay, que deve ser observado por todos sem exceção.

Verifica-se, portanto, ser a suspensão uma determinação legal, ou seja, efeito do próprio deferimento do pedido de recuperação judicial, com vista a oportunizar ao devedor um período salvaguardado da influência dos credores, para que possa organizar e melhor expor suas soluções de mercado.

Outro efeito do deferimento do processamento, diz respeito à questão da possibilidade do juízo da recuperação isentar a sociedade empresária - em recuperação judicial- da apresentação das Certidões Negativas de Débitos Fiscais (CND), quando da contratação daquela com o Poder Público.

Inicialmente, deve ser esclarecido não haver mais dúvidas, quanto à possibilidade da contratação, pela empresa em recuperação judicial, com o Poder Público. Tal afirmação decorre da simples interpretação contida no art. 52, II da LRF, que aponta a possibilidade da contratação com o Poder Público, ou para recebimento de benefícios e incentivos fiscais por parte da recuperanda, desde que apresentadas às negativas fiscais exigidas.

Sendo assim, a certidão exigida no inciso II do art. 32 da Lei 8666/93, que aponta para necessidade da apresentação de certidão negativa de falência ou concordata, está em parte derogada, pois neste caso prevalecerá a também lei especial 11.101/05, promulgada posteriormente, que expressamente reconheceu a possibilidade da empresa em recuperação contratar com o setor público.

Assim, sendo deferida a recuperação, o cerne da presente questão se fixa na possibilidade do juízo da recuperação poder isentar a recuperanda da apresentação das certidões negativas, tornando-a apta por completo a participar de licitações, receber créditos ou incentivos fiscais do Estado.

Em discussão está a ponderação sobre dois importantes princípios constitucionais, quais sejam, o da "preservação da empresa" (assim considerado por estar implicitamente conscrito no art. 170 da C.F.), hoje considerada como ente de relevante função social; e, de outro lado, em contrapartida, o "princípio do interesse público geral", que determina a necessidade do Poder Público observar a legalidade estrita no procedimento de licitação, a fim de evitar prejuízo ao bem comum.

Vislumbrada essa situação, imperioso será a utilização do princípio da proporcionalidade para fins de se fazer uma necessária ponderação entre valores equivalentes. Trata-se de um princípio com status constitucional, que busca ponderar direitos fundamentais que se conflitam, através da devida adequação dos mesmos com o binômio meio-fim; subdividido pela doutrina em três outros princípios, quais sejam: o princípio da adequação, o princípio da necessidade e o princípio da proporcionalidade em sentido estrito.

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório da 7ª Vara Empresarial
Av. Erasmo Braga, 115 Lna Central 706CEP: 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 3133 2185 e-mail:
cap07vemp@tjrj.jus.br

11.101/2005).

Mencionado dispositivo trouxe inovadora conquista, conquanto tenha se afigurado visivelmente inócuo, posto que dificilmente existirá empresa em situação de recuperação judicial, que não esteja também em débito fiscal.

Observar-se-á o princípio da proporcionalidade, para então mitigar a aplicação do art. 52, II da LRF, a fim de que seja obstada a necessidade da apresentação da CND.

Aplica-se, o binômio meio-fim. Isso porque, observados os aspectos de cada subprincípio acima informado, vemos que a medida é:

- a) adequada e idônea ao passo que visa garantir acesso a todos aos meios para recuperação judicial da sociedade empresária em dificuldade, garantindo a esta o direito de manter os contratos já firmados com o Poder Público, ou ainda realizar novos, visto estar comprovado que regulamente utilizava esta forma de contratar;
- b) necessária porque de outra forma não poderá a recuperanda manter seus contratos de concessão em vigor com o ente público;
- c) mais benéfica, pois certamente atende ao interesse comum geral mais iminente - manutenção de fonte geradora de empregos e riquezas.

Não se pretende com isso, buscar a qualquer custo a recuperação das empresas. Pelo contrário, deve o julgador estar atento ao que lhe é apresentado e, com base nos documentos consignados, sopesar a viabilidade ou não da continuidade da sociedade empresária, que busca socorro à luz da nova lei.

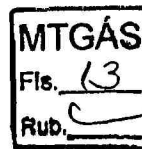
Dita posição encontra-se corroborada, nos termos do eloquente aresto proferido pelo Ministro Luís Felipe Salomão, em sede de Recurso Especial, cuja ementa assim foi descrita:

RECURSO ESPECIAL Nº 1.173.735 - RN (2010/0003787-4) RELATOR: MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO RECORRENTE: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS ADVOGADOS : THIAGO CEZAR COSTA AVELINO E OUTRO(S) MARCELLE VIEIRA DE MELLO MOREIRA E OUTRO(S) RECORRIDO : ENGEQUIP - ENGENHARIA DE EQUIPAMENTOS LTDA ADVOGADO : KRAUS JOSÉ RIBEIRO OLIVEIRA EMENTA DIREITO EMPRESARIAL, TRIBUTÁRIO E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO E MONTAGEM DE INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS DE PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL COM A PETROBRAS. PAGAMENTO DO SERVIÇO PRESTADO. EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO DA EMPRESA PRESTADORA DOS SERVIÇOS. IMPOSSIBILIDADE. SOCIEDADE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ARTS. 52 E 57 DA LEI N. 11.101/2005 (LF) E ART. 191-A DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (CTN). INOPERÂNCIA DOS MENCIONADOS DISPOSITIVOS. INEXISTÊNCIA DE LEI ESPECÍFICA A DISCIPLINAR O PARCELAMENTO DA DÍVIDA FISCAL E PREVIDENCIÁRIA DE EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRECEDENTE DA CORTE ESPECIAL.

1. O art. 47 serve como um norte a guiar a operacionalidade da recuperação judicial, sempre com vistas ao desígnio do instituto, que é "viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica".

2. Segundo entendimento exarado pela Corte Especial, em uma exegese teleológica da nova Lei de Falências, visando conferir operacionalidade à recuperação judicial, é desnecessária comprovação de regularidade tributária, nos termos do art. 57 da Lei n. 11.101/2005 e do art. 191-A do CTN, diante da inexistência de lei específica a disciplinar o parcelamento da dívida fiscal





Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário

Tribunal de Justiça

Comarca da Capital

Cartório da 7ª Vara Empresarial

Av. Erasmo Braga, 115 Lna Central 706CEP: 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 3133 2185 e-mail: cap07vemp@tjrj.jus.br

e previdenciária de empresas em recuperação judicial (REsp. 1187404/MT, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/06/2013, DJe 21/08/2013).

3. Dessarte, o STJ, para o momento de deferimento da recuperação, dispensou a comprovação de regularidade tributária em virtude da ausência de legislação específica a reger o parcelamento da dívida fiscal e previdenciária de empresas em recuperação judicial. Nessa linha de intelecção, por óbvio, parece ser inexigível, pelo menos por enquanto, qualquer demonstração de regularidade fiscal para as empresas em recuperação judicial, seja para continuar no exercício de sua atividade (já dispensado pela norma), seja para contratar ou continuar executando contrato com o Poder Público.

4. Na hipótese, é de se ressaltar que os serviços contratados já foram efetivamente prestados pela ora recorrida e, portanto, a hipótese não trata de dispensa de licitação para contratar com o Poder Público ou para dar continuidade ao contrato existente, mas sim de pedido de recebimento dos valores pelos serviços efetiva e reconhecidamente prestados, não havendo falar em negativa de vigência aos artigos 52 e 57 da Lei n. 11.101/2005.

5. Malgrado o descumprimento da cláusula de regularidade fiscal possa até ensejar, eventualmente e se for o caso, a rescisão do contrato, não poderá haver a retenção de pagamento dos valores devidos em razão de serviços já prestados. Isso porque nem o art. 87 da Lei n. 8.666/1993 nem o item 7.3. do Decreto n. 2.745/1998, preveem a retenção do pagamento pelo serviços prestados como sanção pelo alegado defeito comportamental. Precedentes.

6. Recurso especial a que se nega provimento.

O Ministério Público, em eloquente parecer, fez recordar igual posicionamento adotado por este magistrado em decisão proferida em outra recuperação judicial apreciada neste juízo, a qual fora cancelada pelo STJ em recente decisão proferida novamente pelo E. Ministro Luiz Felipe Salomão, nos autos do Resp. 1207117/MG.

Ademais, a esses argumentos soma-se ainda decisão proferida pelo próprio TCU no Acórdão 8271/2011, que já havia recomendado ao DNIT do Estado do Espírito Santo tal orientação:

"1.51. dar ciência à Superintendência Regional do DINIT no Estado do Espírito Santo que, em suas licitações, é possível a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta economicamente e financeiramente a participar de procedimento nos termos da Lei 8.66/93".

Fábio Ulhoa Coelho (Curso de Direito Comercial, Ed. Saraiva, 13ª ed.) lembra que "a crise da empresa pode manifestar-se de formas variadas. Ela é econômica quando as vendas de produtos ou serviços não se realizam na quantidade necessária à manutenção do negócio. É financeira quando falta à sociedade empresária dinheiro em caixa para pagar suas obrigações. Finalmente, a crise é patrimonial se o ativo é inferior ao passivo, se as dívidas superam os bens da sociedade empresária".

Neste contexto, afigura-se, segundo os dados obtidos, que a crise anunciada é meramente econômica, e que somente com a execução das soluções futuramente apresentadas no plano, somada ao contínuo exercício pleno de suas atividades comerciais, é que efetivamente será superada a crise combatida por meio do processo de recuperação.

Por tudo, considero a medida é perfeitamente possível de ser conferida em sede de recuperação judicial, a partir do momento em que não se trata de isenção ou moratória fiscal - matéria não afeta ao juízo da recuperação, mas sim, tutela de direito com fulcro nos princípios acima elencados, a possibilitar de maneira plena e absoluta a efetivação do procedimento de recuperação judicial prevista no ordenamento jurídico pátrio.



Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório da 7ª Vara Empresarial
Av. Erasmo Braga, 115 Lna Central 706CEP: 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 3133 2185 e-mail:
cap07vemp@tjrj.jus.br

Destarte, os pedidos formulados em sede de tutela de urgência, são efeitos da decisão que poderá conferir deferimento do processamento do pedido de recuperação, sendo sua antecipação previsível, com base na conjugação subsidiária do NCPC, que em seu art. 300, diz:

"A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo."

A probabilidade do deferimento do pedido de recuperação judicial se demonstra da própria leitura da petição inicial e da vasta documentação anexada, já que nesta fase não compete ao juízo fazer qualquer juízo de valor quanto à viabilidade econômica das sociedades que ingressaram com o pedido, porém, a necessária análise de cerca de 89.000 páginas, que instruem o pedido inicial, demandará um período de tempo, o que recomenda a imediata apreciação, ainda que em parte, do pedido de tutela antecipada, até porque estão configurados todos os pressupostos necessários ao acolhimento do pleito de urgência.

Isto posto, defiro o pedido de tutela de urgência, para determinar:

- a) A suspensão de todas as ações e execuções contra as Recuperandas, pelo prazo de 180 dias, de modo a evitar que constrições judiciais sejam realizadas no período compreendido entre o ajuizamento da presente recuperação judicial e o deferimento do seu processamento.
- b) A dispensa da apresentação de certidões negativas em qualquer circunstância relacionada às Recuperandas, inclusive para que exerçam suas atividades (incluindo certidão negativa de débitos referentes às receitas administradas pela ANATEL e certidão negativa de distribuição de pedidos de falência e recuperação judicial).

Publique-se, com urgência, e voltem imediatamente conclusos para análise dos documentos que instruem a inicial, e do parecer ministerial como um todo, para efeito de proferir o despacho previsto no art. 52 da Lei 11.101/05.

Rio de Janeiro, 21/06/2016.

Fernando Cesar Ferreira Viana - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

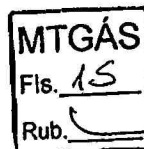
Fernando Cesar Ferreira Viana

Em ____/____/____

Código de Autenticação: 4UBV.13B1.M5F8.8NQE
Este código pode ser verificado em: <http://www4.tjrj.jus.br/CertidaoCNJ/validacao.do>



Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório da 7ª Vara Empresarial
Av. Erasmo Braga, 115 Lna Central 706CEP: 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 3133 2185 e-mail:
cap07vemp@tjrj.jus.br



Também chamado de princípio da idoneidade ou princípio da conformidade, o princípio da adequação reflete a ideia de que a medida restritiva deve ser idônea à consecução da finalidade pretendida. Vale dizer, deve haver a existência de relação adequada entre um ou vários fins determinados e os meios com que são determinados.

Quanto ao subprincípio da necessidade, ou princípio da exigibilidade, busca-se que a medida seja realmente indispensável para a conservação do direito fundamental e, que não possa ser substituída por outra de igual eficácia, e até menos gravosa.

De acordo com este subprincípio, deve sempre ser observado se há outras formas de se obter o resultado garantido por determinado direito, de forma a se optar pela aplicação da forma que irá afetar com menor intensidade os direitos envolvidos na questão.

O último elemento caracterizador do princípio da proporcionalidade é o subprincípio da proporcionalidade em sentido estrito.

Caracteriza-se pela ideia de que os meios eleitos devem manter-se razoáveis com o resultado perseguido. Isto quer dizer que o ônus imposto pela norma deve ser inferior ao benefício por ela engendrado. Trata-se da verificação da relação custo-benefício da medida, isto é, da ponderação entre os danos causados e os resultados a serem obtidos.

Desta forma, este subprincípio exige uma equânime distribuição de ônus, coma utilização da técnica de ponderação de bens ao caso concreto.

Destaca-se, que em ambos os lados do conflito, ora em análise, depreende-se a existência de direitos sociais.

A empresa como unidade produtiva, tem sido considerada fonte de geração de riqueza e empregos, e a manutenção de suas atividades visa proteger esta relevante função social e o estímulo à atividade econômica (art. 170 CF; art. 47 da LRF).

Do outro lado, a Lei de Licitações e o CTN buscam dar proteção ao interesse público em geral, determinando que o Administrador Público se atenha a determinadas formas e normas no momento da contratação, a fim de evitar prejuízo ao bem comum.

Diante do enfrentamento de princípios, como acima declinado, deve o aplicador do direito valer-se, muitas das vezes, do princípio da proporcionalidade para decidir.

Criada com o fim precípua de impulsionar a economia do país, e oportunizar aos empresários em dificuldades financeiras, não só a manutenção de sua unidade produtora, mas em especial, a continuidade da prestação dos serviços e geração de empregos, a LRF, inovou consideravelmente o conceito de empresa, alçando-a a um patamar de relevante papel social.

Inovou o legislador ao promulgar a referida lei, dispensando especial ênfase ao instituto da recuperação judicial, que respondeu aos anseios das empresas que, em situação de necessária reestruturação de suas operações e dívidas, não tinham outra opção dentro do ordenamento jurídico nacional a não ser a decretação de sua insolvência ou falência, o que não resultava benefícios, seja para as próprias empresas, seja para os seus credores e a sociedade em um todo.

Dentre as muitas alterações, figura a possibilidade da recuperanda licitar com o Poder Público, desde que sejam apresentadas no ato as certidões negativas de débitos fiscais (Art. 52, II da Lei





ESTADO DE MATO GROSSO

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS



MTGÁS
Fls. 16
Rubricado



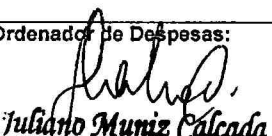
MISSÃO: Distribuição de Gás Natural Veicular.

ANEXO IV	
SOLICITAÇÃO DE PAGAMENTO DE SERVIÇO Nº. 142/2017	
NÚCLEO SISTÊMICO SÓCIOECONÔMICO	
SETOR REQUISITANTE:	Gerente Adm. e Financeiro - Mtgás.
RESPONSÁVEL:	Luciene Mingarelli .
PROTOCOLO SOB Nº:	360683/2017
OBJETO:	Descrição do processo original serviço a ser pago conforme Ordem de Fornecimento n.º-----2017, PED nº. 17502.0001.17.000214-2, EMPENHO nº. 17502.0001.17.000167-2, NF nº 1707.000085002.

JUSTIFICATIVA CIRCUNSTANCIADA DO PAGAMENTO: Solicitamos o pagamento, do Credor OI S/A, referente à contratação de serviço de internet banda larga, do mês de Julho/2017, no valor total de R\$ 2.660,97 (dois mil, seiscentos e sessenta reais e noventa e sete centavos). Dados:

Credor:	2002.17431-1
Forma de Pagamento:	Fatura.
Valor:	R\$ 2.660,97

Cuiabá, 20 de Julho de 2017.

Assinatura do requisitante:	
 Luciene Mingarelli de Lima Assistente da Diretoria MTGás	
Recebido em:	DIRETORIA EXECUTIVA: (x) De acordo () Desfavorável
____/____/2017	 Rafael Silva Reis Diretor Adm. Financeiro MTGás
Despacho do Ordenador de Despesas:	(x) De acordo () Desfavorável
Motivo:	 Juliano Muniz Calçada Diretor Presidente MTGás
Observação:	



LIQ	LIQUIDAÇÃO	17502.0001.17.000185-5
Nº EMP: 17502.0001.17.000167-2		Data do Doctº: 18/07/2017
Nº PED: 17502.0001.17.000214-2		Data de pagamento: 19/07/2017
Nº CAD:	Nº NOBLIST:	Nº DOTLIST:
Órgão: 17 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico		
Unidade Orçamentária: 17502 COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS		
Unidade Gestora: 17502.0001 Geral		
Data de Liberação: *** **	Liberador de Pagamento: *** **	
Liquidação Escritural: Não	Regularização: Não	Dotação Orçamentária: 17502.0001.25.122.036.2007.9900.339000000.243.1.1
Elemento de Despesa: 39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA		Elemento - Exercícios Anteriores: *** **
Nº NEX:*** **		
Forma pagamento: Nota de Ordem Bancária (NOB)	Código Bancário: 00777.00500	Banco + Agência + C/C (débito Órgão): 001.3834.0000000001010100-4
Pagamento Disponibilidade RP: 001.3834.0000000001010100-4		Valor Liquidação: *** 2.660,97 DOIS MIL E SEISCENTOS E SESENTA REAIS E NOVENTA E SETE CENTAVOS *** ** *** **
Histórico: Pagamento ref. prestação de serviço de internet dedicada banda larga, processo nº 360683/2017.		
Código do credor: 2002.17431-1	Credor: OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL	
CPF/CNPJ: 76.535.764/0001-43	Município UF: Rio de Janeiro - RJ	Nº Processo de Pagamento 360683/2017
Forma de Recebimento: Pagamento de Faturas		
Banco + Agência + C/C: *** **		

DADOS DA DIÁRIA	
Nº OS: *** **	Data de Início da Viagem: *** **
	Data de Retorno da Viagem: *** **

CONTRATOS E CONVÊNIOS	
Nº Contrato: *** **	Término da vigência: *** **
Nº Convênio: *** **	

CONTROLE DO SALDO A LIQUIDAR			
Valor total do empenho (R\$) *** 2.660,97	Saldo a liquidar (R\$) *** 2.660,97	Esta liquidação (R\$) *** 2.660,97	Saldo a liquidar atual (R\$) *** 0,00

CONTROLE DE SALDO EM LIQUIDAÇÃO			
Valor total do empenho (R\$) *** 2.660,97	Saldo em liquidação (R\$) *** 2.660,97	Esta liquidação (R\$) *** 2.660,97	Saldo em liquidação atual (R\$) *** 0,00



LIQ		LIQUIDAÇÃO		17502.0001.17.000185-5	
OBRIGAÇÕES FISCAIS - CONSIGNAÇÕES					
IRRF (R\$): *** 0,00		ISS município (R\$) *** 0,00		Município: *** ** *	
INSS (R\$): *** 0,00		MTPREV (R\$): *** 0,00		Outras consignações (R\$): *** 0,00	
Observações: Indicativo de Situação da LIQ:LIQ Normal					

Valor Líquido:	*** 2.660,97	DOIS MIL E SEISCENTOS E SESENTA REAIS E NOVENTA E SETE CENTAVOS *** ** *
----------------	--------------	--

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA POR SUBELEMENTO		
Natureza Despesa	Descrição	Valor
3.3.90.39.39.073	Serviços com Despesa de Telefone Convencional Fixo	*** 2.660,97
TOTAL DA LIQUIDAÇÃO:		*** 2.660,97

**Estado de Mato Grosso**FIPLAN - Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOUREO ESTADUAL - SATE/SEFAZ

MTGÁS

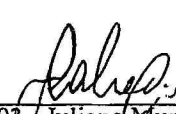
Fls. 19

Rub. 1000

NOB	NOTA DE ORDEM BANCÁRIA	17502.0001.17.000280-8
Data de Emissão: 20/07/2017		
Nº NOBLIST:		Nº DOTLIST:
Unidade Orçamentária: 17502 - COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS		
Unidade Gestora: 0001 - Geral		
Código Bancário: 00777.00500	Banco + Agência + C/C: 001.3834.000000001010100-4	Regularização: Não
		Nº NEX : ***
SOLICITAMOS AO Banco do Brasil S/A CREDITAR AO(S) FAVORECIDO(S) ABAIXO RELACIONADO(S), LEVANDO A DÉBITO DA CONTA Nº 001.3834.000000001010100-4.		
Código do Credor: 2002.17431-1		
Credor: OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL		
CPF/CNPJ: 76.535.764/0001-43		Município UF: Rio de Janeiro RJ
Nº EMP: 17502.0001.17.000167-2		Fonte de Recurso: 243
Nº LIQ: 17502.0001.17.000185-5		
Nº Processo de Pagamento: 360683/2017		Tipo de OB: 38-FAT C/ BARRA
NOB/Fatura Fato 54: Não		
Banco + Agência + C/C:	Valor da Operação (R\$): *** 2.660,97	Valor por Extenso: DOIS MIL E SEISCENTOS E SESSENTA REAIS E NOVENTA E SETE CENTAVOS *** ** *** ** *** **
Os processos acima relacionados foram regularmente liquidados e encontra-se em condição de pagamento.		AUTORIZO O PAGAMENTO
 LUCIENE MINGARELLI LIMA Chefe do Núcleo Setorial de Finanças (NSF)		 006403 - Juliano Muniz Galçada ORDENADOR DE DESPESA
Observações: Situação da NOB: Nota de Ordem Bancária (NOB) Normal Indicativo de Transmissão: Documento eletrônico do Banco do Brasil		

DETALHAMENTO DO PAGAMENTO DA FATURA - CONVÊNIO				
Tipo Fatura	Subtipo Fatura	Código de Barras	Código do Tributo Federal	Data de Vencimento
Com Código de Barras	Convênio	846600000265609700175050305014201704732136000005	*** **	20/07/2017
Valor Total (R\$): 2.660,97		Valor Total por extenso: dois mil e seiscientos e sessenta reais e noventa e sete centavos *** **		
AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA				



NOB	NOTA DE ORDEM BANCÁRIA	17502.0001.17.000280-
Data de Emissão: 20/07/2017		
Nº NOBLIST:		Nº DOTLIST:
Unidade Orçamentária: 17502 - COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS		
Unidade Gestora: 0001 - Geral		
Código Bancário: 00777.00500	Banco + Agência + C/C: 001.3834.000000001010100-4	Regularização: Não
		Nº NEX : ***
SOLICITAMOS AO Banco do Brasil S/A CREDITAR AO(S) FAVORECIDO(S) ABAIXO RELACIONADO(S), LEVANDO A DÉBITO DA CONTA Nº 001.3834.000000001010100-4.		
Código do Credor: 2002.17431-1		
Credor: OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL		
CPF/CNPJ: 76.535.764/0001-43		Município UF: Rio de Janeiro RJ
Nº EMP: 17502.0001.17.000167-2		Fonte de Recurso: 243
Nº LIQ: 17502.0001.17.000185-5		
Nº Processo de Pagamento: 360683/2017		Tipo de OB: 38-FAT C/ BARRA
NOB/Fatura Fato 54: Não		
Banco + Agência + C/C:	Valor da Operação (R\$): *** 2.660,97	Valor por Extenso: DOIS MIL E SEISCENTOS E SESENTA REAIS E NOVENTA E SETE CENTAVOS *** ** *** ** *** **
Os processos acima relacionados foram regularmente liquidados e encontra-se em condição de pagamento.	AUTORIZO O PAGAMENTO  006403 / Luciano Muniz Calçada ORDENADOR DE DESPESA	
Observações: Situação da NOB: Nota de Ordem Bancária (NOB) Normal Indicativo de Transmissão: Documento eletrônico do Banco do Brasil		

DETALHAMENTO DO PAGAMENTO DA FATURA - CONVÊNIO				
Tipo Fatura	Subtipo Fatura	Código de Barras	Código do Tributo Federal	Data de Vencimento
Com Código de Barras	Convênio	846600000265609700175050305014201704732136000005	*** **	20/07/2017
Valor Total (R\$): 2.660,97		Valor Total por extenso: dois mil e seiscentos e sessenta reais e noventa e sete centavos		
AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA		7F5BC7323833F36E		

MT GÁS
COMPANHIA
MATOGROSSENSE
DE GÁS



GOVERNO DE
**MATO
GROSSO**

Proc. n.º 302048/2017
Di. Exco. - internet
mês ref: junho/2017



ANEXO II

SOLICITAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL/SERVIÇO N.º139/2017

NÚCLEO SISTÊMICO SÓCIOECONÔMICO

SETOR REQUISITANTE:	Gerente Adm. e Financeiro – MTGás.
PROTOCOLO SOB N.º:	302048/2017
RESPONSÁVEL:	Nayara Stephanie B. Velasco.
OBJETO:	Referente à Internet Dedicada
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:	17502.2007.9900.33903900.243.
VALOR:	R\$ 2.604,16

JUSTIFICATIVA CIRCUNSTANCIADA DA DESPESA: Solicitamos a inclusão de PED/EMP global do credor OI S/A, referente à serviço de internet dedica banda larga para atender este Órgão/ MTGás, referente período de junho no valor de R\$ 2.604,16 (dois mil, seiscentos e quatro reais e dezesseis centavos) para atender a Companhia.

Credor:	2002.17431-1
Dotação:	3390.3900
UO:	17502
PAOE:	2007 (Regional 9900)
Categoria Econômica:	3- Despesa Corrente
Grupo de Natureza de Despesa:	3- Outras despesas correntes
Modalidade de Aplicação:	90- Aplicações Diretas.
Modalidade de Licitação:	Pregão nº 006/2013
Fonte:	243
Valor:	R\$ 2.604,16

Cuiabá, 09 de Junho 2017.

Assinatura do requisitante:

Nayara Stephanie B. Velasco
Nayara Stephanie B. Velasco
Gerente Adm. e Financeiro
MTGás

Recebido em:

___/___/2017

DIRETORIA EXECUTIVA: (X) De acordo () Desfavorável

Juliano Muniz Calçada
JULIANO MUNIZ CALÇADA
DIRETOR ADM. FINANCEIRO

Despacho do Ordenador de Despesas: (x) De acordo () Desfavorável

Motivo:

Marci Areias
Diretor Técnico - Comercial - MTGÁS
CREA - SP nº. 6500429320

Juliano Muniz Calçada
Diretor Presidente
MTGás



SOLICITAÇÃO DE PEDIDO DE EMPENHO Nº 133/2017

Cuiabá/MT, 09/06/2017

PROTOCOLO: 302048/2017

DE: Gerência Adm. e Financeira - Companhia Matogrossense de Gás

(x) PED/EMP () PED RESERVA () ALTERAÇÃO DE PED

ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA: Solicitamos inclusão de PED/EMP ref. Serviço de internet banda larga.
período de junho/2017.

CÓD. CREDOR: 2002.17431-1

NOME: OI S/A

CNPJ: 76.535.764/0001-43

VALOR: R\$ 2.604,16

TIPO:

() ORDINÁRIO

(X) ESTIMATIVO

() GLOBAL

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

UO	P/A/OE	REGIÃO	NAT. DESPESA	ELEMENTO	FONTE
17502	2007	9900	3190	39	243

MODALIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE, ART. 25, INCISO I

CRD - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO / PAGAMENTOS PREVISTOS

JANEIRO		JULHO	
FEVEREIRO		AGOSTO	
MARÇO		SETEMBRO	
ABRIL		OUTUBRO	
MAIO		NOVEMBRO	
JUNHO	R\$ 2.604,16	DEZEMBRO	
TOTAL		R\$ 2.604,16	

Atenciosamente,

Nayara Velasco

Gerente Adm. e Financeira
Solicitante

Marci Areias
Diretor Presidente
MTGás

Diretor Presidente - MTGás
De acordo: Ordenador de Despesas



PED	PEDIDO DE EMPENHO	17502.0001.17.000164-2
Data de Solicitação: 12/06/2017		RESERVA DE EMPENHO
Unidade Orçamentária: 17502 - COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS		
Unidade Gestora: 0001 - Geral		
Projeto/Atividade: 2007 - Manutenção de serviços administrativos gerais		
Nº Processo de Pagamento: 302048/2017	Nº NOBLIST: *** ** *	
Especificação: Pagamento ref. prestação de serviço de internet dedicada banda larga.		

DEMONSTRATIVO DO SALDO ORÇAMENTÁRIO

Dotação Orçamentária: 17502.0001.25.122.036.2007.9900.339000000.243.1.1		Elemento de Despesa: 39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	
Tipo de Despesa: 7 - Compras e Serviços		Convênio: Não	
Saldo Orc. Anterior (R\$) *** 25.329,38	Valor Total da Reserva (R\$) *** 2.604,16	Saldo Orc. Atual (R\$) *** 22.725,22	
Tipo de Empenho: Ordinário			
Valor por Extensão: DOIS MIL E SEISCENTOS E QUATRO REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS *****			
Reserva Inicial (R\$):		*** 2.604,16	
Valor Total - Reforço (R\$):		*** 0,00	
Valor Total - Redução (R\$):		*** 0,00	

DADOS DO CREDOR

Código: 2002.17431-1	Nome: OI S.A.		
Endereço: r do Lavradio, 71			
CPF/ CNPJ/ IG: 76.535.764/0001-43	Insc. Estadual: *** ** *	RG: *** ** *	

DADOS DA DIÁRIA

Nº OS: *** ** *	Data de Início da Viagem: *** ** *
Data de Retorno da Viagem: *** ** *	

DADOS DO ADIANTAMENTO

Nº CAD: *** ** *	Data de Solicitação: *** ** *
-------------------------	--------------------------------------

Observações: Situação do PED: Reserva de Empenho para processo Licitatório
--



EMP	NOTA DE EMPENHO	17502.0001.17.000132-1
Nº PED: 17502.0001.17.000164-2		Data de Emissão: 14/06/2017
Nº DOTLIST: * * * * *		Nº NOBLIST: * * * * *
Unidade Orçamentária: 17502 - COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS		Unidade Gestora: 0001 - Geral
Projeto/Atividade: 2007 - Manutenção de serviços administrativos gerais		Recurso: Normal
Modalidade de Licitação: Dispensa		Tipo de Empenho: Ordinário
Nº Convênio * * * * *		Nº Referência Licitação: * * * * *
Transferido - Resto a Pagar Não		Motivo Dispensa Licitação * * * * *
		Nº Processo de Pagamento: 302048/2017

DADOS DO CREDOR

Código: 2002.17431-1	Nome: OI S.A.	
Endereço: r do Lavradio, 71	CEP: 20.230-070	
Bairro: Asa Sul	Município: Rio de Janeiro	UF: RJ
CPF/ CNPJ/ IG: 76.535.764/0001-43	Insc. Estadual: * * * * *	RG: * * * * *

DADOS DA DIÁRIA

Nº OS: * * * * *	Data de Início da Viagem: * * * * *
	Data de Retorno da Viagem: * * * * *

DADOS DO ADIANTAMENTO

Nº CAD: * * * * *	Data de Solicitação: * * * * *
--------------------------	---------------------------------------

DEMONSTRATIVO DA RESERVA DE EMPENHO

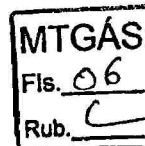
Dotação Orçamentária: 17502.0001.25.122.036.2007.9900.339000000.243.1.1		Elemento de Despesa: 39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
Valor Total do Empenho (R\$): *** 2.604,16	Valor por Extenso: DOIS MIL E SEISCENTOS E QUATRO REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS * * * * *	
Histórico: Empenho do PED Nº 17502.0001.17.000164-2 Pagamento ref. prestação de serviço de internet dedicada banda larga.		
Data de Autorização da Despesa: 14/06/2017		Ordenador de Despesa: Marci Areias
<div>_____ Responsável pela Execução Orçamentária</div>		<div> Juliano Muniz Calçada Diretor Presidente MTGás</div> <div>_____ Marci Areias Ordenador de Despesa</div>
Observações: Situação do EMP: Empenho (EMP) normal Número do documento de estorno:		

FIXO

OI S.A.
Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro
CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
CNPJ Matriz: 76.535.764/0001-43
CNPJ: 76.535.764/0329-32 I.E: 13.094.807-1

Fatura de Serviços de Telecomunicações

Página
000001 de
000006



CTCE CUIABA MT PL1

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGÁS
AV HIST RUBENS DE MENDONCA 02254 CJ704 AN7 AMERICAN BUSINESS CEN
JARDIM ACLIMACAO
78050-268 CUIABA - MT



7213512820530600000029801330060617

Fatura: 1706.000085526
Contrato Agrupador: 505.305.014-3 - 1ª Via

Demonstrativo da fatura	Valor (R\$)
SERVICOS MENSAIS	2.604,16
SERVICOS OI	2.604,16
SERVICOS MENSAIS	0,00
SERVICOS OI	0,00
ITENS FINANCEIROS	0,00
DOCUMENTO FINANCEIRO	0,00
Valor a pagar	2.604,16

ATESTADO
Atestamos que o(s) serviço(s)
foi(ram) executado(s).
Cuiabá-MT, 08.06.2017
[Assinatura]
Marcia Victor de Matos
Assessora Especial
MT Gás

Oi,

Só a Oi tem móvel, banda larga, fixo, DDD e muito mais. E sua empresa só tem a ganhar: os benefícios continuam os mesmos e, em breve, você terá muitas novidades. Aguarde.
Mais informações? Acesse www.oi.com.br ou fale com seu Consultor.

Data de vencimento: 20/06/2017
Valor de sua conta: 2.604,16

Número de seu telefone: 65 049 9409
Mês de referência: junho 2017
Período: 26/04/2017 a 25/05/2017
Data de emissão: 01/06/2017



FIXO

OI S.A.
Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro
CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
CNPJ Matriz: 76.535.764/0001-43
CNPJ: 76.535.764/0329-32 I.E: 13.094.807-1

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGÁS

Número do Telefone: 65 049 9409
Número da Fatura: 1706.000085526
Sequencial: 505305014 201706 32131

84600000026 1 04160017505 7 30501420170 4 63213100000 2



Data de Vencimento 20/06/2017
Valor a pagar: 2.604,16

Nº Identificador para Débito Automático: 505.305.014-3



FIXO

Oi S.A
Período: 26/04/2017 a 25/05/2017

Página
000003 de
000006



NOTA FISCAL DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES		NÚMERO DA NF:000.084.145 SÉRIE: U SUB-SÉRIE:02																	
COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGAS AV HIST RUBENS DE MENDONCA 02254 CJ704 AN7 AMERICAN BUSINESS CEN JARDIM ACLIMACAO 78050-268 CUIABA - MT		Número do Cliente: 381382597000001 Período de: 26/04/2017 a 25/05/2017 Contrato Agrupador: 505.305.014-3 Telefone Agrupador: 65 049 9409 Contrato Agrupado: 505.305.014-3 Telefone Agrupado: 65 049 9409 CPF/CNPJ: 06.023.921/0001-56 Insc. Estadual: 132587750 Data de emissão: 01/06/2017																	
Oi S.A CNPJ: 76.535.764/0329-32 I.E: 13.094.807-1 Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro - SUL CEP 78020-902 - Cuiabá - MT Via: Única CFOP:05303 Natureza da Operação: Serviço de Telecomunicações	<table border="1"><thead><tr><th>RESUMO DOS TRIBUTOS</th><th>ICMS</th><th>ICMS</th><th>ISS</th></tr></thead><tbody><tr><td>Base de Cálculo</td><td>2.604,16</td><td>0,00</td><td>0,00</td></tr><tr><td>Alíquota</td><td>32%</td><td>0%</td><td>0%</td></tr><tr><td>Valor</td><td>833,33</td><td>0,00</td><td>0,00</td></tr></tbody></table>			RESUMO DOS TRIBUTOS	ICMS	ICMS	ISS	Base de Cálculo	2.604,16	0,00	0,00	Alíquota	32%	0%	0%	Valor	833,33	0,00	0,00
RESUMO DOS TRIBUTOS	ICMS	ICMS	ISS																
Base de Cálculo	2.604,16	0,00	0,00																
Alíquota	32%	0%	0%																
Valor	833,33	0,00	0,00																
RESERVADO AO FISCO 0C9B.2914.6559.8CC1.B797.75EC.F70B.2A76																			

SERVICOS OI					
SERVICOS MENSAIS					
Sequência	Descrição dos serviços	Dia/Qtd	% Desconto	Alíquota	Valor
1	UTILIZACAO ACESSO IP CORPORATIVO 4 MBPS	30		32% ICMS	2.604,16
2	UTILIZACAO PORTA IP CORPORATIVO 4 MBPS	30		0%	0,00
3	UTILIZACAO PORTA IP CORPORATIVO 4 MBPS	30		0%	0,00
Total SERVICOS MENSAIS					2.604,16
Total Nota Fiscal OI					2.604,16
Valor a pagar					2.604,16

Ter você como cliente é um privilégio. Obrigado por pagar sua conta em dia.





FIXO

Oi S.A.
Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro
CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
GNPJ Matriz: 76.535.764/0001-43
GNPJ: 76.535.764/0329-32 I.E: 13.094.807-1

Número do Cliente: 381382597000001
Contrato Agrupador: 505.305.014-3
Contrato Agrupado: 505.305.014-3
CPF/CNPJ: 06.023.921/0001-56
I.E.: 132587750
Período de: 26/04/2017 a 25/05/2017
Telefone Agrupador: 65 049 9409
Telefone Agrupado: 65 049 9409
Fatura: 1708.000085526
Classe: CIRCUITO



COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGÁS
AV HIST RUBENS DE MENDONCA 02254 CJ704 AN7
AMERICAN BUSINESS CEN
JARDIM ACLIMACAO
78050-268 CUIABA - MT

Resumo dos Telefones da Fatura com Nota Fiscal 000.085.526 até 000.085.526

Telefone	N. Fiscal	Valor	Telefone	N. Fiscal	Valor	Telefone	N. Fiscal	Valor
65 049 9409	000.085.526	0,00						
Total R\$		0,00						

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório da 7ª Vara Empresarial
Av. Erasmo Braga, 115 Lna Central 706CEP: 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 3133 2185 e-mail:
cap07vemp@tjrj.jus.br



Fls.

Processo: 0203711-65.2016.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Recuperação Judicial - Recuperação Judicial

Autor: OI S.A.

Autor: TELEMAR NORTE LESTE S.A.

Autor: OI MÓVEL S.A.

Autor: COPART 4 PARTICIPAÇÕES S.A.

Autor: COPART 5 PARTICIPAÇÕES S.A.

Autor: PORTUGAL TELECOM INTERNATIONAL FINANCE B.V.

Autor: OI BRASIL HOLDINGS COÖPERATIEF U.A.

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Fernando Cesar Ferreira Viana

Em 21/06/2016

Decisão

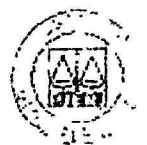
Destaco de plano que a presente decisão se limitará à análise do pedido de tutela de urgência formulado na exordial - notadamente o pedido de suspensão das ações e execuções em face das Recuperandas, e pedido de dispensa de apresentação de certidões negativas - ficando as demais questões afetas ao provimento inicial do pleito de recuperação judicial (art. 52 da Lei 11.101/05) postergadas para melhor exame tão logo os autos retornem conclusos, após a publicação deste decisum. Tal providência se justifica por conta do notório impacto social e repercussão econômica que a demora de apreciação da tutela de urgência poderá gerar no mercado global.

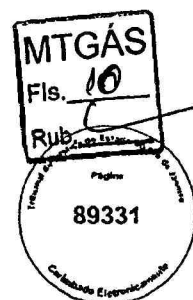
Informam as requerentes terem origem na junção das gigantes nacionais no setor de telecomunicações, quais sejam, a TNL e a Brasil Telecom S.A., em 2009, tendo essas sociedades antes nascidas a partir da privatização da TELEBRÁS em 1998.

Expõem que seu ramo de operação é o da prestação de serviço público, por meio de concessão, cuja essencialidade é insita à própria natureza pública do serviço, levando em conta ser: i) A maior prestadora de serviços de telefonia fixa do País, atendendo em todo território nacional; ii) ter como base 47,8 milhões clientes usuários de telefonia móvel até março de 2016; iii) 8,7 milhões de acessos à internet banda larga; iv) 1,2 milhões de assinaturas de TV e v) 2 milhões de hotspost wifi, em locais públicos, como aeroportos e shopping centers.

Afirmam, que por atuarem em um ramo estratégico para economia, eventual interrupção de qualquer dos seus serviços tem potencialidade para produzir efeitos catastróficos, não só para os inúmeros usuários, como para o próprio Grupo Empresarial, que veria inexoravelmente o aumento de seu passivo e a redução da sua capacidade de obter as receitas necessárias ao seu pagamento.

O gigantismo do Grupo gera em torno de 138 mil postos de trabalhos diretos e indiretos no Brasil,





dos quais 37 mil somente no Estado do Rio de Janeiro, os quais poderão estar em risco, caso qualquer evento coloque em risco a capacidade de recuperação das empresas OI.

Prosseguem dizendo que diante do grave cenário que se abateu sobre as empresas do Grupo, não restou alternativa senão a propositura do pedido de recuperação judicial, que, porém, ao se desencadear, provocará reações dos seus diversos credores e parceiros, cujas consequências podem inviabilizar o pedido.

Isto porque, afirmam, diversos são os contratos estratégicos firmados pelas requerentes em que figura a cláusula rescisória em caso de pedido de recuperação judicial, fato que se efetivamente ocorrer irá diminuir drasticamente os ativos das empresas OI, necessitando assim que sua eficácia seja suspensa.

Igualmente aduz ser necessário, para fins da continuidade de suas atividades empresariais, seja concedida autorização para funcionar sem que haja necessidade da apresentação das certidões negativas.

Por último, informam que há evidente receio de que a repercussão do pedido desencadeará em âmbito nacional uma enxurrada de constrições judiciais para garantia de dívidas sujeitas à recuperação judicial, que embora possam ser futuramente revertidas por decisão do juízo da recuperação judicial, por certo trarão prejuízo às requerentes que poderão não dispor dos valores em tempo hábil para pagamento de despesas imediatas.

Fincadas tais prefaciais, analiso de plano a postulação liminar.

O ordenamento jurídico brasileiro pela Lei 11.101/2005 introduziu a Recuperação Judicial dos empresários e sociedades empresárias, definindo os escopos para concessão deste benefício legal, o qual visa viabilizar o enfrentamento de crise econômico-financeira pela sociedade empresária ou empresário, com vista à manutenção da fonte produtora do emprego, preservando interesses sociais e dos credores.

Tem a lei, portanto, como principal foco a preservação da empresa e a proteção do mercado, de modo que este possa se desenvolver de modo sadio, potencializando benefício à sociedade como um todo.

As normas que regem o procedimento de Recuperação Judicial devem ser analisadas de forma sistemática, valendo-se sempre que possível o julgador de uma interpretação sociológica, para tentar alcançar aos fins sociais e as exigências do bem comum, que nova lei quis introduzir.

A LRF destacou no seu art. 47 como princípios básicos a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

Partindo desta premissa, um dos objetivos mediatos da norma é o de fixar os meios necessários ao desenvolvimento da recuperação e do cumprimento do plano apresentado, dentre elas a sujeição à recuperação judicial de todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos (art. 49) e a suspensão da prescrição e de todas as ações, execuções em face do devedor (art. 6º).

In causa, trata-se do pedido de recuperação judicial o maior grupo nacional de exploração da telefonia fixa, tendo ainda ampla atuação no mercado da telefonia móvel e TV por assinatura.

Dispõem assim o art. 6º e seu § 4º da LFRE:



Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário

Tribunal de Justiça

Comarca da Capital

Cartório da 7ª Vara Empresarial

Av. Erasmo Braga, 115 Lna Central 706CEP 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel., 3133 2185 e-mail: cap07vemp@tjrj.jus.br



"A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário."

...

§4º Na recuperação judicial, a suspensão de que trata o caput deste artigo em hipótese nenhuma excederá o prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias contado do deferimento do processamento da recuperação, restabelecendo-se, após o decurso do prazo, o direito dos credores de iniciar ou continuar suas ações e execuções, independentemente de pronunciamento judicial.

Partindo de uma interpretação apenas literal, somente o deferimento do processamento da recuperação judicial impõe aos credores o que alguns doutrinadores têm denominado de automatic stay, que deve ser observado por todos sem exceção.

Verifica-se, portanto, ser a suspensão uma determinação legal, ou seja, efeito do próprio deferimento do pedido de recuperação judicial, com vista a oportunizar ao devedor um período salvaguardado da influência dos credores, para que possa organizar e melhor expor suas soluções de mercado.

Outro efeito do deferimento do processamento, diz respeito à questão da possibilidade do juízo da recuperação isentar a sociedade empresária - em recuperação judicial- da apresentação das Certidões Negativas de Débitos Fiscais (CND), quando da contratação daquela com o Poder Público.

Inicialmente, deve ser esclarecido não haver mais dúvidas, quanto à possibilidade da contratação, pela empresa em recuperação judicial, com o Poder Público. Tal afirmação decorre da simples interpretação contida no art. 52, II da LRF, que aponta a possibilidade da contratação com o Poder Público, ou para recebimento de benefícios e incentivos fiscais por parte da recuperanda, desde que apresentadas às negativas fiscais exigidas.

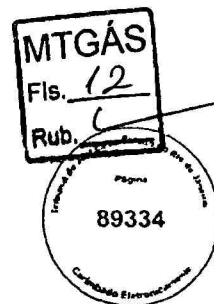
Sendo assim, a certidão exigida no inciso II do art. 32 da Lei 8666/93, que aponta para necessidade da apresentação de certidão negativa de falência ou concordata, está em parte derogada, pois neste caso prevalecerá a também lei especial 11.101/05, promulgada posteriormente, que expressamente reconheceu a possibilidade da empresa em recuperação contratar com o setor público.

Assim, sendo deferida a recuperação, o cerne da presente questão se fixa na possibilidade do juízo da recuperação poder isentar a recuperanda da apresentação das certidões negativas, tornando-a apta por completo a participar de licitações, receber créditos ou incentivos fiscais do Estado.

Em discussão está a ponderação sobre dois importantes princípios constitucionais, quais sejam, o da "preservação da empresa" (assim considerado por estar implicitamente conscrito no art. 170 da C.F.), hoje considerada como ente de relevante função social; e, de outro lado, em contrapartida, o "princípio do interesse público geral", que determina a necessidade do Poder Público observar a legalidade estrita no procedimento de licitação, a fim de evitar prejuízo ao bem comum.

Vislumbrada essa situação, imperioso será a utilização do princípio da proporcionalidade para fins de se fazer uma necessária ponderação entre valores equivalentes. Trata-se de um princípio com status constitucional, que busca ponderar direitos fundamentais que se conflitam, através da devida adequação dos mesmos com o binômio meio-fim; subdividido pela doutrina em três outros princípios, quais sejam: o princípio da adequação, o princípio da necessidade e o princípio da proporcionalidade em sentido estrito.





11.101/2005).

Mencionado dispositivo trouxe inovadora conquista, conquanto tenha se afigurado visivelmente inócuo, posto que dificilmente existirá empresa em situação de recuperação judicial, que não esteja também em débito fiscal.

Observar-se-á o princípio da proporcionalidade, para então mitigar a aplicação do art. 52, II da LRF, a fim de que seja obstada a necessidade da apresentação da CND.

Aplica-se, o binômio meio-fim. Isso porque, observados os aspectos de cada subprincípio acima informado, vemos que a medida é:

- a) adequada e idônea ao passo que visa garantir acesso a todos aos meios para recuperação judicial da sociedade empresária em dificuldade, garantindo a esta o direito de manter os contratos já firmados com o Poder Público, ou ainda realizar novos, visto estar comprovado que regularmente utilizava esta forma de contratar;
- b) necessária porque de outra forma não poderá a recuperanda manter seus contratos de concessão em vigor com o ente público;
- c) mais benéfica, pois certamente atende ao interesse comum geral mais iminente - manutenção de fonte geradora de empregos e riquezas

Não se pretende com isso, buscar a qualquer custo a recuperação das empresas. Pelo contrário, deve o julgador estar atento ao que lhe é apresentado e, com base nos documentos consignados, sopesar a viabilidade ou não da continuidade da sociedade empresária, que busca socorro à luz da nova lei.

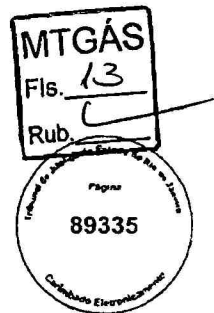
Dita posição encontra-se corroborada, nos termos do eloquente aresto proferido pelo Ministro Luís Felipe Salomão, em sede de Recurso Especial, cuja ementa assim foi descrita:

RECURSO ESPECIAL Nº 1.173.735 - RN (2010/0003787-4) RELATOR: MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO RECORRENTE: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS ADVOGADOS : THIAGO CEZAR COSTA AVELINO E OUTRO(S) MARCELLE VIEIRA DE MELLO MOREIRA E OUTRO(S) RECORRIDO : ENGEQUIP - ENGENHARIA DE EQUIPAMENTOS LTDA ADVOGADO : KRAUS JOSÉ RIBEIRO OLIVEIRA EMENTA DIREITO EMPRESARIAL, TRIBUTÁRIO E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO E MONTAGEM DE INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS DE PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL COM A PETROBRAS. PAGAMENTO DO SERVIÇO PRESTADO. EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO DA EMPRESA PRESTADORA DOS SERVIÇOS. IMPOSSIBILIDADE. SOCIEDADE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ARTS. 52 E 57 DA LEI N. 11.101/2005 (LF) E ART. 191-A DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (CTN). INOPERÂNCIA DOS MENCIONADOS DISPOSITIVOS. INEXISTÊNCIA DE LEI ESPECÍFICA A DISCIPLINAR O PARCELAMENTO DA DÍVIDA FISCAL E PREVIDENCIÁRIA DE EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRECEDENTE DA CORTE ESPECIAL.

1. O art. 47 serve como um norte a guiar a operacionalidade da recuperação judicial, sempre com vistas ao desígnio do instituto, que é "viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica".

2. Segundo entendimento exarado pela Corte Especial, em uma exegese teleológica da nova Lei de Falências, visando conferir operacionalidade à recuperação judicial, é desnecessária comprovação de regularidade tributária, nos termos do art. 57 da Lei n. 11.101/2005 e do art. 191-A do CTN, diante da inexistência de lei específica a disciplinar o parcelamento da dívida fiscal





e previdenciária de empresas em recuperação judicial (REsp. 1187404/MT, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/06/2013, DJe 21/08/2013).

3. Dessarte, o STJ, para o momento de deferimento da recuperação, dispensou a comprovação de regularidade tributária em virtude da ausência de legislação específica a reger o parcelamento da dívida fiscal e previdenciária de empresas em recuperação judicial. Nessa linha de intelecção, por óbvio, parece ser inexigível, pelo menos por enquanto, qualquer demonstração de regularidade fiscal para as empresas em recuperação judicial, seja para continuar no exercício de sua atividade (já dispensado pela norma), seja para contratar ou continuar executando contrato com o Poder Público.

4. Na hipótese, é de se ressaltar que os serviços contratados já foram efetivamente prestados pela ora recorrida e, portanto, a hipótese não trata de dispensa de licitação para contratar com o Poder Público ou para dar continuidade ao contrato existente, mas sim de pedido de recebimento dos valores pelos serviços efetiva e reconhecidamente prestados, não havendo falar em negativa de vigência aos artigos 52 e 57 da Lei n. 11.101/2005.

5. Malgrado o descumprimento da cláusula de regularidade fiscal possa até ensejar, eventualmente e se for o caso, a rescisão do contrato, não poderá haver a retenção de pagamento dos valores devidos em razão de serviços já prestados. Isso porque nem o art. 87 da Lei n. 8.666/1993 nem o item 7.3. do Decreto n. 2.745/1998, preveem a retenção do pagamento pelo serviços prestados como sanção pelo alegado defeito comportamental. Precedentes.

6. Recurso especial a que se nega provimento.

O Ministério Público, em eloquente parecer, fez recordar igual posicionamento adotado por este magistrado em decisão proferida em outra recuperação judicial apreciada neste juízo, a qual fora chancelada pelo STJ em recente decisão proferida novamente pelo E. Ministro Luiz Felipe Salomão, nos autos do Resp. 1207117/MG.

Ademais, a esses argumentos soma-se ainda decisão proferida pelo próprio TCU no Acórdão 8271/2011, que já havia recomendado ao DNIT do Estado do Espírito Santo tal orientação:

"1.51. dar ciência à Superintendência Regional do DINIT no Estado do Espírito Santo que, em suas licitações, é possível a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta economicamente e financeiramente a participar de procedimento nos termos da Lei 8.66/93".

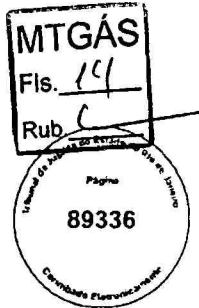
Fábio Ulhoa Coelho (Curso de Direito Comercial, Ed. Saraiva, 13ª ed.) lembra que "a crise da empresa pode manifestar-se de formas variadas. Ela é econômica quando as vendas de produtos ou serviços não se realizam na quantidade necessária à manutenção do negócio. É financeira quando falta à sociedade empresária dinheiro em caixa para pagar suas obrigações. Finalmente, a crise é patrimonial se o ativo é inferior ao passivo, se as dívidas superam os bens da sociedade empresária".

Neste contexto, afigura-se, segundo os dados obtidos, que a crise anunciada é meramente econômica, e que somente com a execução das soluções futuramente apresentadas no plano, somada ao contínuo exercício pleno de suas atividades comerciais, é que efetivamente será superada a crise combatida por meio do processo de recuperação.

Por tudo, considero a medida é perfeitamente possível de ser conferida em sede de recuperação judicial, a partir do momento em que não se trata de isenção ou moratória fiscal - matéria não afeta ao juízo da recuperação, mas sim, tutela de direito com fulcro nos princípios acima elencados, a possibilitar de maneira plena e absoluta a efetivação do procedimento de recuperação judicial prevista no ordenamento jurídico pátrio.



Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório da 7ª Vara Empresarial
Av. Erasmo Braga, 115 Lda Central 706CEP. 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 3133 2185 e-mail:
cap07vemp@tjrj.jus.br



Destarte, os pedidos formulados em sede de tutela de urgência, são efeitos da decisão que poderá conferir deferimento do processamento do pedido de recuperação, sendo sua antecipação previsível, com base na conjugação subsidiária do NCPC, que em seu art. 300, diz:

"A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo."

A probabilidade do deferimento do pedido de recuperação judicial se demonstra da própria leitura da petição inicial e da vasta documentação anexada, já que nesta fase não compete ao juízo fazer qualquer juízo de valor quanto à viabilidade econômica das sociedades que ingressaram com o pedido, porém, a necessária análise de cerca de 89.000 páginas, que instruem o pedido inicial, demandará um período de tempo, o que recomenda a imediata apreciação, ainda que em parte, do pedido de tutela antecipada, até porque estão configurados todos os pressupostos necessários ao acolhimento do pleito de urgência.

Isto posto, defiro o pedido de tutela de urgência, para determinar:

- a) A suspensão de todas as ações e execuções contra as Recuperandas, pelo prazo de 180 dias, de modo a evitar que constrições judiciais sejam realizadas no período compreendido entre o ajuizamento da presente recuperação judicial e o deferimento do seu processamento.
- b) A dispensa da apresentação de certidões negativas em qualquer circunstância relacionada às Recuperandas, inclusive para que exerçam suas atividades (incluindo certidão negativa de débitos referentes às receitas administradas pela ANATEL e certidão negativa de distribuição de pedidos de falência e recuperação judicial).

Publique-se, com urgência, e voltem imediatamente conclusos para análise dos documentos que instruem a inicial, e do parecer ministerial como um todo, para efeito de proferir o despacho previsto no art. 52 da Lei 11.101/05.

Rio de Janeiro, 21/06/2016.

Fernando Cesar Ferreira Viana - Juiz Titular

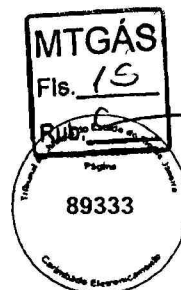
Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Fernando Cesar Ferreira Viana

Em ____/____/____

Código de Autenticação: **4UBV.13B1.M5F8.8NQE**
Este código pode ser verificado em: <http://www4.tjrj.jus.br/CertidaoCNJ/validacao.do>





Também chamado de princípio da idoneidade ou princípio da conformidade, o princípio da adequação reflete a ideia de que a medida restritiva deve ser idônea à consecução da finalidade pretendida. Vale dizer, deve haver a existência de relação adequada entre um ou vários fins determinados e os meios com que são determinados.

Quanto ao subprincípio da necessidade, ou princípio da exigibilidade, busca-se que a medida seja realmente indispensável para a conservação do direito fundamental e, que não possa ser substituída por outra de igual eficácia, e até menos gravosa.

De acordo com este subprincípio, deve sempre ser observado se há outras formas de se obter o resultado garantido por determinado direito, de forma a se optar pela aplicação da forma que irá afetar com menor intensidade os direitos envolvidos na questão.

O último elemento caracterizador do princípio da proporcionalidade é o subprincípio da proporcionalidade em sentido estrito.

Caracteriza-se pela ideia de que os meios eleitos devem manter-se razoáveis com o resultado perseguido. Isto quer dizer que o ônus imposto pela norma deve ser inferior ao benefício por ela engendrado. Trata-se da verificação da relação custo-benefício da medida, isto é, da ponderação entre os danos causados e os resultados a serem obtidos.

Desta forma, este subprincípio exige uma equânime distribuição de ônus, coma utilização da técnica de ponderação de bens ao caso concreto.

Destaca-se, que em ambos os lados do conflito, ora em análise, depreende-se a existência de direitos sociais.

A empresa como unidade produtiva, tem sido considerada fonte de geração de riqueza e empregos, e a manutenção de suas atividades visa proteger esta relevante função social e o estímulo à atividade econômica (art. 170 CF; art. 47 da LRF).

Do outro lado, a Lei de Licitações e o CTN buscam dar proteção ao interesse público em geral, determinando que o Administrador Público se atenha a determinadas formas e normas no momento da contratação, a fim de evitar prejuízo ao bem comum.

Diante do enfrentamento de princípios, como acima declinado, deve o aplicador do direito valer-se, muitas das vezes, do princípio da proporcionalidade para decidir.

Criada com o fim precípua de impulsionar a economia do país, e oportunizar aos empresários em dificuldades financeiras, não só a manutenção de sua unidade produtora, mas em especial, a continuidade da prestação dos serviços e geração de empregos, a LRF, inovou consideravelmente o conceito de empresa, alçando-a a um patamar de relevante papel social.

Inovou o legislador ao promulgar a referida lei, dispensando especial ênfase ao instituto da recuperação judicial, que respondeu aos anseios das empresas que, em situação de necessária reestruturação de suas operações e dívidas, não tinham outra opção dentro do ordenamento jurídico nacional a não ser a decretação de sua insolvência ou falência, o que não resultava benefícios, seja para as próprias empresas, seja para os seus credores e a sociedade em um todo.

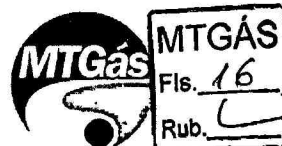
Dentre as muitas alterações, figura a possibilidade da recuperanda licitar com o Poder Público, desde que sejam apresentadas no ato as certidões negativas de débitos fiscais (Art. 52, II da Lei





ESTADO DE MATO GROSSO

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS



MISSÃO: Distribuição de Gás Natural Veicular.

ANEXO IV	
SOLICITAÇÃO DE PAGAMENTO DE SERVIÇO Nº. 125/2017	
NÚCLEO SISTÊMICO SÓCIOECONÔMICO	
SETOR	
REQUISITANTE:	Gerente Adm. e Financeiro - Mtgás.
RESPONSÁVEL:	Nayara Stephanie B. Velasco.
PROTOCOLO SOB Nº:	302048/2017
OBJETO:	Descrição do processo original serviço a ser pago conforme Ordem de Fornecimento n.º-----2017, PED nº. 17502.0001.17.0001164-2, EMPENHO nº. 17502.0001.17.000132-1, NF nº 1706.000085526.

JUSTIFICATIVA CIRCUNSTANCIADA DO PAGAMENTO: Solicitamos o pagamento, do Credor OI S/A, referente à contratação de serviço de internet banda larga, do mês de Maio/2017, no valor total de R\$ 2.604,16 (dois mil, seiscentos e quatro reais e dezesseis centavos). Dados:

Credor:	2002.17431-1
Forma de Pagamento:	Fatura.
Valor:	R\$ 2.604,16

Cuiabá, 23 de Junho de 2017.

Assinatura do requisitante:	
 Nayara Stephanie B. Velasco Gerente Adm. e Financeiro MTGás	
Recebido em:	DIRETORIA EXECUTIVA: (x) de acordo () desfavorável
____/____/2017	 Rafael Silva Reis Diretor Adm. Financeiro MTGás
Despacho do Ordenador de Despesas: (x) De acordo () Desfavorável	
Motivo:	
 JULIANO MUNIZ CALÇADA DIRETOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO	
Observação:	



LIQ	LIQUIDAÇÃO	17502.0001.17.000146-4
Nº EMP: 17502.0001.17.000132-1		Data do Docº: 14/06/2017
Nº PED: 17502.0001.17.000164-2		Data de pagamento: 19/06/2017
Nº CAD:	Nº NOBLIST:	Nº DOTLIST:
Órgão: 17 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico		
Unidade Orçamentária: 17502 COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS		
Unidade Gestora: 17502.0001 Geral		
Data de Liberação: *** **	Liberador de Pagamento: *** **	
Liquidação Escritural: Não	Regularização: Não	Dotação Orçamentária: 17502.0001.25.122.036.2007.9900.339000000.243.1.1
Elemento de Despesa: 39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA		Elemento - Exercícios Anteriores: *** **
Nº NEX:*** **		
Forma pagamento: Nota de Ordem Bancária (NOB)	Código Bancário: 00777.00500	Banco + Agência + C/C (débito Órgão): 001.3834.000000001010100-4
Pagamento Disponibilidade RP: 001.3834.000000001010100-4		Valor Liquidação: *** 2.604,16 DOIS MIL E SEISCENTOS E QUATRO REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS *** ** *** **
Histórico: Pagamento ref. prestação de serviço de internet dedicada banda larga. processo nº 302048/2017.		
Código do credor: 2002.17431-1	Credor: OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL	
CPF/CNPJ: 76.535.764/0001-43	Município UF: Rio de Janeiro - RJ	Nº Processo de Pagamento 302048/2017
Forma de Recebimento: Pagamento de Faturas		
Banco + Agência + C/C: *** **		

DADOS DA DIÁRIA

Nº OS: *** **	Data de Início da Viagem: *** **
	Data de Retorno da Viagem: *** **

CONTRATOS E CONVÊNIOS

Nº Contrato: *** **	Término da vigência: *** **
Nº Convênio: *** **	



CONTROLE DO SALDO A LIQUIDAR

Valor total do empenho (R\$) *** 2.604,16	Saldo a liquidar (R\$) *** 2.604,16	Esta liquidação (R\$) *** 2.604,16	Saldo a liquidar atual (R\$) ***
--	--	---------------------------------------	-------------------------------------

CONTROLE DE SALDO EM LIQUIDAÇÃO

Valor total do empenho (R\$) *** 2.604,16	Saldo em liquidação (R\$) *** 2.604,16	Esta liquidação (R\$) *** 2.604,16	Saldo em liquidação atual **
--	---	---------------------------------------	---------------------------------



NOB	NOTA DE ORDEM BANCÁRIA	17502.0001.17.000249-
Data de Emissão: 19/06/2017		
Nº NOBLIST:		Nº DOTLIST:
Unidade Orçamentária: 17502 - COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS		
Unidade Gestora: 0001 - Geral		
Código Bancário: 00777.00500	Banco + Agência + C/C: 001.3834.000000001010100-4	Regularização: Não
		Nº NEX : ***
SOLICITAMOS AO Banco do Brasil S/A CREDITAR AO(S) FAVORECIDO(S) ABAIXO RELACIONADO(S), LEVANDO A DÉBITO DA CONTA Nº 001.3834.000000001010100-4.		
Código do Credor: 2002.17431-1		
Credor: OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL		
CPF/CNPJ: 76.535.76-1/0001-43		Município UF: Rio de Janeiro RJ
Nº EMP: 17502.0001.17.000132-1		Fonte de Recurso: 243
Nº LIQ: 17502.0001.17.000146-4		
Nº Processo de Pagamento: 302048/2017		Tipo de OB: 38-FAT C/ BARRA
NOB/Fatura Fato 54: Não		
Banco + Agência + C/C:	Valor da Operação (R\$): *** 2.604,16	Valor por Extenso: DOIS MIL E SEISCENTOS E QUATRO REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS ** ***** ***** *****
Os processos acima relacionados foram regularmente liquidados e encontra-se em condição de pagamento.  NAYARA STEPHANIE BATISTA VELASCO Chefe do Núcleo Setorial de Finanças (NSF)		AUTORIZO O PAGAMENTO  Juliano Muniz Calçada Diretor Presidente MTCAS 006402 - Marci Areias ORDENADOR DE DESPESA
Observações: Situação da NOB: Nota de Ordem Bancária (NOB) Normal Indicativo de Transmissão: Documento eletrônico do Banco do Brasil		

DETALHAMENTO DO PAGAMENTO DA FATURA

Tipo Fatura	Subtipo Fatura	Código de Barras	Tributo	Valor	Nº Autentica
Com Código de Barras	Convênio	846000000261041600175057305014201704632131000002	*** **	2.604,16	*****



NOB	NOTA DE ORDEM BANCÁRIA	17502.0001.17.000249-
-----	------------------------	-----------------------

Data de Emissão: 19/06/2017

Nº NOBLIST:

Nº DOTLIST:

Unidade Orçamentária:

17502 - COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS

Unidade Gestora:

0001 - Geral

Código Bancário:

00777.00500

Banco + Agência + C/C:

001.3834.000000001010100-4

Regularização:

Não

Nº NEX :

SOLICITAMOS AO Banco do Brasil S/A CREDITAR AO(S) FAVORECIDO(S) ABAIXO RELACIONADO(S), LEVANDO A DÉBITO DA CONTA Nº 001.3834.000000001010100-4.

Código do Credor: 2002.17431-1

Credor: OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL

CPF/CNPJ: 76.535.764/0001-43

Município UF: Rio de Janeiro RJ

Nº EMP: 17502.0001.17.000132-1

Fonte de Recurso: 243

Nº LIQ: 17502.0001.17.000146-4

Nº Processo de Pagamento: 302048/2017

Tipo de OB:

38-FAT C/ BARRA

NOB/Fatura Fato 54: Não

Banco + Agência + C/C:	Valor da Operação (R\$): *** 2.604,16	Valor por Extenso: DOIS MIL E SEISCENTOS E QUATRO REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS *** ***** ***** *****
------------------------	--	--

Os processos acima relacionados foram regularmente liquidados e encontra-se em condição de pagamento.

AUTORIZO O PAGAMENTO

Nayara
NAYARA STEPHANIE BATISTA VELASCO
Chefe do Núcleo Setorial de Finanças (NSF)

Juliano Myniz Calçada
Diretor Presidente,
MTGás,
006402 - Marci Arends
ORDENADOR DE DESPESA

Observações:

Situação da NOB: Nota de Ordem Bancária (NOB) Normal

Indicativo de Transmissão: Documento eletrônico do Banco do Brasil

DETALHAMENTO DO PAGAMENTO DA FATURA

Tipo Fatura	Subtipo Fatura	Código de Barras	Tributo	Valor	Nº Autenticação
Com Código de Barras	Convênio	846000000261041600175057305014201704632131000002	**** *	2.604,16	7D5EF119F3C2- DCB

MT GÁS
COMPANHIA
MATOGROSSENSE
DE GÁS



GOVERNO DE
**MATO
GROSSO**

Proc. nº 430.509/2017

Di. fixos - internet

Agosto/2017



SOLICITAÇÃO DE PEDIDO DE EMPENHO Nº 193/2017

Cuiabá/MT, 10/08/2017

PROTOCOLO: 430509/2017

DE: Gerência Adm. e Financeira - Companhia Matogrossense de Gás

(x) PED/EMP () PED RESERVA () ALTERAÇÃO DE PED

ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA: Solicitamos inclusão de PED/EMP ref. Serviço de internet banda larga.
período de Agosto/2017.

CÓD. CREDOR: 2002.17431-1

NOME: OI S/A

CNPJ: 76.535.764/0001-43

VALOR: R\$ 2.657,21

TIPO:

() ORDINÁRIO

(X) ESTIMATIVO

() GLOBAL

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

UO	P/A/OE	REGIÃO	NAT. DESPESA	ELEMENTO	FONTE
17502	2007	9900	3190	39	243

MODALIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE, ART. 25, INCISO I

CRD - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO / PAGAMENTOS PREVISTOS

JANEIRO		JULHO	
FEVEREIRO		AGOSTO	R\$ 2.657,21
MARÇO		SETEMBRO	
ABRIL		OUTUBRO	
MAIO		NOVEMBRO	
JUNHO		DEZEMBRO	
TOTAL			R\$ 2.657,21

Atenciosamente,

Luciene Mingarelli

Coord. Financeira Nomeada
Solicitante

Emmanuel A. de Figueiredo Junior
Diretor Presidente - MTGás
De acordo: Ordenador de Despesas



PED	PEDIDO DE EMPENHO	17502.0001.17.000251-7
Data de Solicitação: 15/08/2017		RESERVA DE EMPENHO
Unidade Orçamentária: 17502 - COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS		
Unidade Gestora: 0001 - Geral		
Projeto/Atividade: 2007 - Manutenção de serviços administrativos gerais		
Nº Processo de Pagamento:	Nº NOBLIST:	
430509/2017	**** *	**** *
Especificação: Pagamento ref. serviço de internet dedicada banda larga.		

DEMONSTRATIVO DO SALDO ORÇAMENTÁRIO

Dotação Orçamentária: 17502.0001.25.122.036.2007.9900.339000000.243.1.1		Elemento de Despesa: 39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	
Tipo de Despesa: 7 - Compras e Serviços		Convênio: Não	
Saldo Orc. Anterior (R\$) *** 3.997,52	Valor Total da Reserva (R\$) *** 2.657,21	Saldo Orc. Atual (R\$) *** 1.340,31	
Tipo de Empenho: Ordinário			
Valor por Extenso: DOIS MIL E SEISCENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E VINTE E UM CENTAVOS *****			
Reserva Inicial (R\$):		*** 2.657,21	
Valor Total - Reforço (R\$):		*** 0,00	
Valor Total - Redução (R\$):		*** 0,00	

DADOS DO CREDOR

Código: 2002.17431-1	Nome: OI S.A.		
Endereço: r do Lavradio, 71			
CPF/ CNPJ/ IG: 76.535.764/0001-43	Insc. Estadual: **** *	RG: **** *	

DADOS DA DIÁRIA

Nº OS: **** *	Data de Infício da Viagem: **** *
	Data de Retorno da Viagem: **** *

DADOS DO ADIANTAMENTO

Nº CAD: **** *	Data de Solicitação: **** *
----------------	-----------------------------

Observações:
Situação do PED: Reserva de Empenho para processo Licitatório



EMP	NOTA DE EMPENHO	17502.0001.17.000192-3
Nº PED: 17502.0001.17.000251-7	Data de Emissão: 16/08/2017	
Nº DOTLIST: *** **	Nº NOBLIST: *** **	
Unidade Orçamentária: 17502 - COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS	Unidade Gestora: 0001 - Geral	
Projeto/Atividade: 2007 - Manutenção de serviços administrativos gerais	Recurso: Normal	Tipo de Empenho: Ordinário
Modalidade de Licitação: Dispensa	Nº Referência Licitação: *** **	Motivo Dispensa Licitação *** **
Nº Convênio *** **	Transferido - Resto a Pagar Não	Nº Processo de Pagamento: 430509/2017

DADOS DO CREDOR

Código: 2002.17431-1	Nome: OI S.A.	
Endereço: r do Lavradio, 71	CEP: 20.230-070	
Bairro: Asa Sul	Município: Rio de Janeiro	UF: RJ
CPF/CNPJ/IG: 76.535.764/0001-43	Insc. Estadual: *** **	RG: *** **

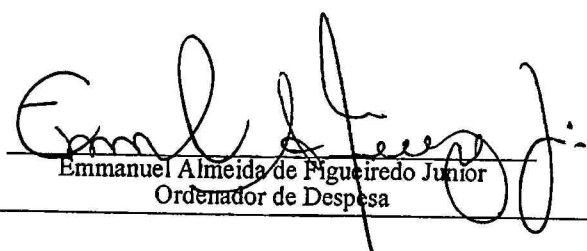
DADOS DA DIÁRIA

Nº OS: *** **	Data de Início da Viagem: *** **
	Data de Retorno da Viagem: *** **

DADOS DO ADIANTAMENTO

Nº CAD: *** **	Data de Solicitação: *** **
----------------	-----------------------------

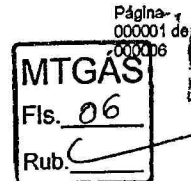
DEMONSTRATIVO DA RESERVA DE EMPENHO

Dotação Orçamentária: 17502.0001.25.122.036.2007.9900.339000000.243.1.1	Elemento de Despesa: 39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
Valor Total do Empenho (R\$): *** 2.657,21	Valor por Extenso: DOIS MIL E SEISCENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E VINTE E UM CENTAVOS *** ** *** **
Histórico: Empenho do PED Nº 17502.0001.17.000251-7 Pagamento ref. serviço de internet dedicada banda larga.	
Data de Autorização da Despesa: 16/08/2017	Ordenador de Despesa: Emmanuel Almeida de Figueiredo Junior
<div>Responsável pela Execução Orçamentária</div> <div> Emmanuel Almeida de Figueiredo Junior Ordenador de Despesa</div>	
Observações: Situação do EMP: Empenho (EMP) normal Número do documento de estorno:	



Oi S.A.
Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro
CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
CNPJ Matriz: 76.535.764/0001-43
CNPJ: 76.535.764/0329-32 I.E: 13.094.807-1

Fatura de Serviços de Telecomunicações



CTCE CUIABA MT PL1

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGAS
AV HIST RUBENS DE MENDONCA 02254 CJ704 AN7 AMERICAN BUSINESS CEN
JARDIM ACLIMACAO
78050-268 CUIABA - MT



721351282004 1540000002073630040817

Fatura: 1708.000085017
Contrato Agrupador: 505.305.014-3 - 1ª Via

Demonstrativo da fatura	Valor (R\$)
SERVICOS MENSAIS	2.604,16
SERVICOS OI	2.604,16
SERVICOS MENSAIS	0,00
SERVICOS OI	0,00
ITENS FINANCEIROS	53,05
DOCUMENTO FINANCEIRO	53,05
Valor a pagar	2.657,21

ATESTADO
Atestamos que o(s) serviço(s)
foi(ram) executado(s).
Rafael Silva Reis
Diretor Adm. Financeiro
MTGAS

Oi,

Só a Oi tem móvel, banda larga, fixo, DDD e muito mais. E sua empresa só tem a ganhar: os benefícios continuam os mesmos e, em breve, você terá muitas novidades. Aguarde.
Mais informações? Acesse www.oi.com.br ou fale com seu Consultor

Data de vencimento: 20/08/2017
Valor de sua conta: 2.657,21

Número de seu telefone: 65 049 9409
Mês de referência: agosto 2017
Período: 26/06/2017 a 25/07/2017
Data de emissão: 01/08/2017



Oi S.A.
Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro
CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
CNPJ Matriz: 76.535.764/0001-43
CNPJ: 76.535.764/0329-32 I.E: 13.094.807-1

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGAS

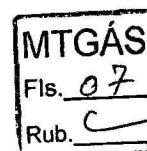
Número do Telefone: 65 049 9409
Número da Fatura: 1708.000085017
Sequencial: 505305014 201708 32130

84660000026 5 57210017505 6 30501420170 4 83213000000 9



Data de Vencimento 20/08/2017
Valor a pagar: 2.657,21

Nº Identificador para Débito Automático: 505.305.014-3



NOTA FISCAL DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

NÚMERO DA NF:000.083.821 SÉRIE: U SUB-SÉRIE:02

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGAS
AV HIST RUBENS DE MENDONCA 02254 CJ704 AN7
AMERICAN BUSINESS CEN
JARDIM ACLIMACAO
78050-268 CUIABA - MT

Número do Cliente: 361382597000001 Período de: 26/06/2017 a 25/07/2017
Contrato Agrupador: 505.305.014-3 Telefone Agrupador: 65 049 9409
Contrato Agrupado: 505.305.014-3 Telefone Agrupado: 65 049 9409
CPF/CNPJ: 06.023.921/0001-56 Insc. Estadual: 132567750
Data de emissão: 01/08/2017

Oi S.A
CNPJ: 76.535.764/0329-32 I.E: 13.094.807-1
Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro - SUL CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
Via: Única CFOP:05303
Natureza da Operação: Serviço de Telecomunicações

RESUMO DOS TRIBUTOS

	ICMS	ICMS	ISS
Base de Cálculo	2.604,16	0,00	0,00
Alíquota	32%	0%	0%
Valor	833,33	0,00	0,00

RESERVADO AO FISCO

6E2D.70EA.9976.D8EE.2B3D.E131.03AE.7E39

SERVICOS OI

SERVICOS MENSAIS

Sequência	Descrição dos serviços	Dia/Qtde	% Desconto	Alíquota	Valor
1	UTILIZACAO ACESSO IP CORPORATIVO 4 MBPS	30		32% ICMS	2.604,16
2	UTILIZACAO PORTA IP CORPORATIVO 4 MBPS	30		0%	0,00
3	UTILIZACAO PORTA IP CORPORATIVO 4 MBPS	30		0%	0,00
Total SERVICOS MENSAIS					2.604,16

Total Nota Fiscal Oi 2.604,16

DOCUMENTO FINANCEIRO - N° 000.085.017

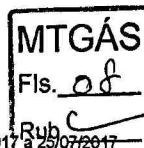
ITENS FINANCEIROS

Sequência	Descrição dos serviços	Data	Histórico	% Desconto	Valor
4	ATUALIZACAO DE VALORES	24/07/2017	20170720/20170721		0,88
5	MULTA DE CONTA	24/07/2017	20170720/20170721		52,17
Total ITENS FINANCEIROS					53,05

Total Documento Financeiro 53,05

Valor a pagar 2.657,21

Ter você como cliente é um privilégio. Obrigado por pagar sua conta em dia.



Oi S.A.
Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro
CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
CNPJ Matriz: 76.535.764/0001-43
CNPJ: 76.535.764/0329-32 I.E: 13.094.807-1

Número do Cliente: 361382597000001
Contrato Agrupador: 505.305.014-3
Contrato Agrupado: 505.305.014-3
CPF/CNPJ: 06.023.921/0001-56
I.E.: 132567750

Período de: 26/06/2017 a 25/07/2017
Telefone Agrupador: 65 049 9409
Telefone Agrupado: 65 049 9409
Fatura: 1708.000085017
Classe: CIRCUITO

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGAS
AV HIST RUBENS DE MENDONCA 02254 CJ704 AN7
AMERICAN BUSINESS GEN
JARDIM ACLIMACAO
78050-268 CUIABA - MT

Resumo dos Telefones da Fatura com Nota Fiscal 000.085.017 até 000.085.017

Telefone	N. Fiscal	Valor	Telefone	N. Fiscal	Valor	Telefone	N. Fiscal	Valor
65 049 9409	000.085.017	53,05						
Total R\$		53,05						

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório da 7ª Vara Empresarial
Av. Erasmo Braga, 115 Lda Central 706CEP: 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 3133 2185 e-mail:
cap07vemp@tjrj.jus.br

Processo: 0203711-65.2016.8.19.0001

Fls.

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Recuperação Judicial - Recuperação Judicial
Autor: OI S.A.
Autor: TELEMAR NORTE LESTE S.A.
Autor: OI MÓVEL S.A.
Autor: COPART 4 PARTICIPAÇÕES S.A.
Autor: COPART 5 PARTICIPAÇÕES S.A.
Autor: PORTUGAL TELECOM INTERNATIONAL FINANCE B.V.
Autor: OI BRASIL HOLDINGS COÖPERATIEF U.A.

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Julz
Fernando Cesar Ferreira Viana

Em 21/06/2016

Decisão

Destaco de plano que a presente decisão se limitará à análise do pedido de tutela de urgência formulado na exordial - notadamente o pedido de suspensão das ações e execuções em face das Recuperandas, e pedido de dispensa de apresentação de certidões negativas - ficando as demais questões afetas ao provimento inicial do pleito de recuperação judicial (art. 52 da Lei 11.101/05) postergadas para melhor exame tão logo os autos retomem conclusos, após a publicação deste decisum. Tal providência se justifica por conta do notório impacto social e repercussão econômica que a demora de apreciação da tutela de urgência poderá gerar no mercado global.

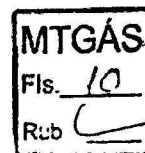
Informam as requerentes terem origem na junção das gigantes nacionais no setor de telecomunicações, quais sejam, a TNL e a Brasil Telecom S.A., em 2009, tendo essas sociedades antes nascidas a partir da privatização da TELEBRÁS em 1998.

Expõem que seu ramo de operação é o da prestação de serviço público, por meio de concessão, cuja essencialidade é insita à própria natureza pública do serviço, levando em conta ser: i) A maior prestadora de serviços de telefonia fixa do País, atendendo em todo território nacional; ii) ter como base 47,8 milhões clientes usuários de telefonia móvel até março de 2016; iii) 8,7 milhões de acessos à internet banda larga; iv) 1,2 milhões de assinaturas de TV e v) 2 milhões de hotspost wifi, em locais públicos, como aeroportos e shopping centers.

Afirmam, que por atuarem em um ramo estratégico para economia, eventual interrupção de qualquer dos seus serviços tem potencialidade para produzir efeitos catastróficos, não só para os inúmeros usuários, como para o próprio Grupo Empresarial, que veria inexoravelmente o aumento de seu passivo e a redução da sua capacidade de obter as receitas necessárias ao seu pagamento.

O gigantismo do Grupo gera em torno de 138 mil postos de trabalhos diretos e indiretos no Brasil,

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório da 7ª Vara Empresarial
Av. Erasmo Braga, 115 Lna Central 708CEP- 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel.. 3133 2185 e-mail:
cap07vemp@tjrj.jus.br



dos quais 37 mil somente no Estado do Rio de Janeiro, os quais poderão estar em risco, caso qualquer evento coloque em risco a capacidade de recuperação das empresas OI.

Prosseguem dizendo que diante do grave cenário que se abateu sobre as empresas do Grupo, não restou alternativa senão a propositura do pedido de recuperação judicial, que, porém, ao se desencadear, provocará reações dos seus diversos credores e parceiros, cujas consequências podem inviabilizar o pedido.

Isto porque, afirmam, diversos são os contratos estratégicos firmados pelas requerentes em que figura a cláusula rescisória em caso de pedido de recuperação judicial, fato que se efetivamente ocorrer irá diminuir drasticamente os ativos das empresas OI, necessitando assim que sua eficácia seja suspensa.

Igualmente aduz ser necessário, para fins da continuidade de suas atividades empresariais, seja concedida autorização para funcionar sem que haja necessidade da apresentação das certidões negativas.

Por último, informam que há evidente receio de que a repercussão do pedido desencadeará em âmbito nacional uma enxurrada de constrições judiciais para garantia de dívidas sujeitas à recuperação judicial, que embora possam ser futuramente revertidas por decisão do juízo da recuperação judicial, por certo trarão prejuízo às requerentes que poderão não dispor dos valores em tempo hábil para pagamento de despesas imediatas.

Fincadas tais prefaciais, analiso de plano a postulação liminar.

O ordenamento jurídico brasileiro pela Lei 11.101/2005 introduziu a Recuperação Judicial dos empresários e sociedades empresárias, definindo os escopos para concessão deste benefício legal, o qual visa viabilizar o enfrentamento de crise econômico-financeira pela sociedade empresária ou empresário, com vista à manutenção da fonte produtora do emprego, preservando interesses sociais e dos credores.

Tem a lei, portanto, como principal foco a preservação da empresa e a proteção do mercado, de modo que este possa se desenvolver de modo sadio, potencializando benefício à sociedade como um todo.

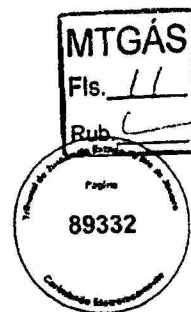
As normas que regem o procedimento de Recuperação Judicial devem ser analisadas de forma sistemática, valendo-se sempre que possível o julgador de uma interpretação sociológica, para tentar alcançar aos fins sociais e as exigências do bem comum, que nova lei quis introduzir.

A LRF destacou no seu art. 47 como princípios básicos a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

Partindo desta premissa, um dos objetivos mediatos da norma é o de fixar os meios necessários ao desenvolvimento da recuperação e do cumprimento do plano apresentado, dentre elas a sujeição à recuperação judicial de todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos (art. 49) e a suspensão da prescrição e de todas as ações, execuções em face do devedor (art. 6º).

In causa, trata-se do pedido de recuperação judicial o maior grupo nacional de exploração da telefonia fixa, tendo ainda ampla atuação no mercado da telefonia móvel e TV por assinatura.

Dispõem assim o art. 6º e seu § 4º da LFRE:



"A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário."

...

§4º Na recuperação judicial, a suspensão de que trata o caput deste artigo em hipótese nenhuma excederá o prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias contado do deferimento do processamento da recuperação, restabelecendo-se, após o decurso do prazo, o direito dos credores de iniciar ou continuar suas ações e execuções, independentemente de pronunciamento judicial.

Partindo de uma interpretação apenas literal, somente o deferimento do processamento da recuperação judicial impõe aos credores o que alguns doutrinadores têm denominado de automatic stay, que deve ser observado por todos sem exceção.

Verifica-se, portanto, ser a suspensão uma determinação legal, ou seja, efeito do próprio deferimento do pedido de recuperação judicial, com vista a oportunizar ao devedor um período salvaguardado da influência dos credores, para que possa organizar e melhor expor suas soluções de mercado.

Outro efeito do deferimento do processamento, diz respeito à questão da possibilidade do juízo da recuperação isentar a sociedade empresária - em recuperação judicial- da apresentação das Certidões Negativas de Débitos Fiscais (CND), quando da contratação daquela com o Poder Público.

Inicialmente, deve ser esclarecido não haver mais dúvidas, quanto à possibilidade da contratação, pela empresa em recuperação judicial, com o Poder Público. Tal afirmação decorre da simples interpretação contida no art. 52, II da LRF, que aponta a possibilidade da contratação com o Poder Público, ou para recebimento de benefícios e incentivos fiscais por parte da recuperanda, desde que apresentadas às negativas fiscais exigidas.

Sendo assim, a certidão exigida no inciso II do art. 32 da Lei 8666/93, que aponta para necessidade da apresentação de certidão negativa de falência ou concordata, está em parte derogada, pois neste caso prevalecerá a também lei especial 11.101/05, promulgada posteriormente, que expressamente reconheceu a possibilidade da empresa em recuperação contratar com o setor público.

Assim, sendo deferida a recuperação, o cerne da presente questão se fixa na possibilidade do juízo da recuperação poder isentar a recuperanda da apresentação das certidões negativas, tornando-a apta por completo a participar de licitações, receber créditos ou incentivos fiscais do Estado.

Em discussão está a ponderação sobre dois importantes princípios constitucionais, quais sejam, o da "preservação da empresa" (assim considerado por estar implicitamente conscrito no art. 170 da C.F.), hoje considerada como ente de relevante função social; e, de outro lado, em contrapartida, o "princípio do interesse público geral", que determina a necessidade do Poder Público observar a legalidade estrita no procedimento de licitação, a fim de evitar prejuízo ao bem comum.

Vislumbrada essa situação, imperioso será a utilização do princípio da proporcionalidade para fins de se fazer uma necessária ponderação entre valores equivalentes. Trata-se de um princípio com status constitucional, que busca ponderar direitos fundamentais que se conflitam, através da devida adequação dos mesmos com o binômio meio-fim; subdividido pela doutrina em três outros princípios, quais sejam: o princípio da adequação, o princípio da necessidade e o princípio da proporcionalidade em sentido estrito.

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório da 7ª Vara Empresarial
Av. Erasmo Braga, 115 Lna Central 706 CEP: 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 3133 2185 e-mail: cap07vemp@tjrj.jus.br

11.101/2005).

Mencionado dispositivo trouxe inovadora conquista, conquanto tenha se afigurado visivelmente inócuo, posto que dificilmente existirá empresa em situação de recuperação judicial, que não esteja também em débito fiscal.

Observar-se-á o princípio da proporcionalidade, para então mitigar a aplicação do art. 52, II da LRF, a fim de que seja obstada a necessidade da apresentação da CND.

Aplica-se, o binômio meio-fim. Isso porque, observados os aspectos de cada subprincípio acima informado, vemos que a medida é:

- a) adequada e idônea ao passo que visa garantir acesso a todos aos meios para recuperação judicial da sociedade empresária em dificuldade, garantindo a esta o direito de manter os contratos já firmados com o Poder Público, ou ainda realizar novos, visto estar comprovado que regularmente utilizava esta forma de contratar;
- b) necessária porque de outra forma não poderá a recuperanda manter seus contratos de concessão em vigor com o ente público;
- c) mais benéfica, pois certamente atende ao interesse comum geral mais iminente - manutenção de fonte geradora de empregos e riquezas.

Não se pretende com isso, buscar a qualquer custo a recuperação das empresas. Pelo contrário, deve o julgador estar atento ao que lhe é apresentado e, com base nos documentos consignados, sopesar a viabilidade ou não da continuidade da sociedade empresária, que busca socorro à luz da nova lei.

Dita posição encontra-se corroborada, nos termos do eloquente aresto proferido pelo Ministro Luís Felipe Salomão, em sede de Recurso Especial, cuja ementa assim foi descrita:

RECURSO ESPECIAL Nº 1.173.735 - RN (2010/0003787-4) RELATOR: MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO RECORRENTE: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS ADVOGADOS : THIAGO CEZAR COSTA AVELINO E OUTRO(S) MARCELLE VIEIRA DE MELLO MOREIRA E OUTRO(S) RECORRIDO : ENGEQUIP - ENGENHARIA DE EQUIPAMENTOS LTDA ADVOGADO : KRAUS JOSÉ RIBEIRO OLIVEIRA EMENTA DIREITO EMPRESARIAL, TRIBUTÁRIO E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO E MONTAGEM DE INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS DE PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL COM A PETROBRAS. PAGAMENTO DO SERVIÇO PRESTADO. EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO DA EMPRESA PRESTADORA DOS SERVIÇOS. IMPOSSIBILIDADE. SOCIEDADE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ARTS. 52 E 57 DA LEI N. 11.101/2005 (LF) E ART. 191-A DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (CTN). INOPERÂNCIA DOS MENCIONADOS DISPOSITIVOS. INEXISTÊNCIA DE LEI ESPECÍFICA A DISCIPLINAR O PARCELAMENTO DA DÍVIDA FISCAL E PREVIDENCIÁRIA DE EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRECEDENTE DA CORTE ESPECIAL.

1. O art. 47 serve como um norte a guiar a operacionalidade da recuperação judicial, sempre com vistas ao desígnio do instituto, que é "viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica".
2. Segundo entendimento exarado pela Corte Especial, em uma exegese teleológica da nova Lei de Falências, visando conferir operacionalidade à recuperação judicial, é desnecessária comprovação de regularidade tributária, nos termos do art. 57 da Lei n. 11.101/2005 e do art. 191-A do CTN, diante da inexistência de lei específica a disciplinar o parcelamento da dívida fiscal

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário

Tribunal de Justiça

Comarca da Capital

Cartório da 7ª Vara Empresarial

Av. Erasmo Braga, 115 Lna Central 706CEP. 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel.. 3133 2185 e-mail: cap07vemp@tjrj.jus.br

e previdenciária de empresas em recuperação judicial (REsp. 1187404/MT, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/06/2013, DJe 21/08/2013).

3. Dessarte, o STJ, para o momento de deferimento da recuperação, dispensou a comprovação de regularidade tributária em virtude da ausência de legislação específica a reger o parcelamento da dívida fiscal e previdenciária de empresas em recuperação judicial. Nessa linha de intelecção, por óbvio, parece ser inexigível, pelo menos por enquanto, qualquer demonstração de regularidade fiscal para as empresas em recuperação judicial, seja para continuar no exercício de sua atividade (já dispensado pela norma), seja para contratar ou continuar executando contrato com o Poder Público.

4. Na hipótese, é de se ressaltar que os serviços contratados já foram efetivamente prestados pela ora recorrida e, portanto, a hipótese não trata de dispensa de licitação para contratar com o Poder Público ou para dar continuidade ao contrato existente, mas sim de pedido de recebimento dos valores pelos serviços efetiva e reconhecidamente prestados, não havendo falar em negativa de vigência aos artigos 52 e 57 da Lei n. 11.101/2005.

5. Malgrado o descumprimento da cláusula de regularidade fiscal possa até ensejar, eventualmente e se for o caso, a rescisão do contrato, não poderá haver a retenção de pagamento dos valores devidos em razão de serviços já prestados. Isso porque nem o art. 87 da Lei n. 8.666/1993 nem o item 7.3. do Decreto n. 2.745/1998, preveem a retenção do pagamento pelo serviços prestados como sanção pelo alegado defeito comportamental. Precedentes.

6. Recurso especial a que se nega provimento.

O Ministério Público, em eloquente parecer, fez recordar igual posicionamento adotado por este magistrado em decisão proferida em outra recuperação judicial apreciada neste juízo, a qual fora chancelada pelo STJ em recente decisão proferida novamente pelo E. Ministro Luiz Felipe Salomão, nos autos do Resp. 1207117/MG.

Ademais, a esses argumentos soma-se ainda decisão proferida pelo próprio TCU no Acórdão 8271/2011, que já havia recomendado ao DNIT do Estado do Espírito Santo tal orientação:

"1.51. dar ciência à Superintendência Regional do DINIT no Estado do Espírito Santo que, em suas licitações, é possível a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta economicamente e financeiramente a participar de procedimento nos termos da Lei 8.66/93".

Fábio Ulhoa Coelho (Curso de Direito Comercial, Ed. Saraiva, 13ª ed.) lembra que "a crise da empresa pode manifestar-se de formas variadas. Ela é econômica quando as vendas de produtos ou serviços não se realizam na quantidade necessária à manutenção do negócio. É financeira quando falta à sociedade empresária dinheiro em caixa para pagar suas obrigações. Finalmente, a crise é patrimonial se o ativo é inferior ao passivo, se as dívidas superam os bens da sociedade empresária".

Neste contexto, afigura-se, segundo os dados obtidos, que a crise anunciada é meramente econômica, e que somente com a execução das soluções futuramente apresentadas rio plano, somada ao contínuo exercício pleno de suas atividades comerciais, é que efetivamente será superada a crise combatida por meio do processo de recuperação.

Por tudo, considero a medida é perfeitamente possível de ser conferida em sede de recuperação judicial, a partir do momento em que não se trata de isenção ou moratória fiscal - matéria não afeta ao juízo da recuperação, mas sim, tutela de direito com fulcro nos princípios acima elencados, a possibilitar de maneira plena e absoluta a efetivação do procedimento de recuperação judicial prevista no ordenamento jurídico pátrio.

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário

Tribunal de Justiça

Comarca da Capital

Cartório da 7ª Vara Empresarial

Av. Erasmo Braga, 115 Lna Central 706CEP. 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 3133 2185 e-mail: cap07vemp@tjrj.jus.br

MTGÁS

Fls. 14

Rub. C



Destarte, os pedidos formulados em sede de tutela de urgência, são efeitos da decisão que poderá conferir deferimento do processamento do pedido de recuperação, sendo sua antecipação previsível, com base na conjugação subsidiária do NCPC, que em seu art. 300, diz:

"A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo."

A probabilidade do deferimento do pedido de recuperação judicial se demonstra da própria leitura da petição inicial e da vasta documentação anexada, já que nesta fase não compete ao juízo fazer qualquer juízo de valor quanto à viabilidade econômica das sociedades que ingressaram com o pedido, porém, a necessária análise de cerca de 89.000 páginas, que instruem o pedido inicial, demandará um período de tempo, o que recomenda a imediata apreciação, ainda que em parte, do pedido de tutela antecipada, até porque estão configurados todos os pressupostos necessários ao acolhimento do pleito de urgência.

Isto posto, defiro o pedido de tutela de urgência, para determinar:

- a) A suspensão de todas as ações e execuções contra as Recuperandas, pelo prazo de 180 dias, de modo a evitar que constrições judiciais sejam realizadas no período compreendido entre o ajuizamento da presente recuperação judicial e o deferimento do seu processamento.
- b) A dispensa da apresentação de certidões negativas em qualquer circunstância relacionada às Recuperandas, inclusive para que exerçam suas atividades (incluindo certidão negativa de débitos referentes às receitas administradas pela ANATEL e certidão negativa de distribuição de pedidos de falência e recuperação judicial).

Publique-se, com urgência, e voltem imediatamente conclusos para análise dos documentos que instruem a inicial, e do parecer ministerial como um todo, para efeito de proferir o despacho previsto no art. 52 da Lei 11.101/05.

Rio de Janeiro, 21/06/2016.

Fernando Cesar Ferreira Viana - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Fernando Cesar Ferreira Viana

Em ____/____/____

Código de Autenticação: 4UBV.13B1.M5F8.8NQE

Este código pode ser verificado em: <http://www4.tjrj.jus.br/CertidaoCNU/validacao.do>

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório da 7ª Vara Empresarial
Av. Erasmo Braga, 115 Lne Central 706CEP 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 3133 2185 e-mail: cap07vemp@tjrj.jus.br

Também chamado de princípio da idoneidade ou princípio da conformidade, o princípio da adequação reflete a ideia de que a medida restritiva deve ser idônea à consecução da finalidade pretendida. Vale dizer, deve haver a existência de relação adequada entre um ou vários fins determinados e os meios com que são determinados.

Quanto ao subprincípio da necessidade, ou princípio da exigibilidade, busca-se que a medida seja realmente indispensável para a conservação do direito fundamental e, que não possa ser substituída por outra de igual eficácia, e até menos gravosa.

De acordo com este subprincípio, deve sempre ser observado se há outras formas de se obter o resultado garantido por determinado direito, de forma a se optar pela aplicação da forma que irá afetar com menor intensidade os direitos envolvidos na questão.

O último elemento caracterizador do princípio da proporcionalidade é o subprincípio da proporcionalidade em sentido estrito.

Caracteriza-se pela ideia de que os meios eleitos devem manter-se razoáveis com o resultado perseguido. Isto quer dizer que o ônus imposto pela norma deve ser inferior ao benefício por ela engendrado. Trata-se da verificação da relação custo-benefício da medida, isto é, da ponderação entre os danos causados e os resultados a serem obtidos.

Desta forma, este subprincípio exige uma equânime distribuição de ônus, com a utilização da técnica de ponderação de bens ao caso concreto.

Destaca-se, que em ambos os lados do conflito, ora em análise, depreende-se a existência de direitos sociais.

A empresa como unidade produtiva, tem sido considerada fonte de geração de riqueza e empregos, e a manutenção de suas atividades visa proteger esta relevante função social e o estímulo à atividade econômica (art. 170 CF; art. 47 da LRF).

Do outro lado, a Lei de Licitações e o CTN buscam dar proteção ao interesse público em geral, determinando que o Administrador Público se atenha a determinadas formas e normas no momento da contratação, a fim de evitar prejuízo ao bem comum.

Diante do enfrentamento de princípios, como acima declinado, deve o aplicador do direito valer-se, muitas das vezes, do princípio da proporcionalidade para decidir.

Criada com o fim precípuo de impulsionar a economia do país, e oportunizar aos empresários em dificuldades financeiras, não só a manutenção de sua unidade produtora, mas em especial, a continuidade da prestação dos serviços e geração de empregos, a LRF, inovou consideravelmente o conceito de empresa, alçando-a a um patamar de relevante papel social.

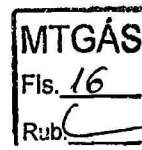
Inovou o legislador ao promulgar a referida lei, dispensando especial ênfase ao instituto da recuperação judicial, que respondeu aos anseios das empresas que, em situação de necessária reestruturação de suas operações e dívidas, não tinham outra opção dentro do ordenamento jurídico nacional a não ser a decretação de sua insolvência ou falência, o que não resultava benefícios, seja para as próprias empresas, seja para os seus credores e a sociedade em um todo.

Dentre as muitas alterações, figura a possibilidade da recuperanda licitar com o Poder Público, desde que sejam apresentadas no ato as certidões negativas de débitos fiscais (Art. 52, II da Lei



ESTADO DE MATO GROSSO

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS



MISSÃO: Distribuição de Gás Natural Veicular.

ANEXO IV	
SOLICITAÇÃO DE PAGAMENTO DE SERVIÇO Nº. 165/2017	
NÚCLEO SISTÊMICO SÓCIOECONÔMICO	
SETOR REQUISITANTE:	Gerente Adm. e Financeiro - Mtgás.
RESPONSÁVEL:	Luciene Mingarelli.
PROTOCOLO SOB Nº:	430509/2017
OBJETO:	Descrição do processo original serviço a ser pago conforme Ordem de Fornecimento n.º-----2017, PED nº. 17502.0001.17.000251-7, EMPENHO nº. 17502.0001.17.000192-3, NF nº 1708.000085017.

JUSTIFICATIVA CIRCUNSTANCIADA DO PAGAMENTO: Solicitamos o pagamento, do Credor OI S/A, referente à contratação de serviço de internet banda larga, do mês de Agosto/2017, no valor total de R\$ 2.657,21 (dois mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e vinte e um centavos). Dados:

Credor:	2002.17431-1
Forma de Pagamento:	Fatura.
Valor:	R\$ 2.657,21

Cuiabá, 18 de Agosto de 2017.

Assinatura do requisitante:	
 Luciene Mingarelli de Lima Assistente da Diretoria MT Gás	
Recebido em: ____/____/2017	DIRETORIA EXECUTIVA: (x) de acordo () desfavorável Emmanuel Almeida de Figueiredo Junior Diretor Presidente MT Gás
Despacho do Ordenador de Despesas:	(x) De acordo () Desfavorável
Motivo:	 Rafael Silva Reis Diretor Adm. Financeiro MTGás
Observação:	

Av. Hist. Rubens de Mendonça, 2254 - Cj. 1203 - Ed. American Business Center
CEP 78050-000 - Cuiabá - Mato Grosso - Fone: (65) 3642-4423



LIQ		LIQUIDAÇÃO		17502.0001.17.000210-1	
Nº EMP: 17502.0001.17.000192-3			Data do Docº: 22/08/2017		
Nº PED: 17502.0001.17.000251-7			Data de pagamento: 24/08/2017		
Nº CAD:		Nº NOBLIST:		Nº DOTLIST:	
Órgão: 17 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico					
Unidade Orçamentária: 17502 COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS					
Unidade Gestora: 17502.0001 Geral					
Data de Liberação: *** ** *			Liberador de Pagamento: *** ** *		
Liquidação Escritural: Não		Regularização: Não		Dotação Orçamentária: 17502.0001.25.122.036.2007.9900.339000000.243.1.1	
Elemento de Despesa: 39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA				Elemento - Exercícios Anteriores: *** ** *	
Nº NEX:*** ** *					
Forma pagamento: Nota de Ordem Bancária (NOB)		Código Bancário: 00777.00500		Banco + Agência + C/C (débito Órgão): 001.3834.000000001010100-4	
Pagamento Disponibilidade RP: 001.3834.000000001010100-4				Valor Liquidação: *** 2.657,21 DOIS MIL E SEISCENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E VINTE E UM CENTAVOS *** ** *	
Histórico: Pagamento ref. prestação de serviço de internet dedicada banda larga, ref.agosto/2017. processo nº 430509/2017.					
Código do credor: 2002.17431-1		Credor: OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL			
CPF/CNPJ: 76.535.764/0001-43		Município UF: Rio de Janeiro - RJ		Nº Processo de Pagamento 430509/2017	
Forma de Recebimento: Pagamento de Faturas					
Banco + Agência + C/C: *** ** *					

DADOS DA DIÁRIA	
Nº OS: *** ** *	Data de Início da Viagem: *** ** *
	Data de Retorno da Viagem: *** ** *

CONTRATOS E CONVÊNIOS	
Nº Contrato: *** ** *	Término da vigência: *** ** *
Nº Convênio: *** ** *	

CONTROLE DO SALDO A LIQUIDAR			
Valor total do empenho (R\$) *** 2.657,21	Saldo a liquidar (R\$) *** 2.657,21	Esta liquidação (R\$) *** 2.657,21	Saldo a liquidar atual (R\$) *** 0,00

CONTROLE DE SALDO EM LIQUIDAÇÃO			
Valor total do empenho (R\$) *** 2.657,21	Saldo em liquidação (R\$) *** 2.657,21	Esta liquidação (R\$) *** 2.657,21	Saldo em liquidação atual (R\$) *** 0,00

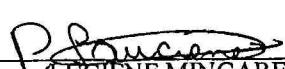
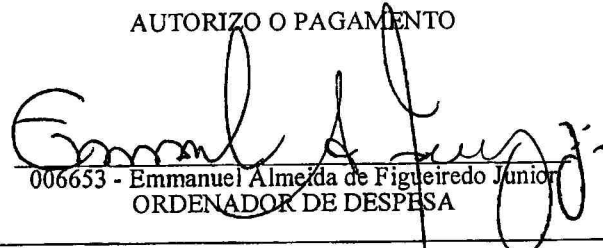


LIQ		LIQUIDAÇÃO		17502.0001.17.000210-1	
OBRIGAÇÕES FISCAIS - CONSIGNAÇÕES					
IRRF (R\$): *** 0,00		ISS município (R\$) *** 0,00		Município: *** ** *	
INSS (R\$): *** 0,00		MTPREV (R\$): *** 0,00		Outras consignações (R\$): *** 0,00	
Observações: Indicativo de Situação da LIO: LIO Normal					

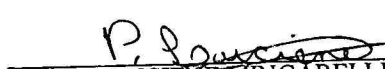
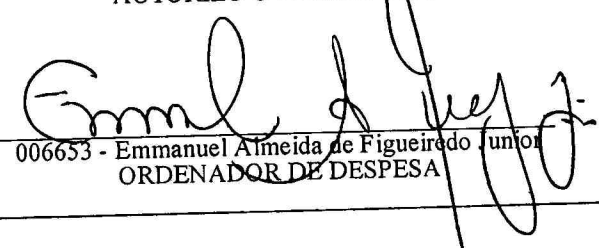
Valor Líquido:	*** 2.657,21	DOIS MIL E SEISCENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E VINTE E UM CENTAVOS *** ** *
----------------	--------------	---

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA POR SUBELEMENTO		
Natureza Despesa	Descrição	Valor
3.3.90.39.39.073	Serviços com Despesa de Telefone Convencional Fixo	*** 2.657,21
TOTAL DA LIQUIDAÇÃO:		*** 2.657,21



NOB	NOTA DE ORDEM BANCÁRIA	17502.0001.17.000326-1
Data de Emissão: 24/08/2017		
Nº NOBLIST:		Nº DOTLIST:
Unidade Orçamentária: 17502 - COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS		
Unidade Gestora: 0001 - Geral		
Código Bancário: 00777.00500	Banco + Agência + C/C: 001.3834.000000001010100-4	Regularização: Não
		Nº NEX : ***
SOLICITAMOS AO Banco do Brasil S/A CREDITAR AO(S) FAVORECIDO(S) ABAIXO RELACIONADO(S), LEVANDO A DÉBITO DA CONTA Nº 001.3834.000000001010100-4.		
Código do Credor: 2002.17431-1		
Credor: OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL		
CPF/CNPJ: 76.535.764/0001-43		Município UF: Rio de Janeiro RJ
Nº EMP: 17502.0001.17.000192-3		Fonte de Recurso: 243
Nº LIQ: 17502.0001.17.000210-1		
Nº Processo de Pagamento: 430509/2017		Tipo de OB: 38-FAT C/ BARRA
NOB/Fatura Fato 54: Não		
Banco + Agência + C/C:	Valor da Operação (R\$): *** 2.657,21	Valor por Extenso: DOIS MIL E SEISCENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E VINTE E UM CENTAVOS *** ***** ***** *****
Os processos acima relacionados foram regularmente liquidados e encontra-se em condição de pagamento.  LUCIENE MINGARELLI LIMA Chefe do Núcleo Setorial de Finanças (NSF)		AUTORIZO O PAGAMENTO  006653 - Emmanuel Almeida de Figueiredo Junior ORDENADOR DE DESPESA
Observações: Situação da NOB: Nota de Ordem Bancária (NOB) Normal Indicativo de Transmissão: Documento eletrônico do Banco do Brasil		

DETALHAMENTO DO PAGAMENTO DA FATURA - CONVÊNIO				
Tipo Fatura	Subtipo Fatura	Código de Barras	Código do Tributo Federal	Data de Vencimento
Com Código de Barras	Convênio	846600000265572100175056305014201704832130000009	*** **	20/08/2017
Valor Total (R\$): 2.657,21		Valor Total por extenso: dois mil e seiscientos e cinquenta e sete reais e vinte e um centavos-		
AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA		*** ** *		

NOB	NOTA DE ORDEM BANCÁRIA	17502.0001.17.000326-1
Data de Emissão: 24/08/2017		
Nº NOBLIST:		Nº DOTLIST:
Unidade Orçamentária: 17502 - COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS		
Unidade Gestora: 0001 - Geral		
Código Bancário: 00777.00500	Banco + Agência + C/C: 001.3834.000000001010100-4	Regularização: Não
		Nº NEX : ***
SOLICITAMOS AO Banco do Brasil S/A CREDITAR AO(S) FAVORECIDO(S) ABAIXO RELACIONADO(S), LEVANDO A DÉBITO DA CONTA Nº 001.3834.000000001010100-4.		
Código do Credor: 2002.17431-1		
Credor: OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL		
CPF/CNPJ: 76.535.764/0001-43		Município UF: Rio de Janeiro RJ
Nº EMP: 17502.0001.17.000192-3		Fonte de Recurso: 243
Nº LIQ: 17502.0001.17.000210-1		
Nº Processo de Pagamento: 430509/2017		Tipo de OB: 38-FAT C/ BARRA
NOB/Fatura Fato 54: Não		
Banco + Agência + C/C:	Valor da Operação (R\$): *** 2.657,21	Valor por Extenso: DOIS MIL E SEISCENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E VINTE E UM CENTAVOS *** ***** ***** *****
Os processos acima relacionados foram regularmente liquidados e encontra-se em condição de pagamento.  LUCIENE MINGARELLI LIMA Chefe do Núcleo Setorial de Finanças (NSF)		AUTORIZO O PAGAMENTO  006653 - Emmanuel Almeida de Figueiredo Junior ORDENADOR DE DESPESA
Observações: Situação da NOB: Nota de Ordem Bancária (NOB) Normal Indicativo de Transmissão: Documento eletrônico do Banco do Brasil		

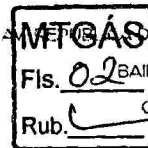
DETALHAMENTO DO PAGAMENTO DA FATURA - CONVÊNIO				
Tipo Fatura	Subtipo Fatura	Código de Barras	Código do Tributo Federal	Data de Vencimento
Com Código de Barras	Convênio	846600000265572100175056305014201704832130000009	*** **	20/08/2017
Valor Total (R\$): 2.657,21		Valor Total por extenso: dois mil e seiscientos e cinquenta e sete reais e vinte e um centavos		
AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA		301C52B69EB41D81		

MT GÁS
COMPANHIA
MATOGROSSENSE
DE GÁS



GOVERNO DE
**MATO
GROSSO**

Proc. nº 14690/2017
Livro ~~500~~ Internet
Período: 26/08/2017 a
12/09/2017



ANEXO II

SOLICITAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL/SERVIÇO N.º 005/2017

NÚCLEO SISTÊMICO SÓCIOECONÔMICO

SETOR REQUISITANTE:	Gerente Administrativo e Financeiro – MTGÁS.
PROTOCOLO SOB Nº:	14690/2018
RESPONSÁVEL:	Luciene Mingarelli de Lima
OBJETO:	Referente à serviço de internet dedicada banda larga.
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:	17502.2007.3390.3900.243.
VALOR ESTIMATIVO:	R\$ 1.475,77

JUSTIFICATIVA CIRCUNSTANCIADA DA DESPESA: Solicitamos a inclusão de PED/EMP global do credor OI FIXO, referente à prestação de serviço de internet dedicada banda larga para atender este Órgão/ MTGÁS, referente período de 26/08/2017 a 12/09/2017, no valor de R\$ 1.475,77 (um mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e setenta e sete centavos) para atender a Companhia.

Cuiabá, 17 de Janeiro de 2017.

Assinatura do requisitante: Luciene Mingarelli de Lima Assistente da Diretoria MT Gás	
Recebido em: ____/____/2018	Despacho da Dir. Executiva (x) De acordo () Desfavorável Rafael Silva Reis Diretor Adm. Financeiro MTGás
Despacho do Ordenador de Despesas: (X) De acordo () Desfavorável	
Motivo: Emmanuel Almeida de Figueiredo Junior Diretor Presidente MT Gás	



MTGÁS
Fls. 03
Rub. _____

SOLICITAÇÃO DE PEDIDO DE EMPENHO Nº 019/2018

Cuiabá/MT, 19/01/2017

PROTOCOLO: 14690/2017

DE: Gerência Adm. e Financeira - Companhia Matogrossense de Gás

(x) PED/EMP () PED RESERVA () ALTERAÇÃO DE PED

ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA: Solicitamos inclusão de PED/EMP ref. Serviço de internet banda larga, período de agosto/setembro /2017.

CÓD. CREDOR: 2002.17431-1

NOME: OI S/A

CNPJ: 76.535.764/0001-43

VALOR: R\$ 1.475,77

TIPO:

() ORDINÁRIO

(X) ESTIMATIVO

() GLOBAL

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

UO	P/A/OE	REGIÃO	NAT. DESPESA	ELEMENTO	FONTE
17502	2007	9900	3190	39	243

MODALIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE, ART. 25, INCISO I

CRD - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO / PAGAMENTOS PREVISTOS

JANEIRO	R\$ 1.475,77	JULHO	
FEVEREIRO		AGOSTO	
MARÇO		SETEMBRO	
ABRIL		OUTUBRO	
MAIO		NOVEMBRO	
JUNHO		DEZEMBRO	
TOTAL			R\$ 1.475,77

Atenciosamente,

Luciene Mingarelli

Gerente Adm. e Financeira

Solicitante

Em exercício



Emmanuel Almeida de Figueiredo Junior

Diretor Presidente - MTGÁS

De acordo: Ordenador de Despesas





PED	PEDIDO DE EMPENHO	17502.0001.18.000007-7
Data de Solicitação: 29/01/2018		RESERVA DE EMPENHO
Unidade Orçamentária: 17502 - COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS		
Unidade Gestora: 0001 - Geral		
Projeto/Atividade: 2007 - Manutenção de serviços administrativos gerais		
Nº Processo de Pagamento:	Nº NOBLIST:	
14690/2017	*** **	*** **
Especificação: Pagamento ref. prestação de serviço de internet banda larga, valor parcial enviado com atraso e com data de ref. diferente do correto, ref. ao período de 26/08 a 12/09/2017.		

DEMONSTRATIVO DO SALDO ORÇAMENTÁRIO

Dotação Orçamentária: 17502.0001.25.122.036.2007.9900.339000000.240.1.1		Elemento de Despesa: 39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	
Tipo de Despesa: 7 - Compras e Serviços		Convênio: Não	
Saldo Orc. Anterior (R\$) *** 156.699,16	Valor Total da Reserva (R\$) *** 1.600,00	Saldo Orc. Atual (R\$) *** 155.099,16	
Tipo de Empenho: Estimativo			
Valor por Extenso: UM MIL E SEISCENTOS REAIS *** **			
Reserva Inicial (R\$):		*** 1.600,00	
Valor Total - Reforço (R\$):		*** 0,00	
Valor Total - Redução (R\$):		*** 0,00	

DADOS DO CREDOR

Código: 2002.17431-1	Nome: OI S.A.		
Endereço: r do Lavradio, 71			
CPF/ CNPJ/ IG: 76.535.764/0001-43	Insc. Estadual: *** **	RG: *** **	

DADOS DA DIÁRIA

Nº OS: *** **	Data de Início da Viagem: *** **
	Data de Retorno da Viagem: *** **

DADOS DO ADIANTAMENTO

Nº CAD: *** **	Data de Solicitação: *** **
-----------------------	------------------------------------

Observações: Situação do PED: Reserva de Empenho para processo Licitatório
--



EMP		NOTA DE EMPENHO		17502.0001.18.000009-5	
Nº PED: 17502.0001.18.000007-7			Data de Emissão: 05/02/2018		
Nº DOTLIST: *** **			Nº NOBLIST: *** **		
Unidade Orçamentária: 17502 - COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS			Unidade Gestora: 0001 - Geral		
Projeto/Atividade: 2007 - Manutenção de serviços administrativos gerais			Recurso: Normal		Tipo de Empenho: Estimativo
Modalidade de Licitação: Dispensa			Nº Referência Licitação: *** **		Motivo Dispensa Licitação *** **
Nº Convênio *** **	Despesa em Processamento Não		Transferido - Resto a Pagar Não		Nº Processo de Pagamento: 14690/2017

DADOS DO CREDOR

Código: 2002.17431-1		Nome: OI S.A.	
Endereço: r do Lavradio, 71		CEP: 20.230-070	
Bairro: Asa Sul	Município: Rio de Janeiro	UF: RJ	
CPF/ CNPJ/ IG: 76.535.764/0001-43	Insc. Estadual: *** **	RG: *** **	

DADOS DA DIÁRIA

Nº OS: *** **	Data de Início da Viagem: *** **
	Data de Retorno da Viagem: *** **

DADOS DO ADIANTAMENTO

Nº CAD: *** **	Data de Solicitação: *** **
----------------	-----------------------------

DEMONSTRATIVO DA RESERVA DE EMPENHO

Dotação Orçamentária: 17502.0001.25.122.036.2007.9900.339000000.240.1.1		Elemento de Despesa: 39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	
Valor Total do Empenho (R\$): *** 1.600,00	Valor por Extenso: UM MIL E SEISCENTOS REAIS *** **		
Histórico: Empenho do PED Nº 17502.0001.18.000007-7 Pagamento ref. prestação de serviço de internet banda larga, valor parcial enviado com atraso e com data de ref. diferente do correto, ref. ao período de 26/08 a 12/09/2017.			
Data de Autorização da Despesa: 05/02/2018		Ordenador de Despesa: Rafael Silva Reis	
_____ Responsável pela Execução Orçamentária		_____ Rafael Silva Reis Ordenador de Despesa	
Observações: Situação do EMP: Empenho (EMP) normal Número do documento de estorno:			

FIXO

Oi S.A.
Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro
CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
CNPJ Matriz: 76.535.764/0001-43
CNPJ: 76.535.764/0329-32 I.E: 13.094.807-1

Fatura de Serviços de Telecomunicações

Página
000001 de
000004

MTGÁS
Fls. 06
Rub. C



CTCE CUIABA MT PL1

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGAS
AV HIST RUBENS DE MENDONCA 02254 CJ704 AN7
JARDIM ACLIMACAO
78050-280 CUIABA - MT



5013512820320770000000021430271117

Fatura: 1712.000000089

Contrato Agrupador: 505.305.014-3 - FAT - ON

Demonstrativo da fatura	Valor (R\$)
SERVICOS MENSAIS	1.475,77
SERVICOS OI	1.475,77
Valor a pagar	1.475,77

ATESTADO

Atestamos que o(s) serviço(s)
foi(ram) executado(s).

Cuiabá-MT, 11, 02, 2018

Marcia Victor de Matos
Assessora Especial
MT Gás

Oi,

Só a Oi tem móvel, banda larga, fixo, DDD e muito mais. E sua empresa só tem a ganhar. Os benefícios continuam os mesmos e, em breve, você terá muitas novidades. Aguarde.
Mais informações? Acesse www.oi.com.br ou fale com seu Consultor

Data de vencimento: 30/01/2018
Valor de sua conta: 1.475,77

Número de seu telefone: 65 049 9409

Mês de referência: outubro 2017

Período: 26/08/2017 a 12/09/2017

Data de emissão: 01/10/2017



Oi S.A.
Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro
CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
CNPJ Matriz: 76.535.764/0001-43
CNPJ: 76.535.764/0329-32 I.E: 13.094.807-1

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGAS

Número do Telefone: 65 049 9409

Número da Fatura: 1712.000000089

Sequencial: 505305014 201712 61137

84650000014 2 75770017505 7 30501420171 2 26113700000 4

Data de Vencimento 30/01/2018
Valor a pagar: 1.475,77

Nº Identificador para Débito Automático. 505.305 014-3



Fique ligado

O débito em conta corrente continua sendo a melhor alternativa pra você. Procure seu banco e cadastre todos os seus telefones

Boa notícia pra você: agora, a cobrança de chamadas DDD poderá ser feita como você quiser na sua conta telefônica ou separadamente.

TODOS OS VALORES COBRADOS NESTA FATURA SÃO TRUNCADOS NA SEGUNDA CASA DECIMAL

1331 CENTRAL DE ATENDIMENTO ANATEL AO LIGAR INFORME O NUMERO DO PROTOCOLO FORNECIDO PELA PRESTADORA

10314 CENTRAL DE RELACIONAMENTO OI

A UTILIZACAO DO SERVICO DE PAGAMENTO EM LOTERICA SEM A APRESENTACAO DA FATURA ESTA SUJEITA A COBRANCA PARA MAIS INFORMACOES LIGUE 103 14

CLIENTE BANCO DO BRASIL LIGUE 08007290001 E CONFIRME COM BANCO SE O DEBITO AUTOMATICO SOLICITADO POR VOCE ESTA AUTORIZADO E VALIDO PARA A FATURA ATUAL SE NAO ESTIVER AUTORIZADO PARA AS PROXIMAS FATURAS E EFETUE O PAGAMENTO DA ATUAL

FIQUE ATENTO EFETUE OS PAGAMENTOS EM DIA E EVITE COBRANCA DE MULTA DE 2 POR CENTO E JUROS DE 1 POR CENTO AO MES PRO RATA DIE

SUSPENSÃO DO SERVIÇO PARCIAL 15 DIAS APOS ENVIO DA 1 NOTIFICACAO E COM MAIS 30 DIAS SUSPENSÃO TOTAL

DURANTE O PERIODO DE BLOQUEIO PARCIAL A ASSINATURA DE SUA LINHA SERA COBRADA NORMALMENTE DE ACORDO COM OS VALORES CONTRATADOS POIS ELA CONTINUA APTA A RECEBER CHAMADAS

CANCELAMENTO E INCLUSAO NOS ORGAOS DE PROTECAO AO CREDITO SPC SERASA 30 DIAS APOS A SUSPENSÃO TOTAL

OI INFORMA QUE A PARTIR DE JULHO 2017 AS OFERTAS DO SEU FIXO BANDA LARGA ANTIVIRUS BACKUP SERAO REAJUSTADOS MANTENDO OS DESCONTOS PROMOCIONAIS PREVISTOS EM REGULAMENTO MAIS INFORMACOES EM OICOMBR REAJUSTE

Canais de atendimento à sua empresa
0800 031 0800 Central de Relacionamento

102 Auxílio à lista.

Confira sua conta na Internet www.oi.com.br
Central de Recursos www.oi.com.br ou 0800 031 0800. Para agilizar o atendimento tenha em mãos o número do protocolo fornecido pela Central de Relacionamento.
1331 Central de Atendimento ANATEL (ao ligar, informe o número do protocolo fornecido pela prestadora).

Contribuições: Para o FUST (1%) e FUNTTEL (0.5%) sobre valor dos serviços, não repassados às tarifas

Valor mínimo do ressarcimento, em caso de interrupção do serviço local: duração da interrupção (em min.) vezes valor da assinatura básica, divididos por 43 200 min (30 dias)

Os códigos de seleção de prestadoras de longa distância são: 31 Oi, 12 CTBC, 13 Fonar, 14 Oi, 15 Telefônica, 16 Viacom, 17 Transit, 19 Epsilon, 21 Embratel, 23 Intelig, 24 Primeira Escolha, 25 GVT, 26 IDT, 28 Alpamayo, 29 T-Leste, 32 Convergência, 34 ETML, 35 Easytone, 37 Golden Line, 38 TESA, 39 Engevix, 41 TIM, 42 GT Group, 43 Sercomtel, 45 Global Crossing, 46 Hoje Telecom, 47 BT Communications, 53 OSTARA, 57 Itacéu, 58 Voitel, 62 Option, 63 Hello Brazil, 67 ALQOLA, 71 Dollarphone, 81 Sermatel, 84 BBT, 85 America Net, 91 IP Corp Telecom, 96 Amigo Telecom, 63 Telecom 65, 49 Cambridge

Resumo dos Tributos Incidentes

Receitas (R\$)	Valor ICMS	Valor ISS	Valor PIS	Valor COFINS
Serviços Telecom	472,24	0,00	9,59	44,27
Serviços Não Telecom	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Tributos	472,24	0,00	9,59	44,27

Nota: Fundamento legal: Lei 12.741/2012 e Resolução ANATEL 632/2014

FIXO

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

NÚMERO DA NF:000.000.076 SÉRIE: U SUB-SÉRIE:03

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGAS
AV HIST RUBENS DE MENDONCA 02254 CJ704 AN7
JARDIM ACLIMACAO
78050-280 CUIABA - MT

Número do Cliente: 381382597000001
Contrato Agrupador: 505 305 014-3
Contrato Agrupado: 505.305 014-3
CPF/CNPJ: 08.023 921/0001-58
Data de emissão: 22/11/2017

Telefone Agrupador: 65 049 9409
Telefone Agrupado: 65 049 9409
Insc. Estadual: 132567750

Oi S.A

CNPJ: 76.535.764/0329-32 I.E. 13.094.807-1
Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro - SUL CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
Via Única CFOP: 05303
Natureza da Operação: Serviço de Telecomunicações

RESUMO DOS TRIBUTOS

	ICMS	ICMS	ISS
Base de Cálculo	1.475,77	0,00	0,00
Alíquota	32%	0%	0%
Valor	472,24	0,00	0,00

RESERVADO AO FISCO

933F.445D.6228.E51F.4532.CE84.A7F7.7337

SERVICOS OI

SERVICOS MENSAIS

Sequência	Descrição dos serviços	Data/Qtde	% Desconto	Alíquota	Valor
1	UTILIZACAO ACESSO IP CORPORATIVO 4 MBPS	0		32% ICMS	1.475,77
Total SERVICOS MENSAIS					1.475,77

Total Nota Fiscal OI

1.475,77

Valor a pagar

1.475,77



ESTADO DE MATO GROSSO

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS




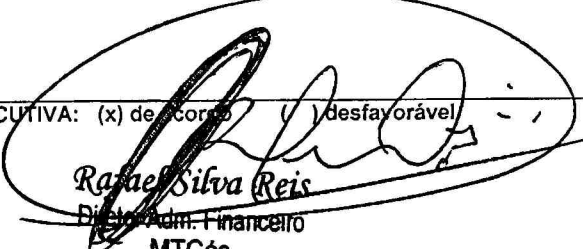
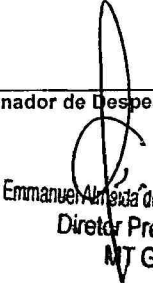
MISSÃO: Distribuição de Gás Natural Veicular.

ANEXO IV	
SOLICITAÇÃO DE PAGAMENTO DE SERVIÇO Nº. 011/2018	
NÚCLEO SISTÊMICO SÓCIOECONÔMICO	
SETOR REQUISITANTE:	Gerente Adm. e Financeiro - Mtgás.
RESPONSÁVEL:	Luciene Mingarelli .
PROTOCOLO SOB Nº:	14690/2018
OBJETO:	Descrição do processo original serviço a ser pago conforme Ordem de Fornecimento n.º-----2018, PED nº. 17502.0001.18.00007-7, EMPENHO nº. 17502.0001.18.00009-5, NF nº 1712.000000089.

JUSTIFICATIVA CIRCUNSTANCIADA DO PAGAMENTO: Solicitamos o pagamento, do Credor OI S/A, referente à contratação de serviço de Internet banda larga, do mês de Outubro/2017, no valor total de **R\$ 1.475,77 (Hum mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e setenta e sete centavos).** Dados:

Credor:	2002.17431-1
Forma de Pagamento:	Fatura.
Valor:	R\$ 1.475,77

Cuiabá, 02 de Fevereiro de 2018.

Assinatura do requisitante:  Luciene Mingarelli de Lima Assistente da Diretoria MT Gás	
Recebido em: ____/____/2018	DIRETORIA EXECUTIVA: (x) de acordo () Desfavorável  Rafael Silva Reis Diretor Adm. Financeiro MTGás
Despacho do Ordenador de Despesas: (x) De acordo () Desfavorável	
Motivo:  Emmanuél Almeida de Figueiredo Junior Diretor Presidente MT Gás	
Observação:	

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório da 1ª Vara Empresarial
Av. Erasmo Braga 115 - 1º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel. 3133 2195 e-mail: cap07vemp@tj.rj.us.br

Fls

Processo: 0203711-65.2016.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto Recuperação Judicial - Recuperação Judicial
Autor: OI S.A.
Autor: TEL EMAR NORTE LESTE S.A.
Autor: OI MÓVEL S.A.
Autor: COPART 4 PARTICIPAÇÕES S.A.
Autor: COPART 5 PARTICIPAÇÕES S.A.
Autor: PORTUGAL TELECOM INTERNATIONAL FINANCE B.V.
Autor: OI BRASIL HOLDINGS COÓPERATIFF U.A.

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Fernando Cesar Ferreira Viana

Em: 21/06/2016

Decisão

Destaco de plano que a presente decisão se limitará à análise do pedido de tutela de urgência formulado na exordia - notadamente o pedido de suspensão das ações e execuções em face das Recuperandas, e pedido de dispensa de apresentação de certidões negativas - ficando as demais questões afetas ao provimento inicial do pleito de recuperação judicial (art. 52 da Lei 11.101/05) postergadas para melhor exame tão logo os autos retornem conclusos após a publicação deste decurso. Tal providência se justifica por conta do notório impacto social e repercussão econômica que a demora de apreciação da tutela de urgência poderá gerar no mercado global.

Informam as requerentes terem origem na junção das gigantes nacionais no setor de telecomunicações, quais sejam, a TNL e a Brasil Telecom S.A., em 2009, tendo essas sociedades antes nascidas a partir da privatização da TELEBRÁS em 1998.

Expõem que seu ramo de operação é o da prestação de serviço público, por meio de concessão, cuja essencialidade é insita à própria natureza pública do serviço, levando em conta ser: i) A maior prestadora de serviços de telefonia fixa do País, atendendo em todo território nacional; ii) ter como base 47,8 milhões de clientes usuários de telefonia móvel até março de 2016; iii) 8,7 milhões de acessos à internet banda larga; iv) 1,2 milhões de assinaturas de TV; e v) 2 milhões de hotspots wifi, em locais públicos como aeroportos e shopping centers.

Afirmam, que por atuarem em um ramo estratégico para economia, eventual interrupção de qualquer dos seus serviços tem potencialidade para produzir efeitos catastróficos, não só para os inúmeros usuários, como para o próprio Grupo Empresarial, que veria inexoravelmente o aumento de seu passivo e a redução da sua capacidade de obter as receitas necessárias ao seu pagamento.

O gigantismo do Grupo gera em torno de 14 mil postos de trabalhos diretos e indiretos no Brasil.

Estado do Rio de Janeiro - Poder Judiciário

Tribunal de Justiça

Comarca da Capital

Cartório da 7ª Vara Empresarial

Av. Erasmo Braga, 115 - Sala Central 706 CEP 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel. 3133 2165 e-mail: cap07vemp@tjrj.us.br

MTGÁS
Fls. 11
Rubrica

89331

dos quais 37 mil somente no Estado do Rio de Janeiro os quais poderão estar em risco, caso qualquer evento coloque em risco a capacidade de recuperação das empresas Oi

Prosseguem dizendo que diante do grave cenário que se abateu sobre as empresas do Grupo não restou alternativa senão a propositura do pedido de recuperação judicial, que, porém, ao se desencadear, provocará reações dos seus diversos credores e parceiros, cujas consequências podem inviabilizar o pedido.

Isto porque, afirmam diversos são os contratos estratégicos firmados pelas requerentes em que figura a cláusula resisória em caso de pedido de recuperação judicial, fato que se efetivamente ocorrer irá diminuir drasticamente os ativos das empresas Oi, necessitando assim que sua eficácia seja suspensa

Igualmente aduz ser necessário, para fins da continuidade de suas atividades empresariais, seja concedida autorização para funcionar sem que haja necessidade da apresentação das certidões negativas.

Por último, informam que há evidente receio de que a repercussão do pedido desencadeará em âmbito nacional uma enxurrada de constrições judiciais para garantia de dívidas sujeitas a recuperação judicial que embora possam ser futuramente revertidas por decisão do juízo da recuperação judicial por certo trarão prejuízo as requerentes que poderão não dispor dos valores em tempo hábil para pagamento de despesas imediatas

Fincadas tais prefecções, análise de plano a postulação liminar

O ordenamento jurídico brasileiro pela Lei 11 101/2005 introduziu a Recuperação Judicial das empresas e sociedades empresárias, definindo os escopos para concessão deste benefício legal, o qual visa viabilizar o enfrentamento de crise econômico-financeira pela sociedade empresária ou empresário, com vista à manutenção da fonte produtora do emprego, preservando interesses sociais e dos credores

Tem a lei, portanto, como principal foco a preservação da empresa e a proteção do mercado, de modo que este possa se desenvolver de modo sadio, potencializando benefício à sociedade como um todo.

As normas que regem o procedimento de Recuperação Judicial devem ser analisadas de forma sistemática, valendo-se sempre que possível o julgador de uma interpretação sociológica para tentar alcançar aos fins sociais e as exigências do bem comum que nova lei quis introduzir

A LRF destacou no seu art. 47 como princípios básicos a preservação da empresa, sua função social e o estímulo a atividade econômica

Partindo desta premissa um dos objetivos mediatos da norma é o de fixar os meios necessários ao desenvolvimento da recuperação e do cumprimento do plano apresentado, dentre elas a sujeição à recuperação judicial de todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos (art. 49) e a suspensão da prescrição e de todas as ações execuções em face do devedor (art. 6º)

In causa, trata-se do pedido de recuperação judicial o maior grupo nacional de exploração da telefonia fixa, tendo ainda ampla atuação no mercado da telefonia móvel e TV por assinatura

Dispõem assim o art. 6º e seu § 4º da LFRE

Estado do Rio de Janeiro - Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório da 7ª Vara Empresarial
Av. Erasmo Braga 1151 - Centro 706CEP 20030-000 - Rio de Janeiro
cap07vemp@tj.rj.br

3134 185 - 000000

"A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário "

§4º Na recuperação judicial, a suspensão de que trata o caput deste artigo em hipótese nenhuma excederá o prazo prorrogável de 180 (cento e oitenta) dias contado do deferimento do processamento da recuperação, restabelecendo-se após o decurso do prazo, o direito dos credores de iniciar ou continuar suas ações e execuções, independentemente de pronunciamento judicial.

Partindo de uma interpretação apenas literal, somente o deferimento do processamento da recuperação judicial impõe aos credores o que alguns doutrinadores têm denominado de automatic stay, que deve ser observado por todos sem exceção

Verifica-se, portanto, ser a suspensão uma determinação legal ou seja, efeito do próprio deferimento do pedido de recuperação judicial com vista a oportunizar ao devedor um período salvaguardado da influência dos credores para que possa organizar e melhor expor suas soluções de mercado

Outro efeito do deferimento do processamento, diz respeito à questão da possibilidade do juízo da recuperação isentar a sociedade empresaria - em recuperação judicial da apresentação das Certidões Negativas de Débitos Fiscais (CND) quando da contratação daquela com o Poder Público

Inicialmente, deve ser esclarecido não haver mais dúvidas, quanto a possibilidade da contratação pela empresa em recuperação judicial, com o Poder Público. Tal afirmação decorre da simples interpretação contida no art 52, II da LRF, que aponta a possibilidade da contratação com o Poder Público, ou para recebimento de benefícios e incentivos fiscais por parte da recuperanda, desde que apresentadas as negativas fiscais exigidas.

Sendo assim, a certidão exigida no inciso II do art 32 da Lei 8666/93, que aponta para necessidade da apresentação de certidão negativa de falência ou concordata, está em parte derogada, pois neste caso prevalecerá a também lei especial 11101/05, promulgada posteriormente, que expressamente reconheceu a possibilidade da empresa em recuperação contratar com o setor público.

Assim, sendo defendida a recuperação, o cerne da presente questão se fixa na possibilidade do juízo da recuperação poder isentar a recuperanda da apresentação das certidões negativas tomando-a apta por completo a participar de licitações, receber créditos ou incentivos fiscais do Estado.

Em discussão está a ponderação sobre dois importantes princípios constitucionais, quais sejam o da "preservação da empresa" (assim considerado por estar implicitamente conscrito no art 170 da C.F.), hoje considerada como ente de relevante função social e de outro lado, em contrapartida o "princípio do interesse público geral" que determina a necessidade do Poder Público observar a legalidade estrita no procedimento de licitação a fim de evitar prejuízo ao bem comum

Vislumbrada essa situação, impenoso será a utilização do princípio da proporcionalidade para fins de se fazer uma necessária ponderação entre valores equivalentes. Trata-se de um princípio com status constitucional, que busca ponderar direitos fundamentais que se conflitam através da devida adequação dos mesmos com o binômio meio-fim; subdividido pela doutrina em três outros princípios, quais sejam o princípio da adequação, o princípio da necessidade e o princípio da proporcionalidade em sentido estrito

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário

Tribunal de Justiça

Comarca da Capital

Cartório da 7ª Vara Empresarial

Av. Erasmo Braga 111 - Rua Central 705 CEP 20020-30 - Centro - Rio de Janeiro RJ Tel: 3133 2185 e-mail

cap07vemp@tjrj.jus.br

11.101/2005).

Mencionado dispositivo trouxe inovadora conquista, conquanto tenha se afigurado visivelmente inócuo, posto que dificilmente existirá empresa em situação de recuperação judicial, que não esteja também em débito fiscal

Observar-se-á o princípio da proporcionalidade, para então mitigar a aplicação do art. 52, II da LRF, a fim de que se a obstada a necessidade da apresentação da GND

Aplica-se, o binômio meio-fim. Isso porque, observados os aspectos de cada subprincípio acima informado, vemos que a medida é

a) adequada e idônea ao passo que visa garantir acesso a todos aos meios para recuperação judicial da sociedade empresária em dificuldade, garantindo a esta o direito de manter os contratos já firmados com o Poder Público, ou ainda realizar novos, visto estar comprovado que regularmente utilizava esta forma de contratar;

b) necessária por que de outra forma não poderá a recuperanda manter seus contratos de concessão em vigor com o ente público,

c) mais benéfica, pois certamente atende ao interesse comum geral mais iminente - manutenção de fonte geradora de empregos e riquezas

Não se pretende com isso, buscar a qualquer custo a recuperação das empresas. Pelo contrário deve o julgador estar atento ao que lhe é apresentado e, com base nos documentos consignados sopesar a viabilidade ou não da continuidade da sociedade empresária, que busca socorro a luz da nova lei.

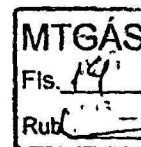
Dita posição encontra-se corroborada, nos termos do eloquente aresto profendo pelo Ministro Luis Felipe Salomão, em sede de Recurso Especial, cuja ementa assim foi descrita.

RECURSO ESPECIAL Nº 1.173.735 - RN (2010/0003787-4) RELATOR: MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO RECORRENTE: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS ADVOGADOS : THIAGO CEZAR COSTA AVELINO E OUTRO(S) MARCELLE VIEIRA DE MELLO MOREIRA E OUTRO(S) RECORRIDO: ENGEQUIP - ENGENHARIA DE EQUIPAMENTOS LTDA ADVOGADO : KRAUS JOSÉ RIBEIRO OLIVEIRA EMENTA DIREITO EMPRESARIAL, TRIBUTÁRIO E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO E MONTAGEM DE INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS DE PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NA JORAL COM A PETROBRAS PAGAMENTO DO SERVIÇO PRESTADO EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE CLTIDAO NEGATIVA DE DÉBITO DA EMPRESA PRESTADORA DOS SERVIÇOS. IMPOSSIBILIDADE. SOCIEDADE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ARTS. 52 E 53 DA LEI Nº 11.101/2005 (LF) E ART. 191-A DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (CTN) INOPERÂNCIA DOS MENCIONADOS DISPOSITIVOS INEXISTÊNCIA DE LEI ESPECÍFICA A DISCIPLINAR O PARCELAMENTO DA DÍVIDA FISCAL E PREVIDENCIÁRIA DE EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL PRECEDENTE DA CORTE ESPECIAL

1. O art. 47 serve como um norte a guiar a operacionalidade da recuperação judicial, sempre com vistas ao desígnio do instituto, que é "viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica

2. Segundo entendimento fixado pela Corte Especial em uma exegese teleológica da nova Lei de Falências, visando conferir operacionalidade a recuperação judicial, é desnecessária comprovação de regularidade tributária, nos termos do art. 57 da Lei nº 11.101/2005 e do art. 191-A do CTN, diante da inexistência de lei específica a disciplinar o parcelamento da dívida fiscal





89335

Estado do Rio de Janeiro - Poder Judiciário

Tribunal de Justiça

Comarca da Capital

Cartório da 1ª Vara Empresarial

Av. Erasmo Braga 115 - Sala Central 706 CEP 20070-900 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel. 3133 2185 e-mail: cap07vemp@tjrj.jus.br

e previdenciária de empresas em recuperação judicial (REsp. 1187404/MT Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO CORTE ESPECIAL, julgado em 19/06/2013, DJe 21/08/2013)

3. Dessarte, o STJ, para o momento de deferimento da recuperação, dispensou a comprovação de regularidade tributária em virtude da ausência de legislação específica a reger o parcelamento da dívida fiscal e previdenciária de empresas em recuperação judicial. Nessa linha de inteligência, por óbvio, parece ser exigível, pelo menos por enquanto, qualquer demonstração de regularidade fiscal para as empresas em recuperação judicial, seja para continuar no exercício de sua atividade (já dispensado pela norma), seja para contratar ou continuar executando contrato com o Poder Público.

4. Na hipótese, e de se ressaltar que os serviços contratados já foram efetivamente prestados pela ora recorrida e, portanto, a hipótese não trata de dispensa de licitação para contratar com o Poder Público ou para dar continuidade ao contrato existente, mas sim de pedido de recebimento dos valores pelos serviços efetiva e reconhecidamente prestados, não havendo falar em negativa de vigência aos artigos 2º e 57 da Lei nº 11.101/2005.

5. Malgrado o descumprimento da cláusula de regularidade fiscal possa até ensejar, eventualmente e se for o caso, a rescisão do contrato, não poderá haver a retenção de pagamento dos valores devidos em razão de serviços já prestados. Isso porque nem o art. 87 da Lei nº 8.666/1993 nem o item 7.3. do Decreto nº 2.745/1998, preveem a retenção do pagamento pelo serviços prestados como sanção pelo alegado defeito comportamental. Precedentes.

6. Recurso especial a que se nega provimento

O Ministério Público, em eloquente parecer, fez recordar igual posicionamento adotado por este magistrado em decisão proferida em outra recuperação judicial apreciada neste juízo, a qual fora chancelada pelo STJ em recente decisão proferida novamente pelo E. Ministro Luiz Felipe Salomão, nos autos do REsp 1207117/MG.

Ademais, a esses argumentos soma-se ainda decisão proferida pelo próprio TCU no Acórdão 8271/2011, que já havia recomendado ao DNIT do Estado do Espírito Santo tal orientação.

"1.51. dar ciência à Superintendência Regional do DINIT no Estado do Espírito Santo que, em suas licitações, é possível a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta economicamente e financeiramente a participar de procedimento nos termos da Lei 8.66/93"

Fábio Ulhoa Coelho (Curso de Direito Comercial, Ed. Saraiva 13ª ed.) lembra que "a crise da empresa pode manifestar-se de formas variadas. Ela é econômica quando as vendas de produtos ou serviços não se realizam na quantidade necessária à manutenção do negócio. É financeira quando falta à sociedade empresária dinheiro em caixa para pagar suas obrigações. Finalmente, a crise é patrimonial se o ativo é inferior ao passivo, se as dívidas superam os bens da sociedade empresária"

Neste contexto, afugura-se, segundo os dados obtidos que a crise anunciada é meramente econômica, e que somente com a execução das soluções futuramente apresentadas no plano, somada ao contínuo e pleno exercício de suas atividades comerciais e que efetivamente será superada a crise combatida por meio do processo de recuperação

Por tudo, considero a medida é perfeitamente possível de ser conferida em sede de recuperação judicial, a partir do momento em que não se trata de isenção ou moratória fiscal - matéria não afeta ao juízo da recuperação - mas sim, tutela de direito com fulcro nos princípios acima elencados, a possibilitar de maneira plena e absoluta a efetivação do procedimento de recuperação judicial prevista no ordenamento jurídico pátrio



Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário

Tribunal de Justiça

Comarca da Capital

Cartório da 7ª Vara Empresarial

Av. Erasmo Braga 411 - Lapa Central 706 CEP 20220-900 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel: 3133 2165 e-mail: cap07vemp@tjrn.jus.br

Destarte, os pedidos formulados em sede de tutela de urgência são efeitos da decisão que poderá conferir deferimento do processamento do pedido de recuperação, sendo sua antecipação previsível, com base na conjugação subsidiária do NCPC, que em seu art. 300, diz:

"A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo

A probabilidade de deferimento do pedido de recuperação judicial se demonstra da própria leitura da petição inicial e da vasta documentação anexada, já que nesta fase não compete ao juízo fazer qualquer juízo de valor quanto à viabilidade econômica das sociedades que ingressaram com o pedido, porém, a necessária análise de cerca de 89.000 páginas, que instruem o pedido inicial demandará um período de tempo, o que recomenda a imediata apreciação, ainda que em parte, do pedido de tutela antecipada, até porque estão configurados todos os pressupostos necessários ao acolhimento do pedido de urgência.

Isto posto, defiro o pedido de tutela de urgência, para determinar:

- A suspensão de todas as ações e execuções contra as Recuperandas, pelo prazo de 180 dias, de modo a evitar que constrições judiciais sejam realizadas no período compreendido entre o ajuizamento da presente recuperação judicial e o deferimento do seu processamento
- A dispensa da apresentação de certidões negativas em qualquer circunstância relacionada às Recuperandas, inclusive para que exerçam suas atividades (incluindo certidão negativa de débitos referentes a receitas administradas pela ANATEL e certidão negativa de distribuição de pedidos de falência e recuperação judicial)

Publique-se, com urgência e voltem imediatamente conclusos para análise dos documentos que instruem a inicial, e do parecer ministerial como um todo, para efeito de profen o despacho previsto no art 52 da Lei 11 101/05

Rio de Janeiro, 21/06/2016.

Fernando Cesar Ferreira Viana - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Fernando Cesar Ferreira Viana

Em _____

Código de Autenticidade: 4UBV.13B1.M5F8.8NQE
Este código pode ser verificado em: <http://www4.tjrn.jus.br/CertificacaoCNJ/validacao.do>

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário

Tribunal de Justiça

Comarca da Capital

Cartório da 7ª Vara Empresarial

Av. Erasmo Braga 111 - Sala Central 706 CEP 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel. 3133 2185 e-mail: cap07vemp@tjrj.us.br

Também chamado de princípio da idoneidade ou princípio da conformidade, o princípio da adequação reflete a ideia de que a medida restritiva deve ser idônea à consecução da finalidade pretendida. Vale dizer, deve haver a existência de relação adequada entre um ou vários fins determinados e os meios com que são determinados.

Quanto ao subprincípio da necessidade, ou princípio da exigibilidade, busca-se que a medida seja realmente indispensável para a conservação do direito fundamental e, que não possa ser substituída por outra de igual eficácia, e até menos gravosa.

De acordo com este subprincípio, deve sempre ser observado se há outras formas de se obter o resultado garantido por determinado direito, de forma a se optar pela aplicação da forma que não afetar com menor intensidade os direitos envolvidos na questão.

O último elemento caracterizador do princípio da proporcionalidade é o subprincípio da proporcionalidade em sentido estrito.

Caracteriza-se pela ideia de que os meios eleitos devem manter-se razoáveis com o resultado perseguido. Isto quer dizer que o ônus imposto pela norma deve ser inferior ao benefício por ela engendrado. Trata-se da verificação da relação custo-benefício da medida, isto é, da ponderação entre os danos causados e os resultados a serem obtidos.

Desta forma, este subprincípio exige uma equânime distribuição de ônus, com a utilização da técnica de ponderação de bens ao caso concreto.

Destaca-se, que em ambos os lados do conflito, ora em análise, depreende-se a existência de direitos sociais.

A empresa como unidade produtiva, tem sido considerada fonte de geração de riqueza e empregos, e a manutenção de suas atividades visa proteger esta relevante função social e o estímulo à atividade econômica (art. 170 CF, art. 47 da LRF).

Do outro lado, a Lei de Licitações e o CTN buscam dar proteção ao interesse público em geral determinando que o Administrador Público se atenha a determinadas formas e normas no momento da contratação a fim de evitar prejuízo ao bem comum.

Diante do enfrentamento de princípios, como acima declinado, deve o aplicador do direito valer-se, muitas das vezes, do princípio da proporcionalidade para decidir.

Criada com o fim principal de impulsionar a economia do país, e oportunizar aos empresários em dificuldades financeiras, não só a manutenção de sua unidade produtora, mas em especial, a continuidade da prestação dos serviços e geração de empregos, a LRF inovou consideravelmente o conceito de empresa, alçando-a a um patamar de relevante papel social.

Inovou o legislador ao promulgar a referida lei, dispensando especial ênfase ao instituto da recuperação judicial, que respondeu aos anseios das empresas que, em situação de necessária reestruturação de suas operações e dívidas, não tinham outra opção dentro do ordenamento jurídico nacional a não ser a decretação de sua insolvência ou falência, o que não resultava benéfico, seja para as próprias empresas, seja para os seus credores e a sociedade em um todo.

Dentre as muitas alterações, figura a possibilidade da recuperanda licitar com o Poder Público, desde que sejam apresentadas no ato as certidões negativas de débitos fiscais (Art. 52, II da Lei

**Estado de Mato Grosso**FIPLAN - Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO ESTADUAL - SATE/SEFAZ

MTGÁS

Fls. 17

PIF Rubrica

LIQ		LIQUIDAÇÃO		17502.0001.18.000005-7	
Nº EMP: 17502.0001.18.000009-5			Data do Docº: 06/02/2018		
Nº PED: 17502.0001.18.000007-7			Data de pagamento: 07/02/2018		
Nº CAD:		Nº NOBLIST:		Nº DOTLIST:	
Órgão: 17 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico					
Unidade Orçamentária: 17502 COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS					
Unidade Gestora: 17502.0001 Geral					
Data de Liberação: *** ** *		Liberador de Pagamento: *** ** *			
Liquidação Escritural: Não		Regularização: Não		Dotação Orçamentária: 17502.0001.25.122.036.2007.9900.339000000.240.1.1	
Elemento de Despesa: 39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA				Elemento - Exercícios Anteriores: *** ** *	
Nº NEX:*** ** *					
Forma pagamento: Nota de Ordem Bancária (NOB)		Código Bancário: 00777.00500		Banco + Agência + C/C (débito Órgão): 001.3834.000000001010100-4	
Pagamento Disponibilidade RP: 001.3834.000000001010100-4				Valor Liquidação: *** 1.475,77	
				UM MIL E QUATROCENTOS E SETENTA E CINCO REAIS E SETENTA E SETE CENTAVOS *** *** ** *	
Histórico: Pagamento ref. a fatura 1712.000000089, do período de 26/08 a 12/09. Proc. 14690/2018					
Código do credor: 2002.17431-1		Credor: OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL			
CPF/CNPJ: 76.535.764/0001-43		Município UF: Rio de Janeiro - RJ		Nº Processo de Pagamento 14690/2017	
Forma de Recebimento: Pagamento de Faturas					
Banco + Agência + C/C: *** ** *					

DADOS DA DIÁRIA

Nº OS: *** ** *	Data de Início da Viagem: *** ** *
	Data de Retorno da Viagem: *** ** *

CONTRATOS E CONVÊNIOS

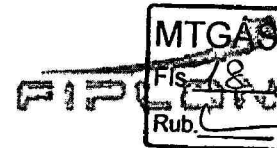
Nº Contrato: *** ** *	Término da vigência: *** ** *
Nº Convênio: *** ** *	

CONTROLE DO SALDO A LIQUIDAR

Valor total do empenho (R\$) *** 1.600,00	Saldo a liquidar (R\$) *** 1.600,00	Esta liquidação (R\$) *** 1.475,77	Saldo a liquidar atual (R\$) *** 124,23
--	--	---------------------------------------	--

CONTROLE DE SALDO EM LIQUIDAÇÃO

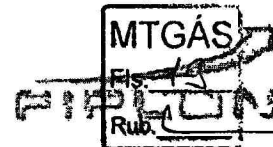
Valor total do empenho (R\$) *** 1.600,00	Saldo em liquidação (R\$) *** 1.475,77	Esta liquidação (R\$) *** 1.475,77	Saldo em liquidação atual (R\$) *** 0,00
--	---	---------------------------------------	---



LIQ		LIQUIDAÇÃO		17502.0001.18.000005-7	
OBRIGAÇÕES FISCAIS - CONSIGNAÇÕES					
IRRF (R\$): *** 0,00		ISS município (R\$) *** 0,00		Município: *** ** *	
INSS (R\$): *** 0,00		MTPREV (R\$): *** 0,00		Outras consignações (R\$): *** 0,00	
Observações: Indicativo de Situação da LIO: LIO Normal					

Valor Líquido:	*** 1.475,77	UM MIL E QUATROCENTOS E SETENTA E CINCO REAIS E SETENTA E SETE CENTAVOS *** ** *
----------------	--------------	---

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA POR SUBELEMENTO		
Natureza Despesa	Descrição	Valor
3.3.90.39.39.073	Serviços com Despesa de Telefone Convencional Fixo	*** 1.475,77
TOTAL DA LIQUIDAÇÃO:		*** 1.475,77



NOB	NOTA DE ORDEM BANCÁRIA	17502.0001.18.000020-1
Data de Emissão: 09/02/2018		
Nº NOBLIST:		Nº DOTLIST:
Unidade Orçamentária: 17502 - COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS		
Unidade Gestora: 0001 - Geral		
Código Bancário: 00777.00500	Banco + Agência + C/C: 001.3834.000000001010100-4	Regularização: Não
		Nº NEX : ***
SOLICITAMOS AO Banco do Brasil S/A CREDITAR AO(S) FAVORECIDO(S) ABAIXO RELACIONADO(S), LEVANDO A DÉBITO DA CONTA Nº 001.3834.000000001010100-4.		
Código do Credor: 2002.17431-1		
Credor: OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL		
CPF/CNPJ: 76.535.764/0001-43		Município UF: Rio de Janeiro RJ
Nº EMP: 17502.0001.18.000009-5		Fonte de Recurso: 240
Nº LIQ: 17502.0001.18.000005-7		
Nº Processo de Pagamento: 14690/2017		Tipo de OB: 38-FAT C/ BARRA
NOB/Fatura Fato 54: Não		
Banco + Agência + C/C:	Valor da Operação (R\$): *** 1.475,77	Valor por Extenso: UM MIL E QUATROCENTOS E SETENTA E CINCO REAIS E SETENTA E SETE CENTAVOS ***** ***** *****
Os processos acima relacionados foram regularmente liquidados e encontra-se em condição de pagamento.		AUTORIZO O PAGAMENTO
 Nayara Stephanie Batista Velasco Chefe do Núcleo Setorial de Finanças (NSF)		006827 - Rafael Silva Reis ORDENADOR DE DESPESA
Observações: Situação da NOB: Nota de Ordem Bancária (NOB) Normal Indicativo de Transmissão: Documento eletrônico do Banco do Brasil		

DETALHAMENTO DO PAGAMENTO DA FATURA - CONVÊNIO				
Tipo Fatura	Subtipo Fatura	Código de Barras / Código Identificador - CNPJ/CPF	Código do Tributo Federal	Data de Vencimento
Com Código de Barras	Convênio	846500000142757700175057305014201712261137000004	*** **	30/01/2018
Valor Total (R\$): 1.475,77		Valor Total por extenso: um mil e quatrocentos e setenta e cinco reais e setenta e sete centavos		
AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA		*** **		

DETALHAMENTOS FISCAIS DA LIQUIDAÇÃO				
Tipo de Documento	Nº do Documento	Data do Documento	Data de Atesto	Valor (R\$)
TOTAL DE DOCUMENTOS FISCAIS:				*** 0,00



NOB	NOTA DE ORDEM BANCÁRIA	17502.0001.18.000020-1
Data de Emissão: 09/02/2018		
Nº NOBLIST:		Nº DOTLIST:
Unidade Orçamentária: 17502 - COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS		
Unidade Gestora: 0001 - Geral		
Código Bancário: 00777.00500	Banco + Agência + C/C: 001.3834.000000001010100-4	Regularização: Não
		Nº NEX : ***
SOLICITAMOS AO Banco do Brasil S/A CREDITAR AO(S) FAVORECIDO(S) ABAIXO RELACIONADO(S), LEVANDO A DÉBITO DA CONTA Nº 001.3834.000000001010100-4.		
Código do Credor: 2002.17431-1		
Credor: OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL		
CPF/CNPJ: 76.535.764/0001-43		Município UF: Rio de Janeiro RJ
Nº EMP: 17502.0001.18.000009-5		Fonte de Recurso: 240
Nº LIQ: 17502.0001.18.000005-7		
Nº Processo de Pagamento: 14690/2017		Tipo de OB: 38-FAT C/ BARRA
NOB/Fatura Fato 54: Não		
Banco + Agência + C/C:	Valor da Operação (R\$): *** 1.475,77	Valor por Extenso: UM MIL E QUATROCENTOS E SETENTA E CINCO REAIS E SETENTA E SETE CENTAVOS *** ** *** **
Os processos acima relacionados foram regularmente liquidados e encontra-se em condição de pagamento.		Autorizo o pagamento
Nayara Stephanie Batista Velasco Chefe do Núcleo Setorial de Finanças (NSF)		006827 - Rafael Silva Reis ORDENADOR DE DESPESA
Observações: Situação da NOB: Nota de Ordem Bancária (NOB) Normal Indicativo de Transmissão: Documento eletrônico do Banco do Brasil		

DETALHAMENTO DO PAGAMENTO DA FATURA - CONVÊNIO				
Tipo Fatura	Subtipo Fatura	Código de Barras / Código Identificador - CNPJ/CPF	Código do Tributo Federal	Data de Vencimento
Com Código de Barras	Convênio	846500000142757700175057305014201712261137000004	*** **	30/01/2018
Valor Total (R\$): 1.475,77		Valor Total por extenso: um mil e quatrocentos e setenta e cinco reais e setenta e sete centavos		
AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA		F958682728DE7A4D		



Estado de Mato Grosso

FIPLAN - Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO ESTADUAL - SATE/SEFAZ

MEGAS
Fls. 22
Rub.

DETALHAMENTOS FISCAIS DA LIQUIDAÇÃO				
Tipo de Documento	Nº do Documento	Data do Documento	Data de Atesto	Valor (R\$)
TOTAL DE DOCUMENTOS FISCAIS:				*** 0,00

MT GÁS
COMPANHIA
MATOGROSSENSE
DE GÁS



GOVERNO DE
**MATO
GROSSO**

Proc. Nº 420207/2017

Di. lico - fone

ref. agosto 2017



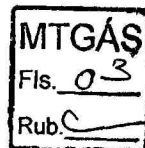
ANEXO II	
SOLICITAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL/SERVIÇO N.º 180/2017	
NÚCLEO SISTÊMICO SÓCIOECONÔMICO	
SETOR REQUISITANTE:	Gerente Adm. e Financeiro – MTGás.
PROTOCOLO SOB N.º:	420207/2017
RESPONSÁVEL:	Luciene Mingarelli de Lima.
OBJETO:	Referente à Telefonia Fixa e Local
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:	17502.2007.9900.33903900.243.
VALOR:	R\$ 471,30

JUSTIFICATIVA CIRCUNSTANCIADA DA DESPESA: Solicitamos a inclusão de PED/EMP global do credor OI S/A, referente à telefonia fixa comutada de longa distância nacional e internacional, originados de terminais fixos para atender este Órgão/ MTGás, referente período de 18/06 a 17/07 2017, no valor de **R\$ 471,30** (quatrocentos e setenta e um reais e trinta centavos) para atender a Companhia.

Credor:	2002.17431-1
Dotação:	3390.3900
UO:	17502
PAOE:	2007 (Regional 9900)
Categoria Econômica:	3- Despesa Corrente
Grupo de Natureza de Despesa:	3- Outras despesas correntes
Modalidade de Aplicação:	90- Aplicações Diretas.
Modalidade de Licitação:	Pregão nº.006/2013
Fonte:	243
Valor:	R\$ 471,30

Cuiabá, 07 de Agosto 2017.

Assinatura do requisitante: Luciene Mingarelli de Lima Assistente da Diretoria MT Gás	Recebido em: _____/_____/2017 <div style="margin-top: 20px;"> DIRETORIA EXECUTIVA: (X) De acordo () Desfavorável Emmanuella Almeida de Figueiredo Junior Diretor Presidente MT Gás </div> <div style="margin-top: 20px;"> Despacho do Ordenador de Despesas: (x) De acordo () Desfavorável Motivo: Rafael Silva Reis Diretor Adm. Financeiro MTGás </div>
--	--



SOLICITAÇÃO DE PEDIDO DE EMPENHO Nº 184/2017

Cuiabá/MT, 07/08/2017

PROTOCOLO: 420207/2017

DE: Gerência Adm. e Financeira - Companhia Matogrossense de Gás

(x) PED/EMP () PED RESERVA () ALTERAÇÃO DE PED

ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA: Solicitamos inclusão de PED/EMP ref. Serviço de telefonia fixa e local.
período de Agosto /2017.

CÓD. CREDOR: 2002.17431-1

NOME: OI S/A

CNPJ: 76.535.764/0001-43

VALOR: R\$ 471,30

TIPO:

() ORDINÁRIO

(X) ESTIMATIVO

() GLOBAL

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

UO	P/A/OE	REGIÃO	NAT. DESPESA	ELEMENTO	FONTE
17502	2007	9900	3190	39	243

MODALIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE, ART. 25, INCISO I

CRD - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO / PAGAMENTOS PREVISTOS

JANEIRO		JULHO	
FEVEREIRO		AGOSTO	R\$ 471,30
MARÇO		SETEMBRO	
ABRIL		OUTUBRO	
MAIO		NOVEMBRO	
JUNHO		DEZEMBRO	
		TOTAL	R\$ 471,30

Atenciosamente,

Luciene Mingarelli de Lima

Coord. Financeira nomeada
Solicitante

Emmanuel A. de Figueiredo Junior
Diretor Presidente - MTGás
De acordo: Ordenador de Despesas



PED	PEDIDO DE EMPENHO	17502.0001.17.000250-9
Data de Solicitação: 15/08/2017		RESERVA DE EMPENHO
Unidade Orçamentária: 17502 - COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS		
Unidade Gestora: 0001 - Geral		
Projeto/Atividade: 2007 - Manutenção de serviços administrativos gerais		
Nº Processo de Pagamento:	Nº NOBLIST:	
420207/2017	*** **	*** **
Especificação: Pagamento ref. serviço de telefonia fixa.		

DEMONSTRATIVO DO SALDO ORÇAMENTÁRIO

Dotação Orçamentária: 17502.0001.25.122.036.2007.9900.339000000.243.1.1		Elemento de Despesa: 39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	
Tipo de Despesa: 7 - Compras e Serviços		Convênio: Não	
Saldo Orc. Anterior (R\$) *** 4.468,82	Valor Total da Reserva (R\$) *** 471,30	Saldo Orc. Atual (R\$) *** 3.997,52	
Tipo de Empenho: Ordinário			
Valor por Extensão: QUATROCENTOS E SETENTA E UM REAIS E TRINTA CENTAVOS *** **			
Reserva Inicial (R\$): *** 471,30			
Valor Total - Reforço (R\$): *** 0,00			
Valor Total - Redução (R\$): *** 0,00			

DADOS DO CREDOR

Código: 2002.17431-1	Nome: OI S.A.		
Endereço: r do Lavradio, 71			
CPF/ CNPJ/ IG: 76.535.764/0001-43	Insc. Estadual: *** **	RG: *** **	

DADOS DA DIÁRIA

Nº OS: *** **	Data de Início da Viagem: *** **
	Data de Retorno da Viagem: *** **

DADOS DO ADIANTAMENTO

Nº CAD: *** **	Data de Solicitação: *** **
----------------	-----------------------------

Observações: Situação do PED: Reserva de Empenho para processo Licitatório



EMP	NOTA DE EMPENHO	17502.0001.17.000189-3
Nº PED: 17502.0001.17.000250-9	Data de Emissão: 16/08/2017	
Nº DOTLIST: *** **	Nº NOBLIST: *** **	
Unidade Orçamentária: 17502 - COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS	Unidade Gestora: 0001 - Geral	
Projeto/Atividade: 2007 - Manutenção de serviços administrativos gerais	Recurso: Normal	Tipo de Empenho: Ordinário
Modalidade de Licitação: Dispensa	Nº Referência Licitação: *** **	Motivo Dispensa Licitação *** **
Nº Convênio *** **	Transferido - Resto a Pagar Não	Nº Processo de Pagamento: 420207/2017

DADOS DO CREDOR

Código: 2002.17431-1	Nome: OI S.A.	
Endereço: r do Lavradio, 71	CEP: 20.230-070	
Bairro: Asa Sul	Município: Rio de Janeiro	UF: RJ
CPF/ CNPJ/ IG: 76.535.764/0001-43	Insc. Estadual: *** **	RG: *** **

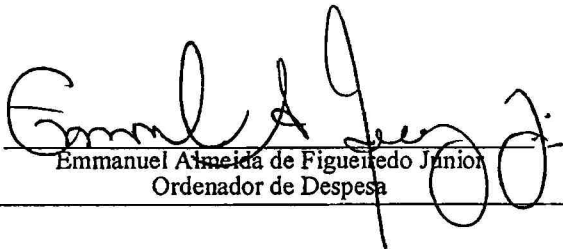
DADOS DA DIÁRIA

Nº OS: *** **	Data de Início da Viagem: *** **
	Data de Retorno da Viagem: *** **

DADOS DO ADIANTAMENTO

Nº CAD: *** **	Data de Solicitação: *** **
----------------	-----------------------------

DEMONSTRATIVO DA RESERVA DE EMPENHO

Dotação Orçamentária: 17502.0001.25.122.036.2007.9900.339000000.243.1.1	Elemento de Despesa: 39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
Valor Total do Empenho (R\$): *** 471,30	Valor por Extenso: QUATROCENTOS E SETENTA E UM REAIS E TRINTA CENTAVOS *** **
Histórico: Empenho do PED Nº 17502.0001.17.000250-9 Pagamento ref. serviço de telefonia fixa.	
Data de Autorização da Despesa: 16/08/2017	Ordenador de Despesa: Emmanuel Almeida de Figueiredo Junior
<div>Responsável pela Execução Orçamentária</div> <div> Emmanuel Almeida de Figueiredo Junior Ordenador de Despesa</div>	
Observações: Situação do EMP: Empenho (EMP) normal Número do documento de estorno:	



Oi S.A.
Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro
CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
CNPJ Matriz: 76.535.764/0001-43
CNPJ: 76.535.764/0329-32 I.E: 13.094.807-1

Fatura de Serviços de Telecomunicações



CTCE CUIABA MT PL1

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGAS
AV HIST RUBENS DE MENDONÇA 02254 CJ 704

78050-000 CUIABA - MT



72135128200376300000008830250717

Fatura: 1708.000196123

Contrato Agrupador: 501.220.604-1 - 1ª Via

Demonstrativo da fatura	Valor (R\$)
SERVICOS MENSAIS	203,85
SERVICOS LOCAIS HORARIO NORMAL	0,00
CHAMADAS LOCAIS PARA FIXO	80,53
MEDIA DE CHAMADAS LOCAIS PARA FIXO	0,00
CHAMADAS LOCAIS PARA MOVEL	152,07
CHAMADAS PARA MOVEL	3,80
SERVICOS OI	440,25
ITENS FINANCEIROS	0,00
DOCUMENTO FINANCEIRO	0,00

Valor a pagar 440,25

ATESTADO
Atestamos que o(s) serviço(s)
foi(ram) executado(s)
Rafael Silva Reis
Diretor Financeiro
MTGAS

Oi,

Só a Oi tem móvel, banda larga, fixo, DDD e muito mais. E sua empresa só tem a ganhar: os benefícios continuam os mesmos e, em breve, você terá muitas novidades. Aguarde.
Mais informações? Acesse www.oi.com.br ou fale com seu Consultor.

Data de vencimento: 20/08/2017
Valor de sua conta: 440,25

Número de seu telefone: 65 3642 4423

Mês de referência: agosto 2017

Período: 18/06/2017 a 17/07/2017

Data de emissão: 22/07/2017



Oi S.A.
Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro
CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
CNPJ Matriz: 76.535.764/0001-43
CNPJ: 76.535.764/0329-32 I.E: 13.094.807-1

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGAS

Número do Telefone: 65 3642 4423

Número da Fatura: 1708.000196123

Sequencial: 501220604 201708 32119

84620000004 6 40250017501 1 22060420170 1 83211900000 4



Data de Vencimento 20/08/2017
Valor a pagar: 440,25

Nº Identificador para Débito Automático: 501.220.604-1

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

NÚMERO DA NF:000.193.303 SÉRIE: U SUB-SÉRIE:02

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGAS
AV HIST RUBENS DE MENDONCA 02254 CJ704 AN7
AMERICAN BUSINESS CEN
JARDIM ACLIMACAO
78050-268 CUIABA - MT

Número do Cliente: 381382597000001 Período de: 18/06/2017 a 17/07/2017
Contrato Agrupador: 501.220.604-1 Telefone Agrupador: 65 3642 4423
Contrato Agrupado: 501.220.604-1 Telefone Agrupado: 65 3642 4423
CPF/CNPJ: 06.023.921/0001-58 Insc. Estadual: 132567750
Data de emissão: 22/07/2017

OI S.A
CNPJ: 76.535.764/0329-32 I.E: 13.094.807-1
Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro - SUL CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
Via: Única CFOP:05303
Natureza da Operação: Serviço de Telecomunicações

RESUMO DOS TRIBUTOS	ICMS	ICMS	ISS
Base de Cálculo	0,00	173,69	0,00
Alíquota	0%	27%	0%
Valor	0,00	46,89	0,00

RESERVADO AO FISCO
4217.F351.C823.C312.FEC6.5212.90B5.35B6

SERVICOS OI

SERVICOS MENSAIS

Sequência	Descrição dos serviços	Dia/Ctde	%Desconto	Alíquota	Valor
1	ASSINATURA BASICA NAO RESIDENCIAL	30		27% ICMS	67,95
Total SERVICOS MENSAIS					67,95

SERVICOS LOCAIS HORARIO NORMAL

Sequência	Descrição dos serviços	Data	Minutos Tarifados		
2	CHAM LOCAIS OI	16/07/2017	MIN. 0000000233,0		
3	CHAM. LOCAIS OUTRAS OPERADORAS	16/07/2017	MIN. 0000000289,1		
Total SERVICOS LOCAIS HORARIO NORMAL					0,00

CHAMADAS LOCAIS PARA FIXO

Sequência	Descrição dos serviços	Data	Minutos Tarifados	Alíquota	Valor
4	TOTAL DE MINUTOS LOCAIS	17/06/2017	MIN. 0000000522,1	0%	0,00
5	FRANQUIA EM MINUTOS	17/06/2017	MIN. 0000000150,0	0%	0,00
6	MINUTOS EXCEDENTES A FRANQUIA	16/07/2017	MIN. 0000000372,1	27% ICMS	39,24
7	DESCONTO MINUTOS EXCEDENTES A FRANQUIA	16/07/2017		27% ICMS	-2,20
Total CHAMADAS LOCAIS PARA FIXO					37,04

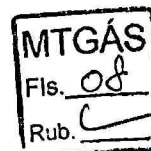
MEDIA DE CHAMADAS LOCAIS PARA FIXO

Sequência	Descrição dos serviços	Data	Minutos Tarifados	Alíquota	Valor
8	CHAMADAS HORARIO NORMAL - QUANTIDADE/DURACAO MEDIA	16/07/2017	00000140/000003,6	0%	0,00
Total MEDIA DE CHAMADAS LOCAIS PARA FIXO					0,00

CHAMADAS LOCAIS PARA MOVEL

Sequência	Data	Hora	Duração	Localização	Tarifação	Telefone	Alíquota	Valor
9	19/06/2017	17:32:10	00:00:54	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65999720115	27% ICMS	0,82
10	20/06/2017	13:27:46	00:01:04	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65992516939	27% ICMS	1,00
11	21/06/2017	16:48:05	00:03:42	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65992135980	27% ICMS	3,39
12	21/06/2017	17:49:25	00:03:19	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65999096641	27% ICMS	3,11
13	26/06/2017	14:12:08	00:01:01	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65996917146	27% ICMS	1,00
14	26/06/2017	15:34:39	00:01:25	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65982241044	27% ICMS	1,37
15	26/06/2017	18:33:41	00:00:49	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65996832365	27% ICMS	0,82
16	27/06/2017	13:50:17	00:00:23	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65996917146	27% ICMS	0,45
17	27/06/2017	14:22:18	00:01:43	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65992135980	27% ICMS	1,65
18	28/06/2017	10:22:01	00:03:37	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65999729081	27% ICMS	3,39
19	28/06/2017	15:53:56	00:07:51	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65992135980	27% ICMS	7,24
20	29/06/2017	13:56:12	00:01:54	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65999717570	27% ICMS	1,74
21	29/06/2017	18:47:19	00:06:11	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65981118087	27% ICMS	5,68
22	04/07/2017	10:40:09	00:03:28	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65999729081	27% ICMS	3,21
23	05/07/2017	13:04:09	00:01:53	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65992067042	27% ICMS	1,74
24	05/07/2017	15:20:36	00:00:14	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65984263739	27% ICMS	0,45
25	05/07/2017	18:02:14	00:03:39	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65999730763	27% ICMS	3,39
26	06/07/2017	16:18:30	00:00:50	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65984011820	27% ICMS	0,82
27	07/07/2017	15:35:13	00:06:47	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65999481151	27% ICMS	6,23
28	10/07/2017	15:14:09	00:11:36	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65992135980	27% ICMS	10,64
29	10/07/2017	16:17:23	00:00:17	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65984011820	27% ICMS	0,45
30	12/07/2017	14:34:05	00:01:54	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65984011820	27% ICMS	1,74
31	12/07/2017	15:04:38	00:02:37	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65984011820	27% ICMS	2,47
32	14/07/2017	16:57:25	00:01:46	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65992461171	27% ICMS	1,65
33	14/07/2017	17:52:43	00:00:24	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65999684527	27% ICMS	0,45
Total CHAMADAS LOCAIS PARA MOVEL								64,90

Continua na próxima página



NOTA FISCAL DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

NÚMERO DA NF:000.193.305 SÉRIE: U SUB-SÉRIE:02

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGAS
AV HISTORIADOR R DE MENDONCA 02254 CJ704
BOSQUE DA SAUDE EDIFICIO AMERICA BUSINESS
CENTER
78050-280 CUIABA - MT

Número do Cliente: 361382597000001 Período de: 18/06/2017 a 17/07/2017
Contrato Agrupador: 501.220.604-1 Telefone Agrupador: 65 3642 4423
Contrato Agrupado: 501.235.204-8 Telefone Agrupado: 65 3642 6115
CPF/CNPJ: 06.023.921/0001-56 Insc. Estadual: 132567750
Data de emissão: 22/07/2017

Oi S.A
CNPJ: 76.535.764/0329-32 I.E: 13.094.807-1
Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro - SUL CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
Via: Única CFOP:05303
Natureza da Operação: Serviço de Telecomunicações

RESUMO DOS TRIBUTOS	ICMS	ICMS	ISS
Base de Cálculo	0,00	198,61	0,00
Alíquota	0%	27%	0%
Valor	0,00	53,62	0,00

RESERVADO AO FISCO
AE9C.9456.798A.457E.1DAA.CC0F.F50B.8557

SERVICOS OI

SERVICOS MENSAIS

Sequência	Descrição dos serviços	Dia/Crtda	% Desconto	Alíquota	Valor
1	ASSINATURA BASICA NAO RESIDENCIAL	30		27% ICMS	67,95
Total SERVICOS MENSAIS					67,95

SERVICOS LOCAIS HORARIO NORMAL

Sequência	Descrição dos serviços	Data	Minutos Tarifados		
2	CHAM. LOCAIS OI	16/07/2017	MIN. 0000000337,0		
3	CHAM. LOCAIS OUTRAS OPERADORAS	16/07/2017	MIN. 0000000250,0		
Total SERVICOS LOCAIS HORARIO NORMAL					0,00

CHAMADAS LOCAIS PARA FIXO

Sequência	Descrição dos serviços	Data	Minutos Tarifados	Alíquota	Valor
4	TOTAL DE MINUTOS LOCAIS	17/06/2017	MIN. 0000000587,0	0%	0,00
5	FRANQUIA EM MINUTOS	17/06/2017	MIN. 0000000150,0	0%	0,00
6	MINUTOS EXCEDENTES A FRANQUIA	16/07/2017	MIN. 0000000437,0	27% ICMS	46,08
7	DESCONTO MINUTOS EXCEDENTES A FRANQUIA	16/07/2017		27% ICMS	-2,59
Total CHAMADAS LOCAIS PARA FIXO					43,49

MEDIA DE CHAMADAS LOCAIS PARA FIXO

Sequência	Descrição dos serviços	Data	Minutos Tarifados	Alíquota	Valor
8	CHAMADAS HORARIO NORMAL - QUANTIDADE/DURACAO MEDIA	16/07/2017	00000176/000003,2	0%	0,00
Total MEDIA DE CHAMADAS LOCAIS PARA FIXO					0,00

CHAMADAS LOCAIS PARA MOVEL

Sequência	Data	Hora	Duração	Localização	Tarifação	Telefone	Alíquota	Valor
9	19/06/2017	14:22:32	00:00:40	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65999729081	27% ICMS	0,64
10	19/06/2017	14:26:32	00:00:17	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65999729081	27% ICMS	0,45
11	19/06/2017	14:41:18	00:00:24	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65999917146	27% ICMS	0,45
12	19/06/2017	14:42:18	00:00:24	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65998139160	27% ICMS	0,45
13	19/06/2017	14:45:09	00:00:32	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65998030083	27% ICMS	0,55
14	19/06/2017	15:25:59	00:02:01	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65999151071	27% ICMS	1,92
15	19/06/2017	18:07:56	00:00:43	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65999151071	27% ICMS	0,73
16	20/06/2017	13:30:13	00:02:02	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65996909034	27% ICMS	1,92
17	20/06/2017	14:15:48	00:01:26	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65999498540	27% ICMS	1,37
18	21/06/2017	14:49:39	00:09:20	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65996058836	27% ICMS	8,62
19	23/06/2017	16:35:22	00:23:00	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65999730763	27% ICMS	21,10
20	26/06/2017	14:13:32	00:02:14	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65998139160	27% ICMS	2,11
21	26/06/2017	16:48:06	00:00:17	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65992722088	27% ICMS	0,45
22	26/06/2017	16:33:09	00:04:06	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65996909034	27% ICMS	3,76
23	26/06/2017	17:54:57	00:02:28	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65996909034	27% ICMS	2,29
24	26/06/2017	13:55:12	00:00:27	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65998030083	27% ICMS	0,45
25	30/06/2017	17:25:10	00:01:38	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65992135980	27% ICMS	1,55
26	04/07/2017	18:05:57	00:04:36	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65984187447	27% ICMS	4,22
27	05/07/2017	13:20:07	00:00:14	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65996909034	27% ICMS	0,45
28	05/07/2017	13:20:37	00:04:09	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65996909034	27% ICMS	3,85
29	05/07/2017	13:28:08	00:02:47	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65996909034	27% ICMS	2,56
30	05/07/2017	14:42:43	00:02:30	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65981104994	27% ICMS	2,29
31	06/07/2017	15:10:41	00:00:04	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65981030153	27% ICMS	0,45
32	06/07/2017	15:13:16	00:06:46	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65981030153	27% ICMS	6,23

Continua na próxima página

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

NÚMERO DA NF:000.193.304 SÉRIE: U SUB-SÉRIE:02

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGAS
AV HISTORIADOR R DE MENDONÇA 02254 CJ704
BOSQUE DA SAUDE EDIFICIO AMERICA BUSINESS
CENTER
78050-280 CUIABA - MT

Número do Cliente: 361362597000001 Período de: 18/06/2017 a 17/07/2017
Contrato Agrupador: 501.220.604-1 Telefone Agrupador: 65 3642 4423
Contrato Agrupado: 501.235.202-1 Telefone Agrupado: 65 3642 6226
CPF/CNPJ: 06.023.921/0001-56 Insc. Estadual: 132567750
Data de emissão: 22/07/2017

Oi S.A
CNPJ: 76.535.764/0329-32 I E: 13.094.807-1
Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro - SUL CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
Via: Única CFOP:05303
Natureza da Operação: Serviço de Telecomunicações

RESUMO DOS TRIBUTOS

	ICMS	ICMS	ISS
Base de Cálculo	0,00	67,95	0,00
Alíquota	0%	27%	0%
Valor	0,00	18,34	0,00

RESERVADO AO FISCO

5B74.B637.E083.C07E.0471.2C4F.C97B.AD2E

SERVICOS OI

SERVICOS MENSAIS

Sequência	Descrição dos serviços	Dia/Qtde	% Desconto	Alíquota	Valor
1	ASSINATURA BASICA NAO RESIDENCIAL	30		27% ICMS	67,95
Total SERVICOS MENSAIS					67,95

Total Nota Fiscal Oi

67,95

DOCUMENTO FINANCEIRO - N° 000.196.124

ITENS FINANCEIROS

Sequência	Descrição dos serviços	Data	Histórico	% Desconto	Valor
2	SERVICO BUSCA AUTOMATICA	17/07/2017			0,00
Total ITENS FINANCEIROS					0,00

Total Documento Financeiro

0,00

Valor a pagar

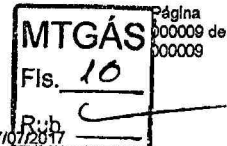
67,95

Ter você como cliente é um privilégio. Obrigado por pagar sua conta em dia.



Oi S.A.
Período: 18/06/2017 a 17/07/2017

Folha Resumo



Oi S.A.
Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro
CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
CNPJ Matriz: 76.535.764/0001-43
CNPJ: 76.535.764/0329-32 I.E: 13.094.807-1

Número do Cliente: 361382597000001
Contrato Agrupador: 501.220.604-1
Contrato Agrupado: 501.220.604-1
CPF/CNPJ: 06.023.921/0001-56
I.E.: 132567750
Período de: 18/06/2017 a 17/07/2017
Telefone Agrupador: 65 3642 4423
Telefone Agrupado: 65 3642 6226
Fatura: 1708.000196123
Classe: NAO RESIDENCIAL

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGAS
AV HIST RUBENS DE MENDONCA 02254 CJ704 AN7
AMERICAN BUSINESS CEN
JARDIM ACLIMACAO
78050-268 CUIABA - MT

Resumo dos Telefones da Fatura com Nota Fiscal 000.196.123 até 000.196.125

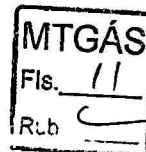
Telefone	N. Fiscal	Valor	Telefone	N. Fiscal	Valor	Telefone	N. Fiscal	Valor
65 3642 4423	000.196.123	0,00	65 3642 6115	000 196 125	0,00	65 3642 6226	000 196 124	0,00
Total R\$		0,00						



Oi S.A.
Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro
CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
CNPJ Matriz: 76.535.764/0001-43
CNPJ: 76.535.764/0329-32 I.E: 13.094.807-1

Fatura de Serviços de Telecomunicações

Página
000001 de
000007



COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGAS
AV HIST RUBENS DE MENDONCA 02254 CJ704 AN7 AMERICAN BUSINESS CEN
JARDIM ACLIMACAO
78050-268 CUIABA - MT

Fatura: 1708.000204161
Contrato Agrupador: 501.220.604-1 - 1ª Via

Demonstrativo da fatura	Valor (R\$)
INTERURBANOS	28,85
CHAMADAS PARA MOVEL	2,20
SERVICOS OI	31,05
Valor a pagar	31,05

Oi,

Só a Oi tem móvel, banda larga, fixo, DDD e muito mais. E sua empresa só tem a ganhar: os benefícios continuam os mesmos e, em breve, você terá muitas novidades. Aguarde.

Mais informações? Acesse www.oi.com.br ou fale com seu Consultor.

Data de vencimento: 20/08/2017
Valor de sua conta: 31,05

Número de seu telefone: 65 3642 4423

Mês de referência: agosto 2017

Período: 18/06/2017 a 17/07/2017

Data de emissão: 22/07/2017



Oi S.A.
Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro
CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
CNPJ Matriz: 76.535.764/0001-43
CNPJ: 76.535.764/0329-32 I.E: 13.094.807-1

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGAS

Número do Telefone: 65 3642 4423

Número da Fatura: 1708.000204161

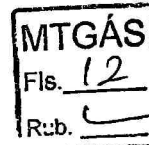
Sequencial: 501220604 201708 35118

84650000000 1 31050017501 6 22060420170 1 83511800000 8



Data de Vencimento 20/08/2017
Valor a pagar: 31,05

Nº Identificador para Débito Automático: 501.220.604-1



NOTA FISCAL DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

NÚMERO DA NF:000.201.301 SÉRIE: U SUB-SÉRIE:02

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGAS
AV HIST RUBENS DE MENDONCA 02254 CJ704 AN7
AMERICAN BUSINESS CEN
JARDIM ACLIMACAO
78050-268 CUIABA - MT

Número do Cliente: 361382597000001 Período de: 18/06/2017 a 17/07/2017
Contrato Agrupador: 501.220.604-1 Telefone Agrupador: 65 3642 4423
Contrato Agrupado: 501.220.604-1 Telefone Agrupado: 65 3642 4423
CPF/CNPJ: 06.023.921/0001-56 Insc. Estadual: 132567750
Data de emissão: 22/07/2017

OI S.A

CNPJ: 76.535.764/0329-32 I.E: 13.094.807-1
Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro - SUL CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
Via: Única CFOP:05303
Natureza da Operação: Serviço de Telecomunicações

RESUMO DOS TRIBUTOS

	ICMS	ICMS	ISS
Base de Cálculo	0,00	14,93	0,00
Alíquota	0%	27%	0%
Valor	0,00	4,03	0,00

RESERVADO AO FISCO

A4F0.C679.4041.E299.9EE5.3FF0.6855.9B6F

SERVICOS OI

INTERURBANOS

Sequência	Data	Hora	Duração	Localização	Tarifação	Telefone	Alíquota	Valor
1	30/06/2017	18:58:32	00:02:30	RJ-RIO DE JANEIRO	DIF	2125484260	27% ICMS	2,50
2	30/06/2017	17:10:45	00:03:28	RJ-RIO DE JANEIRO	DIF	2125252425	27% ICMS	3,51
3	30/06/2017	17:25:39	00:02:57	RJ-RIO DE JANEIRO	DIF	2121958600	27% ICMS	3,01
4	03/07/2017	16:31:50	00:03:52	RJ-RIO DE JANEIRO	DIF	2121060200	27% ICMS	3,91
5	07/07/2017	17:31:19	00:01:58	RJ-RIO DE JANEIRO	DIF	2121250200	27% ICMS	2,00
Total INTERURBANOS								14,93

Total Nota Fiscal OI

14,93

Valor a pagar

14,93

Ter você como cliente é um privilégio. Obrigado por pagar sua conta em dia.

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

NÚMERO DA NF:000.201.302 SÉRIE: U SUB-SÉRIE:02

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGÁS
AV HISTORIADOR R DE MENDONÇA 02254 CJ704
BOSQUE DA SAÚDE EDIFÍCIO AMÉRICA BUSINESS
CENTER
78050-280 CUIABÁ - MT

Número do Cliente: 361382597000001 Período de: 18/06/2017 a 17/07/2017
Contrato Agrupador: 501.220.604-1 Telefone Agrupador: 65 3642 4423
Contrato Agrupado: 501.235.204-8 Telefone Agrupado: 65 3642 6115
CPF/CNPJ: 06.023.921/0001-56 Insc. Estadual: 132567750
Data de emissão: 22/07/2017

Oi S.A

CNPJ: 76.535.764/0329-32 I.E: 13.094.807-1
Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro - SUL CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
Via: Única CFOP:05303
Natureza da Operação: Serviço de Telecomunicações

RESUMO DOS TRIBUTOS

	ICMS	ICMS	ISS
Base de Cálculo	0,00	16,12	0,00
Alíquota	0%	27%	0%
Valor	0,00	4,35	0,00

RESERVADO AO FISCO

929D.1B39.1BC7.72D9.871A.FCF9.E371.34CC

SERVIÇOS OI

INTERURBANOS

Sequência	Data	Hora	Duração	Localização	Tarifação	Telefone	Alíquota	Valor
1	30/06/2017	17:04:25	00:01:49	RJ-RIO DE JANEIRO	DIF	2134615601	27% ICMS	1,90
2	30/06/2017	18:19:08	00:02:17	RJ-RIO DE JANEIRO	NOR	2121958600	27% ICMS	2,30
3	03/07/2017	18:30:32	00:00:57	RJ-RIO DE JANEIRO	DIF	2121250200	27% ICMS	1,00
4	03/07/2017	16:53:57	00:01:11	RJ-RIO DE JANEIRO	DIF	2132029450	27% ICMS	1,20
5	03/07/2017	16:56:41	00:01:34	RJ-RIO DE JANEIRO	DIF	2125488638	27% ICMS	1,60
6	03/07/2017	17:25:01	00:05:49	RJ-RIO DE JANEIRO	DIF	2121060200	27% ICMS	5,92
Total INTERURBANOS								13,92

CHAMADAS PARA MOVEL

Sequência	Data	Hora	Duração	Localização	Tarifação	Telefone	Alíquota	Valor
7	21/06/2017	16:44:51	00:02:08	SP-SAO PAULO	VC3	11997772736	27% ICMS	2,20
Total CHAMADAS PARA MOVEL								2,20

Total Nota Fiscal Oi

16,12

Valor a pagar

16,12

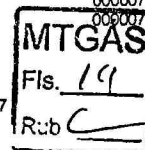
Ter você como cliente é um privilégio. Obrigado por pagar sua conta em dia.



Oi S.A.
Período: 18/06/2017 a 17/07/2017

Folha Resumo

Página
000007 de
000007



Oi S.A.
Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro
CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
CNPJ Matriz: 76.535.764/0001-43
CNPJ: 76.535.764/0329-32 I.E: 13.094.807-1

Número do Cliente: 361382597000001 Período de: 18/06/2017 a 17/07/2017
Contrato Agrupador: 501.220.604-1 Telefone Agrupador: 65 3642 4423
Contrato Agrupado: 501.220.604-1 Telefone Agrupado: 65 3642 6115
CPF/CNPJ: 06.023.921/0001-56 Fatura: 1708.000204161
I.E.: 132567750 Classe: NAO RESIDENCIAL

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGAS
AV HIST RUBENS DE MENDONCA 02254 CJ704 AN7
AMERICAN BUSINESS CEN
JARDIM ACLIMACAO
78050-268 CUIABA - MT

Resumo dos Telefones da Fatura com Nota Fiscal 000.204.161 até 000.204.162

Telefone	N. Fiscal	Valor	Telefone	N. Fiscal	Valor	Telefone	N. Fiscal	Valor
65 3642 4423	000.204.161	0,00	65 3642 6115	000.204.162	0,00			
Total R\$		0,00						

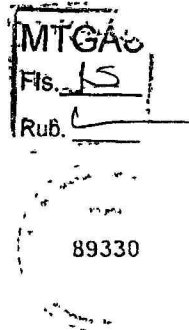
Estado do Rio de Janeiro - Poder Judiciário

Tribunal de Justiça

Comarca da Capital

Cartório da 7ª Vara Empresarial

Av. Erasmo Braga, 115 - Centro - 20600-000 - Rio de Janeiro - RJ - Tel. 3133-2165 - Fax 3133-2166
cap07veimp@tjrj.jus.br



Fis.

Processo: 0203711-65.2016.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Recuperação Judicial - Recuperação Judicial

Autor: OI S.A.

Autor: TELEMAR NORTE LESTE S.A.

Autor: OI MÓVEL S.A.

Autor: COPART 4 PARTICIPAÇÕES S.A.

Autor: COPART 5 PARTICIPAÇÕES S.A.

Autor: PORTUGAL TELECOM INTERNATIONAL FINANCE B.V.

Autor: OI BRASIL HOLDINGS COÖPERATIEF U.A.

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Fernando Cesar Ferreira Viana

Em 21/06/2016

Decisão

Destaco de plano que a presente decisão se limitará à análise do pedido de tutela de urgência formulado na exordial - notadamente o pedido de suspensão das ações e execuções em face das Recuperandas, e pedido de dispensa de apresentação de certidões negativas - ficando as demais questões afetas ao provimento inicial do pleito de recuperação judicial (art. 52 da Lei 11.101/05) postergadas para melhor exame tão logo os autos retornem conclusos, após a publicação deste decisorio. Tal providência se justifica por conta do notório impacto social e repercussão econômica que a demora de apreciação da tutela de urgência poderia gerar no mercado global.

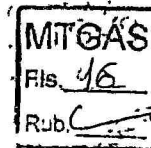
Informam as requerentes terem origem na junção das gigantes nacionais no setor de telecomunicações, quais sejam a TNL e a Brasil Telecom S.A. em 2009 tendo essas sociedades antes nascidas a partir da privatização da TELEBRÁS em 1998.

Expõem que seu ramo de operação é o da prestação de serviço público, por meio de concessão, cuja essencialidade é insita à própria natureza pública do serviço, levando em conta ser: i) A maior prestadora de serviços de telefonia fixa do País, atendendo em todo território nacional; ii) ter como base 47,8 milhões de clientes usuários de telefonia móvel até março de 2016; iii) 8,7 milhões de acessos à internet banda larga; iv) 1,2 milhões de assinaturas de TV e v) 2 milhões de hotspots wifi, em locais públicos, como aeroportos e shopping centers.

Afirmam que por atuarem em um ramo estratégico para economia, eventual interrupção de qualquer dos seus serviços tem potencialidade para produzir efeitos catastróficos, não só para os inúmeros usuários, como para o próprio Grupo Empresarial, que veria inexoravelmente o aumento de seu passivo e a redução da sua capacidade de obter as receitas necessárias ao seu pagamento.

O gigantismo do Grupo gera em torno de 138 mil postos de trabalhos diretos e indiretos no Brasil.

12/12/2016



89331

Estado do Rio de Janeiro - Poder Judiciário

Tribunal de Justiça

Comarca da Capital

Cartório da 7ª Vara Empresarial

Av. Erasmo Braga, 115 Lda Central 706 CEP 20020-900 Centro Rio de Janeiro RJ tel 3133 2185 e-mail
cap07vemp@tjrj.jus.br

dos quais 37 mil somente no Estado do Rio de Janeiro, os quais poderão estar em risco caso qualquer evento coloque em risco a capacidade de recuperação das Empresas Oi

Prosseguem dizendo que diante do grave cenário que se abateu sobre as empresas do Grupo não restou alternativa senão a propositura do pedido de recuperação judicial, que, porém, ao se desencadear, provoca a reação dos seus diversos credores e parceiros, cujas consequências podem inviabilizar o pedido.

Isto porque, afirmam, diversos são os contratos estratégicos firmados pelas requerentes em que figura a cláusula rescisória em caso de pedido de recuperação judicial, fato que se efetivamente ocorrer irá diminuir drasticamente os ativos das empresas Oi, necessitando assim que sua eficácia seja suspensa

Igualmente aduz ser necessário, para fins da continuidade de suas atividades empresariais, seja concedida autorização para funcionar sem que haja necessidade da apresentação das certidões negativas

Por último, informam que há evidente receio de que a repercussão do pedido desencadeara em âmbito nacional uma enxurrada de constrições judiciais para garantia de dívidas sujeitas à recuperação judicial que embora possam ser futuramente revertidas por decisão do juízo da recuperação judicial por certo trarão prejuízo às requerentes que poderão não dispor dos valores em tempo hábil para pagamento de despesas imediatas

Fincadas tais prefaciãs, analiso de plano a postulação liminar

O ordenamento jurídico brasileiro pela Lei 11.101/2005 introduziu a Recuperação Judicial aos empresários e sociedades empresárias, definindo os escopos para concessão deste benefício legal, o qual visa viabilizar o enfrentamento de crise econômico-financeira pela sociedade empresária ou empresário, com vista à manutenção da fonte produtora do emprego preservando interesses sociais e dos credores.

Tem a lei, portanto, como principal foco a preservação da empresa e a proteção do mercado, de modo que este possa se desenvolver de modo sadio, potencializando benefício à sociedade como um todo.

As normas que regem o procedimento de Recuperação Judicial devem ser analisadas de forma sistemática valendo-se sempre que possível o julgador de uma interpretação sociológica, para tentar alcançar aos fins sociais e as exigências do bem comum que nova lei quis introduzir.

A LRF destacou no seu art. 47 como princípios básicos a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

Partindo desta premissa, um dos objetivos mediatos da norma é e de fixar os meios necessários ao desenvolvimento da recuperação e do cumprimento do plano apresentado dentre elas a sujeição à recuperação judicial de todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos (art. 49) e a suspensão da prescrição e de todas as ações, execuções em face do devedor (art. 6º)

In causa, trata-se do pedido de recuperação judicial o maior grupo nacional de exploração da telefonia fixa, tendo ainda ampla atuação no mercado da telefonia móvel e TV por assinatura.

Dispõem assim o art. 6º e seu § 4º da LFRE.

Estado do Rio de Janeiro - Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório da 7ª Vara Empresarial
Av. Erasmo Braga, 115 Lda. Central 706 CEP 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ tel. 3133 2185 e-mail
cap07vemp@tjrj.jus.br

"A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário."

§4º Na recuperação judicial, a suspensão de que trata o caput deste artigo em hipótese nenhuma excederá o prazo in prorrogável de 180 (cento e oitenta) dias contado do deferimento do processamento da recuperação, restabelecendo-se, após o decurso do prazo, o direito dos credores de iniciar ou continuar suas ações e execuções, independentemente de pronunciamento judicial.

Partindo de uma interpretação apenas literal somente o deferimento do processamento da recuperação judicial impõe aos credores o que alguns doutrinadores têm denominado de automatic stay que deve ser observado por todos sem exceção.

Verifica-se, portanto, ser a suspensão uma determinação legal ou seja, efeito do próprio deferimento do pedido de recuperação judicial, com vista a oportunizar ao devedor um período salvaguardado da influência dos credores, para que possa organizar e melhor expor suas soluções de mercado.

Outro efeito do deferimento do processamento, diz respeito a questão da possibilidade do juízo da recuperação isentar a sociedade empresária - em recuperação judicial - da apresentação das Certidões Negativas de Débitos Fiscais (CND), quando da contratação daquela com o Poder Público.

Inicialmente, deve ser esclarecido não haver mais dúvidas, quanto a possibilidade da contratação pela empresa em recuperação judicial, com o Poder Público. Tal afirmação decorre da simples interpretação contida no art. 52, II da LRF, que aponta a possibilidade da contratação com o Poder Público, ou para recebimento de benefícios e incentivos fiscais por parte da recuperanda, desde que apresentadas as negativas fiscais exigidas.

Sendo assim a certidão exigida no inciso II do art. 32 da Lei 8666/93 que aponta para necessidade da apresentação de certidão negativa de falência ou concordata, esta em parte derogada, pois neste caso prevalecerá a também lei especial 11101/05 promulgada posteriormente, que expressamente reconheceu a possibilidade da empresa em recuperação contratar com o setor público.

Assim, sendo deferida a recuperação o cerne da presente questão se fixa na possibilidade do juízo da recuperação poder isentar a recuperanda da apresentação das certidões negativas tornando-a apta por completo a participar de licitações receber créditos ou incentivos fiscais do Estado.

Em discussão está a ponderação sobre dois importantes princípios constitucionais quais sejam o da "preservação da empresa" (assim considerado por estar implicitamente conscrito no art. 170 da C.F.), hoje considerada como ente de relevante função social e, de outro lado, em contrapartida o "princípio do interesse público geral" que determina a necessidade do Poder Público observar a legalidade estrita no procedimento de licitação, a fim de evitar prejuízo ao bem comum.

Vislumbrada essa situação, imperioso será a utilização do princípio da proporcionalidade para fins de se fazer uma necessária ponderação entre valores equivalentes. Trata-se de um princípio com status constitucional que busca ponderar direitos fundamentais que se conflitam através da devida adequação dos mesmos com o binômio meio-fim, subdividido pela doutrina em três outros princípios, quais sejam o princípio da adequação, o princípio da necessidade e o princípio da proporcionalidade em sentido estrito.

Estado do Rio de Janeiro - Poder Judiciário
Tribunal de Justiça

Comarca da Capital

Cartório da 7ª Vara Empresarial

Av. Erasmo Braga, 115 - Lapa Central 706 CEP: 20021-303 - Centro - Rio de Janeiro RJ - Tel: 3133.2145 - e-mail: cap07vemp@tjrr.jus.br

11.101/2005).

Mencionado dispositivo trouxe inovadora conquista, conquanto tenha se afigurado visivelmente inócuo, posto que inicialmente existirá empresa em situação de recuperação judicial que não esteja também em débito fiscal.

Observar-se-a o princípio da proporcionalidade, para então mitigar a aplicação do art. 52, II da LRF, a fim de que seja obstada a necessidade da apresentação da CND.

Aplica-se, o binômio meio-fim. Isso porque, observados os aspectos de cada subprincípio acima informado, vemos que a medida é

a) adequada e idônea ao passo que visa garantir acesso a todos aos meios para recuperação judicial da sociedade empresária em dificuldade, garantindo a esta o direito de manter os contratos já firmados com o Poder Público, ou ainda realizar novos, visto estar comprovado que regularmente utilizava esta forma de contratar;

b) necessária porque de outra forma não poderá a recuperanda manter seus contratos de concessão em vigor com o ente público;

c) mais benéfica, pois certamente atende ao interesse comum geral mais iminente - manutenção de fonte geradora de empregos e riquezas

Não se pretende com isso, buscar a qualquer custo a recuperação das empresas. Pelo contrário, deve o julgador estar atento ao que lhe é apresentado e, com base nos documentos consignados, sopesar a viabilidade ou não da continuidade da sociedade empresária, que busca socorro à luz da nova lei.

Dita posição encontra-se corroborada, nos termos do eloquente aresto proferido pelo Ministro Luis Felipe Salomão, em sede de Recurso Especial, cuja ementa assim foi descrita:

RECURSO ESPECIAL Nº 1.173.735 - RN (2010/0003787-4) RELATOR: MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO RECORRENTE: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS ADVOGADOS: THIAGO CEZAR COSTA AVELINO E OUTRO(S) MARCELLE VIEIRA DE MELLO MOREIRA E OUTRO(S) RECORRIDO: ENGQUIP - ENGENHARIA DE EQUIPAMENTOS LTDA ADVOGADO: KRAUS JOSÉ RIBEIRO OLIVEIRA EMENTA DIREITO EMPRESARIAL TRIBUTÁRIO E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO E MONTAGEM DE INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS DE PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL COM A PETROBRAS PAGAMENTO DO SERVIÇO PRESTADO EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO DA EMPRESA PRESTADORA DOS SERVIÇOS. IMPOSSIBILIDADE. SOCIEDADE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL ARTS 52 E 57 DA LEI Nº 11.101/2005 (LF) E ART. 191-A DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (CTN) INOPERÂNCIA DOS MENCIONADOS DISPOSITIVOS INEXISTÊNCIA DE LEI ESPECÍFICA A DISCIPLINAR O PARCELAMENTO DA DÍVIDA FISCAL E PREVIDENCIÁRIA DE EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL PRECEDENTE DA CORTF ESPECIAL

1. O art. 47 serve como um norte a guiar a operacionalidade da recuperação judicial, sempre com vistas ao designio do instituto, que é "viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica"

2. Segundo entendimento exarado pela Corte Especial, em uma exegese teleológica da nova Lei de Falências, visando conferir operacionalidade à recuperação judicial, e desnecessária comprovação de regularidade tributária, nos termos do art. 57 da Lei nº 11.101/2005 e do art. 191-A do CTN, diante da inexistência de lei específica a disciplinar o parcelamento da dívida fiscal

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário

Tribunal de Justiça

Comarca da Capital

Cartório da 7ª Vara Empresarial

Av. Erasmo Braga 115 - Centro 706 CEP 20.072-000 - Centro - Rio de Janeiro RJ tel 3133 2185 e-mail cap07vemp@tj.rj.jus.br

e previdenciária de empresas em recuperação judicial (REsp. 1187404/MT Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/06/2013, DJe 21/08/2013).

3. Dessarte, o STJ, para o momento de deferimento da recuperação, dispensou a comprovação de regularidade tributária em virtude da ausência de legislação específica a reger o parcelamento da dívida fiscal e previdenciária de empresas em recuperação judicial. Nessa linha de intelecção, por óbvio, parece ser negável, pelo menos por enquanto, qualquer demonstração de regularidade fiscal para as empresas em recuperação judicial, seja para continuar no exercício de sua atividade (já dispensado pela norma), seja para contratar ou continuar executando contrato com o Poder Público.

4. Na hipótese, e de se ressaltar que os serviços contratados já foram efetivamente prestados pela ora recorrida e, portanto, a hipótese não trata de dispensa de licitação para contratar com o Poder Público ou para dar continuidade ao contrato existente, mas sim de pedido de recebimento dos valores pelos serviços efetiva e reconhecidamente prestados, não havendo falar em negação de vigência aos artigos 5º e 57 da Lei n. 11.101/2005.

5. Malgrado o descumprimento da cláusula de regularidade fiscal possa até ensejar, eventualmente e se for o caso, a rescisão do contrato, não poderá haver a retenção de pagamento dos valores devidos em razão de serviços já prestados. Isso porque nem o art. 8º da Lei n. 8.666/1993 nem o item 7.3. do Decreto n. 2.745/1998, preveem a retenção do pagamento pelo serviços prestados como sanção pelo alegado defeito comportamental. Precedentes.

6. Recurso especial a que se nega provimento.

O Ministério Público, em eloquente parecer, fez recordar igual posicionamento adotado por este magistrado em decisão proferida em outra recuperação judicial apreciada neste juízo, a qual fora chancelada pelo STJ em recente decisão proferida novamente pelo Ex. Ministro Luiz Felipe Salomão, nos autos do REsp 1207117/MG.

Ademais, a esses argumentos soma-se ainda decisão proferida pelo próprio TCU no Acórdão 8271/2011, que já havia recomendado ao DNIT do Estado do Espírito Santo tal orientação:

"1.51. dar ciência à Superintendência Regional do DINIT no Estado do Espírito Santo que, em suas licitações, é possível a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta economicamente e financeiramente a participar de procedimento nos termos da Lei 8.66/93".

Fábio Ulhoa Coelho (Curso de Direito Comercial Ed. Saraiva 13ª ed.) lembra que "a crise da empresa pode manifestar-se de formas variadas. Ela é econômica quando as vendas de produtos ou serviços não se realizam na quantidade necessária à manutenção do negócio. É financeira quando falta à sociedade empresária dinheiro em caixa para pagar suas obrigações. Finalmente, a crise é patrimonial se o ativo é inferior ao passivo, se as dívidas superam os bens da sociedade empresária".

Neste contexto, aflixa-se, segundo os dados obtidos, que a crise anunciada é meramente econômica, e que somente com a execução das soluções futuramente apresentadas no plano, somada ao contínuo exercício pleno de suas atividades comerciais, e que efetivamente será superada a crise com batida por meio do processo de recuperação.

Por tudo, considero a medida é perfeitamente possível de ser conferida em sede de recuperação judicial, a partir do momento em que não se trata de isenção ou moratória fiscal - matéria não afeta ao juízo da recuperação, mas sim, tutela de direito com fulcro nos princípios acima elencados, a possibilitar de maneira plena e absoluta a efetivação do procedimento de recuperação judicial prevista no ordenamento jurídico pátrio.

Cartório da 7ª Vara Empresarial
Av. Erasmo Braga, 115 - Centro - Rio de Janeiro - RJ
cap07vemp@tjrr.jus.br Tel. 3133 2165 e-mail

FERNANDO CESAR FERREIRA VIANA 000017528 000017528 Assinado em 21/06/2016 20:47:51
Local: TJ-RJ

Estado do Rio de Janeiro - Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório da 7ª Vara Empresarial
Av. Erasmo Braga, 115 - Lote Central 706CEP 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ, Tel. 3133 2185 e-mail
cap07vemp@tj.rj.us.br

Também chamado de princípio da idoneidade ou princípio da conformidade, o princípio da adequação reflete a ideia de que a medida restritiva deve ser idônea à consecução da finalidade pretendida. Vale dizer, deve haver a existência de relação adequada entre um ou vários fins determinados e os meios com que são determinados.

Quanto ao subprincípio da necessidade ou princípio da exigibilidade busca-se que a medida seja realmente indispensável para a conservação do direito fundamental e, que não possa ser substituída por outra de igual eficácia, e até menos gravosa.

De acordo com este subprincípio deve sempre ser observado se há outras formas de se obter o resultado garantido pelo determinado direito, de forma a se optar pela aplicação da forma que irá afetar com menor intensidade os direitos envolvidos na questão.

O último elemento caracterizador do princípio da proporcionalidade é o subprincípio da proporcionalidade em sentido estrito.

Caracteriza-se pela ideia de que os meios eleitos devem manter-se razoáveis com o resultado perseguido. Isto quer dizer que o ônus imposto pela norma deve ser inferior ao benefício por ela engendrado. Trata-se da verificação da relação custo-benefício da medida, isto é, da ponderação entre os danos causados e os resultados a serem obtidos.

Desta forma, este subprincípio exige uma equânime distribuição do ônus, com a utilização da técnica de ponderação de bens ao caso concreto.

Destaca-se, que em ambos os lados do conflito, ora em análise, depreende-se a existência de direitos sociais.

A empresa como unidade produtiva, tem sido considerada fonte de geração de riqueza e empregos, e a manutenção de suas atividades visa proteger esta relevante função social e o estímulo à atividade econômica (art. 170 CF art. 47 da LRF).

Do outro lado, a Lei de Licitações e o CTN buscam dar proteção ao interesse público em geral determinando que o Administrador Público se atenha a determinadas formas e normas no momento da contratação a fim de evitar prejuízo ao bem comum.

Diante do enfrentamento de princípios, como acima declinado, deve o aplicador do direito valer-se muitas das vezes, do princípio da proporcionalidade para decidir.

Criada com o fim principal de impulsionar a economia do país, e oportunizar aos empresários em dificuldades financeiras não só a manutenção de sua unidade produtora mas, em especial, a continuidade da prestação dos serviços e geração de empregos, a LRF inovou consideravelmente o conceito de empresa alcançando a um patamar de relevante papel social.

Inovou o legislador ao promulgar a referida lei, dispensando especial ênfase ao instituto da recuperação judicial, que respondeu aos anseios das empresas que em situação de necessária reestruturação de suas operações e dívidas, não tinham outra opção dentro do ordenamento jurídico nacional a não ser a decretação de sua insolvência ou falência, o que não resultava benéfico, seja para as próprias empresas, seja para os seus credores e a sociedade em um todo.

Dentre as muitas alterações, figura a possibilidade da recuperanda licitar com o Poder Público desde que sejam apresentadas no ato as certidões negativas de débitos fiscais (Art. 52 II da Lei



ESTADO DE MATO GROSSO

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS



MTGÁS
Fis. <u>22</u>
Rub. <u>5</u>

MISSÃO: Distribuição de Gás Natural Veicular.

ANEXO IV	
SOLICITAÇÃO DE PAGAMENTO DE SERVIÇO Nº. 164/2017	
NÚCLEO SISTÊMICO SÓCIOECONÔMICO	
SETOR	Gerente Adm. e Financeiro - Mtgás.
REQUISITANTE:	
RESPONSÁVEL:	Luciene Mingarelli de Lima.
PROTOCOLO SOB Nº:	420207/2017
OBJETO:	Descrição do processo original serviço a ser pago conforme Ordem de Fornecimento n.º-----2017, PED nº. 17502.0001.17000250-9 EMPENHO nº. 17502.0001.17.000189-3 NF nº 1708000196123 e 1708.000204161.

JUSTIFICATIVA CIRCUNSTANCIADA DO PAGAMENTO: Solicitamos o pagamento, do Credor OI S/A, referente à contratação de serviço telefônico fixo comutado de longa distância nacional e serviços telefônicos comutado de longa distância nacional e internacional, do mês de Agosto/2017, no valor total de **R\$ 471,30 (quatrocentos e setenta e um reais e trinta centavos)**. Dados:

Credor:	2002.17431-1
Forma de Pagamento:	Fatura.
Valor:	R\$ 471,30

Cuiabá, 18 de Agosto de 2017.

Assinatura do requisitante:	
 Luciene Mingarelli de Lima Assistente da Diretoria MT Gás	
Recebido em: ____/____/2017	DIRETORIA EXECUTIVA: (x) de acordo () desfavorável Emmanuel Almeida de Figueiredo Junior Diretor Presidente MT Gás
Despacho do Ordenador de Despesas:	(x) De acordo () Desfavorável
Motivo:	 Rafael Silva Reis Diretor Adm. Financeiro MTGás
Observação:	

Av. Hist. Rubens de Mendonça, 2254 – Cj. 1203 – Ed. American Business Center
CEP 78050-000 - Cuiabá – Mato Grosso - Fone: (65) 3642-4423



LIQ		LIQUIDACÃO		17502.0001.17.000211-8	
Nº EMP: 17502.0001.17.000189-3			Data do Doctº: 22/08/2017		
Nº PED: 17502.0001.17.000250-9			Data de pagamento: 24/08/2017		
Nº CAD:		Nº NOBLIST:		Nº DOTLIST:	
Órgão: 17 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico					
Unidade Orçamentária: 17502 COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS					
Unidade Gestora: 17502.0001 Geral					
Data de Liberação: *** **			Liberador de Pagamento: *** **		
Liquidação Escritural: Não		Regularização: Não		Dotação Orçamentária: 17502.0001.25.122.036.2007.9900.339000000.243.1.1	
Elemento de Despesa: 39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA			Elemento - Exercícios Anteriores: *** **		
Nº NEX:*** **					
Forma pagamento: Nota de Ordem Bancária (NOB)		Código Bancário: 00777.00500		Banco + Agência + C/C (débito Órgão): 001.3834.000000001010100-4	
Pagamento Disponibilidade RP: 001.3834.000000001010100-4			Valor Liquidação: *** 471,30		QUATROCENTOS E SETENTA E UM REAIS E TRINTA CENTAVOS *** **
Histórico: Pagamento ref. serviço de telefonia fixa local e longa distancia, nacional e internacional, ref. agosto/2017, processo nº 420207/2017.					
Código do credor: 2002.17431-1		Credor: OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL			
CPF/CNPJ: 76.535.764/0001-43		Município UF: Rio de Janeiro - RJ		Nº Processo de Pagamento 420207/2017	
Forma de Recebimento: Pagamento de Faturas					
Banco + Agência + C/C: *** **					

DADOS DA DIÁRIA	
Nº OS: *** **	Data de Início da Viagem: *** **
	Data de Retorno da Viagem: *** **

CONTRATOS E CONVÊNIOS	
Nº Contrato: *** **	Término da vigência: *** **
Nº Convênio: *** **	

CONTROLE DO SALDO A LIQUIDAR			
Valor total do empenho (R\$) *** 471,30	Saldo a liquidar (R\$) *** 471,30	Esta liquidação (R\$) *** 471,30	Saldo a liquidar atual (R\$) *** 0,00

CONTROLE DE SALDO EM LIQUIDACÃO			
Valor total do empenho (R\$) *** 471,30	Saldo em liquidação (R\$) *** 471,30	Esta liquidação (R\$) *** 471,30	Saldo em liquidação atual (R\$) *** 0,00


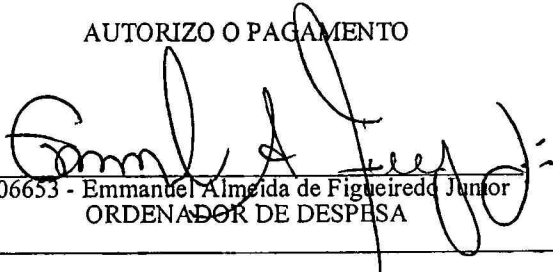


LIQ		LIQUIDAÇÃO		17502.0001.17.000211-8	
OBRIGAÇÕES FISCAIS - CONSIGNAÇÕES					
IRRF (R\$): *** 0,00		ISS município (R\$) *** 0,00		Município: *** ** *	
INSS (R\$): *** 0,00		MTPREV (R\$): *** 0,00		Outras consignações (R\$): *** 0,00	
Observações: Indicativo de Situação da LIO: LIO Normal					

Valor Líquido:	*** 471,30	QUATROCENTOS E SETENTA E UM REAIS E TRINTA CENTAVOS *** ** *
----------------	------------	--

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA POR SUBELEMENTO		
Natureza Despesa	Descrição	Valor
3.3.90.39.39.073	Serviços com Despesa de Telefone Convencional Fixo	*** 471,30
TOTAL DA LIQUIDAÇÃO:		*** 471,30



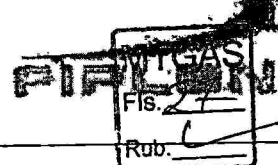
NOB	NOTA DE ORDEM BANCÁRIA	17502.0001.17.000320-0
Data de Emissão: 24/08/2017		
Nº NOBLIST:		Nº DOTLIST:
Unidade Orçamentária: 17502 - COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS		
Unidade Gestora: 0001 - Geral		
Código Bancário: 00777.00500	Banco + Agência + C/C: 001.3834.000000001010100-4	Regularização: Não
		Nº NEX : ***
SOLICITAMOS AO Banco do Brasil S/A CREDITAR AO(S) FAVORECIDO(S) ABAIXO RELACIONADO(S), LEVANDO A DÉBITO DA CONTA Nº 001.3834.000000001010100-4.		
Código do Credor: 2002.17431-1		
Credor: OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL		
CPF/CNPJ: 76.535.764/0001-43		Município UF: Rio de Janeiro RJ
Nº EMP: 17502.0001.17.000189-3		Fonte de Recurso: 243
Nº LIQ: 17502.0001.17.000211-8		
Nº Processo de Pagamento: 420207/2017		Tipo de OB: 38-FAT C/ BARRA
NOB/Fatura Fato 54: Não		
Banco + Agência + C/C:	Valor da Operação (R\$): *** 31,05	Valor por Extenso: TRINTA E UM REAIS E CINCO CENTAVOS ***** ***** ***** *****
Os processos acima relacionados foram regularmente liquidados e encontra-se em condição de pagamento.  LUCIENE MINGARELLI LIMA Chefe do Núcleo Setorial de Finanças (NSF)		AUTORIZO O PAGAMENTO  006653 - Emmanuel Almeida de Figueiredo Junior ORDENADOR DE DESPESA
Observações: Situação da NOB: Nota de Ordem Bancária (NOB) Normal Indicativo de Transmissão: Documento eletrônico do Banco do Brasil		

DETALHAMENTO DO PAGAMENTO DA FATURA - CONVÊNIO				
Tipo Fatura	Subtipo Fatura	Código de Barras	Código do Tributo Federal	Data de Vencimento
Com Código de Barras	Convênio	846500000001310500175016220604201701835118000008	*** **	20/08/2017
Valor Total (R\$): 31,05		Valor Total por extenso: trinta e um reais e cinco centavos		
AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA		*****		



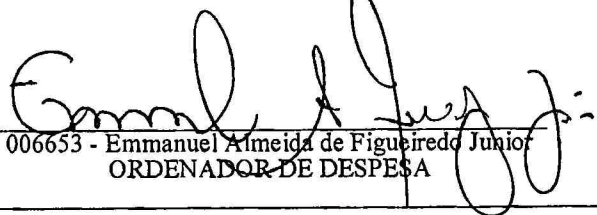

NOB	NOTA DE ORDEM BANCÁRIA	17502.0001.17.000325-1
Data de Emissão: 24/08/2017		
Nº NOBLIST:		Nº DOTLIST:
Unidade Orçamentária: 17502 - COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS		
Unidade Gestora: 0001 - Geral		
Código Bancário: 00777.00500	Banco + Agência + C/C: 001.3834.000000001010100-4	Regularização: Não
		Nº NEX : ***
SOLICITAMOS AO Banco do Brasil S/A CREDITAR AO(S) FAVORECIDO(S) ABAIXO RELACIONADO(S), LEVANDO A DÉBITO DA CONTA Nº 001.3834.000000001010100-4.		
Código do Credor: 2002.17431-1		
Credor: OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL		
CPF/CNPJ: 76.535.764/0001-43		Município UF: Rio de Janeiro RJ
Nº EMP: 17502.0001.17.000189-3		Fonte de Recurso: 243
Nº LIQ: 17502.0001.17.000211-8		
Nº Processo de Pagamento: 420207/2017		Tipo de OB: 38-FAT C/ BARRA
NOB/Fatura Fato 54: Não		
Banco + Agência + C/C:	Valor da Operação (R\$): *** 440,25	Valor por Extenso: QUATROCENTOS E QUARENTA REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS *** ***** ***** *****
Os processos acima relacionados foram regularmente liquidados e encontra-se em condição de pagamento.		AUTORIZO O PAGAMENTO 006653 - Emmanuel Almeida de Figueiredo Junior ORDENADOR DE DESPESA
Observações: Situação da NOB: Nota de Ordem Bancária (NOB) Normal Indicativo de Transmissão: Documento eletrônico do Banco do Brasil		

DETALHAMENTO DO PAGAMENTO DA FATURA - CONVÊNIO				
Tipo Fatura	Subtipo Fatura	Código de Barras	Código do Tributo Federal	Data de Vencimento
Com Código de Barras	Convênio	846200000046402500175011220604201701832119000004	*** **	20/08/2017
Valor Total (R\$): 440,25		Valor Total por extenso: quatrocentos e quarenta reais e vinte e cinco centavos		
AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA		*** **		



NOB	NOTA DE ORDEM BANCÁRIA	17502.0001.17.000320-0
Data de Emissão: 24/08/2017		
Nº NOBLIST:		Nº DOTLIST:
Unidade Orçamentária: 17502 - COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS		
Unidade Gestora: 0001 - Geral		
Código Bancário: 00777.00500	Banco + Agência + C/C: 001.3834.000000001010100-4	Regularização: Não
		Nº NEX : ***
SOLICITAMOS AO Banco do Brasil S/A CREDITAR AO(S) FAVORECIDO(S) ABAIXO RELACIONADO(S), LEVANDO A DÉBITO DA CONTA Nº 001.3834.000000001010100-4.		
Código do Credor: 2002.17431-1		
Credor: OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL		
CPF/CNPJ: 76.535.764/0001-43		Município UF: Rio de Janeiro RJ
Nº EMP: 17502.0001.17.000189-3		Fonte de Recurso: 243
Nº LIQ: 17502.0001.17.000211-8		
Nº Processo de Pagamento: 420207/2017		Tipo de OB: 38-FAT C/ BARRA
NOB/Fatura Fato 54: Não		
Banco + Agência + C/C:	Valor da Operação (R\$): *** 31,05	Valor por Extenso: TRINTA E UM REAIS E CINCO CENTAVOS ***** ***** *****
Os processos acima relacionados foram regularmente liquidados e encontra-se em condição de pagamento. LUCIENE MINGARELLI LIMA Chefe do Núcleo Setorial de Finanças (NSF)		AUTORIZO O PAGAMENTO 006653 - Emmanuel Almeida de Figueiredo Junior ORDENADOR DE DESPESA
Observações: Situação da NOB: Nota de Ordem Bancária (NOB) Normal Indicativo de Transmissão: Documento eletrônico do Banco do Brasil		

DETALHAMENTO DO PAGAMENTO DA FATURA - CONVÊNIO				
Tipo Fatura	Subtipo Fatura	Código de Barras	Código do Tributo Federal	Data de Vencimento
Com Código de Barras	Convênio	846500000001310500175016220604201701835118000008	*** **	20/08/2017
Valor Total (R\$): 31,05		Valor Total por extenso: trinta e um reais e cinco centavos		
AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA		51FD5FE3ADB34C33		

NOB	NOTA DE ORDEM BANCÁRIA		17502.0001.17.000325-1
Data de Emissão: 24/08/2017			
Nº NOBLIST:		Nº DOTLIST:	
Unidade Orçamentária: 17502 - COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS			
Unidade Gestora: 0001 - Geral			
Código Bancário: 00777.00500	Banco + Agência + C/C: 001.3834.000000001010100-4	Regulamentação: Não	Nº NEX : ***
SOLICITAMOS AO Banco do Brasil S/A CREDITAR AO(S) FAVORECIDO(S) ABAIXO RELACIONADO(S), LEVANDO A DÉBITO DÁ CONTA Nº 001.3834.000000001010100-4.			
Código do Credor: 2002.17431-1			
Credor: OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL			
CPF/CNPJ: 76.535.764/0001-43		Município UF: Rio de Janeiro RJ	
Nº EMP: 17502.0001.17.000189-3		Fonte de Recurso: 243	
Nº LIQ: 17502.0001.17.000211-8		Tipo de OB: 38-FAT C/BARRA	
Nº Processo de Pagamento: 420207/2017			
NOB/Fatura Fato 54: Não			
Banco + Agência + C/C:	Valor da Operação (R\$): *** 440,25	Valor por Extenso: QUATROCENTOS E QUARENTA REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS *** ** ***** *****	
Os processos acima relacionados foram regularmente liquidados e encontra-se em condição de pagamento.		<p>AUTORIZO O PAGAMENTO</p> <p></p> <p>006653 - Emmanuel Almeida de Figueiredo Junior ORDENADOR DE DESPESA</p>	
<p></p> <p>LUCIENE MINGARELLI LIMA Chefe do Núcleo Setorial de Finanças (NSF)</p>			
Observações: Situação da NOB: Nota de Ordem Bancária (NOB) Normal Indicativo de Transmissão: Documento eletrônico do Banco do Brasil			

DETALHAMENTO DO PAGAMENTO DA FATURA - CONVÊNIO				
Tipo Fatura	Subtipo Fatura	Código de Barras	Código do Tributo Federal	Data de Vencimento
Com Código de Barras	Convênio	846200000046402500175011220604201701832119000004	*** **	20/08/2017
Valor Total (R\$): 440,25		Valor Total por extenso: quatrocentos e quarenta reais e vinte e cinco centavos		
AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA		84016AB221BC72FC		



ANEXO II	
SOLICITAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL/SERVIÇO N.º189/2017	
NÚCLEO SISTÊMICO SÓCIOECONÔMICO	
SETOR REQUISITANTE:	Gerente Adm. e Financeiro – MTGás.
PROTOCOLO SOB N.º:	430509/2017
RESPONSÁVEL:	Luciene Mingarelli de Lima.
OBJETO:	Referente à Internet Dedicada
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:	17502.2007.9900.33903900.243.
VALOR:	R\$ 2.660,97

JUSTIFICATIVA CIRCUNSTANCIADA DA DESPESA: Solicitamos a inclusão de PED/EMP global do credor OI S/A, referente à serviço de internet dedica banda larga para atender este Órgão/ MTGás, referente período de Agosto no valor de **R\$ 2.657,21** (dois mil, seiscentos e cinquenta reais e vinte e um centavos) para atender a Companhia.

Credor:	2002.1743111
Dotação:	3390.3900
UO:	17502
PAOE:	2007 (Regional 9900)
Categoria Econômica:	3- Despesa Corrente
Grupo de Natureza de Despesa:	3- Outras despesas correntes
Modalidade de Aplicação:	90- Aplicações Diretas.
Modalidade de Licitação:	Pregão nº 006/2013
Fonte:	243
Valor:	R\$ 2.657,21

Cuiabá, 10 de Agosto 2017

Assinatura do requisitante:	
 Luciene Mingarelli de Lima Assistente da Diretoria MT Gás	
Recebido em:	DIRETORIA EXECUTIVA: (X) De acordo () Desfavorável
____/____/2017	 Emmanuel Almeida de Figueiredo Junior Diretor Presidente MT Gás
Despacho do Ordenador de Despesas: (x) De acordo () Desfavorável	
Motivo:	 Rafael Silva Reis Diretor Adm. Financeiro MTGás

MT GÁS
COMPANHIA
MATOGROSSENSE
DE GÁS



GOVERNO DE
**MATO
GROSSO**

Proc. 523693/2017
Di. Fisco - internet
ref. setembro 2017

6



ANEXO II	
SOLICITAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL/SERVIÇO N.º 213/2017	
NÚCLEO SISTÊMICO SÓCIOECONÔMICO	
SETOR REQUISITANTE:	Gerente Adm. e Financeiro – MTGás.
PROTOCOLO SOB Nº:	529663/2017
RESPONSÁVEL:	Luciene Mingarelli de Lima.
OBJETO:	Referente à Internet Dedicada
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:	17502.2007.9900.33903900.243.
VALOR:	R\$ 2.604,16
<p>JUSTIFICATIVA CIRCUNSTANCIADA DA DESPESA: Solicitamos a inclusão de PED/EMP global do credor OI S/A, referente à serviço de internet dedica banda larga para atender este Órgão/ MTGás, referente período de Setembro no valor de R\$ 2.604,16 (dois mil, seiscentos e quatro reais e dezesseis centavos) para atender a Companhia.</p>	
Credor:	2002.17431-1
Dotação:	3390.3900
UO:	17502
PAOE:	2007 (Regional 9900)
Categoria Econômica:	3- Despesa Corrente
Grupo de Natureza de Despesa:	3- Outras despesas correntes
Modalidade de Aplicação:	90- Aplicações Diretas.
Modalidade de Licitação:	Pregão nº 006/2013
Fonte:	243
Valor:	R\$ 2.604,16
Cuiabá, 29 de setembro 2017.	
<p>Assinatura do requisitante: <i>Luciene Mingarelli de Lima</i> Assistente da Diretoria MT Gás</p>	
<p>Recebido em: _____/_____/2017</p>	<p>DIRETORIA EXECUTIVA: (X) De acordo () Desfavorável</p> <p><i>Emmanuel Almeida de Figueiredo Junior</i> Diretor Presidente MT Gás</p>
<p>Despacho do Ordenador de Despesa: (X) De acordo () Desfavorável</p> <p>Motivo: <i>Rafael Silva Reis</i> Diretor Adm. Financeiro MTGás</p>	



SOLICITAÇÃO DE PEDIDO DE EMPENHO Nº 216/2017

Cuiabá/MT, 29/09/2017

PROTOCOLO: 529693/2017

DE: Gerência Adm. e Financeira - Companhia Matogrossense de Gás

(x) PED/EMP () PED RESERVA () ALTERAÇÃO DE PED

ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA: Solicitamos inclusão de PED/EMP ref. Serviço de internet banda larga.
período de Setembro/2017.

CÓD. CREDOR: 2002.17431-1

NOME: OI S/A

CNPJ: 76.535.764/0001-43

VALOR: R\$ 2.604,16

TIPO:

() ORDINÁRIO

(X) ESTIMATIVO

() GLOBAL

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

UO	P/A/OE	REGIÃO	NAT. DESPESA	ELEMENTO	FONTE
17502	2007	9900	3190	39	243

MODALIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE, ART. 25, INCISO I

CRD - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO / PAGAMENTOS PREVISTOS

JANEIRO		JULHO	
FEVEREIRO		AGOSTO	
MARÇO		SETEMBRO	R\$ 2.604,16
ABRIL		OUTUBRO	
MAIO		NOVEMBRO	
JUNHO		DEZEMBRO	
		TOTAL	R\$ 2.604,16

Atenciosamente,

Luciene Mingarelli

Coord. Financeira Nomeada
Solicitante

Emmanuel A. de Figueiredo Junior
Diretor Presidente - MTGás
De acordo: Ordenador de Despesas



PED	PEDIDO DE EMPENHO	17502.0001.17.000337-8
Data de Solicitação: 28/09/2017		RESERVA DE EMPENHO
Unidade Orçamentária: 17502 - COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS		
Unidade Gestora: 0001 - Geral		
Projeto/Atividade: 2007 - Manutenção de serviços administrativos gerais		
Nº Processo de Pagamento:	Nº NOBLIST:	
529693/2017	*****	*****
Especificação: Pagamento ref. prestação de serviço de internet dedicada banda larga.		

DEMONSTRATIVO DO SALDO ORÇAMENTÁRIO

Dotação Orçamentária: 17502.0001.25.122.036.2007.9900.339000000.243.1.1		Elemento de Despesa: 39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	
Tipo de Despesa: 7 - Compras e Serviços		Convênio: Não	
Saldo Orc. Anterior (R\$) *** 56.210,33	Valor Total da Reserva (R\$) *** 2.604,16	Saldo Orc. Atual (R\$) *** 53.606,17	
Tipo de Empenho: Ordinário			
Valor por Extensão: DOIS MIL E SEISCENTOS E QUATRO REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS ***** *****			
Reserva Inicial (R\$):		*** 2.604,16	
Valor Total - Reforço (R\$):		*** 0,00	
Valor Total - Redução (R\$):		*** 0,00	

DADOS DO CREDOR

Código: 2002.17431-1	Nome: OI S.A.	
Endereço: r do Lavradio, 71		
CPF/ CNPJ/ IG: 76.535.764/0001-43	Insc. Estadual: *****	RG: *****

DADOS DA DIÁRIA

Nº OS: *****	Data de Início da Viagem: *****
	Data de Retorno da Viagem: *****

DADOS DO ADIANTAMENTO

Nº CAD: *****	Data de Solicitação: *****
---------------	----------------------------

Observações: Situação do PED: Reserva de Empenho para processo Licitatório



EMP	NOTA DE EMPENHO	17502.0001.17.000233-4
Nº PED: 17502.0001.17.000337-8	Data de Emissão: 29/09/2017	
Nº DOTLIST: *** **	Nº NOBLIST: *** **	
Unidade Orçamentária: 17502 - COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS	Unidade Gestora: 0001 - Geral	
Projeto/Atividade: 2007 - Manutenção de serviços administrativos gerais	Recurso: Normal	Tipo de Empenho: Ordinário
Modalidade de Licitação: Dispensa	Nº Referência Licitação: *** **	Motivo Dispensa Licitação *** **
Nº Convênio *** **	Transferido - Resto a Pagar Não	Nº Processo de Pagamento: 529693/2017

DADOS DO CREDOR

Código: 2002.17431-1	Nome: OI S.A.	
Endereço: r do Lavradio, 71	CEP: 20.230-070	
Bairro: Asa Sul	Município: Rio de Janeiro	UF: RJ
CPF/CNPJ/IG: 76.535.764/0001-43	Insc. Estadual: *** **	RG: *** **


DADOS DA DIÁRIA

Nº OS: *** **	Data de Início da Viagem: *** **
	Data de Retorno da Viagem: *** **

DADOS DO ADIANTAMENTO

Nº CAD: *** **	Data de Solicitação: *** **
----------------	-----------------------------

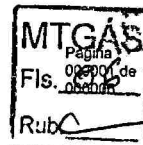
DEMONSTRATIVO DA RESERVA DE EMPENHO

Dotação Orçamentária: 17502.0001.25.122.036.2007.9900.339000000.243.1.1	Elemento de Despesa: 39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
Valor Total do Empenho (R\$): *** 2.604,16	Valor por Extenso: DOIS MIL E SEISCENTOS E QUATRO REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS *** **
Histórico: Empenho do PED Nº 17502.0001.17.000337-8 Pagamento ref. prestação de serviço de internet dedicada banda larga.	
Data de Autorização da Despesa: 29/09/2017	Ordenador de Despesa: Rafael Silva Reis
Responsável pela Execução Orçamentária	 Rafael Silva Reis Ordenador de Despesa
Observações: Situação do EMP: Empenho (EMP) normal Número do documento de estorno:	



OI S.A.
Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro
CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
CNPJ Matríz: 76.535.764/0001-43
CNPJ: 76.535.764/0329-32 I.E: 13.094.807-1

Fatura de Serviços de Telecomunicações



COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGAS
AV HIST RUBENS DE MENDONCA 02254 CJ704 AN7 AMERICAN BUSINESS CEN
JARDIM ACLIMACAO
78050-280 CUIABA - MT

Demonstrativo da fatura	Valor (R\$)
SERVICOS MENSAIS	2.604,16
SERVICOS OI	2.604,16
SERVICOS MENSAIS	0,00
SERVICOS OI	0,00
ITENS FINANCEIROS	0,00
DOCUMENTO FINANCEIRO	0,00
Valor a pagar	2.604,16

Fatura: 1709.000084765
Contrato Agrupador: 505.305.014-3 - 1ª Via

Oi,

Só a Oi tem móvel, banda larga, fixo, DDD e muito mais. E sua empresa só tem a ganhar: os benefícios continuam os mesmos e, em breve, você terá muitas novidades. Aguarde.
Mais informações? Acesse www.oi.com.br ou fale com seu Consultor.

Data de vencimento: 20/09/2017
Valor de sua conta: 2.604,16

Número de seu telefone: 65 049 9409

Mês de referência: setembro 2017

Período: 26/07/2017 a 25/08/2017

Data de emissão: 01/09/2017

ATESTADO

Atestamos que o(s) serviço(s)
foi(ram) executado(s).

Cuiabá-MT, 28/09/2017

Marcia Victor de Matos
Marcia Victor de Matos
Assessora Especial
MT Gás



OI S.A.
Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro
CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
CNPJ Matríz: 76.535.764/0001-43
CNPJ: 76.535.764/0329-32 I.E: 13.094.807-1

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGAS

Número do Telefone: 65 049 9409

Número da Fatura: 1709.000084765

Sequencial: 505305014 201709 32135

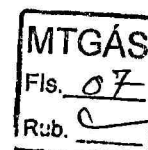
84600000026 1 04160017505 7 30501420170 4 93213500000 2



Data de Vencimento 20/09/2017
Valor a pagar: 2.604,16

Nº Identificador para Débito Automático: 505.305.014-3

Proc. N° 529693/2017

**Fique ligado**

O débito em conta corrente continua sendo a melhor alternativa pra você. Procure seu banco e cadastre todos os seus telefones.

Boa notícia pra você: agora, a cobrança de chamadas DDD poderá ser feita como você quiser: na sua conta telefônica ou separadamente.

TODOS OS VALORES COBRADOS NESTA FATURA SÃO TRUNCADOS NA SEGUNDA CASA DECIMAL

1331 CENTRAL DE ATENDIMENTO ANATEL AO LIGAR INFORME O NUMERO DO PROTOCOLO FORNECIDO PELA PRESTADORA

10314 CENTRAL DE RELACIONAMENTO OI

A UTILIZACAO DO SERVICO DE PAGAMENTO EM LOTERICA SEM A APRESENTACAO DA FATURA ESTA SUJEITA A COBRANCA PARA MAIS INFORMACOES LIGUE 103 14

CLIENTE BANCO DO BRASIL LIGUE 08007290001 E CONFIRME COM BANCO SE O DEBITO AUTOMATICO SOLICITADO POR VOCE ESTA AUTORIZADO E VALIDO PARA A FATURA ATUAL SE NAO ESTIVER AUTORIZADO PARA AS PROXIMAS FATURAS E EFETUE O PAGAMENTO DA ATUAL

FIQUE ATENTO EFETUE OS PAGAMENTOS EM DIA E EVITE COBRANCA DE MULTA DE 2 POR CENTO E JUROS DE 1 POR CENTO AO MES PRO RATA DIE

SUSPENSAO DO SERVICO PARCIAL 15 DIAS APOS ENVIO DA 1 NOTIFICACAO E COM MAIS 30 DIAS SUSPENSAO TOTAL

DURANTE O PERIODO DE BLOQUEIO PARCIAL A ASSINATURA DE SUA LINHA SERA COBRADA NORMALMENTE DE ACORDO COM OS VALORES CONTRATADOS POIS ELA CONTINUA APTA A RECEBER CHAMADAS

CANCELAMENTO E INCLUSAO NOS ORGAOS DE PROTECAO AO CREDITO SPC SERASA 30 DIAS APOS A SUSPENSAO TOTAL

OI INFORMA QUE A PARTIR DE JULHO 2017 AS OFERTAS DO SEU FIXO BANDA LARGA ANTIVIRUS BACKUP SERAO REAJUSTADOS MANTENDO OS DESCONTOS PROMOCIONAIS PREVISTOS EM REGULAMENTO MAIS INFORMACOES EM OICOMBR REAJUSTE

Canais de atendimento à sua empresa
0800 031 0800 Central de Relacionamento.

102 Auxílio à lista.

Confira sua conta na Internet: www.oi.com.br
Central de Recursos: www.oi.com.br ou 0800 031 0800. Para agilizar o atendimento, tenha em mãos o número do protocolo fornecido pela Central de Relacionamento.
1331 Central de Atendimento ANATEL (ao ligar, informe o número do protocolo fornecido pela prestadora).

Contribuições: Para o FUST (1%) e FUNTEL (0,5%) sobre valor dos serviços, não repassados às tarifas.

Valor mínimo do ressarcimento, em caso de interrupção do serviço local: duração da interrupção (em min.) vezes valor da assinatura básica, divididos por 43.200 min.(30 dias).

Os códigos de seleção de prestadoras de longa distância são: 31 Oi, 12 CTBC, 13 Fonar, 14 Oi, 15 Telefônica, 16 Viacom, 17 Transit, 19 Epsilon, 21 Embratel, 23 Intelig, 24 Primeira Escolha, 25 GVT, 26 IDT, 28 Alpamayo, 29 T-Leste, 32 Convergla, 34 ETML, 35 Easytone, 37 Golden Line, 38 TESA, 39 Engevex, 41 TIM, 42 GT Group, 43 Sercomtel, 45 Global Crossing, 46 Hoje Telecom, 47 BT Communications, 53 OSTARA, 57 Itacéu, 58 Voltel, 62 Option, 63 Hello Brazil, 67 ALOOLA, 71 Dollarphone, 81 Sermatel, 84 BBT, 85 America Net, 91 IP Corp Telecom, 96 Amigo Telecom, 95 Telecom 65, 49 Cambridge.

Resumo dos Tributos Incidentes

Receitas (R\$)	Valor ICMS	Valor ISS	Valor PIS	Valor COFINS
Serviços Telecom	833,33	0,00	16,92	78,12
Serviços Não Telecom	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Tributos	833,33	0,00	16,92	78,12

Nota: Fundamento legal Lei 12.741/2012 e Resolução ANATEL 632/2014

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

NÚMERO DA NF:000.083.463 SÉRIE: U SUB-SÉRIE:02

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGAS
AV HIST RUBENS DE MENDONCA 02254 CJ704 AN7
AMERICAN BUSINESS CEN
JARDIM ACLIMACAO
78050-280 CUIABA - MT

Número do Cliente: 361382597000001
Contrato Agrupador: 505.305.014-3
Contrato Agrupado: 505.305.014-3
CPF/CNPJ: 08.023.921/0001-56
Data de emissão: 01/09/2017

Período de: 26/07/2017 a 25/08/2017
Telefone Agrupador: 65 049 9409
Telefone Agrupado: 65 049 9409
Insc. Estadual: 132587750

Oi S.A

CNPJ: 76.535.764/0329-32 I.E: 13.094.807-1
Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro - SUL CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
Via: Única CFOP:05303
Natureza da Operação: Serviço de Telecomunicações

RESUMO DOS TRIBUTOS

	ICMS	ICMS	ISS
Base de Cálculo	2.604,16	0,00	0,00
Alíquota	32%	0%	0%
Valor	833,33	0,00	0,00

RESERVADO AO FISCO

394D.9188.E80B.0147.1914.B841.6338.3BF6

SERVICOS OI

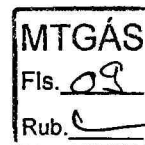
SERVICOS MENSAIS

Sequência	Descrição dos serviços	Dia/Qtde	%Desconto	Alíquota	Valor
1	UTILIZACAO ACESSO IP CORPORATIVO 4 MBPS	30		32% ICMS	2.604,16
2	UTILIZACAO PORTA IP CORPORATIVO 4 MBPS	30		0%	0,00
3	UTILIZACAO PORTA IP CORPORATIVO 4 MBPS	30		0%	0,00
Total SERVICOS MENSAIS					2.604,16

Total Nota Fiscal Oi 2.604,16

Valor a pagar 2.604,16

Ter você como cliente é um privilégio. Obrigado por pagar sua conta em dia.



Oi S.A.

Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro

CEP 78020-902 - Cuiabá - MT

CNPJ Matriz: 76.535.764/0001-43

CNPJ: 76.535.764/0329-32 I.E.: 13.094.807-1

Número do Cliente: 361382597000001

Contrato Agrupador: 505.305.014-3

Contrato Agrupado: 505.305.014-3

CPF/CNPJ: 06.023.921/0001-56

I.E.: 132567750

Período de: 26/07/2017 a 25/08/2017

Telefone Agrupador: 65 049 9409

Telefone Agrupado: 65 049 9409

Fatura: 1709.000084765

Classe: CIRCUITO

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGAS
AV HIST RUBENS DE MENDONCA 02254 CJ704 AN7
AMERICAN BUSINESS CEN
JARDIM ACLIMACAO
78050-280 CUIABA - MT

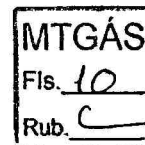
Resumo dos Telefones da Fatura com Nota Fiscal 000.083.463 até 000.083.463

Telefone	N. Fiscal	Valor	Telefone	N. Fiscal	Valor	Telefone	N. Fiscal	Valor
65 049 9409	000.083.463	2.604,16						
Total R\$		2.604,16						



Oi S.A
Período: 26/07/2017 a 25/08/2017

Folha Resumo



Página
000005 de
000006

Oi S.A.
Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro
CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
CNPJ Matriz: 76.535.764/0001-43
CNPJ: 76.535.764/0329-32 I.E: 13.094.807-1

Número do Cliente: 361382597000001
Contrato Agrupador: 505.305.014-3
Contrato Agrupado: 505.305.014-3
CPF/CNPJ: 06.023.921/0001-56
I.E.: 132567750
Período de: 26/07/2017 a 25/08/2017
Telefone Agrupador: 65 049 9409
Telefone Agrupado: 65 049 9409
Fatura: 1709.000084765
Classe: CIRCUITO

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGÁS
AV HIST RUBENS DE MENDONCA 02254 CJ704 AN7
AMERICAN BUSINESS CEN
JARDIM ACLIMACAO
78050-280 CUIABA - MT

Resumo dos Telefones da Fatura com Nota Fiscal 000.084.765 até 000.084.765

Telefone	N. Fiscal	Valor	Telefone	N. Fiscal	Valor	Telefone	N. Fiscal	Valor
65 049 9409	000.084.765	0,00						
Total R\$		0,00						



ESTADO DE MATO GROSSO

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS



MTGÁS
Fls. 11
Rub. _____

MISSÃO: Distribuição de Gás Natural Veicular.

ANEXO IV	
SOLICITAÇÃO DE PAGAMENTO DE SERVIÇO Nº. 201/2017	
NÚCLEO SISTÊMICO SÓCIOECONÔMICO	
SETOR	Gerente Adm. e Financeiro - Mtgás.
REQUISITANTE:	
RESPONSÁVEL:	Luciene Mingarelli .
PROTOCOLO SOB Nº:	529663/2017
OBJETO:	Descrição do processo original serviço a ser pago conforme Ordem de Fornecimento n.º-----2017, PED nº. 17502.0001.17.000337-8, EMPENHO nº. 17502.0001.17.000233-4, NF nº 1709.000084765.

JUSTIFICATIVA CIRCUNSTANCIADA DO PAGAMENTO: Solicitamos o pagamento, do Credor OI S/A, referente à contratação de serviço de internet banda larga, do mês de Setembro/2017, no valor total de R\$ 2.604,16 (dois mil, seiscentos e quatro reais e dezesseis centavos). Dados:

Credor:	2002.17431-1
Forma de Pagamento:	Fatura.
Valor:	R\$ 2.604,16

Cuiabá, 29 de Setembro de 2017.

Assinatura do requisitante: Luciene Mingarelli de Lima Assistente da Diretoria MT Gás	
Recebido em: ____/____/2017	DIRETORIA EXECUTIVA <input checked="" type="checkbox"/> de acordo () desfavorável Emmanuel Almeida de Figueiredo Junior Diretor Presidente MT Gás
Despacho do Ordenador de Despesas: Motivo:	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo () Desfavorável Rafael Silva Reis Diretor Adm. Financeiro MTGás
Observação:	

Av. Hist. Rubens de Mendonça, 2254 – Cj. 1203 Ed. American Business Center
CEP 78050-000 - Cuiabá Mato Grosso - Fone: (65) 3642-4423



LIQ	LIQUIDAÇÃO	17502.0001.17.000257-6
Nº EMP: 17502.0001.17.000233-4		Data do Docº: 29/09/2017
Nº PED: 17502.0001.17.000337-8		Data de pagamento: 29/09/2017
Nº CAD:	Nº NOBLIST:	Nº DOTLIST:
Órgão: 17 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico		
Unidade Orçamentária: 17502 COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS		
Unidade Gestora: 17502.0001 Geral		
Data de Liberação: *** **	Liberador de Pagamento: *** **	
Liquidação Escritural: Não	Regularização: Não	Dotação Orçamentária: 17502.0001.25.122.036.2007.9900.339000000.243.1.1
Elemento de Despesa: 39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA		Elemento - Exercícios Anteriores: *** **
Nº NEX: *** **		
Forma pagamento: Nota de Ordem Bancária (NOB)	Código Bancário: 00777.00500	Banco + Agência + C/C (débito Órgão): 001.3834.000000001010100-4
Pagamento Disponibilidade RP: 001.3834.000000001010100-4	Valor Liquidação: *** 2.604,16	DOIS MIL E SEISCENTOS E QUATRO REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS ***** ***** *****
Histórico: Pagamento ref. prestação de serviço de internet banda larga ref. o mês de setembro 2017, processo nº 529693/2017.		
Código do credor: 2002.17431-1	Credor: OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL	
CPF/CNPJ: 76.535.764/0001-43	Município UF: Rio de Janeiro - RJ	Nº Processo de Pagamento 529693/2017
Forma de Recebimento: Pagamento de Faturas		
Banco + Agência + C/C: *** **		

DADOS DA DIÁRIA

Nº OS: *** **	Data de Início da Viagem: *** **
	Data de Retorno da Viagem: *** **

CONTRATOS E CONVÊNIOS

Nº Contrato: *** **	Término da vigência: *** **
Nº Convênio: *** **	

CONTROLE DO SALDO A LIQUIDAR

Valor total do empenho (R\$) *** 2.604,16	Saldo a liquidar (R\$) *** 2.604,16	Esta liquidação (R\$) *** 2.604,16	Saldo a liquidar atual (R\$) *** 0,00
--	--	---------------------------------------	--

CONTROLE DE SALDO EM LIQUIDAÇÃO

Valor total do empenho (R\$) *** 2.604,16	Saldo em liquidação (R\$) *** 2.604,16	Esta liquidação (R\$) *** 2.604,16	Saldo em liquidação atual (R\$) *** 0,00
--	---	---------------------------------------	---


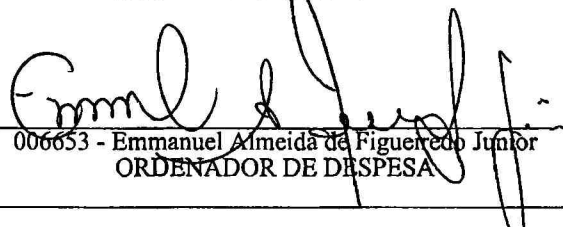


LIQ		LIQUIDAÇÃO		17502.0001.17.000257-6	
OBRIGAÇÕES FISCAIS - CONSIGNAÇÕES					
IRRF (R\$): *** 0,00		ISS município (R\$) *** 0,00		Município: *** **	
INSS (R\$): *** 0,00		MTPREV (R\$): *** 0,00		Outras consignações (R\$): *** 0,00	
Observações: Indicativo de Situação da LIQ: LIQ Normal					

Valor Líquido:	*** 2.604,16	DOIS MIL E SEISCENTOS E QUATRO REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS ***** *****
----------------	--------------	--


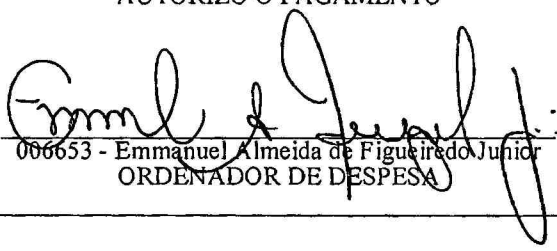
CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA POR SUBELEMENTO		
Natureza Despesa	Descrição	Valor
3.3.90.39.39.073	Serviços com Despesa de Telefone Convencional Fixo	*** 2.604,16
TOTAL DA LIQUIDAÇÃO:		*** 2.604,16



NOB	NOTA DE ORDEM BANCÁRIA	17502.0001.17.000384-7
Data de Emissão: 29/09/2017		
Nº NOBLIST:		Nº DOTLIST:
Unidade Orçamentária: 17502 - COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS		
Unidade Gestora: 0001 - Geral		
Código Bancário: 00777.00500	Banco + Agência + C/C: 001.3834.000000001010100-4	Regularização: Não
		Nº NEX : ***
SOLICITAMOS AO Banco do Brasil S/A CREDITAR AO(S) FAVORECIDO(S) ABAIXO RELACIONADO(S), LEVANDO A DÉBITO DA CONTA Nº 001.3834.000000001010100-4.		
Código do Credor: 2002.17431-1		
Credor: OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL		
CPF/CNPJ: 76.535.764/0001-43		Município UF: Rio de Janeiro RJ
Nº EMP: 17502.0001.17.000233-4		Fonte de Recurso: 243
Nº LIQ: 17502.0001.17.000257-6		
Nº Processo de Pagamento: 529693/2017		Tipo de OB: 38-FAT C/ BARRA
NOB/Fatura Fato 54: Não		
Banco + Agência + C/C:	Valor da Operação (R\$): *** 2.604,16	Valor por Extenso: DOIS MIL E SEISCENTOS E QUATRO REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS *** ***** ***** *****
Os processos acima relacionados foram regularmente liquidados e encontra-se em condição de pagamento.  LUCIENE MINGARELLI LIMA Chefe do Núcleo Setorial de Finanças (NSF)		AUTORIZO O PAGAMENTO  006653 - Emmanuel Almeida de Figueiredo Junior ORDENADOR DE DESPESA
Observações: Situação da NOB: Nota de Ordem Bancária (NOB) Normal Indicativo de Transmissão: Documento eletrônico do Banco do Brasil		

DETALHAMENTO DO PAGAMENTO DA FATURA - CONVÊNIO				
Tipo Fatura	Subtipo Fatura	Código de Barras	Código do Tributo Federal	Data de Vencimento
Com Código de Barras	Convênio	846000000261041600175057305014201704932135000002	*** **	20/09/2017
Valor Total (R\$): 2.604,16		Valor Total por extenso: dois mil e seiscentos e quatro reais e dezesseis centavos		
AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA		*** **		



NOB	NOTA DE ORDEM BANCÁRIA	17502.0001.17.000384-7
Data de Emissão: 29/09/2017		
Nº NOBLIST:		Nº DOTLIST:
Unidade Orçamentária: 17502 - COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS		
Unidade Gestora: 0001 - Geral		
Código Bancário: 00777.00500	Banco + Agência + C/C: 001.3834.000000001010100-4	Regularização: Não
		Nº NEX : ***
SOLICITAMOS AO Banco do Brasil S/A CREDITAR AO(S) FAVORECIDO(S) ABAIXO RELACIONADO(S), LEVANDO A DÉBITO DA CONTA Nº 001.3834.000000001010100-4.		
Código do Credor: 2002.17431-1		
Credor: OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL		
CPF/CNPJ: 76.535.764/0001-43		Município UF: Rio de Janeiro RJ
Nº EMP: 17502.0001.17.000233-4		Fonte de Recurso: 243
Nº LIQ: 17502.0001.17.000257-6		
Nº Processo de Pagamento: 529693/2017		Tipo de OB: 38-FAT C/ BARRA
NOB/Fatura Fato 54: Não		
Banco + Agência + C/C:	Valor da Operação (R\$): *** 2.604,16	Valor por Extenso: DOIS MIL E SEISCENTOS E QUATRO REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS *** ***** *****
Os processos acima relacionados foram regularmente liquidados e encontra-se em condição de pagamento.  LUCIENE MINGARELLI LIMA Chefe do Núcleo Setorial de Finanças (NSF)	AUTORIZO O PAGAMENTO  006653 - Emmanuel Almeida de Figueiredo Junior ORDENADOR DE DESPESA	
Observações: Situação da NOB: Nota de Ordem Bancária (NOB) Normal Indicativo de Transmissão: Documento eletrônico do Banco do Brasil		

DETALHAMENTO DO PAGAMENTO DA FATURA - CONVÊNIO				
Tipo Fatura	Subtipo Fatura	Código de Barras	Código do Tributo Federal	Data de Vencimento
Com Código de Barras	Convênio	846000000261041600175057305014201704932135000002	*** **	20/09/2017
Valor Total (R\$): 2.604,16		Valor Total por extenso: dois mil e seiscientos e quatro reais e dezesseis centavos		
AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA		B595AC26E166BD88		

MT GÁS
COMPANHIA
MATOGROSSENSE
DE GÁS



GOVERNO DE
**MATO
GROSSO**

Proc. nº 529663/2017

Diário - fone

ref. setembro 2017

L



ANEXO II	
SOLICITAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL/SERVIÇO N.º 212/2017	
NÚCLEO SISTÊMICO SÓCIOECONÔMICO	
SETOR REQUISITANTE:	Gerente Adm. e Financeiro – MTGás.
PROTOCOLO SOB N.º:	529663/2017
RESPONSÁVEL:	Luciene Mingarelli de Lima.
OBJETO:	Referente à Telefonia Fixa e Local
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:	17502.2007.9900.33903900.243.
VALOR:	R\$ 498,66

JUSTIFICATIVA CIRCUNSTANCIADA DA DESPESA: Solicitamos a inclusão de PED/EMP global do credor OI S/A, referente à telefonia fixa comutada de longa distância nacional e internacional originados de terminais fixos para atender este Órgão/ MTGás, referente período de 18/07 a 17/08/ 2017, no valor de **R\$ 498,66** (quatrocentos e noventa e oito reais e sessenta e seis centavos) para atender a Companhia.

Credor:	2002.17431-1
Dotação:	3390.3900
UO:	17502
PAOE:	2007 (Regional 9900)
Categoria Econômica:	3- Despesa Corrente
Grupo de Natureza de Despesa:	3- Outras despesas correntes
Modalidade de Aplicação:	90- Aplicações Diretas.
Modalidade de Licitação:	Pregão nº 006/2013
Fonte:	243
Valor:	R\$ 498,66

Cuiabá, 29 de Setembro, 2017.

Assinatura do requisitante:	
 Luciene Mingarelli de Lima Assistente da Diretoria MT Gás	
Recebido em:	DIRETORIA EXECUTIVA: (X) De acordo () Desfavorável
____/____/2017	 Emanuel Almeida de Figueiredo Junior Diretor Presidente MT Gás
Despacho do Ordenador de Despesas: (X) De acordo () Desfavorável	
Motivo: Rafael Silva Reis Diretor Adm. Financeiro MTGás	



SOLICITAÇÃO DE PEDIDO DE EMPENHO Nº 215/2017

Cuiabá/MT, 29/09/2017

PROTOCOLO: 529663/2017

DE: Gerência Adm. e Financeira - Companhia Matogrossense de Gás

(x) PED/EMP () PED RESERVA () ALTERAÇÃO DE PED

ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA: Solicitamos inclusão de PED/EMP ref. Serviço de telefonia fixa e local.
período de Setembro /2017.

COD. CREDOR: 2002.17431-1

NOME: OI S/A

CNPJ: 76.535.764/0001-43

VALOR: R\$ 498,66

TIPO:

() ORDINÁRIO

(X) ESTIMATIVO

() GLOBAL

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

UO	P/A/OE	REGIÃO	NAT. DESPESA	ELEMENTO	FONTE
17502	2007	9900	3190	39	243

MODALIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE, ART. 25, INCISO I

CRD - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO / PAGAMENTOS PREVISTOS

JANEIRO		JULHO	
FEVEREIRO		AGOSTO	
MARÇO		SETEMBRO	R\$ 498,66
ABRIL		OUTUBRO	
MAIO		NOVEMBRO	
JUNHO		DEZEMBRO	
		TOTAL	R\$ 498,66

Atenciosamente,

Luciene Mingarelli de Lima
Coord. Financeira nomeada
Solicitante

Emmanuel A. de Figueiredo Junior
Diretor Presidente - MTGás
De acordo: Ordenador de Despesas



PED	PEDIDO DE EMPENHO	17502.0001.17.000336-1
Data de Solicitação: 28/09/2017		RESERVA DE EMPENHO
Unidade Orçamentária: 17502 - COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS		
Unidade Gestora: 0001 - Geral		
Projeto/Atividade: 2007 - Manutenção de serviços administrativos gerais		
Nº Processo de Pagamento: 529663/2017	Nº NOBLIST: *** **	
Especificação: Pagamento ref. prestação de serviço de telefonia fixa local e longa distancia.		

DEMONSTRATIVO DO SALDO ORÇAMENTÁRIO

Dotação Orçamentária: 17502.0001.25.122.036.2007.9900.339000000.243.1.1		Elemento de Despesa: 39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	
Tipo de Despesa: 7 - Compras e Serviços		Convênio: Não	
Saldo Orc. Anterior (R\$) *** 56.708,99	Valor Total da Reserva (R\$) *** 498,66	Saldo Orc. Atual (R\$) *** 56.210,33	
Tipo de Empenho: Ordinário			
Valor por Extenso: QUATROCENTOS E NOVENTA E OITO REAIS E SESENTA E SEIS CENTAVOS *** **			
Reserva Inicial (R\$):		*** 498,66	
Valor Total - Reforço (R\$):		*** 0,00	
Valor Total - Redução (R\$):		*** 0,00	

DADOS DO CREDOR

Código: 2002.17431-1	Nome: OI S.A.		
Endereço: r do Lavradio, 71			
CPF/ CNPJ/ IG: 76.535.764/0001-43		Insc. Estadual: *** **	RG: *** **

DADOS DA DIÁRIA

Nº OS: *** **	Data de Início da Viagem: *** **
Data de Retorno da Viagem: *** **	

DADOS DO ADIANTAMENTO

Nº CAD: *** **	Data de Solicitação: *** **
-----------------------	------------------------------------

Observações:

Situação do PED: Reserva de Empenho para processo Licitatório



EMP	NOTA DE EMPENHO	17502.0001.17.000232-6
Nº PED: 17502.0001.17.000336-1	Data de Emissão: 29/09/2017	
Nº DOTLIST: *** **	Nº NOBLIST: *** **	
Unidade Orçamentária: 17502 - COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS	Unidade Gestora: 0001 - Geral	
Projeto/Atividade: 2007 - Manutenção de serviços administrativos gerais	Recurso: Normal	Tipo de Empenho: Ordinário
Modalidade de Licitação: Dispensa	Nº Referência Licitação: *** **	Motivo Dispensa Licitação *** **
Nº Convênio *** **	Transferido - Resto a Pagar Não	Nº Processo de Pagamento: 529663/2017

DADOS DO CREDOR

Código: 2002.17431-1	Nome: OI S.A.	
Endereço: r do Lavradio, 71	CEP: 20.230-070	
Bairro: Asa Sul	Município: Rio de Janeiro	UF: RJ
CPF/ CNPJ/ IG: 76.535.764/0001-43	Insc. Estadual: *** **	RG: *** **


DADOS DA DIÁRIA

US: *** **	Data de Início da Viagem: *** **
	Data de Retorno da Viagem: *** **

DADOS DO ADIANTAMENTO

Nº CAD: *** **	Data de Solicitação: *** **
----------------	-----------------------------

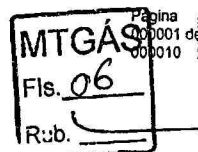
DEMONSTRATIVO DA RESERVA DE EMPENHO

Dotação Orçamentária: 17502.0001.25.122.036.2007.9900.339000000.243.1.1	Elemento de Despesa: 39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
Valor Total do Empenho (R\$): *** 498,66	Valor por Extenso: QUATROCENTOS E NOVENTA E OITO REAIS E SESSENTA E SEIS CENTAVOS *** ** *** **
Histórico: Empenho do PED Nº 17502.0001.17.000336-1 Pagamento ref. prestação de serviço de telefonia fixa local e longa distancia.	
Data de Autorização da Despesa: 29/09/2017	Ordenador de Despesa: Rafael Silva Reis
Responsável pela Execução Orçamentária	 Rafael Silva Reis Ordenador de Despesa
Observações: Situação do EMP: Empenho (EMP) normal Número do documento de estorno:	



OI S.A.
Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro
CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
CNPJ Matríz: 76.535.764/0001-43
CNPJ: 76.535.764/0329-32 I.E: 13.094.807-1

Fatura de Serviços de Telecomunicações



COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGAS
AV HIST RUBENS DE MENDONCA 02254 CJ 704

78050-000 CUIABA - MT

Fatura: 1709.000196522
Contrato Agrupador: 501.220.604-1 - 1ª Via

Demonstrativo da fatura	Valor (R\$)
SERVICOS MENSAIS	203,85
SERVICOS LOCAIS HORARIO NORMAL	0,00
CHAMADAS LOCAIS PARA FIXO	137,37
MEDIA DE CHAMADAS LOCAIS PARA FIXO	0,00
CHAMADAS LOCAIS PARA MOVEL	129,41
CHAMADAS PARA MOVEL	1,58
SERVICOS OI	472,21
ITENS FINANCEIROS	8,29
DOCUMENTO FINANCEIRO	8,29
Valor a pagar	480,50

Quando esta conta foi emitida, existia(m) débito(s) pendente(s) - veja no final da fatura.
Atenção: o pagamento desta conta não quita débitos anteriores.

Oi,

Só a Oi tem móvel, banda larga, fixo, DDD e muito mais. E sua empresa só tem a ganhar: os benefícios continuam os mesmos e, em breve, você terá muitas novidades. Aguarde.
Mais informações? Acesse www.oi.com.br ou fale com seu Consultor.

Data de vencimento: 20/09/2017
Valor de sua conta: 480,50

Número de seu telefone: 65 3642 4423
Mês de referência: setembro 2017
Período: 18/07/2017 a 17/08/2017
Data de emissão: 22/08/2017

ATESTADO

Atestamos que o(s) serviço(s)
foi(ram) executado(s).

Cuiabá-MT 28/09/2017

Marcia Victor de M...
Marcia Victor de M.
Assessora Especial
MT Gás



OI S.A.
Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro
CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
CNPJ Matríz: 76.535.764/0001-43
CNPJ: 76.535.764/0329-32 I.E: 13.094.807-1

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGAS

Número do Telefone: 65 3642 4423
Número da Fatura: 1709.000196522
Sequencial: 501220604 201709 32113

84650000004 3 80500017501 0 22060420170 1 93211300000 8



Data de Vencimento	20/09/2017
Valor a pagar:	480,50
Nº Identificador para Débito Automático: 501.220.604-1	

Proc. Nº 529663/2017

Fique ligado

O débito em conta corrente continua sendo a melhor alternativa pra você. Procure seu banco e cadastre todos os seus telefones.

Boa notícia pra você: agora, a cobrança de chamadas DDD poderá ser feita como você quiser: na sua conta telefônica ou separadamente.

TODOS OS VALORES COBRADOS NESTA FATURA SÃO TRUNCADOS NA SEGUNDA CASA DECIMAL

1331 CENTRAL DE ATENDIMENTO ANATEL AO LIGAR INFORME O NÚMERO DO PROTOCOLO FORNECIDO PELA PRESTADORA

10314 CENTRAL DE RELACIONAMENTO OI

A UTILIZAÇÃO DO SERVIÇO DE PAGAMENTO EM LOTERIA SEM A APRESENTAÇÃO DA FATURA ESTÁ SUJEITA A COBRANÇA PARA MAIS INFORMAÇÕES LIGUE 103 14

CLIENTE BANCO DO BRASIL LIGUE 08007290001 E CONFIRME COM BANCO SE O DÉBITO AUTOMÁTICO SOLICITADO POR VOCE ESTÁ AUTORIZADO E VÁLIDO PARA A FATURA ATUAL SE NÃO ESTIVER AUTORIZADO PARA AS PRÓXIMAS FATURAS E EFETUE O PAGAMENTO DA ATUAL

FIQUE ATENTO EFETUE OS PAGAMENTOS EM DIA E EVITE COBRANÇA DE MULTA DE 2 POR CENTO E JUROS DE 1 POR CENTO AO MÊS PRO RATA DIE

SUSPENSÃO DO SERVIÇO PARCIAL 15 DIAS APÓS ENVIO DA 1 NOTIFICAÇÃO E COM MAIS 30 DIAS SUSPENSÃO TOTAL

DURANTE O PERÍODO DE BLOQUEIO PARCIAL A ASSINATURA DE SUA LINHA SERÁ COBRADA NORMALMENTE DE ACORDO COM OS VALORES CONTRATADOS POIS ELA CONTINUA APTA A RECEBER CHAMADAS

CANCELAMENTO E INCLUSÃO NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO SPC SERASA 30 DIAS APÓS A SUSPENSÃO TOTAL

OI INFORMA QUE A PARTIR DE JULHO 2017 AS OFERTAS DO SEU FIXO BANDA LARGA ANTIVÍRUS BACKUP SERÃO REAJUSTADAS MANTENDO OS DESCONTOS PROMOCIONAIS PREVISTOS EM REGULAMENTO MAIS INFORMAÇÕES EM OICOMBR REAJUSTE

Canais de atendimento à sua empresa
 0800 031 0800 Central de Relacionamento.

102 Auxílio à lista.

Confira sua conta na Internet: www.oi.com.br

Central de Recursos: www.oi.com.br ou 0800 031 0800. Para agilizar o atendimento, tenha em mãos o número do protocolo fornecido pela Central de Relacionamento.
 1331 Central de Atendimento ANATEL (ao ligar, informe o número do protocolo fornecido pela prestadora).

Contribuições: Para o FUST (1%) e FUNTTEL (0.5%) sobre valor dos serviços, não repassados às tarifas.

Valor mínimo do ressarcimento, em caso de interrupção do serviço local: duração da interrupção (em min.) vezes valor da assinatura básica, divididos por 43.200 min. (30 dias).

Os códigos de seleção de prestadoras de longa distância são: 31 Oi, 12 CTBC, 13 Fonar, 14 Oi, 15 Telefônica, 16 Viacom, 17 Transit, 19 Epsilon, 21 Embratel, 23 Intelig, 24 Primeira Escolha, 25 GVT, 26 IDT, 28 Alpamayo, 29 T-Leste, 32 Convergência, 34 ETML, 35 Easytone, 37 Golden Line, 38 TESA, 39 Engevix, 41 TIM, 42 GT Group, 43 Sercomtel, 45 Global Crossing, 46 Hoje Telecom, 47 BT Communications, 53 OSTARA, 57 Itacéu, 58 Voitel, 62 Option, 63 Hello Brazil, 67 ALOOLA, 71 Dollarphone, 81 Sermatel, 84 BBT, 85 America Net, 91 IP Corp Telecom, 96 Amigo Telecom, 65 Telecom 65, 49 Cambridge.

Resumo dos Tributos Incidentes

Receitas (R\$)	Valor ICMS	Valor ISS	Valor PIS	Valor COFINS
Serviços Telecom	127,49	0,00	3,06	14,16
Serviços Não Telecom	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Tributos	127,49	0,00	3,06	14,16

Nota: Fundamento legal Lei 12.741/2012 e Resolução ANATEL 632/2014

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

NÚMERO DA NF:000.193.947 SÉRIE: U SUB-SÉRIE:02

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGAS
AV HIST RUBENS DE MENDONCA 02254 CJ704 AN7
AMERICAN BUSINESS CEN
JARDIM ACLIMACAO
78050-268 CUIABA - MT

Número do Cliente: 361382597000001
Contrato Agrupador: 501.220.604-1
Contrato Agrupado: 501.220.604-1
CPF/CNPJ: 06.023.821/0001-56
Data de emissão: 22/08/2017
Período de: 18/07/2017 a 17/08/2017
Telefone Agrupador: 65 3842 4423
Telefone Agrupado: 65 3842 4423
Inso. Estadual: 132567750

Oi S.A

CNPJ: 76.535.764/0329-32 I.E. 13.094.807-1
Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro - SUL CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
Via: Única CFOP:05303
Natureza da Operação: Serviço de Telecomunicações

RESUMO DOS TRIBUTOS

	ICMS	ICMS	ISS
Base de Cálculo	0,00	217,05	0,00
Alíquota	0%	27%	0%
Valor	0,00	58,60	0,00

RESERVADO AO FISCO

414B.D264.C53F.864E.E1E8.F3EA.53F4.F0C0

SERVICOS OI

SERVICOS MENSAIS

Sequência	Descrição dos serviços	Dia/Qtd	% Desconto	Alíquota	Valor
1	ASSINATURA BASICA NAO RESIDENCIAL	30		27% ICMS	67,95
Total SERVICOS MENSAIS					67,95

SERVICOS LOCAIS HORARIO NORMAL

Sequência	Descrição dos serviços	Data	Minutos Tarifados		Valor
2	CHAM. LOCAIS OI	16/08/2017	MIN. 0000000579,6		
3	CHAM. LOCAIS OUTRAS OPERADORAS	16/08/2017	MIN. 0000000377,2		
Total SERVICOS LOCAIS HORARIO NORMAL					0,00

CHAMADAS LOCAIS PARA FIXO

Sequência	Descrição dos serviços	Data	Minutos Tarifados	Alíquota	Valor
4	TOTAL DE MINUTOS LOCAIS	17/07/2017	MIN. 0000000956,8	0%	0,00
5	FRANQUIA EM MINUTOS	17/07/2017	MIN. 0000000150,0	0%	0,00
6	MINUTOS EXCEDENTES A FRANQUIA	16/08/2017	MIN. 0000000806,8	27% ICMS	85,09
7	DESCONTO MINUTOS EXCEDENTES A FRANQUIA	16/08/2017		27% ICMS	-4,78
Total CHAMADAS LOCAIS PARA FIXO					80,31

MEDIA DE CHAMADAS LOCAIS PARA FIXO

Sequência	Descrição dos serviços	Data	Minutos Tarifados	Alíquota	Valor
8	CHAMADAS HORARIO NORMAL - QUANTIDADE/DURACAO MEDIA	16/08/2017	00000260/000003,6	0%	0,00
Total MEDIA DE CHAMADAS LOCAIS PARA FIXO					0,00

CHAMADAS LOCAIS PARA MOVEL

Sequência	Data	Hora	Duração	Localização	Tarifação	Telefone	Alíquota	Valor
9	18/07/2017	13:30:40	00:00:39	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65999838389	27% ICMS	0,64
10	20/07/2017	15:35:38	00:01:15	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65999870755	27% ICMS	1,19
11	20/07/2017	18:26:56	00:00:17	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65992241044	27% ICMS	0,45
12	21/07/2017	13:53:29	00:00:32	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65998217734	27% ICMS	0,55
13	24/07/2017	14:12:07	00:06:08	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65998594097	27% ICMS	5,59
14	24/07/2017	18:36:33	00:01:57	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65999729081	27% ICMS	1,83
15	25/07/2017	09:43:40	00:00:31	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65999933226	27% ICMS	0,55
16	27/07/2017	13:08:37	00:00:35	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65999114755	27% ICMS	0,55
17	27/07/2017	13:21:56	00:01:20	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65999813659	27% ICMS	1,28
18	28/07/2017	18:18:27	00:02:20	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65996263003	27% ICMS	2,20
19	31/07/2017	17:01:28	00:00:47	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65998139160	27% ICMS	0,73
20	01/08/2017	15:15:08	00:01:03	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65984011820	27% ICMS	1,00
21	02/08/2017	15:36:30	00:00:22	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65999813659	27% ICMS	0,45
22	02/08/2017	15:37:15	00:00:26	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65998139160	27% ICMS	0,45
23	02/08/2017	16:24:48	00:02:46	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65999594097	27% ICMS	2,56
24	02/08/2017	17:54:31	00:08:30	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65981190042	27% ICMS	5,98
25	03/08/2017	13:36:48	00:00:46	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65984750453	27% ICMS	0,73
26	03/08/2017	15:43:06	00:05:02	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65999942132	27% ICMS	4,67
27	03/08/2017	16:02:27	00:00:52	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65999942132	27% ICMS	0,82
28	03/08/2017	17:34:44	00:09:41	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65981472727	27% ICMS	8,90
29	07/08/2017	13:00:24	00:00:34	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65999717570	27% ICMS	0,55
30	10/08/2017	16:13:05	00:00:09	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65998111330	27% ICMS	0,45
31	14/08/2017	13:23:18	00:05:05	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65981191846	27% ICMS	4,87
32	15/08/2017	08:44:29	00:04:24	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65999053770	27% ICMS	4,03
33	15/08/2017	10:14:28	00:14:31	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65992732273	27% ICMS	13,39
34	15/08/2017	15:53:19	00:00:39	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65999727655	27% ICMS	0,64
35	15/08/2017	17:05:16	00:01:18	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65996614010	27% ICMS	1,19

Continua na próxima página



SERVÇOS Oi - Continuação

SERVÇOS Oi

CHAMADAS LOCAIS PARA MOVEL

Sequência	Data	Hora	Duração	Localização	Tarifação	Telefone	Aliquota	Valor
36	16/08/2017	15:56:29	00:01:15	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65992111241	27% ICMS	1,19
Total CHAMADAS LOCAIS PARA MOVEL								67,21

CHAMADAS PARA MOVEL

Sequência	Data	Hora	Duração	Localização	Tarifação	Telefone	Aliquota	Valor
37	25/07/2017	10:31:01	00:01:42	MT-RONDONOPOLIS	VC2	66981143219	27% ICMS	1,58
Total CHAMADAS PARA MOVEL								1,58

Total Nota Fiscal Oi

217,05

DOCUMENTO FINANCEIRO - Nº 000.196.522

ITENS FINANCEIROS

Sequência	Descrição dos serviços	Data	Histórico	% Desconto	Valor
38	ATUALIZACAO DE VALORES	15/08/2017	20170720/20170721		0,04
39	MULTA DE CONTA	15/08/2017	20170720/20170721		2,42
40	MULTA DE CONTA	15/08/2017	20170720/20170721		0,01
Total ITENS FINANCEIROS					2,47

Total Documento Financeiro

2,47

Valor a pagar

219,52

Quando esta conta foi emitida, o débito total em atraso deste terminal era de R\$ 188,62.
Caso o pagamento já tenha sido feito, favor desconsidere esta mensagem. Caso contrário ligue 0800 031 0800.
Lembramos que na falta do pagamento, os serviços serão suspensos.

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

NÚMERO DA NF:000.193.949 SÉRIE: U SUB-SÉRIE:02

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGAS
AV HISTORIADOR R DE MENDONCA 02254 CJ704
BOSQUE DA SAUDE EDIFICIO AMERICA BUSINESS
CENTER
78050-280 CUIABA - MT

Número do Cliente: 361382597000001
Contrato Agrupador: 501.220.604-1
Contrato Agrupado: 501.235.204-8
CPF/CNPJ: 06.023.921/0001-56
Data de emissão: 22/08/2017
Período de: 18/07/2017 a 17/08/2017
Telefone Agrupador: 65 3842 4423
Telefone Agrupado: 65 3842 6115
Insc. Estadual: 132567750

Oi S.A

CNPJ: 76.535.764/0329-32 I.E: 13.094.807-1
Rua Barão de Melgão, 3209 - Centro - SUL CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
Via: Única CFOP:05303
Natureza da Operação: Serviço de Telecomunicações

RESUMO DOS TRIBUTOS

	ICMS	ICMS	ISS
Base de Cálculo	0,00	187,21	0,00
Alíquota	0%	27%	0%
Valor	0,00	50,54	0,00

RESERVADO AO FISCO

46D4.7372.33AC.2029.6DC6.B201.A80B.8466

SERVICOS OI

SERVICOS MENSAIS

Sequência	Descrição dos serviços	Data/Qtde	% Desconto	Alíquota	Valor
1	ASSINATURA BASICA NAO RESIDENCIAL	30		27% ICMS	67,95
	Total SERVICOS MENSAIS				67,95

SERVICOS LOCAIS HORARIO NORMAL

Sequência	Descrição dos serviços	Data	Minutos Tarifados		Valor
2	CHAM. LOCAIS OI	16/08/2017	MIN. 0000000502,0		
3	CHAM. LOCAIS OUTRAS OPERADORAS	16/08/2017	MIN. 0000000223,5		
	Total SERVICOS LOCAIS HORARIO NORMAL				0,00

CHAMADAS LOCAIS PARA FIXO

Sequência	Descrição dos serviços	Data	Minutos Tarifados	Alíquota	Valor
4	TOTAL DE MINUTOS LOCAIS	17/07/2017	MIN. 0000000725,5	0%	0,00
5	FRANQUIA EM MINUTOS	17/07/2017	MIN. 0000000150,0	0%	0,00
6	MINUTOS EXCEDENTES A FRANQUIA	18/08/2017	MIN. 0000000575,5	27% ICMS	60,46
7	DESCONTO MINUTOS EXCEDENTES A FRANQUIA	16/08/2017		27% ICMS	-3,40
	Total CHAMADAS LOCAIS PARA FIXO				57,06

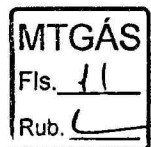
MEDIA DE CHAMADAS LOCAIS PARA FIXO

Sequência	Descrição dos serviços	Data	Minutos Tarifados	Alíquota	Valor
8	CHAMADAS HORARIO NORMAL - QUANTIDADE/DURACAO MEDIA	16/08/2017	00000262/000002,7	0%	0,00
	Total MEDIA DE CHAMADAS LOCAIS PARA FIXO				0,00

CHAMADAS LOCAIS PARA MOVEL

Sequência	Data	Hora	Duração	Localização	Tarifação	Telefone	Alíquota	Valor
9	18/07/2017	13:44:43	00:01:23	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65984011820	27% ICMS	1,28
10	18/07/2017	16:51:50	00:00:24	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65984011820	27% ICMS	0,45
11	21/07/2017	17:17:25	00:00:20	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65999730763	27% ICMS	0,45
12	24/07/2017	13:08:21	00:01:12	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65999594097	27% ICMS	1,10
13	24/07/2017	14:29:57	00:01:34	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65999594097	27% ICMS	1,48
14	25/07/2017	11:14:40	00:02:44	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65992466779	27% ICMS	2,66
15	26/07/2017	16:44:01	00:00:30	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65999813659	27% ICMS	0,45
16	26/07/2017	16:46:39	00:01:51	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65998030083	27% ICMS	1,74
17	26/07/2017	16:49:13	00:00:54	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65998139160	27% ICMS	0,82
18	26/07/2017	16:51:41	00:00:32	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65996917148	27% ICMS	0,65
19	27/07/2017	13:05:01	00:00:48	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65999251586	27% ICMS	0,73
20	27/07/2017	13:20:47	00:00:27	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65998030083	27% ICMS	0,45
21	28/07/2017	15:12:02	00:01:10	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65996917148	27% ICMS	1,10
22	31/07/2017	16:55:11	00:04:58	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65999481151	27% ICMS	4,58
23	01/08/2017	13:37:11	00:00:50	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65999933228	27% ICMS	0,82
24	01/08/2017	13:57:42	00:01:41	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65992894515	27% ICMS	1,55
25	01/08/2017	17:10:15	00:03:23	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65996909034	27% ICMS	3,11
26	02/08/2017	16:01:39	00:02:02	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65984011820	27% ICMS	1,92
27	03/08/2017	11:44:03	00:07:52	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65992732273	27% ICMS	7,24
28	03/08/2017	13:23:42	00:01:10	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65981142451	27% ICMS	1,10
29	03/08/2017	16:28:28	00:01:09	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65999431510	27% ICMS	1,10
30	04/08/2017	17:54:15	00:03:05	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65999366295	27% ICMS	2,84
31	07/08/2017	12:59:35	00:00:24	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65999251586	27% ICMS	0,45
32	07/08/2017	18:14:37	00:10:43	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65999498540	27% ICMS	9,80

Continua na próxima página



SERVICOS OI - Continuação

SERVICOS OI

CHAMADAS LOCAIS PARA MOVEL

Sequência	Data	Hora	Duração	Localização	Tarifação	Telefone	Alíquota	Valor
33	08/08/2017	14:50:43	00:03:35	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65984750453	27% ICMS	3,30
34	14/08/2017	15:27:08	00:00:16	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65999481151	27% ICMS	0,45
35	14/08/2017	17:08:07	00:01:02	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65999813659	27% ICMS	1,00
36	14/08/2017	17:12:20	00:00:52	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65999652612	27% ICMS	0,82
37	14/08/2017	17:18:42	00:01:12	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65998139160	27% ICMS	1,10
38	15/08/2017	15:37:20	00:05:04	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65996909034	27% ICMS	4,67
39	15/08/2017	17:07:50	00:00:33	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65996614010	27% ICMS	0,55
40	16/08/2017	14:40:01	00:02:43	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65984011820	27% ICMS	2,56
Total CHAMADAS LOCAIS PARA MOVEL								62,20

Total Nota Fiscal OI

187,21

DOCUMENTO FINANCEIRO - N° 000.196.524

ITENS FINANCEIROS

Sequência	Descrição dos serviços	Data	Histórico	% Desconto	Valor
41	ATUALIZACAO DE VALORES	15/08/2017	20170720/20170721		0,07
42	MULTA DE CONTA	15/08/2017	20170720/20170721		4,23
43	MULTA DE CONTA	15/08/2017	20170720/20170721		0,14
Total ITENS FINANCEIROS					4,44

Total Documento Financeiro

4,44

Valor a pagar

191,65

Quando esta conta foi emitida, o débito total em atraso deste terminal era de R\$ 214,73.
Caso o pagamento já tenha sido feito, favor desconsidere esta mensagem. Caso contrário ligue 0800 031 0800.
Lembramos que na falta do pagamento, os serviços serão suspensos.

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

NÚMERO DA NF:000.193.948 SÉRIE: U SUB-SÉRIE:02

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGAS
AV HISTORIADOR R DE MENDONÇA 02254 CJ704
BOSQUE DA SAUDE EDIFICIO AMERICA BUSINESS
CENTER
78050-280 CUIABA - MT

Número do Cliente: 361382597000001 Período de: 18/07/2017 a 17/08/2017
Contrato Agrupador: 501.220.604-1 Telefone Agrupador: 65 3642 4423
Contrato Agrupado: 501.235.202-1 Telefone Agrupado: 65 3642 6226
CPF/CNPJ: 08.023.921/0001-56 Insc. Estadual: 132567750
Data de emissão: 22/08/2017

Oi S.A

CNPJ: 76.535.764/0329-32 I.E: 13.094.807-1
Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro - SUL CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
Via: Única CFOP:05303
Natureza da Operação: Serviço de Telecomunicações

RESUMO DOS TRIBUTOS

	ICMS	ICMS	ISS
Base de Cálculo	0,00	67,95	0,00
Alíquota	0%	27%	0%
Valor	0,00	18,34	0,00

RESERVADO AO FISCO

F552.E434.9276.BE27.CD36.3283.D374.3B55

SERVICOS OI

SERVICOS MENSAIS

Sequência	Descrição dos serviços	Dia/Qtd	% Desconto	Alíquota	Valor
1	ASSINATURA BASICA NAO RESIDENCIAL	30		27% ICMS	67,95
	Total SERVICOS MENSAIS				67,95

Total Nota Fiscal Oi 67,95

DOCUMENTO FINANCEIRO - N° 000.196.523

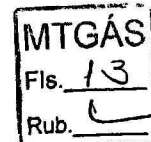
ITENS FINANCEIROS

Sequência	Descrição dos serviços	Data	Histórico	% Desconto	Valor
2	ATUALIZACAO DE VALORES	15/08/2017	20170720/20170721		0,02
3	MULTA DE CONTA	15/08/2017	20170720/20170721		1,36
4	SERVICO BUSCA AUTOMATICA	17/08/2017			0,00
	Total ITENS FINANCEIROS				1,38

Total Documento Financeiro 1,38

Valor a pagar 69,33

Quando esta conta foi emitida, o débito total em atraso deste terminal era de R\$ 67,95.
Caso o pagamento já tenha sido feito, favor desconsiderar esta mensagem. Caso contrário ligue 0800 031 0800.
Lembramos que na falta do pagamento, os serviços serão suspensos.



Oi S.A.
Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro
CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
CNPJ Matriz: 76.535.764/0001-43
CNPJ: 76.535.764/0329-32 I.E: 13.094.807-1

Número do Cliente: 361382597000001
Contrato Agrupador: 501.220.604-1
Contrato Agrupado: 501.220.604-1
CPF/CNPJ: 08.023.921/0001-56
I.E.: 132567750
Período de: 18/07/2017 a 17/08/2017
Telefone Agrupador: 65 3642 4423
Telefone Agrupado: 65 3642 6226
Fatura: 1709.000196522
Classe: NAO RESIDENCIAL

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGAS
AV HIST RUBENS DE MENDONCA 02254 CJ704 AN7
AMERICAN BUSINESS CEN
JARDIM ACLIMACAO
78050-268 CUIABA - MT

Resumo dos Telefones da Fatura com Nota Fiscal 000.193.947 até 000.193.949

Telefone	N. Fiscal	Valor	Telefone	N. Fiscal	Valor	Telefone	N. Fiscal	Valor
65 3642 4423	000.193.947	217,05	65 3642 6115	000.193.949	187,21	65 3642 6226	000.193.948	67,95
Total R\$		472,21						



Oi S.A.
Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro
CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
CNPJ Matriz: 76.535.764/0001-43
CNPJ: 76.535.764/0329-32 I.E.: 13.094.807-1

Número do Cliente: 361382597000001 Período de: 18/07/2017 a 17/08/2017
Contrato Agrupador: 501.220.604-1 Telefone Agrupador: 65 3642 4423
Contrato Agrupado: 501.220.604-1 Telefone Agrupado: 65 3642 6226
CPF/CNPJ: 06.023.921/0001-58 Fatura: 1709.000196522
I.E.: 132567750 Classe: NAO RESIDENCIAL

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGAS
AV HIST RUBENS DE MENDONCA 02254 CJ704 AN7
AMERICAN BUSINESS CEN
JARDIM ACLIMACAO
78050-268 CUIABA - MT

Resumo dos Telefones da Fatura com Nota Fiscal 000.196.522 até 000.196.524

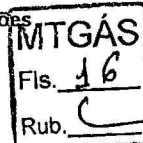
Telefone	N. Fiscal	Valor	Telefone	N. Fiscal	Valor	Telefone	N. Fiscal	Valor
65 3642 4423	000.196.522	2,47	65 3642 6115	000.196.524	4,44	65 3642 6226	000.196.523	1,38
Total R\$		8,29						

MTGÁS
Fls. <u>15</u>
Rub. <u>✓</u>



Oi S.A.
Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro
CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
CNPJ Matriz: 76.535.764/0001-43
CNPJ: 76.535.764/0329-32 I.E: 13.094.807-1

Fatura de Serviços de Telecomunicações



Página
000001 de
000008



COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGÁS
AV HIST RUBENS DE MENDONCA 02254 CJ704 AN7 AMERICAN BUSINESS CEN
JARDIM ACLIMACAO
78050-268 CUIABA - MT

Fatura: 1709.000204439
Contrato Agrupador: 501.220.604-1 - 1ª Via

Demonstrativo da fatura	Valor (R\$)
INTERURBANOS	18,16
SERVICOS Oi	18,16
Valor a pagar	18,16

Quando esta conta foi emitida, existia(m) débito(s) pendente(s) - veja no final da fatura.
Atenção: o pagamento desta conta não quita débitos anteriores.

Oi,

Só a Oi tem móvel, banda larga, fixo, DDD e muito mais. E sua empresa só tem a ganhar: os benefícios continuam os mesmos e, em breve, você terá muitas novidades. Aguarde.
Mais informações? Acesse www.oi.com.br ou fale com seu Consultor.

Data de vencimento: 20/09/2017
Valor de sua conta: 18,16

Número de seu telefone: 65 3642 4423
Mês de referência: setembro 2017
Período: 18/07/2017 a 17/08/2017
Data de emissão: 22/08/2017

ATESTADO

Atestamos que o(s) serviço(s)
foi(ram) executado(s).

Cuiabá-MT

28/09/2017

Marcia Victor de Matos
Assessora Especial

MT Gás

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGÁS

Número do Telefone: 65 3642 4423
Número da Fatura: 1709.000204439
Sequencial: 501220604 201709 35112



Oi S.A.
Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro
CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
CNPJ Matriz: 76.535.764/0001-43
CNPJ: 76.535.764/0329-32 I.E: 13.094.807-1

84630000000 3 18160017501 0 22060420170 1 93511200000 2



Data de Vencimento 20/09/2017
Valor a pagar: 18,16

Nº Identificador para Débito Automático: 501.220.604-1

Fique ligado

O débito em conta corrente continua sendo a melhor alternativa pra você. Procure seu banco e cadastre todos os seus telefones.

Boa notícia pra você: agora, a cobrança de chamadas DDD poderá ser feita como você quiser: na sua conta telefônica ou separadamente.

Canais de atendimento à sua empresa
 0800 031 0800 Central de Relacionamento

102 Auxílio à lista.

Confira sua conta na Internet: www.oi.com.br

Central de Recursos: www.oi.com.br ou 0800 031 0800. Para agilizar o atendimento, tenha em mãos o número do protocolo fornecido pela Central de Relacionamento.
 1331 Central de Atendimento ANATEL (ao ligar, informe o número do protocolo fornecido pela prestadora).

Contribuições: Para o FUST (1%) e FUNTTEL (0.5%) sobre valor dos serviços, não repassados às tarifas.

Valor mínimo do ressarcimento, em caso de interrupção do serviço local: duração da interrupção (em min.) vezes valor da assinatura básica, divididos por 43.200 min.(30 dias)

Os códigos de seleção de prestadoras de longa distância são: 31 Oi, 12 CTBC, 13 Fonar, 14 Oi, 15 Telefônica, 16 Viacom, 17 Transit, 19 Epsilon, 21 Embratel, 23 Intelig, 24 Primeira Escolha, 25 GVT, 26 IDT, 28 Alpamayo, 29 T-Leste, 32 Convergla, 34 ETML, 35 Easytone, 37 Golden Line, 38 TESA, 39 Engevex, 41 TIM, 42 GT Group, 43 Sercomtel, 45 Global Crossing, 46 Hoje Telecom, 47 BT Communications, 53 OSTARA, 57 Itacéu, 58 Voitel, 62 Option, 63 Hello Brazil, 67 ALOOLA, 71 Dollarphone, 81 Sermatel, 84 BBT, 85 America Net, 91 IP Corp Telecom, 96 Amigo Telecom, 65 Telecom 65, 49 Cambridge.

Resumo dos Tributos Incidentes

Receitas (R\$)	Valor ICMS	Valor ISS	Valor PIS	Valor COFINS
Serviços Telecom	4,90	0,00	0,11	0,54
Serviços Não Telecom	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Tributos	4,90	0,00	0,11	0,54

Nota: Fundamento legal Lei 12.741/2012 e Resolução ANATEL 632/2014

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

NÚMERO DA NF:000.201.847 SÉRIE: U SUB-SÉRIE:02

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGAS
AV HIST RUBENS DE MENDONCA 02254 CJ704 AN7
AMERICAN BUSINESS CEN
JARDIM ACLIMACAO
78050-268 CUIABA - MT

Número do Cliente: 361382597000001 Período de: 18/07/2017 a 17/08/2017
Contrato Agrupador: 501.220.604-1 Telefone Agrupador: 65 3642 4423
Contrato Agrupado: 501.220.604-1 Telefone Agrupado: 65 3642 4423
CPF/CNPJ: 06.023.921/0001-56 Insc. Estadual: 132567750
Data de emissão: 22/08/2017

OI S.A

CNPJ: 78.535.764/0329-32 I.E: 13.094.807-1
Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro - SUL CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
Via: Única CFOP:05303
Natureza da Operação: Serviço de Telecomunicações

RESUMO DOS TRIBUTOS

	ICMS	ICMS	ISS
Base de Cálculo	0,00	8,26	0,00
Alíquota	0%	27%	0%
Valor	0,00	2,23	0,00

RESERVADO AO FISCO

1DE6.B0CF.D2A2.8D17.F3B6.EDD7.06BE.330A

SERVIÇOS OI

INTERURBANOS

Sequência	Data	Hora	Duração	Localização	Tarifação	Telefone	Alíquota	Valor
1	31/07/2017	14:55:39	00:03:42	MT-TESOURO	DIF	6634351118	27% ICMS	0,91
2	03/08/2017	15:36:00	00:03:14	GO-MINEIROS	DIF	6436725600	27% ICMS	0,81
3	11/08/2017	16:25:34	00:00:08	MT-NOVA GUARITA	DIF	6635741404	27% ICMS	0,12
4	14/08/2017	15:34:27	00:06:22	SP-SAO PAULO	DIF	1121976500	27% ICMS	8,42
Total INTERURBANOS								8,26

Total Nota Fiscal OI

8,26

Valor a pagar

8,26

Quando esta conta foi emitida, o débito total em atraso deste terminal era de R\$ 188,62.
Caso o pagamento já tenha sido feito, favor desconsidere esta mensagem. Caso contrário ligue 0800 031 0800.
Lembramos que na falta do pagamento, os serviços serão suspensos.

Oi S.A
Período: 18/07/2017 a 17/08/2017

MTGÁS
Fls. <u>19</u>
Rub. <u> </u>

Página
000004 de
000008



Oi S.A
Período: 18/07/2017 a 17/08/2017



Página
000005 de
000008

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

NÚMERO DA NF:000.201.848 SÉRIE: U SUB-SÉRIE:02

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGAS
AV HISTORIADOR R DE MENDONCA 02254 CJ704
BOSQUE DA SAUDE EDIFICIO AMERICA BUSINESS
CENTER
78050-280 CUIABA - MT

Número do Cliente: 361382597000001 Período de: 18/07/2017 a 17/08/2017
Contrato Agrupador: 501.220.604-1 Telefone Agrupador: 65 3642 4423
Contrato Agrupado: 501.235.204-8 Telefone Agrupado: 65 3642 6115
CPF/CNPJ: 06.023.921/0001-56 Insc. Estadual: 132567750
Data de emissão: 22/08/2017

Oi S.A

CNPJ: 76.535.764/0329-32 I.E: 13.094.807-1
Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro - SUL CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
Via: Única CFOP:05303
Natureza da Operação: Serviço de Telecomunicações

RESUMO DOS TRIBUTOS

	ICMS	ICMS	ISS
Base de Cálculo	0,00	9,90	0,00
Alíquota	0%	27%	0%
Valor	0,00	2,67	0,00

RESERVADO AO FISCO

1685.350A.9A41.D092.6435.98DC.727F.4658

SERVICOS OI

INTERURBANOS

Sequência	Data	Hora	Duração	Localização	Tarifação	Telefone	Alíquota	Valor
1	04/08/2017	13:54:13	00:02:35	MT-CHAPADA DOS GUIMARAES	NOR	6533015200	27% ICMS	0,64
2	09/08/2017	18:27:22	00:04:41	MS-CAMPO GRANDE	DIF	8733122400	27% ICMS	1,16
3	10/08/2017	14:35:35	00:06:37	SP-SAO PAULO	DIF	1122950044	27% ICMS	6,72
4	15/08/2017	14:48:22	00:05:35	MT-CHAPADA DOS GUIMARAES	DIF	6533015200	27% ICMS	1,38
Total INTERURBANOS								9,90

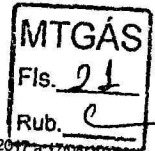
Total Nota Fiscal Oi

9,90

Valor a pagar

9,90

Quando esta conta foi emitida, o débito total em atraso deste terminal era de R\$ 214,73.
Caso o pagamento já tenha sido feito, favor desconsidere esta mensagem. Caso contrário ligue 0800 031 0800.
Lembramos que na falta do pagamento, os serviços serão suspensos.



Oi S.A.
Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro
CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
CNPJ Matriz: 76.535.764/0001-43
CNPJ: 76.535.764/0329-32 I.E: 13.094.807-1

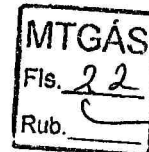
Número do Cliente: 361382587000001
Contrato Agrupador: 501.220.804-1
Contrato Agrupado: 501.220.804-1
CPF/CNPJ: 08.023.921/0001-56
I.E.: 132587750
Período de: 18/07/2017 a 17/08/2017
Telefone Agrupador: 65 3842 4423
Telefone Agrupado: 65 3842 6115
Fatura: 1709.000204439
Classe: NAO RESIDENCIAL

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGAS
AV HIST RUBENS DE MENDONCA 02254 CJ704 AN7
AMERICAN BUSINESS CEN
JARDIM ACLIMACAO
78050-268 CUIABA - MT

Resumo dos Telefones da Fatura com Nota Fiscal 000.201.847 até 000.201.848					
Telefone	N. Fiscal	Valor	Telefone	N. Fiscal	Valor
65 3842 4423	000.201.847	8,28	65 3842 6115	000.201.848	9,90
Total R\$		18,16			



Oi S.A
Período: 18/07/2017 a 17/08/2017 Folha Resumo



Página
000007 de
000008

Oi S.A.
Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro
CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
CNPJ Matriz: 76.535.764/0001-43
CNPJ: 76.535.764/0329-32 I.E: 13.094.807-1

Número do Cliente: 361382597000001
Contrato Agrupador: 501.220.604-1
Contrato Agrupador: 501.220.604-1
CPF/CNPJ: 06.023.921/0001-58
I.E.: 132567750
Período de: 18/07/2017 a 17/08/2017
Telefone Agrupador: 65 3642 4423
Telefone Agrupador: 65 3642 6115
Fatura: 1709.000204439
Classe: NAO RESIDENCIAL

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGAS
AV HIST RUBENS DE MENDONCA 02254 CJ704 AN7
AMERICAN BUSINESS CEN
JARDIM ACLIMACAO
78050-268 CUIABA - MT

Resumo dos Telefones da Fatura com Nota Fiscal 000.204.439 até 000.204.440								
Telefone	N. Fiscal	Valor	Telefone	N. Fiscal	Valor	Telefone	N. Fiscal	Valor
65 3642 4423	000.204.439	0,00	65 3642 6115	000.204.440	0,00			
Total R\$		0,00						

MTGÁS
Fls. 23
Rub.

Página
000006 de
000008



ESTADO DE MATO GROSSO

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS



MTGÁS
Fls. 24
Rubr.

MISSÃO: Distribuição de Gás Natural Veicular.

ANEXO IV	
SOLICITAÇÃO DE PAGAMENTO DE SERVIÇO Nº. 200/2017	
NÚCLEO SISTÊMICO SÓCIOECONÔMICO	
SETOR	Gerente Adm. e Financeiro - Mtgás.
REQUISITANTE:	
RESPONSÁVEL:	Luciene Mingarelli de Lima.
PROTOCOLO SOB Nº:	529663/2017
OBJETO:	Descrição do processo original serviço a ser pago conforme Ordem de Fornecimento n.º-----2017, PED nº. 17502.0001.17000336-1 EMPENHO nº. 17502.0001.17.000232-6 NF nº 1709.000196522 e 1709.000204439.

JUSTIFICATIVA CIRCUNSTANCIADA DO PAGAMENTO: Solicitamos o pagamento, do Credor OI S/A, referente à contratação de serviço telefônico fixo comutado de longa distancia nacional e serviços telefônicos comutado de longa distância nacional e internacional, do mês de Setembro/2017, no valor total de R\$ 498,66 (quatrocentos e noventa e oito reais e sessenta e seis centavos). Dados:

Credor:	2002.17431-1
Forma de Pagamento:	Fatura.
Valor:	R\$ 498,66

Cuiabá, 29 de Setembro de 2017.

Assinatura do requisitante:	
 Luciene Mingarelli de Lima Assistente da Diretoria MT Gás	
Recebido em:	DIRETORIA EXECUTIVA: (x) de acordo () desfavorável
____/____/2017	 Emmanuel Almeida de Figueiredo Junior Diretor Presidente MT Gás
Despacho do Ordenador de Despesas:	(x) De acordo () Desfavorável
Motivo:	 Rafael Silva Reis Diretor Adm. Financeiro MTGás
Observação:	

Av. Hist. Rubens de Mendonça, 2254 Cj. 1203 – Ed. American Business Center
CEP 78050-000 - Cuiabá Mato Grosso - Fone: (65) 3642-4423



LIQ		LIQUIDAÇÃO		17502.0001.17.000259-2	
Nº EMP: 17502.0001.17.000232-6			Data do Doctº: 29/09/2017		
Nº PED: 17502.0001.17.000336-1			Data de pagamento: 29/09/2017		
Nº CAD:		Nº NOBLIST:		Nº DOTLIST:	
Órgão: 17 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico					
Unidade Orçamentária: 17502 COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS					
Unidade Gestora: 17502.0001 Geral					
Data de Liberação: *** ** *		Liberador de Pagamento: *** ** *			
Liquidação Escritural: Não		Regularização: Não		Dotação Orçamentária: 17502.0001.25.122.036.2007.9900.339000000.243.1.1	
Elemento de Despesa: 39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA			Elemento - Exercícios Anteriores: *** ** *		
Nº NEX: *** ** *					
Forma pagamento: Nota de Ordem Bancária (NOB)		Código Bancário: 00777.00500		Banco + Agência + C/C (débito Órgão): 001.3834.000000001010100-4	
Pagamento Disponibilidade RP: 001.3834.000000001010100-4			Valor Liquidação: *** 498,66		QUATROCENTOS E NOVENTA E OITO REAIS E SESSENTA E SEIS CENTAVOS *** ** * *** ** *

Histórico:

Pagamento mref.prestação de serviços de telefonia fixa local e longa distancia ref. o mês de setembro 2017. processo nº 529663/2017.

Código do credor: 2002.17431-1	Credor: OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL
CPF/CNPJ: 76.535.764/0001-43	Município UF: Rio de Janeiro - RJ
Nº Processo de Pagamento 529663/2017	

Forma de Recebimento: Pagamento de Faturas

Banco + Agência + C/C: *** ** *

DADOS DA DIÁRIA

Nº OS: *** ** *	Data de Início da Viagem: *** ** *
Data de Retorno da Viagem: *** ** *	

CONTRATOS E CONVÊNIOS

Nº Contrato: *** ** *	Término da vigência: *** ** *
Nº Convênio: *** ** *	

CONTROLE DO SALDO A LIQUIDAR

Valor total do empenho (R\$) *** 498,66	Saldo a liquidar (R\$) *** 498,66	Esta liquidação (R\$) *** 498,66	Saldo a liquidar atual (R\$) *** 0,00
--	--------------------------------------	-------------------------------------	--

CONTROLE DE SALDO EM LIQUIDAÇÃO

Valor total do empenho (R\$) *** 498,66	Saldo em liquidação (R\$) *** 498,66	Esta liquidação (R\$) *** 498,66	Saldo em liquidação atual (R\$) *** 0,00
--	---	-------------------------------------	---



LIQ	LIQUIDAÇÃO	17502.0001.17.000259-2
OBRIGAÇÕES FISCAIS - CONSIGNAÇÕES		
IRRF (R\$): *** 0,00	ISS município (R\$) *** 0,00	Município: *** ** *
INSS (R\$): *** 0,00	MTPREV (R\$): *** 0,00	Outras consignações (R\$): *** 0,00
Observações: Indicativo de Situação da LIQ:LIQ Normal		

Valor Líquido: *** 498,66	QUATROCENTOS E NOVENTA E OITO REAIS E SESSENTA E SEIS CENTAVOS *** ** *
------------------------------	---

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA POR SUBELEMENTO		
Natureza Despesa	Descrição	Valor
3.3.90.39.39.073	Serviços com Despesa de Telefone Convencional Fixo	*** 498,66
TOTAL DA LIQUIDAÇÃO:		*** 498,66



NOB	NOTA DE ORDEM BANCÁRIA	17502.0001.17.000382-
Data de Emissão: 29/09/2017		
Nº NOBLIST:		Nº DOTLIST:
Unidade Orçamentária: 17502 - COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS		
Unidade Gestora: 0001 - Geral		
Código Bancário: 00777.00500	Banco + Agência + C/C: 001.3834.000000001010100-4	Regularização: Não
		Nº NEX : ***
SOLICITAMOS AO Banco do Brasil S/A CREDITAR AO(S) FAVORECIDO(S) ABAIXO RELACIONADO(S), LEVANDO A DÉBITO DA CONTA Nº 001.3834.000000001010100-4.		
Código do Credor: 2002.17431-1		
Credor: OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL		
CPF/CNPJ: 76.535.764/0001-43		Município UF: Rio de Janeiro RJ
Nº EMP: 17502.0001.17.000232-6		Fonte de Recurso: 243
Nº LIQ: 17502.0001.17.000259-2		
Nº Processo de Pagamento: 529663/2017		Tipo de OB: 38-FAT C/ BARRA
NOB/Fatura Fato 54: Não		
Banco + Agência + C/C:	Valor da Operação (R\$): *** 18,16	Valor por Extenso: DEZOITO REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS *** ***** ***** *****
Os processos acima relacionados foram regularmente liquidados e encontra-se em condição de pagamento.		AUTORIZO O PAGAMENTO
 LUCIENE MINGARELLI LIMA Chefe do Núcleo Setorial de Finanças (NSF)		 006653 - Emmanuel Almeida de Figueiredo Junior ORDENADOR DE DESPESA
Observações: Situação da NOB: Nota de Ordem Bancária (NOB) Normal Indicativo de Transmissão: Documento eletrônico do Banco do Brasil		

DETALHAMENTO DO PAGAMENTO DA FATURA - CONVÊNIO				
Tipo Fatura	Subtipo Fatura	Código de Barras	Código do Tributo Federal	Data de Vencimento
Com Código de Barras	Convênio	846300000003181600175010220604201701935112000002	*****	20/09/2017
Valor Total (R\$): 18,16		Valor Total por extenso: dezoito reais e dezesseis centavos		
AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA		*****		



NOB	NOTA DE ORDEM BANCÁRIA	17502.0001.17.000383-
Data de Emissão: 29/09/2017		
Nº NOBLIST:		Nº DOTLIST:
Unidade Orçamentária: 17502 - COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS		
Unidade Gestora: 0001 - Geral		
Código Bancário: 00777.00500	Banco + Agência + C/C: 001.3834.000000001010100-4	Regularização: Não
		Nº NEX : ***
SOLICITAMOS AO Banco do Brasil S/A CREDITAR AO(S) FAVORECIDO(S) ABAIXO RELACIONADO(S), LEVANDO A DÉBITO DA CONTA Nº 001.3834.000000001010100-4.		
Código do Credor: 2002.17431-1		
Credor: OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL		
CPF/CNPJ: 76.535.764/0001-43		Município UF: Rio de Janeiro RJ
Nº EMP: 17502.0001.17.000232-6		Fonte de Recurso: 243
LIQ: 17502.0001.17.000259-2		
Nº Processo de Pagamento: 529663/2017		Tipo de OB: 38-FAT C/ BARRA
NOB/Fatura Fato 54: Não		
Banco + Agência + C/C:	Valor da Operação (R\$): *** 480,50	Valor por Extenso: QUATROCENTOS E OITENTA REAIS E CINQUENTA CENTAVOS ** *** ** *** ** *** **
Os processos acima relacionados foram regularmente liquidados e encontra-se em condição de pagamento. LUCIENE MINGARELLI LIMA Chefe do Núcleo Setorial de Finanças (NSF)		Autorizo o pagamento 006653 - Emmanuel Almeida de Figueiredo Junior ORDENADOR DE DESPESA
Observações: Situação da NOB: Nota de Ordem Bancária (NOB) Normal Indicativo de Transmissão: Documento eletrônico do Banco do Brasil		

DETALHAMENTO DO PAGAMENTO DA FATURA - CONVÊNIO				
Tipo Fatura	Subtipo Fatura	Código de Barras	Código do Tributo Federal	Data de Vencimento
Com Código de Barras	Convênio	846500000043805000175010220604201701932113000008	*** **	20/09/2017
Valor Total (R\$): 480,50		Valor Total por extenso: quatrocentos e oitenta reais e cinquenta centavos *** **		
AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA				



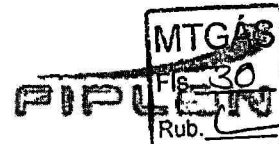
NOB	NOTA DE ORDEM BANCÁRIA	17502.0001.17.000382-
Data de Emissão: 29/09/2017		
Nº NOBLIST:		Nº DOTLIST:
Unidade Orçamentária: 17502 - COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS		
Unidade Gestora: 0001 - Geral		
Código Bancário: 00777.00500	Banco + Agência + C/C: 001.3834.000000001010100-4	Regularização: Não
		Nº NEX : ***
SOLICITAMOS AO Banco do Brasil S/A CREDITAR AO(S) FAVORECIDO(S) ABAIXO RELACIONADO(S), LEVANDO A DÉBITO DA CONTA Nº 001.3834.000000001010100-4.		
Código do Credor: 2002.17431-1		
Credor: OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL		
CPF/CNPJ: 76.535.764/0001-43		Município UF: Rio de Janeiro RJ
Nº EMP: 17502.0001.17.000232-6		Fonte de Recurso: 243
Nº LIQ: 17502.0001.17.000259-2		
Nº Processo de Pagamento: 529663/2017		Tipo de OB: 38-FAT C/ BARRA
NOB/Fatura Fato 54: Não		
Banco + Agência + C/C:	Valor da Operação (R\$): *** 18,16	Valor por Extenso: DEZOITO REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS *** ***** ***** *****
Os processos acima relacionados foram regularmente liquidados e encontra-se em condição de pagamento.		AUTORIZO O PAGAMENTO 006653 - Emmanuel Almeida de Figueiredo Junior ORDENADOR DE DESPESA
Observações: Situação da NOB: Nota de Ordem Bancária (NOB) Normal Indicativo de Transmissão: Documento eletrônico do Banco do Brasil		

DETALHAMENTO DO PAGAMENTO DA FATURA - CONVÊNIO				
Tipo Fatura	Subtipo Fatura	Código de Barras	Código do Tributo Federal	Data de Vencimento
Com Código de Barras	Convênio	846300000003181600175010220604201701935112000002	*** **	20/09/2017
Valor Total (R\$): 18,16		Valor Total por extenso: dezoito reais e dezesseis centavos		
AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA		E79FE355E2C14823		



Estado de Mato Grosso

FIPLAN - Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO ESTADUAL - SATE/SEFAZ



NOB	NOTA DE ORDEM BANCÁRIA	17502.0001.17.000383-9
Data de Emissão: 29/09/2017		
Nº NOBLIST:		Nº DOTLIST:
Unidade Orçamentária: 17502 - COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS		
Unidade Gestora: 0001 - Geral		
Código Bancário: 00777.00500	Banco + Agência + C/C: 001.3834.000000001010100-4	Regularização: Não
		Nº NEX : ***
SOLICITAMOS AO Banco do Brasil S/A CREDITAR AO(S) FAVORECIDO(S) ABAIXO RELACIONADO(S), LEVANDO A DÉBITO DA CONTA Nº 001.3834.000000001010100-4.		
Código do Credor: 2002.17431-1		
Credor: OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL		
CPF/CNPJ: 76.535.764/0001-43		Município UF: Rio de Janeiro RJ
Nº EMP: 17502.0001.17.000232-6		Fonte de Recurso: 243
Nº LIQ: 17502.0001.17.000259-2		Tipo de OB: 38-FAT C/ BARRA
Nº Processo de Pagamento: 529663/2017		
NOB/Fatura Fato 54: Não		
Banco + Agência + C/C:	Valor da Operação (R\$): *** 480,50	Valor por Extenso: QUATROCENTOS E OITENTA REAIS E CINQUENTA CENTAVOS *** ***** *****
Os processos acima relacionados foram regularmente liquidados e encontra-se em condição de pagamento.		AUTORIZO O PAGAMENTO 006653 - Emmanuel Almeida de Figueiredo Junior ORDENADOR DE DESPESA
Observações: Situação da NOB: Nota de Ordem Bancária (NOB) Normal Indicativo de Transmissão: Documento eletrônico do Banco do Brasil		

DETALHAMENTO DO PAGAMENTO DA FATURA - CONVÊNIO				
Tipo Fatura	Subtipo Fatura	Código de Barras	Código do Tributo Federal	Data de Vencimento
Com Código de Barras	Convênio	846500000043805000175010220604201701932113000008	*** **	20/09/2017
Valor Total (R\$): 480,50		Valor Total por extenso: quatrocentos e oitenta reais e cinquenta centavos		
AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA		56C984C32D4C511B		

MT GÁS
COMPANHIA
MATOGROSSENSE
DE GÁS



GOVERNO DE
**MATO
GROSSO**

Proc. nº 543581/2017

De Fisco

mes ref: outubro/2017

Paga: Outubro

L



ANEXO II	
SOLICITAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL/SERVIÇO N.º 219/2017	
NÚCLEO SISTÊMICO SÓCIOECONÔMICO	
SETOR REQUISITANTE:	Gerente Adm. e Financeiro – MTGás.
PROTOCOLO SOB N.º:	543581/2017
RESPONSÁVEL:	Luciene Mingarelli de Lima.
OBJETO:	Referente à Telefonia Fixa e Local
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:	17502.2007.9900.33903900.243.
VALOR:	R\$ 456,62
<p>JUSTIFICATIVA CIRCUNSTANCIADA DA DESPESA: Solicitamos a inclusão de PED/EMP global do credor OI S/A, referente à telefonia fixa comutada de longa distância nacional e internacional, originados de terminais fixos para atender este Órgão/ MTGás, referente período de 18/08 a 17/09/ 2017, no valor de R\$ 456,62 (quatrocentos e cinquenta e seis reais e sessenta e dois centavos) para atender a Companhia.</p>	
Credor:	2002.17431-1
Dotação:	3390.3900
UO:	17502
PAOE:	2007 (Regional 9900)
Categoria Econômica:	3- Despesa Corrente
Grupo de Natureza de Despesa:	3- Outras despesas correntes
Modalidade de Aplicação:	90- Aplicações Diretas.
Modalidade de Licitação:	Pregão nº 006/2013
Fonte:	243
Valor:	R\$ 456,62
Cuiabá, 09 de Outubro 2017.	
Assinatura do requisitante:	
<p>Recebido em:</p> <p>____/____/2017</p>	<p>DIRETORIA EXECUTIVA: (X) De acordo () Desfavorável</p>
<p>Despacho do Ordenador de Despesas: (x) De acordo () Desfavorável</p> <p>Motivo:</p>	



SOLICITAÇÃO DE PEDIDO DE EMPENHO Nº 222/2017

Cuiabá/MT, 09/10/2017

PROTOCOLO: 543581/2017

DE: Gerência Adm. e Financeira - Companhia Matogrossense de Gás

☒ PED/EMP ☐ PED RESERVA ☐ ALTERAÇÃO DE PED

ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA: Solicitamos inclusão de PED/EMP ref. Serviço de telefonia fixa e local.
período de Outubro /2017.

CÓD. CREDOR: 2002.17431-1

NOME: OI S/A

CNPJ: 76.535.764/0001-43

VALOR: R\$ 456,62

TIPO:

☒ ORDINÁRIO

☐ ESTIMATIVO

☐ GLOBAL

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

UO	PIA/OE	REGIÃO	NAT. DESPESA	ELEMENTO	FONTE
17502	2007	9900	3190	39	243

MODALIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE, ART. 25, INCISO I

CRD - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO / PAGAMENTOS PREVISTOS

JANEIRO		JULHO	
FEVEREIRO		AGOSTO	
MARÇO		SETEMBRO	
ABRIL		OUTUBRO	R\$ 456,62
MAIO		NOVEMBRO	
JUNHO		DEZEMBRO	
		TOTAL	R\$ 456,62

Atenciosamente,

Luciano Mingarelli de Lima
Coord. Financeira nomeada
Solicitante

Emmanuel A. de Figueiredo Junior
Diretor Presidente - MTGás
De acordo: Ordenador de Despesas



PED	PEDIDO DE EMPENHO	17502.0001.17.000348-3
Data de Solicitação: 10/10/2017		RESERVA DE EMPENHO
Unidade Orçamentária: 17502 - COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS		
Unidade Gestora: 0001 - Geral		
Projeto/Atividade: 2007 - Manutenção de serviços administrativos gerais		
Nº Processo de Pagamento:	Nº NOBLIST:	
543581/2017	*** **	*** **
Especificação: Pagamento ref. prestação de serviço de telefonia fixa local e longa distancia.		

DEMONSTRATIVO DO SALDO ORÇAMENTÁRIO

Dotação Orçamentária: 17502.0001.25.122.036.2007.9900.339000000.243.1.1		Elemento de Despesa: 39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	
Tipo de Despesa: 7 - Compras e Serviços		Convênio: Não	
Saldo Orc. Anterior (R\$) *** 49.634,01	Valor Total da Reserva (R\$) *** 456,62	Saldo Orc. Atual (R\$) *** 49.177,39	
Tipo de Empenho: Ordinário			
Valor por Extensão: QUATROCENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS E SESENTA E DOIS CENTAVOS *** **			
Reserva Inicial (R\$): *** 456,62			
Valor Total - Reforço (R\$): *** 0,00			
Valor Total - Redução (R\$): *** 0,00			

DADOS DO CREDOR

Código: 2002.17431-1	Nome: OI S.A.
Endereço: r do Lavradio, 71	
CPF/ CNPJ/ IG: 76.535.764/0001-43	Insc. Estadual: *** **
RG: *** **	

DADOS DA DIÁRIA

Nº OS: *** **	Data de Início da Viagem: *** **
	Data de Retorno da Viagem: *** **

DADOS DO ADIANTAMENTO

Nº CAD: *** **	Data de Solicitação: *** **
----------------	-----------------------------

Observações: Situação do PED: Reserva de Empenho para processo Licitatório



EMP	NOTA DE EMPENHO	17502.0001.17.000242-3
Nº PED: 17502.0001.17.000348-3		Data de Emissão: 11/10/2017
Nº DOTLIST: *** **		Nº NOBLIST: *** **
Unidade Orçamentária: 17502 - COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS		Unidade Gestora: 0001 - Geral
Projeto/Atividade: 2007 - Manutenção de serviços administrativos gerais	Recurso: Normal	Tipo de Empenho: Ordinário
Modalidade de Licitação: Dispensa	Nº Referência Licitação: *** **	Motivo Dispensa Licitação *** **
Nº Convênio *** **	Transferido - Resto a Pagar Não	Nº Processo de Pagamento: 543581/2017

DADOS DO CREDOR

Código: 2002.17431-1	Nome: OI S.A.	
Endereço: r do Lavradio, 71	CEP: 20.230-070	
Bairro: Asa Sul	Município: Rio de Janeiro	UF: RJ
CPF/ CNPJ/ IG: 76.535.764/0001-43	Insc. Estadual: *** **	RG: *** **


DADOS DA DIÁRIA

Nº OS: *** **	Data de Início da Viagem: *** **
	Data de Retorno da Viagem: *** **

DADOS DO ADIANTAMENTO

Nº CAD: *** **	Data de Solicitação: *** **
----------------	-----------------------------

DEMONSTRATIVO DA RESERVA DE EMPENHO

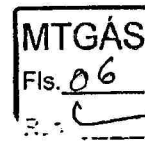
Dotação Orçamentária: 17502.0001.25.122.036.2007.9900.339000000.243.1.1	Elemento de Despesa: 39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
Valor Total do Empenho (R\$): *** 456,62	Valor por Extenso: QUATROCENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS E SESENTA E DOIS CENTAVOS *** ** *****
Histórico: Empenho do PED Nº 17502.0001.17.000348-3 Pagamento ref. prestação de serviço de telefonia fixa local e longa distancia.	
Data de Autorização da Despesa: 11/10/2017	Ordenador de Despesa: Rafael Silva Reis
<div style="display: flex; justify-content: space-between;"><div>_____ Responsável pela Execução Orçamentária</div><div> _____ Rafael Silva Reis Ordenador de Despesa</div></div>	
Observações: Situação do EMP: Empenho (EMP) normal Número do documento de estorno:	



Oi S.A.
Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro
CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
CNPJ Matriz: 76.535.764/0001-43
CNPJ: 76.535.764/0329-32 I.E: 13.094.807-1

Fatura de Serviços de Telecomunicações

Página
000001 de
000010



COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGÁS
AV HIST RUBENS DE MENDONCA 02254 CJ 704

78050-000 CUIABA - MT

Fatura: 1710.000194229
Contrato Agrupador: 501.220.604-1 - 1ª Via

Demonstrativo da fatura	Valor (R\$)
SERVICOS MENSAIS	203,85
SERVICOS LOCAIS HORARIO NORMAL	0,00
CHAMADAS LOCAIS PARA FIXO	37,73
MEDIA DE CHAMADAS LOCAIS PARA FIXO	0,00
CHAMADAS LOCAIS PARA MOVEL	40,97
CHAMADAS PARA MOVEL	0,46
SERVICOS OI	283,01
SERVICOS EVENTUAIS	104,73
SERVICOS OI	104,73
ITENS FINANCEIROS	10,16
DOCUMENTO FINANCEIRO	10,16
Valor a pagar	397,90

Oi,

Só a Oi tem móvel, banda larga, fixo, DDD e muito mais. E sua empresa só tem a ganhar: os benefícios continuam os mesmos e, em breve, você terá muitas novidades. Aguarde.

Mais informações? Acesse www.oi.com.br ou fale com seu Consultor.

Data de vencimento: 20/10/2017
Valor de sua conta: 397,90

Número de seu telefone: 65 3642 4423

Mês de referência: outubro 2017

Período: 18/08/2017 a 17/09/2017

Data de emissão: 22/09/2017

Quando esta conta foi emitida, existia(m) débito(s) pendente(s) - veja no final da fatura.
Atenção: o pagamento desta conta não quita débitos anteriores.

ATESTADO

Atestamos que o(s) serviço(s)
foi(ram) executado(s).

Cuiabá-MT, 28/09/2017

Marcia Victor de Matos
Assessora Especial
MT Gás



Oi S.A.
Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro
CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
CNPJ Matriz: 76.535.764/0001-43
CNPJ: 76.535.764/0329-32 I.E: 13.094.807-1

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGÁS

Número do Telefone: 65 3642 4423

Número da Fatura: 1710.000194229

Sequencial: 501220604 201710 32116

84640000003 6 97900017501 3 22060420171 9 03211600000 4



Data de Vencimento 20/10/2017
Valor a pagar: 397,90

Nº Identificador para Débito Automático: 501.220.604-1

Fique ligado

O débito em conta corrente continua sendo a melhor alternativa pra você. Procure seu banco e cadastre todos os seus telefones.

Boa notícia pra você: agora, a cobrança de chamadas DDD poderá ser feita como você quiser: na sua conta telefônica ou separadamente.

TODOS OS VALORES COBRADOS NESTA FATURA SÃO TRUNCADOS NA SEGUNDA CASA DECIMAL

1331 CENTRAL DE ATENDIMENTO ANATEL AO LIGAR INFORME O NÚMERO DO PROTOCOLO FORNECIDO PELA PRESTADORA

10314 CENTRAL DE RELACIONAMENTO OI

A UTILIZAÇÃO DO SERVIÇO DE PAGAMENTO EM LOTERIA SEM A APRESENTAÇÃO DA FATURA ESTÁ SUJEITA A COBRANÇA PARA MAIS INFORMAÇÕES LIGUE 103 14

CLIENTE BANCO DO BRASIL LIGUE 08007290001 E CONFIRME COM BANCO SE O DÉBITO AUTOMÁTICO SOLICITADO POR VOCE ESTÁ AUTORIZADO E VÁLIDO PARA A FATURA ATUAL SE NÃO ESTIVER AUTORIZADO PARA AS PRÓXIMAS FATURAS E EFETUE O PAGAMENTO DA ATUAL

FIQUE ATENTO EFETUE OS PAGAMENTOS EM DIA E EVITE COBRANÇA DE MULTA DE 2 POR CENTO E JUROS DE 1 POR CENTO AO MÊS PRO RATA DIE

SUSPENSÃO DO SERVIÇO PARCIAL 15 DIAS APÓS ENVIO DA 1 NOTIFICAÇÃO E COM MAIS 30 DIAS SUSPENSÃO TOTAL

DURANTE O PERÍODO DE BLOQUEIO PARCIAL A ASSINATURA DE SUA LINHA SERÁ COBRADA NORMALMENTE DE ACORDO COM OS VALORES CONTRATADOS POIS ELA CONTINUA APTA A RECEBER CHAMADAS

CANCELAMENTO E INCLUSÃO NOS ORÇAMENTOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO SPC SERÁ 30 DIAS APÓS A SUSPENSÃO TOTAL

OI INFORMA QUE A PARTIR DE JULHO 2017 AS OFERTAS DO SEU FIXO BANDA LARGA ANTIVÍRUS BACKUP SERÃO REAJUSTADAS MANTENDO OS DESCONTOS PROMOCIONAIS PREVISTOS EM REGULAMENTO MAIS INFORMAÇÕES EM OICOMBR REAJUSTE

CLIENTES RESIDENCIAIS LIGMIX E OI CONTROLE DOS PLANOS ALTERNATIVOS 30 137 139 SEU REAJUSTE COMUNICADO EM JAN17 SO SERÁ EFETIVADO A PARTIR DE SET17 SEM COBRANÇA RETROATIVA ENTRETANTO SUA DATA BASE DE REAJUSTE PERMANECE JAN18

Canais de atendimento à sua empresa
 0800 031 0800 Central de Relacionamento.

102 Auxílio à lista.

Confira sua conta na Internet: www.oi.com.br

Central de Recursos: www.oi.com.br ou 0800 031 0800. Para agilizar o atendimento, tenha em mãos o número do protocolo fornecido pela Central de Relacionamento.

1331 Central de Atendimento ANATEL (ao ligar, informe o número do protocolo fornecido pela prestadora).

Contribuições: Para o FUST (1%) e FUNTEL (0.5%) sobre valor dos serviços, não repassados às tarifas.

Valor mínimo do ressarcimento, em caso de interrupção do serviço local: duração da interrupção (em min.) vezes valor da assinatura básica, divididos por 43.200 min. (30 dias).

Os códigos de seleção de prestadoras de longa distância são: 31 Oi, 12 CTBC, 13 Fonar, 14 Oi, 15 Telefônica, 16 Viacom, 17 Transit, 19 Epsilon, 21 Embratel, 23 Intelig, 24 Primeira Escolha, 25 GVT, 26 IDT, 28 Alpamayo, 29 T-Leste, 32 Convergia, 34 ETML, 35 Easytone, 37 Golden Line, 38 TESA, 39 Engevex, 41 TIM, 42 GT Group, 43 Sercomtel, 45 Global Crossing, 46 Hoje Telecom, 47 BT Communications, 53 OSTARA, 57 Itacéu, 58 Voitel, 62 Option, 63 Hello Brazil, 67 ALOOLA, 71 Dollarphone, 81 Sermatel, 84 BBT, 85 America Net, 91 IP Corp Telecom, 96 Amigo Telecom, 65 Telecom 65, 49 Cambridge.

Resumo dos Tributos Incidentes

Receitas (R\$)	Valor ICMS	Valor ISS	Valor PIS	Valor COFINS
Serviços Telecom	76,41	0,00	1,83	8,49
Serviços Não Telecom	0,00	5,23	1,72	7,95
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Tributos	76,41	5,23	3,55	16,44

Nota: Fundamento legal Lei 12.741/2012 e Resolução ANATEL 632/2014

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

NÚMERO DA NF:000.191.346 SÉRIE: U SUB-SÉRIE:02

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGAS
AV REPUBLICA DO LIBANO 02258 AN6
JD MONTE LIBANO
78048-200 CUIABA - MT

Número do Cliente: 361382597000001 Período de: 18/08/2017 a 17/09/2017
Contrato Agrupador: 501.220.604-1 Telefone Agrupador: 65 3642 4423
Contrato Agrupado: 501.220.604-1 Telefone Agrupado: 65 3642 4423
CPF/CNPJ: 06.023.921/0001-56 Insc. Estadual: 132567750
Data de emissão: 22/09/2017

Oi S.A

CNPJ: 78.535.764/0329-32 I.E: 13.094.807-1
Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro - SUL CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
Via: Única CFOP:05303
Natureza da Operação: Serviço de Telecomunicações

RESUMO DOS TRIBUTOS

	ICMS	ICMS	ISS
Base de Cálculo	0,00	105,48	34,91
Alíquota	0%	27%	5%
Valor	0,00	28,47	1,74

RESERVADO AO FISCO

62AE.0279.5559.BA9A.A862.76F8.DDD6.BE88

SERVICOS OI

SERVICOS MENSAIS

Sequência	Descrição dos serviços	Dia/Qtd	% Desconto	Alíquota	Valor
1	ASSINATURA BASICA NAO RESIDENCIAL	30		27% ICMS	67,95
Total SERVICOS MENSAIS					67,95

SERVICOS LOCAIS HORARIO NORMAL

Sequência	Descrição dos serviços	Data	Minutos Tarifados		
2	CHAM. LOCAIS Oi	16/09/2017	MIN. 0000000257,2		
3	CHAM. LOCAIS OUTRAS OPERADORAS	16/09/2017	MIN. 0000000094,4		
Total SERVICOS LOCAIS HORARIO NORMAL					0,00

CHAMADAS LOCAIS PARA FIXO

Sequência	Descrição dos serviços	Data	Minutos Tarifados	Alíquota	Valor
4	TOTAL DE MINUTOS LOCAIS	17/08/2017	MIN. 0000000351,6	0%	0,00
5	FRANQUIA EM MINUTOS	17/08/2017	MIN. 0000000150,0	0%	0,00
6	MINUTOS EXCEDENTES A FRANQUIA	16/09/2017	MIN. 0000000201,6	27% ICMS	21,25
7	DESCONTO MINUTOS EXCEDENTES A FRANQUIA	16/09/2017		27% ICMS	-1,19
Total CHAMADAS LOCAIS PARA FIXO					20,06

MEDIA DE CHAMADAS LOCAIS PARA FIXO

Sequência	Descrição dos serviços	Data	Minutos Tarifados	Alíquota	Valor
8	CHAMADAS HORARIO NORMAL - QUANTIDADE/DURACAO MEDIA	16/09/2017	00000122/000002,8	0%	0,00
Total MEDIA DE CHAMADAS LOCAIS PARA FIXO					0,00

CHAMADAS LOCAIS PARA MOVEL

Sequência	Data	Hora	Duração	Localização	Tarifação	Telefone	Alíquota	Valor
9	24/08/2017	15:46:41	00:03:14	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65981191846	27% ICMS	3,02
10	24/08/2017	18:14:49	00:01:58	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65981713144	27% ICMS	1,83
11	05/09/2017	15:11:18	00:02:03	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65992081362	27% ICMS	1,92
12	05/09/2017	15:59:38	00:01:05	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65992241044	27% ICMS	1,00
13	11/09/2017	18:55:47	00:01:09	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65992122014	27% ICMS	1,10
14	11/09/2017	18:21:40	00:01:44	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65992133918	27% ICMS	1,85
15	12/09/2017	14:10:15	00:00:27	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65999727655	27% ICMS	0,45
16	15/09/2017	16:13:46	00:00:08	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65984639719	27% ICMS	0,45
17	15/09/2017	16:14:52	00:00:47	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65984639719	27% ICMS	0,73
18	15/09/2017	17:47:51	00:05:16	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65999481151	27% ICMS	4,86
Total CHAMADAS LOCAIS PARA MOVEL								17,01

CHAMADAS PARA MOVEL

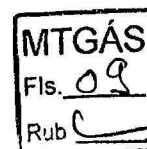
Sequência	Data	Hora	Duração	Localização	Tarifação	Telefone	Alíquota	Valor
19	31/08/2017	13:41:13	00:00:21	MT-RONDONOPOLIS	VC2	66981154242	27% ICMS	0,46
Total CHAMADAS PARA MOVEL								0,46

SERVICOS EVENTUAIS

Sequência	Descrição dos serviços	Data	Histórico	Alíquota	Valor
20	MUDANCA ENDEREÇO	30/08/2017		5% ISS	34,91
Total SERVICOS EVENTUAIS					34,91

Total Nota Fiscal Oi

140,39



DOCUMENTO FINANCEIRO - Nº 000.194.229

ITENS FINANCEIROS

Sequência	Descrição dos serviços	Data	Histórico	% Desconto	Valor
21	ATUALIZACAO DE VALORES	15/09/2017	20170820/20170825		0,28
22	ATUALIZACAO DE VALORES	15/09/2017	20170820/20170825		0,02
23	MULTA DE CONTA	15/09/2017	20170820/20170825		0,29
24	MULTA DE CONTA	15/09/2017	20170820/20170825		3,47
Total ITENS FINANCEIROS					4,06

Total Documento Financeiro 4,06

Valor a pagar 144,45

Quando esta conta foi emitida, o débito total em atraso deste terminal era de R\$ 227,78.
Caso o pagamento já tenha sido feito, favor desconsidere esta mensagem. Caso contrário ligue 0800 031 0800.
Lembramos que na falta do pagamento, os serviços serão suspensos.

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

NÚMERO DA NF:000.191.348 SÉRIE: U SUB-SÉRIE:02

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGAS
AV REPUBLICA DO LIBANO 02258 AN6
JD MONTE LIBANO EDIFICIO AMERICA BUSINESS
CENTER
78048-200 CUIABA - MT

Número do Cliente: 361382597000001
Contrato Agrupador: 501.220.604-1
Contrato Agrupado: 501.235.204-8
CPF/CNPJ: 08.023.921/0001-58
Data de emissão: 22/09/2017
Período de: 18/08/2017 a 17/09/2017
Telefone Agrupador: 65 3642 4423
Telefone Agrupado: 65 3642 8115
Insc. Estadual: 132567760

Oi S.A

CNPJ: 76.535.764/0329-32 I.E: 13.094.807-1
Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro - SUL CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
Via: Única CFOP:05303
Natureza da Operação: Serviço de Telecomunicações

RESUMO DOS TRIBUTOS

	ICMS	ICMS	ISS
Base de Cálculo	0,00	69,57	34,91
Alíquota	0%	27%	5%
Valor	0,00	24,18	1,74

RESERVADO AO FISCO

24BE.7083.B240.1343.E0AB.8DA2.81D9.63DD

SERVICOS OI

SERVICOS MENSAIS

Sequência	Descrição dos serviços	Dia/Qtd	% Desconto	Alíquota	Valor
1	ASSINATURA BASICA NAO RESIDENCIAL	30		27% ICMS	67,95
Total SERVICOS MENSAIS					67,95

SERVICOS LOCAIS HORARIO NORMAL

Sequência	Descrição dos serviços	Data	Minutos Tarifados		
2	CHAM. LOCAIS OI	18/09/2017	MIN. 0000000145,5		
3	CHAM. LOCAIS OUTRAS OPERADORAS	18/09/2017	MIN. 0000000072,6		
Total SERVICOS LOCAIS HORARIO NORMAL					0,00

CHAMADAS LOCAIS PARA FIXO

Sequência	Descrição dos serviços	Data	Minutos Tarifados	Alíquota	Valor
4	TOTAL DE MINUTOS LOCAIS	17/08/2017	MIN. 0000000218,1	0%	0,00
5	FRANQUIA EM MINUTOS	17/08/2017	MIN. 0000000150,0	0%	0,00
6	MINUTOS EXCEDENTES A FRANQUIA	18/09/2017	MIN. 0000000068,1	27% ICMS	7,21
7	DESCONTO MINUTOS EXCEDENTES A FRANQUIA	18/09/2017		27% ICMS	-0,40
Total CHAMADAS LOCAIS PARA FIXO					6,81

MEDIA DE CHAMADAS LOCAIS PARA FIXO

Sequência	Descrição dos serviços	Data	Minutos Tarifados	Alíquota	Valor
8	CHAMADAS HORARIO NORMAL - QUANTIDADE/DURACAO MEDIA	18/09/2017	00000091/000002,3	0%	0,00
Total MEDIA DE CHAMADAS LOCAIS PARA FIXO					0,00

CHAMADAS LOCAIS PARA MOVEI

Sequência	Data	Hora	Duração	Localização	Tarifação	Telefone	Alíquota	Valor
9	17/08/2017	14:14:15	00:01:05	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65999810653	27% ICMS	1,00
10	18/08/2017	13:55:34	00:01:02	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65999813920	27% ICMS	1,00
11	21/08/2017	17:14:56	00:01:05	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65981216070	27% ICMS	1,00
12	21/08/2017	17:29:17	00:07:47	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65981191846	27% ICMS	7,15
13	21/08/2017	17:58:37	00:01:18	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65996512272	27% ICMS	1,19
14	22/08/2017	13:29:38	00:00:29	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65981225413	27% ICMS	0,45
15	23/08/2017	14:13:16	00:03:18	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65992920339	27% ICMS	3,02
Total CHAMADAS LOCAIS PARA MOVEI								14,81

SERVICOS EVENTUAIS

Sequência	Descrição dos serviços	Data	Histórico	Alíquota	Valor
16	MUDANCA ENDEREÇO	29/08/2017		5% ISS	34,91
Total SERVICOS EVENTUAIS					34,91

Total Nota Fiscal OI

124,48

DOCUMENTO FINANCEIRO - Nº 000.194.231

ITENS FINANCEIROS

Sequência	Descrição dos serviços	Data	Histórico	% Desconto	Valor
17	ATUALIZACAO DE VALORES	15/09/2017	20170820/20170825		0,33
18	ATUALIZACAO DE VALORES	15/09/2017	20170820/20170825		0,02
19	MULTA DE CONTA	15/09/2017	20170820/20170825		0,32
20	MULTA DE CONTA	15/09/2017	20170820/20170825		3,97
21	SERVICO BUSCA AUTOMATICA	17/09/2017			0,00
Total ITENS FINANCEIROS					4,64

Total Documento Financeiro 4,64

Valor a pagar 129,12

Quando esta conta foi emitida, o débito total em atraso deste terminal era de R\$ 201,55.
Caso o pagamento já tenha sido feito, favor desconsidere esta mensagem. Caso contrário ligue 0800 031 0800.
Lembramos que na falta do pagamento, os serviços serão suspensos.

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

NÚMERO DA NF:000.191.347 SÉRIE: U SUB-SÉRIE:02

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGAS
AV REPUBLICA DO LIBANO 02258 AN6
JD MONTE LIBANO EDIFICIO AMERICA BUSINESS
CENTER
78048-200 CUIABA - MT

Número do Cliente: 381382597000001 Período de: 18/08/2017 a 17/09/2017
Contrato Agrupador: 501.220.604-1 Telefone Agrupador: 65 3842 4423
Contrato Agrupado: 501.235.202-1 Telefone Agrupado: 65 3842 6226
CPF/CNPJ: 06.023.921/0001-56 Insc. Estadual: 132587750
Data de emissão: 22/09/2017

Oi S.A

CNPJ: 78.535.764/0329-32 I.E: 13.094.807-1
Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro - SUL CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
Via: Única CFOP:05303
Natureza da Operação: Serviço de Telecomunicações

RESUMO DOS TRIBUTOS

	ICMS	ICMS	ISS
Base de Cálculo	0,00	87,96	34,91
Alíquota	0%	27%	5%
Valor	0,00	23,74	1,74

RESERVADO AO FISCO

DE4C.24BC.73EC.4715.8E1A.C118.8BA6.AB86

SERVICOS OI

SERVICOS MENSAIS

Sequência	Descrição dos serviços	Dia/Qtd	% Desconto	Alíquota	Valor
1	ASSINATURA BASICA NAO RESIDENCIAL	30		27% ICMS	87,95
Total SERVICOS MENSAIS					87,95

SERVICOS LOCAIS HORARIO NORMAL

Sequência	Descrição dos serviços	Data	Minutos Tarifados		Valor
2	CHAM. LOCAIS OI	16/09/2017	MIN. 0000000186,1		
3	CHAM. LOCAIS OUTRAS OPERADORAS	16/09/2017	MIN. 0000000073,1		
Total SERVICOS LOCAIS HORARIO NORMAL					0,00

CHAMADAS LOCAIS PARA FIXO

Sequência	Descrição dos serviços	Data	Minutos Tarifados	Alíquota	Valor
4	TOTAL DE MINUTOS LOCAIS	17/08/2017	MIN. 0000000259,2	0%	0,00
5	FRANQUIA EM MINUTOS	17/08/2017	MIN. 0000000150,0	0%	0,00
6	MINUTOS EXCEDENTES A FRANQUIA	16/09/2017	MIN. 0000000109,2	27% ICMS	11,50
7	DESCONTO MINUTOS EXCEDENTES A FRANQUIA	16/09/2017		27% ICMS	-0,64
Total CHAMADAS LOCAIS PARA FIXO					10,86

MEDIA DE CHAMADAS LOCAIS PARA FIXO

Sequência	Descrição dos serviços	Data	Minutos Tarifados	Alíquota	Valor
8	CHAMADAS HORARIO NORMAL - QUANTIDADE/DURACAO MEDIA	16/09/2017	00000075/000003,3	0%	0,00
Total MEDIA DE CHAMADAS LOCAIS PARA FIXO					0,00

CHAMADAS LOCAIS PARA MOVEL

Sequência	Data	Hora	Duração	Localização	Tarifação	Telefone	Alíquota	Valor
9	01/09/2017	15:51:21	00:02:45	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65992978793	27% ICMS	2,56
10	05/09/2017	13:31:28	00:02:01	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65999729081	27% ICMS	1,92
11	05/09/2017	17:55:55	00:01:10	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65981191846	27% ICMS	1,10
12	06/09/2017	13:48:42	00:01:15	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65992516939	27% ICMS	1,19
13	12/09/2017	15:12:38	00:02:38	VC-1 HORARIO NORMAL	VC1	65992551358	27% ICMS	2,38
Total CHAMADAS LOCAIS PARA MOVEL								9,15

SERVICOS EVENTUAIS

Sequência	Descrição dos serviços	Data	Histórico	Alíquota	Valor
14	MUDANCA ENDEREÇO	29/08/2017		5% ISS	34,91
Total SERVICOS EVENTUAIS					34,91

Total Nota Fiscal Oi

122,87



DOCUMENTO FINANCEIRO - N° 000.194.230

ITENS FINANCEIROS

Sequência	Descrição dos serviços	Data	Histórico	% Desconto	Valor
15	ATUALIZACAO DE VALORES	15/09/2017	20170820/20170825		0,11
16	MULTA DE CONTA	15/09/2017	20170820/20170825		1,35
17	SERVICO BUSCA AUTOMATICA	17/09/2017			0,00
Total ITENS FINANCEIROS					1,46

Total Documento Financeiro

1,46

Valor a pagar

124,33

Quando esta conta foi emitida, o débito total em atraso deste terminal era de R\$ 69,33.
Caso o pagamento já tenha sido feito, favor desconsidere esta mensagem. Caso contrário ligue 0800 031 0800.
Lembramos que na falta do pagamento, os serviços serão suspensos.



Oi S.A.
Período: 18/08/2017 a 17/09/2017

Folha Resumo



Oi S.A.
Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro
CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
CNPJ Matriz: 76.535.764/0001-43
CNPJ: 76.535.764/0329-32 I.E.: 13.094.807-1

Número do Cliente: 361382597000001
Contrato Agrupador: 501.220.604-1
Contrato Agrupado: 501.220.604-1
CPF/CNPJ: 08.023.921/0001-56
I.E.: 132567750
Período de: 18/08/2017 a 17/09/2017
Telefone Agrupador: 65 3842 4423
Telefone Agrupado: 65 3842 6228
Fatura: 1710.000194229
Classe: NAO RESIDENCIAL

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGAS
AV REPUBLICA DO LIBANO 02258 AN6
JD MONTE LIBANO
78048-200 CUIABA - MT

Resumo dos Telefones da Fatura com Nota Fiscal 000.191.346 até 000.191.348

Telefone	N. Fiscal	Valor	Telefone	N. Fiscal	Valor	Telefone	N. Fiscal	Valor
65 3842 4423	000.191.346	140,39	65 3842 6115	000.191.348	124,48	65 3842 6228	000.191.347	122,87
Total R\$		387,74						

Oi S.A.

Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro

CEP 78020-902 - Cuiabá - MT

CNPJ Matriz: 76.535.764/0001-43

CNPJ: 76.535.764/0329-32 I.E: 13.094.807-1

Número do Cliente: 361382597000001

Contrato Agrupador: 501.220.604-1

Contrato Agrupado: 501.220.604-1

CPF/CNPJ: 06.023.921/0001-56

I.E.: 132567750

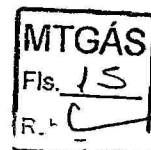
Período de: 18/08/2017 a 17/09/2017

Telefone Agrupador: 65 3642 4423

Telefone Agrupado: 65 3642 6228

Fatura: 1710.000194229

Classe: NAO RESIDENCIAL



COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGAS
AV REPUBLICA DO LIBANO 02258 AN6
JD MONTE LIBANO
78048-200 CUIABA - MT

Resumo dos Telefones da Fatura com Nota Fiscal 000.194.229 até 000.194.231

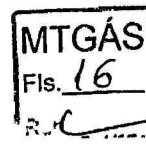
Telefone	N. Fiscal	Valor	Telefone	N. Fiscal	Valor	Telefone	N. Fiscal	Valor
65 3642 4423	000.194.229	4,08	65 3642 6115	000.194.231	4,64	65 3642 6228	000.194.230	1,46
Total R\$		10,16						



Oi S.A.
Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro
CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
CNPJ Matriz: 76.535.764/0001-43
CNPJ: 76.535.764/0329-32 I.E: 13.094.807-1

Fatura de Serviços de Telecomunicações

Página
000001 de
000010



COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGÁS
AV REPUBLICA DO LIBANO 02258 AN6
JD MONTE LIBANO
78048-200 CUIABA - MT

Fatura: 1710.000202114
Contrato Agrupador: 501.220.604-1 - 1ª Via

Demonstrativo da fatura	Valor (R\$)
INTERURBANOS	15,26
CHAMADAS PARA MOVEL	43,46
SERVICOS OI	58,72
Valor a pagar	58,72

Quando esta conta foi emitida, existia(m) débito(s) pendente(s) - veja no final da fatura.
Atenção: o pagamento desta conta não quita débitos anteriores.

Oi,

Só a Oi tem móvel, banda larga, fixo, DDD e muito mais. E sua empresa só tem a ganhar: os benefícios continuam os mesmos e, em breve, você terá muitas novidades. Aguarde.
Mais informações? Acesse www.oi.com.br ou fale com seu Consultor.

Data de vencimento: 20/10/2017
Valor de sua conta: 58,72

Número de seu telefone: 65 3642 4423

Mês de referência: outubro 2017

Período: 18/08/2017 a 17/09/2017

Data de emissão: 22/09/2017

ATESTADO

Atestamos que o(s) serviço(s)
foi(ram) executado(s).

Cuiabá-MT, 28, 09, 2017

Marcia Victor de Matos
Assessora Especial
MT Gás



Oi S.A.
Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro
CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
CNPJ Matriz: 76.535.764/0001-43
CNPJ: 76.535.764/0329-32 I.E: 13.094.807-1

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGÁS

Número do Telefone: 65 3642 4423
Número da Fatura: 1710.000202114
Sequencial: 501220604 201710 35115

84600000000 6 58720017501 2 22060420171 9 03511500000 8



Data de Vencimento 20/10/2017
Valor a pagar: 58,72
Nº Identificador para Débito Automático: 501.220.604-1

Fique ligado

O débito em conta corrente continua sendo a melhor alternativa pra você. Procure seu banco e cadastre todos os seus telefones.

Boa notícia pra você: agora, a cobrança de chamadas DDD poderá ser feita como você quiser: na sua conta telefônica ou separadamente.

Canais de atendimento à sua empresa
 0800 031 0800 Central de Relacionamento.

102 Auxílio à lista.

Confira sua conta na Internet www.oi.com.br

Central de Recursos: www.oi.com.br ou 0800 031 0800. Pra agilizar o atendimento, tenha em mãos o número do protocolo fornecido pela Central de Relacionamento.
 1331 Central de Atendimento ANATEL (ao ligar, informe o número do protocolo fornecido pela prestadora).

Contribuições: Para o FUST (1%) e FUNTEL (0,5%) sobre valor dos serviços, não repassados às tarifas.

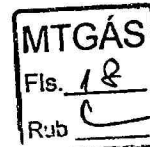
Valor mínimo do ressarcimento, em caso de interrupção do serviço local: duração da interrupção (em min.) vezes valor da assinatura básica, divididos por 43.200 min.(30 dias).

Os códigos de seleção de prestadoras de longa distância são: 31 Oi, 12 CTBC, 13 Fonar, 14 Oi, 15 Telefônica, 16 Viacom, 17 Transit, 19 Epsilon, 21 Embratel, 23 Intellig, 24 Primeira Escolha, 25 GVT, 26 IDT, 28 Alpamayo, 29 T-Leste, 32 Convergia, 34 ETML, 35 Easytone, 37 Golden Line, 38 TESA, 39 Engevix, 41 TIM, 42 GT Group, 43 Sercomtel, 45 Global Crossing, 46 Hoje Telecom, 47 BT Communications, 53 OSTARA, 57 Itacéu, 58 Voitel, 62 Option, 63 Hello Brazil, 67 ALOOLA, 71 Dollarphone, 81 Sermatel, 84 BBT, 85 America Net, 91 IP Corp Telecom, 96 Amigo Telecom, 65 Telecom 65, 49 Cambridge.

Resumo dos Tributos Incidentes

Receitas (R\$)	Valor ICMS	Valor ISS	Valor PIS	Valor COFINS
Serviços Telecom	15,85	0,00	0,38	1,76
Serviços Não Telecom	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Tributos	15,85	0,00	0,38	1,76

Nota: Fundamento legal Lei 12.741/2012 e Resolução ANATEL 632/2014



NOTA FISCAL DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

NÚMERO DA NF:000.199.208 SÉRIE: U SUB-SÉRIE:02

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGAS
AV REPUBLICA DO LIBANO 02258 AN6
JD MONTE LIBANO
78048-200 CUIABA - MT

Número do Cliente: 361382597000001 Período de: 18/08/2017 a 17/09/2017
Contrato Agrupador: 501.220.604-1 Telefone Agrupador: 65 3842 4423
Contrato Agrupador: 501.220.604-1 Telefone Agrupador: 65 3842 4423
CPF/CNPJ: 06.023.921/0001-56 Insc. Estadual: 132587750
Data de emissão: 22/09/2017

OI S.A

CNPJ: 76.535.764/0329-32 I.E: 13.094.807-1
Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro - SUL CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
Via: Única CFOP:05303
Natureza da Operação: Serviço de Telecomunicações

RESUMO DOS TRIBUTOS

	ICMS	ICMS	ISS
Base de Cálculo	0,00	3,60	0,00
Alíquota	0%	27%	0%
Valor	0,00	0,97	0,00

RESERVADO AO FISCO

AEE7.1B91.947F.00DF.72DC.EF2C.5007.C53A

SERVICOS OI

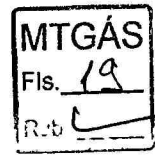
INTERURBANOS

Sequência	Data	Hora	Duração	Localização	Tarifação	Telefone	Alíquota	Valor
1	05/09/2017	15:05:10	00:04:27	MT-CHAPADA DOS GUIMARAES	DIF	6533011570	27% ICMS	1,11
2	05/09/2017	15:10:02	00:00:52	MT-CHAPADA DOS GUIMARAES	DIF	6533011570	27% ICMS	0,22
3	12/09/2017	13:45:46	00:02:34	MT-PONTE BRANCA	NOR	6634661185	27% ICMS	0,64
4	13/09/2017	13:41:09	00:02:21	MT-CHAPADA DOS GUIMARAES	NOR	6533013301	27% ICMS	0,69
5	13/09/2017	14:08:08	00:04:10	MT-CHAPADA DOS GUIMARAES	DIF	6533011176	27% ICMS	1,04
Total INTERURBANOS								3,60

Total Nota Fiscal OI 3,60

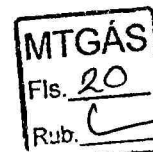
Valor a pagar 3,60

Quando esta conta foi emitida, o débito total em atraso deste terminal era de R\$ 227,78.
Caso o pagamento já tenha sido feito, favor desconsiderar esta mensagem. Caso contrário ligue 0800 031 0800.
Lembramos que na falta do pagamento, os serviços serão suspensos.





Oi S.A
Período: 18/08/2017 a 17/09/2017



Página
000005 de
000010

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

NÚMERO DA NF:000.199.210 SÉRIE: U SUB-SÉRIE:02

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGAS
AV REPUBLICA DO LIBANO 02258 AN6
JD MONTE LIBANO EDIFICIO AMERICA BUSINESS
CENTER
78048-200 CUIABA - MT

Número do Cliente: 361382597000001 Período de: 18/08/2017 a 17/09/2017
Contrato Agrupador: 501.220.804-1 Telefone Agrupador: 65 3642 4423
Contrato Agrupado: 501.235.204-8 Telefone Agrupado: 65 3642 6115
CPF/CNPJ: 08.023.921/0001-56 Insc. Estadual: 132567750
Data de emissão: 22/09/2017

OI S.A

CNPJ: 76.535.764/0329-32 I.E: 13.094.807-1
Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro - SUL CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
Via: Única CFOP:05303
Natureza da Operação: Serviço de Telecomunicações

RESUMO DOS TRIBUTOS

	ICMS	ICMS	ISS
Base de Cálculo	0,00	49,99	0,00
Alíquota	0%	27%	0%
Valor	0,00	13,49	0,00

RESERVADO AO FISCO

EA41.913F.90C9.05A1.D9D4.C81A.E122.1792

SERVICOS OI

INTERURBANOS

Sequência	Data	Hora	Duração	Localização	Tarifação	Telefone	Alíquota	Valor
1	21/08/2017	13:15:14	00:00:59	SP-SAO PAULO	NOR	1121978500	27% ICMS	1,00
2	21/08/2017	16:45:18	00:01:15	MT-NOVA MUTUM	DIF	6539083940	27% ICMS	0,32
3	31/08/2017	16:54:58	00:05:08	MG-JUIZ DE FORA	DIF	3233132611	27% ICMS	5,21
Total INTERURBANOS								6,53

CHAMADAS PARA MOVEL

Sequência	Data	Hora	Duração	Localização	Tarifação	Telefone	Alíquota	Valor
4	18/08/2017	16:49:50	00:43:16	SP-SAO PAULO	VC3	11981979981	27% ICMS	43,46
Total CHAMADAS PARA MOVEL								43,46

Total Nota Fiscal OI 49,99

Valor a pagar 49,99

Quando esta conta foi emitida, o débito total em atraso deste terminal era de R\$ 201,55.
Caso o pagamento já tenha sido feito, favor desconsiderar esta mensagem. Caso contrário ligue 0800 031 0800.
Lembramos que na falta do pagamento, os serviços serão suspensos.

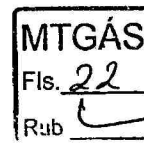
OI S.A
Período: 18/08/2017 a 17/09/2017

MTGÁS
Fis. <u>21</u>
Rub. <u>C</u>

Página
000006 de
000010



Oi S.A
Período: 18/08/2017 a 17/09/2017



Página
000007 de
000010

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

NÚMERO DA NF:000.199.209 SÉRIE: U SUB-SÉRIE:02

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGAS
AV REPUBLICA DO LIBANO 02258 AN6
JD MONTE LIBANO EDIFICIO AMERICA BUSINESS
CENTER
78048-200 CUIABA - MT

Número do Cliente: 381382597000001 Período de: 18/08/2017 a 17/09/2017
Contrato Agrupador: 501.220.604-1 Telefone Agrupador: 65 3642 4423
Contrato Agrupado: 501.235.202-1 Telefone Agrupado: 65 3642 6228
CPF/CNPJ: 06.023.921/0001-56 Insc. Estadual: 132587750
Data de emissão: 22/09/2017

Oi S.A

CNPJ: 76.535.764/0329-32 I.E: 13.094.807-1
Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro - SUL CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
Via: Única CFOP:05303
Natureza da Operação: Serviço de Telecomunicações

RESUMO DOS TRIBUTOS

	ICMS	ICMS	ISS
Base de Cálculo	0,00	5,13	0,00
Alíquota	0%	27%	0%
Valor	0,00	1,38	0,00

RESERVADO AO FISCO

CF6E.6E45.FC07.9614.B3A8.F2AF.D3E1.4E51

SERVICOS OI

INTERURBANOS

Sequência	Data	Hora	Duração	Localização	Tarifação	Telefone	Alíquota	Valor
1	06/09/2017	10:48:31	00:00:07	MT-SORRISO	DIF	6635458316	27% ICMS	0,12
2	06/09/2017	14:32:32	00:04:59	RJ-RIO DE JANEIRO	DIF	2132244477	27% ICMS	5,01
Total INTERURBANOS								5,13

Total Nota Fiscal Oi

5,13

Valor a pagar

5,13

Quando esta conta foi emitida, o débito total em atraso deste terminal era de R\$ 69,33.
Caso o pagamento já tenha sido feito, favor desconsiderar esta mensagem. Caso contrário ligue 0800 031 0800.
Lembramos que na falta do pagamento, os serviços serão suspensos.

OI S.A.

Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro
CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
CNPJ Matriz: 76.535.764/0001-43
CNPJ: 76.535.764/0329-32 I.E: 13.094.807-1

Número do Cliente: 361382597000001
Contrato Agrupador: 501.220.804-1
Contrato Agrupador: 501.220.804-1
CPF/CNPJ: 06.023.921/0001-58
I.E.: 132567750

Período de: 18/08/2017 a 17/09/2017
Telefone Agrupador: 65 3842 4423
Telefone Agrupado: 65 3842 6226
Fatura: 1710.000202114
Classe: NAO RESIDENCIAL



COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGAS
AV REPUBLICA DO LIBANO 02258 AN6
JD MONTE LIBANO
78048-200 CUIABA - MT

Resumo dos Telefones da Fatura com Nota Fiscal 000.199.208 até 000.199.210

Telefone	N. Fiscal	Valor	Telefone	N. Fiscal	Valor	Telefone	N. Fiscal	Valor
65 3842 4423	000.199.208	3,60	65 3842 6115	000.199.210	49,99	65 3842 6226	000.199.209	5,13
Total R\$		68,72						



Oi S.A.
Período: 18/08/2017 a 17/09/2017

Folha Resumo



Página
000009 de
000010

Oi S.A.
Rua Barão de Melgaço, 3209 - Centro
CEP 78020-902 - Cuiabá - MT
CNPJ Matriz: 76.535.764/0001-43
CNPJ: 76.535.764/0329-32 I.E: 13.094.807-1

Número do Cliente: 361382597000001
Contrato Agrupador: 501.220.804-1
Contrato Agrupado: 501.220.804-1
CPF/CNPJ: 06.023.921/0001-58
I.E.: 132567750
Período de: 18/08/2017 a 17/09/2017
Telefone Agrupador: 65 3842 4423
Telefone Agrupado: 65 3842 6226
Fatura: 1710.000202114
Classe: NAO RESIDENCIAL

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGAS
AV REPUBLICA DO LIBANO 02258 AN6
JD MONTE LIBANO
78048-200 CUIABA - MT

Resumo dos Telefones da Fatura com Nota Fiscal 000.202.114 até 000.202.116

Telefone	N. Fiscal	Valor	Telefone	N. Fiscal	Valor	Telefone	N. Fiscal	Valor
65 3842 4423	000.202.114	0,00	65 3842 6115	000.202.116	0,00	65 3842 6226	000.202.115	0,00
Total R\$		0,00						



Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário

Tribunal de Justiça

Comarca da Capital

Cartório da 7ª Vara Empresarial

Av. Erasmo Braga, 115 Lna Central 706CEP 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel. 3133 2185 e-mail
cap07vemp@tjrj.jus.br

Fls.

Processo: 0203711-65.2016.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Recuperação Judicial - Recuperação Judicial

Autor: OI S.A.

Autor: TELEMAR NORTE LESTE S.A.

Autor: OI MÓVEL S.A.

Autor: COPART 4 PARTICIPAÇÕES S.A.

Autor: COPART 5 PARTICIPAÇÕES S.A.

Autor: PORTUGAL TELECOM INTERNATIONAL FINANCE B.V.

Autor: OI BRASIL HOLDINGS COÖPERATIEF U.A.

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Fernando Cesar Ferreira Viana

Em 21/06/2016

Decisão

Destaco de plano que a presente decisão se limitará à análise do pedido de tutela de urgência formulado na exordial - notadamente o pedido de suspensão das ações e execuções em face das Recuperandas, e pedido de dispensa de apresentação de certidões negativas - ficando as demais questões afetas ao provimento inicial do pleito de recuperação judicial (art. 52 da Lei 11.101/05) postergadas para melhor exame tão logo os autos retornem conclusos, após a publicação deste decisum. Tal providência se justifica por conta do notório impacto social e repercussão econômica que a demora de apreciação da tutela de urgência poderá gerar no mercado global.

Informam as requerentes terem origem na junção das gigantes nacionais no setor de telecomunicações, quais sejam, a TNL e a Brasil Telecom S.A., em 2009, tendo essas sociedades antes nascidas a partir da privatização da TELEBRÁS em 1998.

Expõem que seu ramo de operação é o da prestação de serviço público, por meio de concessão, cuja essencialidade é insita à própria natureza pública do serviço, levando em conta ser: i) A maior prestadora de serviços de telefonia fixa do País, atendendo em todo território nacional; ii) ter como base 47,8 milhões clientes usuários de telefonia móvel até março de 2016; iii) 8,7 milhões de acessos à internet banda larga; iv) 1,2 milhões de assinaturas de TV e v) 2 milhões de hotspost wifi, em locais públicos, como aeroportos e shopping centers.

Afirmam, que por atuarem em um ramo estratégico para economia, eventual interrupção de qualquer dos seus serviços tem potencialidade para produzir efeitos catastróficos, não só para os inúmeros usuários, como para o próprio Grupo Empresarial, que veria inexoravelmente o aumento de seu passivo e a redução da sua capacidade de obter as receitas necessárias ao seu pagamento.

O gigantismo do Grupo gera em torno de 138 mil postos de trabalhos diretos e indiretos no Brasil,

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório da 7ª Vara Empresarial
Av. Erasmo Braga, 115 Lna Central 706CEP: 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 3133 2185 e-mail:
cap07vemp@tjrj.jus.br

dos quais 37 mil somente no Estado do Rio de Janeiro, os quais poderão estar em risco, caso qualquer evento coloque em risco a capacidade de recuperação das empresas OI.

Prosseguem dizendo que diante do grave cenário que se abateu sobre as empresas do Grupo, não restou alternativa senão a propositura do pedido de recuperação judicial, que, porém, ao se desencadear, provocará reações dos seus diversos credores e parceiros, cujas consequências podem inviabilizar o pedido.

Isto porque, afirmam, diversos são os contratos estratégicos firmados pelas requerentes em que figura a cláusula rescisória em caso de pedido de recuperação judicial, fato que se efetivamente ocorrer irá diminuir drasticamente os ativos das empresas OI, necessitando assim que sua eficácia seja suspensa.

Igualmente aduz ser necessário, para fins da continuidade de suas atividades empresariais, seja concedida autorização para funcionar sem que haja necessidade da apresentação das certidões negativas.

Por último, informam que há evidente receio de que a repercussão do pedido desencadeará em âmbito nacional uma enxurrada de constrições judiciais para garantia de dívidas sujeitas à recuperação judicial, que embora possam ser futuramente revertidas por decisão do juízo da recuperação judicial, por certo trarão prejuízo às requerentes que poderão não dispor dos valores em tempo hábil para pagamento de despesas imediatas.

Fincadas tais prefaciais, analiso de plano a postulação liminar.

O ordenamento jurídico brasileiro pela Lei 11.101/2005 introduziu a Recuperação Judicial dos empresários e sociedades empresárias, definindo os escopos para concessão deste benefício legal, o qual visa viabilizar o enfrentamento de crise econômico-financeira pela sociedade empresária ou empresário, com vista à manutenção da fonte produtora do emprego, preservando interesses sociais e dos credores.

Tem a lei, portanto, como principal foco a preservação da empresa e a proteção do mercado, de modo que este possa se desenvolver de modo sadio, potencializando benefício à sociedade como um todo.

As normas que regem o procedimento de Recuperação Judicial devem ser analisadas de forma sistemática, valendo-se sempre que possível o julgador de uma interpretação sociológica, para tentar alcançar aos fins sociais e as exigências do bem comum, que nova lei quis introduzir.

A LRF destacou no seu art. 47 como princípios básicos a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

Partindo desta premissa, um dos objetivos mediatos da norma é o de fixar os meios necessários ao desenvolvimento da recuperação e do cumprimento do plano apresentado, dentre elas a sujeição à recuperação judicial de todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos (art. 49) e a suspensão da prescrição e de todas as ações, execuções em face do devedor (art. 6º).

In causa, trata-se do pedido de recuperação judicial o maior grupo nacional de exploração da telefonia fixa, tendo ainda ampla atuação no mercado da telefonia móvel e TV por assinatura.

Dispõem assim o art. 6º e seu § 4º da LFRE:



"A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário."

...

§4º Na recuperação judicial, a suspensão de que trata o caput deste artigo em hipótese nenhuma excederá o prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias contado do deferimento do processamento da recuperação, restabelecendo-se, após o decurso do prazo, o direito dos credores de iniciar ou continuar suas ações e execuções, independentemente de pronunciamento judicial.

Partindo de uma interpretação apenas literal, somente o deferimento do processamento da recuperação judicial impõe aos credores o que alguns doutrinadores têm denominado de automatic stay, que deve ser observado por todos sem exceção.

Verifica-se, portanto, ser a suspensão uma determinação legal ou seja, efeito do próprio deferimento do pedido de recuperação judicial, com vista a oportunizar ao devedor um período salvaguardado da influência dos credores, para que possa organizar e melhor expor suas soluções de mercado.

Outro efeito do deferimento do processamento, diz respeito à questão da possibilidade do juízo da recuperação isentar a sociedade empresária - em recuperação judicial- da apresentação das Certidões Negativas de Débitos Fiscais (CND), quando da contratação daquela com o Poder Público.

Inicialmente, deve ser esclarecido não haver mais dúvidas, quanto à possibilidade da contratação, pela empresa em recuperação judicial, com o Poder Público. Tal afirmação decorre da simples interpretação contida no art. 52, II da LRF, que aponta a possibilidade da contratação com o Poder Público, ou para recebimento de benefícios e incentivos fiscais por parte da recuperanda, desde que apresentadas às negativas fiscais exigidas.

Sendo assim, a certidão exigida no inciso II do art. 32 da Lei 8666/93, que aponta para necessidade da apresentação de certidão negativa de falência ou concordata, está em parte derogada, pois neste caso prevalecerá a também lei especial 11.101/05, promulgada posteriormente, que expressamente reconheceu a possibilidade da empresa em recuperação contratar com o setor público.

Assim, sendo deferida a recuperação, o cerne da presente questão se fixa na possibilidade do juízo da recuperação poder isentar a recuperanda da apresentação das certidões negativas, tornando-a apta por completo a participar de licitações, receber créditos ou incentivos fiscais do Estado.

Em discussão está a ponderação sobre dois importantes princípios constitucionais, quais sejam, o da "preservação da empresa" (assim considerado por estar implicitamente conscrito no art. 170 da C.F.), hoje considerada como ente de relevante função social; e, de outro lado, em contrapartida, o "princípio do interesse público geral", que determina a necessidade do Poder Público observar a legalidade estrita no procedimento de licitação, a fim de evitar prejuízo ao bem comum.

Vislumbrada essa situação, imperioso será a utilização do princípio da proporcionalidade para fins de se fazer uma necessária ponderação entre valores equivalentes. Trata-se de um princípio com status constitucional, que busca ponderar direitos fundamentais que se conflitam, através da devida adequação dos mesmos com o binômio meio-fim; subdividido pela doutrina em três outros princípios, quais sejam: o princípio da adequação, o princípio da necessidade e o princípio da proporcionalidade em sentido estrito.

11.101/2005).

Mencionado dispositivo trouxe inovadora conquista, conquanto tenha se afigurado visivelmente inócuo, posto que dificilmente existirá empresa em situação de recuperação judicial, que não esteja também em débito fiscal.

Observar-se-á o princípio da proporcionalidade, para então mitigar a aplicação do art. 52, II da LRF, a fim de que seja obstada a necessidade da apresentação da CND.

Aplica-se, o binômio meio-fim. Isso porque, observados os aspectos de cada subprincípio acima informado, vemos que a medida é:

- a) adequada e idônea ao passo que visa garantir acesso a todos aos meios para recuperação judicial da sociedade empresária em dificuldade, garantindo a esta o direito de manter os contratos já firmados com o Poder Público, ou ainda realizar novos, visto estar comprovado que regularmente utilizava esta forma de contratar;
- b) necessária porque de outra forma não poderá a recuperanda manter seus contratos de concessão em vigor com o ente público;
- c) mais benéfica, pois certamente atende ao interesse comum geral mais iminente - manutenção de fonte geradora de empregos e riquezas.

Não se pretende com isso, buscar a qualquer custo a recuperação das empresas. Pelo contrário, deve o julgador estar atento ao que lhe é apresentado e, com base nos documentos consignados, sopesar a viabilidade ou não da continuidade da sociedade empresária, que busca socorro à luz da nova lei.

Dita posição encontra-se corroborada, nos termos do eloquente aresto proferido pelo Ministro Luís Felipe Salomão, em sede de Recurso Especial, cuja ementa assim foi descrita:

RECURSO ESPECIAL Nº 1.173.735 - RN (2010/0003787-4) RELATOR: MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO RECORRENTE: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS ADVOGADOS ; THIAGO CEZAR COSTA AVELINO E OUTRO(S) MARCELLE VIEIRA DE MELLO MOREIRA E OUTRO(S) RECORRIDO : ENGEQUIP - ENGENHARIA DE EQUIPAMENTOS LTDA ADVOGADO : KRAUS JOSÉ RIBEIRO OLIVEIRA EMENTA DIREITO EMPRESARIAL, TRIBUTÁRIO E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO E MONTAGEM DE INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS DE PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL COM A PETROBRAS. PAGAMENTO DO SERVIÇO PRESTADO. EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO DA EMPRESA PRESTADORA DOS SERVIÇOS. IMPOSSIBILIDADE. SOCIEDADE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ARTS. 52 E 57 DA LEI N. 11.101/2005 (LF) E ART. 191-A DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (CTN). INOPERÂNCIA DOS MENCIONADOS DISPOSITIVOS. INEXISTÊNCIA DE LEI ESPECÍFICA A DISCIPLINAR O PARCELAMENTO DA DÍVIDA FISCAL E PREVIDENCIÁRIA DE EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRECEDENTE DA CORTE ESPECIAL

1. O art. 47 serve como um norte a guiar a operacionalidade da recuperação judicial, sempre com vistas ao desígnio do instituto, que é "viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica".

2. Segundo entendimento exarado pela Corte Especial, em uma exegese teleológica da nova Lei de Falências, visando conferir operacionalidade à recuperação judicial, é desnecessária comprovação de regularidade tributária, nos termos do art. 57 da Lei n. 11.101/2005 e do art. 191-A do CTN, diante da inexistência de lei específica a disciplinar o parcelamento da dívida fiscal

e previdenciária de empresas em recuperação judicial (REsp. 1187404/MT, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/06/2013, DJe 21/08/2013).

3. Dessarte, o STJ, para o momento de deferimento da recuperação, dispensou a comprovação de regularidade tributária em virtude da ausência de legislação específica a reger o parcelamento da dívida fiscal e previdenciária de empresas em recuperação judicial. Nessa linha de inteligência, por óbvio, parece ser inexigível, pelo menos por enquanto, qualquer demonstração de regularidade fiscal para as empresas em recuperação judicial, seja para continuar no exercício de sua atividade (já dispensado pela norma), seja para contratar ou continuar executando contrato com o Poder Público.

4. Na hipótese, é de se ressaltar que os serviços contratados já foram efetivamente prestados pela ora recorrida e, portanto, a hipótese não trata de dispensa de licitação para contratar com o Poder Público ou para dar continuidade ao contrato existente, mas sim de pedido de recebimento dos valores pelos serviços efetiva e reconhecidamente prestados, não havendo falar em negativa de vigência aos artigos 52 e 57 da Lei n. 11.101/2005.

5. Malgrado o descumprimento da cláusula de regularidade fiscal possa até ensejar, eventualmente e se for o caso, a rescisão do contrato, não poderá haver a retenção de pagamento dos valores devidos em razão de serviços já prestados. Isso porque nem o art. 87 da Lei n. 8.666/1993 nem o item 7.3. do Decreto n. 2.745/1998, preveem a retenção do pagamento pelo serviços prestados como sanção pelo alegado defeito comportamental. Precedentes.

6. Recurso especial a que se nega provimento.

O Ministério Público, em eloquente parecer, fez recordar igual posicionamento adotado por este magistrado em decisão proferida em outra recuperação judicial apreciada neste juízo, a qual fora chancelada pelo STJ em recente decisão proferida novamente pelo E. Ministro Luiz Felipe Salomão, nos autos do Resp. 1207117/MG.

Ademais, a esses argumentos soma-se ainda decisão proferida pelo próprio TCU no Acórdão 8271/2011, que já havia recomendado ao DNIT do Estado do Espírito Santo tal orientação:

"1.51. dar ciência à Superintendência Regional do DINIT no Estado do Espírito Santo que, em suas licitações, é possível a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta economicamente e financeiramente a participar de procedimento nos termos da Lei 8.66/93".

Fábio Ulhoa Coelho (Curso de Direito Comercial, Ed. Saraiva, 13ª ed.) lembra que "a crise da empresa pode manifestar-se de formas variadas. Ela é econômica quando as vendas de produtos ou serviços não se realizam na quantidade necessária à manutenção do negócio. É financeira quando falta à sociedade empresária dinheiro em caixa para pagar suas obrigações. Finalmente, a crise é patrimonial se o ativo é inferior ao passivo, se as dívidas superam os bens da sociedade empresária".

Neste contexto, afigura-se, segundo os dados obtidos, que a crise anunciada é meramente econômica, e que somente com a execução das soluções futuramente apresentadas no plano, somada ao contínuo exercício pleno de suas atividades comerciais, é que efetivamente será superada a crise combatida por meio do processo de recuperação.

Por tudo, considero a medida é perfeitamente possível de ser conferida em sede de recuperação judicial, a partir do momento em que não se trata de isenção ou moratória fiscal - matéria não afeta ao juízo da recuperação, mas sim, tutela de direito com fulcro nos princípios acima elencados, a possibilitar de maneira plena e absoluta a efetivação do procedimento de recuperação judicial prevista no ordenamento jurídico pátrio.

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório da 7ª Vara Empresarial
Av. Erasmo Braga, 115 Lna Central 706CEP 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel.. 3133 2185 e-mail:
cap07vemp@tjrj.jus.br



Destarte, os pedidos formulados em sede de tutela de urgência, são efeitos da decisão que poderá conferir deferimento do processamento do pedido de recuperação, sendo sua antecipação previsível, com base na conjugação subsidiária do NCPC, que em seu art. 300, diz:

"A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo."

A probabilidade do deferimento do pedido de recuperação judicial se demonstra da própria leitura da petição inicial e da vasta documentação anexada, já que nesta fase não compete ao juízo fazer qualquer juízo de valor quanto à viabilidade econômica das sociedades que ingressaram com o pedido, porém, a necessária análise de cerca de 89.000 páginas, que instruem o pedido inicial, demandará um período de tempo, o que recomenda a imediata apreciação, ainda que em parte, do pedido de tutela antecipada, até porque estão configurados todos os pressupostos necessários ao acolhimento do pleito de urgência.

Isto posto, defiro o pedido de tutela de urgência, para determinar:

a) A suspensão de todas as ações e execuções contra as Recuperandas, pelo prazo de 180 dias, de modo a evitar que constrições judiciais sejam realizadas no período compreendido entre o ajuizamento da presente recuperação judicial e o deferimento do seu processamento.

b) A dispensa da apresentação de certidões negativas em qualquer circunstância relacionada às Recuperandas, inclusive para que exerçam suas atividades (incluindo certidão negativa de débitos referentes às receitas administradas pela ANATEL e certidão negativa de distribuição de pedidos de falência e recuperação judicial).

Publique-se, com urgência, e voltem imediatamente conclusos para análise dos documentos que instruem a inicial, e do parecer ministerial como um todo, para efeito de proferir o despacho previsto no art. 52 da Lei 11.101/05.

Rio de Janeiro, 21/06/2016.

Fernando Cesar Ferreira Viana - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Fernando Cesar Ferreira Viana

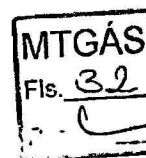
Em ____/____/____

Código de Autenticação: 4UBV.13B1.M5F8.8NQE
Este código pode ser verificado em: <http://www4.tjrj.jus.br/CertidaoCNPJ/validacao.do>

110
FERNANDOVIANA

FERNANDO CESAR FERREIRA VIANA:000017528:000017528 Assinado em 21/06/2016 20:47:51
Local: TJ-RJ





Também chamado de princípio da idoneidade ou princípio da conformidade, o princípio da adequação reflete a ideia de que a medida restritiva deve ser idônea à consecução da finalidade pretendida. Vale dizer, deve haver a existência de relação adequada entre um ou vários fins determinados e os meios com que são determinados.

Quanto ao subprincípio da necessidade, ou princípio da exigibilidade, busca-se que a medida seja realmente indispensável para a conservação do direito fundamental e, que não possa ser substituída por outra de igual eficácia, e até menos gravosa.

De acordo com este subprincípio, deve sempre ser observado se há outras formas de se obter o resultado garantido por determinado direito, de forma a se optar pela aplicação da forma que irá afetar com menor intensidade os direitos envolvidos na questão.

O último elemento caracterizador do princípio da proporcionalidade é o subprincípio da proporcionalidade em sentido estrito.

Caracteriza-se pela ideia de que os meios eleitos devem manter-se razoáveis com o resultado perseguido. Isto quer dizer que o ônus imposto pela norma deve ser inferior ao benefício por ela engendrado. Trata-se da verificação da relação custo-benefício da medida, isto é, da ponderação entre os danos causados e os resultados a serem obtidos.

Desta forma, este subprincípio exige uma equânime distribuição de ônus, coma utilização da técnica de ponderação de bens ao caso concreto.

Destaca-se, que em ambos os lados do conflito, ora em análise, depreende-se a existência de direitos sociais.

A empresa como unidade produtiva, tem sido considerada fonte de geração de riqueza e empregos, e a manutenção de suas atividades visa proteger esta relevante função social e o estímulo à atividade econômica (art. 170 CF; art. 47 da LRF).

Do outro lado, a Lei de Licitações e o CTN buscam dar proteção ao interesse público em geral, determinando que o Administrador Público se atenha a determinadas formas e normas no momento da contratação, a fim de evitar prejuízo ao bem comum.

Diante do enfrentamento de princípios, como acima declinado, deve o aplicador do direito valer-se, muitas das vezes, do princípio da proporcionalidade para decidir.

Criada com o fim precípua de impulsionar a economia do país, e oportunizar aos empresários em dificuldades financeiras, não só a manutenção de sua unidade produtora, mas em especial, a continuidade da prestação dos serviços e geração de empregos, a LRF, inovou consideravelmente o conceito de empresa, alçando-a a um patamar de relevante papel social.

Inovou o legislador ao promulgar a referida lei, dispensando especial ênfase ao instituto da recuperação judicial, que respondeu aos anseios das empresas que, em situação de necessária reestruturação de suas operações e dívidas, não tinham outra opção dentro do ordenamento jurídico nacional a não ser a decretação de sua insolvência ou falência, o que não resultava benefícios, seja para as próprias empresas, seja para os seus credores e a sociedade em um todo.

Dentre as muitas alterações, figura a possibilidade da recuperanda licitar com o Poder Público, desde que sejam apresentadas no ato as certidões negativas de débitos fiscais (Art. 52, II da Lei





ESTADO DE MATO GROSSO
COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS



MTGÁS
Fls. 33

MISSÃO: Distribuição de Gás Natural Veicular.

ANEXO IV	
SOLICITAÇÃO DE PAGAMENTO DE SERVIÇO Nº. 215/2017	
NÚCLEO SISTÊMICO SÓCIOECONÔMICO	
SETOR	
REQUISITANTE:	Gerente Adm. e Financeiro - Mtgás.
RESPONSÁVEL:	Luciene Mingarelli de Lima.
PROTOCOLO SOB Nº:	543581/2017
OBJETO:	Descrição do processo original serviço a ser pago conforme Ordem de Fornecimento n.º-----2017, PED nº. 17502.0001.17000348-3 EMPENHO nº. 17502.0001.17.000242-3 NF nº 1710.000202114 e 1710.000194229.

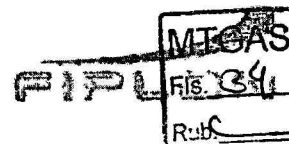
JUSTIFICATIVA CIRCUNSTANCIADA DO PAGAMENTO: Solicitamos o pagamento, do Credor OI S/A, referente à contratação de serviço telefônico fixo comutado de longa distancia nacional e serviços telefônicos comutado de longa distância nacional e internacional, do mês de Outubro/2017, no valor total de **R\$ 498,66** (quatrocentos e noventa e oito reais e sessenta e seis centavos). Dados:

Credor:	2002.17431-1
Forma de Pagamento:	Fatura.
Valor:	R\$ 498,66

Cuiabá, 29 de Outubro de 2017.

Assinatura do requisitante: Luciene Mingarelli de Lima Assistente da Diretoria MT Gás	
Recebido em: ____/____/2017	DIRETORIA EXECUTIVA: (x) de acordo () desfavorável Emmanuel Almeida de Figueiredo Junior Diretor Presidente MT Gás
Despacho do Ordenador de Despesas: (x) De acordo () Desfavorável Motivo: Rafael Silva Reis Diretor Adm. Financeiro MTGás	
Observação:	

Av. Hist. Rubens de Mendonça, 2254 Cj. 1203 - Ed. American Business Center
CEP 78050-000 - Cuiabá Mato Grosso - Fone: (65) 3642-4423

**Estado de Mato Grosso**FIPLAN - Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOUREIRO ESTADUAL - SATE/SEFAZ

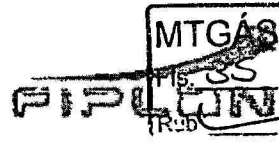
LIQ		LIQUIDAÇÃO		17502.0001.17.000264-9	
Nº EMP: 17502.0001.17.000242-3			Data do Doctº: 11/10/2017		
Nº PED: 17502.0001.17.000348-3			Data de pagamento: 19/10/2017		
Nº CAD:		Nº NOBLIST:		Nº DOTLIST:	
Órgão: 17 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico					
Unidade Orçamentária: 17502 COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS					
Unidade Gestora: 17502.0001 Geral					
Data de Liberação: *** ** *			Liberador de Pagamento: *** ** *		
Liquidação Escritural: Não		Regularização: Não		Dotação Orçamentária: 17502.0001.25.122.036.2007.9900.339000000.243.1.1	
Elemento de Despesa: 39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA				Elemento - Exercícios Anteriores: *** ** *	
Nº NEX: *** ** *					
Forma pagamento: Nota de Ordem Bancária (NOB)		Código Bancário: 00777.00500		Banco + Agência + C/C (débito Órgão): 001.3834.000000001010100-4	
Pagamento Disponibilidade RP: 001.3834.000000001010100-4				Valor Liquidação: *** 456,62 QUATROCENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS E SESSENTA E DOIS CENTAVOS *** ** *	
Histórico: Pagamento ref. prestação de serviço de telefonia fixa local e longa distancia, nacional e internacional ref. Outubro/2017, processo 543581/2017.					
Código do credor: 2002.17431-1		Credor: OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL			
CPF/CNPJ: 76.535.764/0001-43		Município UF: Rio de Janeiro - RJ		Nº Processo de Pagamento 543581/2017	
Forma de Recebimento: Pagamento de Faturas					
Banco + Agência + C/C: *** ** *					

DADOS DA DIÁRIA	
Nº OS: *** ** *	Data de Início da Viagem: *** ** *
	Data de Retorno da Viagem: *** ** *

CONTRATOS E CONVÊNIOS	
Nº Contrato: *** ** *	Término da vigência: *** ** *
Nº Convênio: *** ** *	

CONTROLE DO SALDO A LIQUIDAR			
Valor total do empenho (R\$) *** 456,62	Saldo a liquidar (R\$) *** 456,62	Esta liquidação (R\$) *** 456,62	Saldo a liquidar atual (R\$) *** 0,00

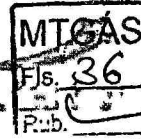
CONTROLE DE SALDO EM LIQUIDAÇÃO			
Valor total do empenho (R\$) *** 456,62	Saldo em liquidação (R\$) *** 456,62	Esta liquidação (R\$) *** 456,62	Saldo em liquidação atual (R\$) *** 0,00

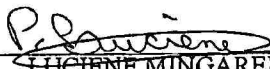
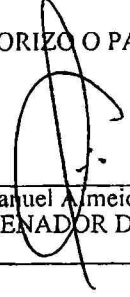


LIQ		LIQUIDAÇÃO		17502.0001.17.000264-9	
OBRIGAÇÕES FISCAIS - CONSIGNAÇÕES					
IRRF (R\$): *** 0,00		ISS município (R\$) *** 0,00		Município: *** ** *	
INSS (R\$): *** 0,00		MTPREV (R\$): *** 0,00		Outras consignações (R\$): *** 0,00	
Observações: Indicativo de Situação da LIO: LIO Normal					

Valor Líquido: *** 456,62	QUATROCENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS E SESSENTA E DOIS CENTAVOS *** ** * *** ** * ** * ** * ** * ** * ** * ** * ** * ** * ** * ** * ** * ** * ** *
------------------------------	--

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA POR SUBELEMENTO		
Natureza Despesa	Descrição	Valor
3.3.90.39.073	Serviços com Despesa de Telefone Convencional Fixo	*** 456,62
TOTAL DA LIQUIDAÇÃO:		*** 456,62

**Estado de Mato Grosso**FIPLAN - Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO ESTADUAL - SATE/SEFAZ

NOB	NOTA DE ORDEM BANCÁRIA	17502.0001.17.000396-0
Data de Emissão: 19/10/2017		
Nº NOBLIST:		Nº DOTLIST:
Unidade Orçamentária: 17502 - COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS		
Unidade Gestora: 0001 - Geral		
Código Bancário: 00777.00500	Banco + Agência + C/C: 001.3834.000000001010100-4	Regularização: Não
		Nº NEX : ***
SOLICITAMOS AO Banco do Brasil S/A CREDITAR AO(S) FAVORECIDO(S) ABAIXO RELACIONADO(S), LEVANDO A DÉBITO DA CONTA Nº 001.3834.000000001010100-4.		
Código do Credor: 2002.17431-1		
Credor: OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL		
CPF/CNPJ: 76.535.764/0001-43		Município UF: Rio de Janeiro RJ
Nº EMP: 17502.0001.17.000242-3		Fonte de Recurso: 243
Nº LIQ: 17502.0001.17.000264-9		
Nº Processo de Pagamento: 543581/2017		Tipo de OB: 38-FAT C/ BARRA
NOB/Fatura Fato 54: Não		
Banco + Agência + C/C:	Valor da Operação (R\$): *** 397,90	Valor por Extenso: TREZENTOS E NOVENTA E SETE REAIS E NOVENTA CENTAVOS ***** ***** *****
Os processos acima relacionados foram regularmente liquidados e encontra-se em condição de pagamento.  LUCIENE MINGARELLI LIMA Chefe do Núcleo Setorial de Finanças (NSF)		AUTORIZO O PAGAMENTO  006653 - Emmanuel Almeida de Figueiredo Junior ORDENADOR DE DESPESA
Observações: Situação da NOB: Nota de Ordem Bancária (NOB) Normal Indicativo de Transmissão: Documento eletrônico do Banco do Brasil		


DETALHAMENTO DO PAGAMENTO DA FATURA - CONVÊNIO				
Tipo Fatura	Subtipo Fatura	Código de Barras	Código do Tributo Federal	Data de Vencimento
Com Código de Barras	Convênio	846400000036979000175013220604201719032116000004	*** **	20/10/2017
Valor Total (R\$): 397,90		Valor Total por extenso: trezentos e noventa e sete reais e noventa centavos		
AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA		*****		



NOB	NOTA DE ORDEM BANCÁRIA	17502.0001.17.000397-9
Data de Emissão: 19/10/2017		
Nº NOBLIST:		Nº DOTLIST:
Unidade Orçamentária: 17502 - COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS		
Unidade Gestora: 0001 - Geral		
Código Bancário: 00777.00500	Banco + Agência + C/C: 001.3834.000000001010100-4	Regularização: Não
		Nº NEX : ***
SOLICITAMOS AO Banco do Brasil S/A CREDITAR AO(S) FAVORECIDO(S) ABAIXO RELACIONADO(S), LEVANDO A DÉBITO DA CONTA Nº 001.3834.000000001010100-4.		
Código do Credor: 2002.17431-1		
Credor: OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL		
CPF/CNPJ: 76.535.764/0001-43		Município UF: Rio de Janeiro RJ
Nº EMP: 17502.0001.17.000242-3		Fonte de Recurso: 243
Nº LIQ: 17502.0001.17.000264-9		
Nº Processo de Pagamento: 543581/2017		Tipo de OB: 38-FAT C/ BARRA
NOB/Fatura Fato 54: Não		
Banco + Agência + C/C:	Valor da Operação (R\$): *** 58,72	Valor por Extenso: CINQUENTA E OITO REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS ***** ***** *****
Os processos acima relacionados foram regularmente liquidados e encontra-se em condição de pagamento.  LUCIENE MINGARELLI LIMA Chefe do Núcleo Setorial de Finanças (NSF)		AUTORIZO O PAGAMENTO  006653 - Emmanuel Almeida de Figueiredo Junior ORDENADOR DE DESPESA
Observações: Situação da NOB: Nota de Ordem Bancária (NOB) Normal Indicativo de Transmissão: Documento eletrônico do Banco do Brasil		

DETALHAMENTO DO PAGAMENTO DA FATURA - CONVÊNIO				
Tipo Fatura	Subtipo Fatura	Código de Barras	Código do Tributo Federal	Data de Vencimento
Com Código de Barras	Convênio	846000000006587200175012220604201719035115000008	*** **	20/10/2017
Valor Total (R\$):		Valor Total por extenso:		
58,72		cinquenta e oito reais e setenta e dois centavos		
AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA		*****		



NOB	NOTA DE ORDEM BANCÁRIA	17502.0001.17.000396-0
Data de Emissão: 19/10/2017		
Nº NOBLIST:		Nº DOTLIST:
Unidade Orçamentária: 17502 - COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS		
Unidade Gestora: 0001 - Geral		
Código Bancário: 00777.00500	Banco + Agência + C/C: 001.3834.000000001010100-4	Regularização: Não
		Nº NEX : ***
SOLICITAMOS AO Banco do Brasil S/A CREDITAR AO(S) FAVORECIDO(S) ABAIXO RELACIONADO(S), LEVANDO A DÉBITO DA CONTA Nº 001.3834.000000001010100-4.		
Código do Credor: 2002.17431-1		
Credor: OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL		
CPF/CNPJ: 76.535.764/0001-43		Município UF: Rio de Janeiro RJ
Nº EMP: 17502.0001.17.000242-3		Fonte de Recurso: 243
Nº LIQ: 17502.0001.17.000264-9		
Nº Processo de Pagamento: 543581/2017		Tipo de OB: 38-FAT C/ BARRA
NOB/Fatura Fato 54: Não		
Banco + Agência + C/C:	Valor da Operação (R\$): *** 397,90	Valor por Extenso: TREZENTOS E NOVENTA E SETE REAIS E NOVENTA CENTAVOS *** ** *** **
Os processos acima relacionados foram regularmente liquidados e encontra-se em condição de pagamento.  LUCIENE MINGARELLI LIMA Chefe do Núcleo Setorial de Finanças (NSF)		AUTORIZO O PAGAMENTO 006653 - Emmanuel Almeida de Figueiredo Junior ORDENADOR DE DESPESA
Observações: Situação da NOB: Nota de Ordem Bancária (NOB) Normal Indicativo de Transmissão: Documento eletrônico do Banco do Brasil		

DETALHAMENTO DO PAGAMENTO DA FATURA - CONVÊNIO				
Tipo Fatura	Subtipo Fatura	Código de Barras	Código do Tributo Federal	Data de Vencimento
Com Código de Barras	Convênio	846400000036979000175013220604201719032116000004	*** **	20/10/2017
Valor Total (R\$):		Valor Total por extenso:		
397,90		trezentos e noventa e sete reais e noventa centavos		
AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA		1AA0BF31EFD4F1B6		



NOB	NOTA DE ORDEM BANCÁRIA	17502.0001.17.000397-9
Data de Emissão: 19/10/2017		
Nº NOBLIST:		Nº DOTLIST:
Unidade Orçamentária: 17502 - COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS		
Unidade Gestora: 0001 - Geral		
Código Bancário: 00777.00500	Banco + Agência + C/C: 001.3834.000000001010100-4	Regularização: Não
		Nº NEX : ***
SOLICITAMOS AO Banco do Brasil S/A CREDITAR AO(S) FAVORECIDO(S) ABAIXO RELACIONADO(S), LEVANDO A DÉBITO DA CONTA Nº 001.3834.000000001010100-4.		
Código do Credor: 2002.17431-1		
Credor: OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL		
CPF/CNPJ: 76.535.764/0001-43		Município UF: Rio de Janeiro RJ
Nº EMP: 17502.0001.17.000242-3		Fonte de Recurso: 243
Nº LIQ: 17502.0001.17.000264-9		
Nº Processo de Pagamento: 543581/2017		Tipo de OB: 38-FAT C/ BARRA
NOB/Fatura Fato 54: Não		
Banco + Agência + C/C:	Valor da Operação (R\$): *** 58,72	Valor por Extenso: CINQUENTA E OITO REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS ***** ***** *****
Os processos acima relacionados foram regularmente liquidados e encontra-se em condição de pagamento.  LUCIENE MINGARELLI LIMA Chefe do Núcleo Setorial de Finanças (NSF)		AUTORIZO O PAGAMENTO  006653 - Emmanuel Almeida de Figueiredo Junior ORDENADOR DE DESPESA
Observações: Situação da NOB: Nota de Ordem Bancária (NOB) Normal Indicativo de Transmissão: Documento eletrônico do Banco do Brasil		

DETALHAMENTO DO PAGAMENTO DA FATURA - CONVÊNIO				
Tipo Fatura	Subtipo Fatura	Código de Barras	Código do Tributo Federal	Data de Vencimento
Com Código de Barras	Convênio	846000000006587200175012220604201719035115000008	*** **	20/10/2017
Valor Total (R\$): 58,72		Valor Total por extenso: cinquenta e oito reais e setenta e dois centavos		
AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA		5EBD7A66CBD8B480		

MT GÁS
COMPANHIA
MATOGROSSENSE
DE GÁS



GOVERNO DE
**MATO
GROSSO**

*Paga em
Duplicidade
exercimento no futuro
do mês de Janeiro/2018*

Proc. nº. 574275/2017

De Bisco

mês ref: Outubro/2017